

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

DÉDALLO DE PAULA NEVES

“UM POETA NA CIDADE E NO TEMPO”: CULTURA E POLÍTICA NA
TRAJETÓRIA INTELECUTAL DE MOACYR FÉLIX

CURITIBA

2025

DÉDALLO DE PAULA NEVES

“UM POETA NA CIDADE E NO TEMPO”: CULTURA E POLÍTICA NA
TRAJETÓRIA INTELECTUAL DE MOACYR FÉLIX

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia. Linha de Pesquisa Cultura e Sociabilidades; Eixo Temático: Produção e Circulação do Pensamento Social. Departamento de Sociologia, Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para obtenção do título de doutor.

Orientação: Prof.º Dr.º Rodrigo Czajka

CURITIBA
2025

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Neves, Dédallo de Paula

"Um poeta na cidade e no tempo" : cultura e política na trajetória intelectual de Moacyr Félix. / Dédallo de Paula Neves. – Curitiba, 2025.
1 recurso on-line : PDF.

Doutorado (Tese) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia.
Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Czajka.

1. Félix, Moacyr, 1926-2005. 2. Humanismo. 3. Intelectuais.
4. Cultura. I. Czajka, Rodrigo, 1976-. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. III. Título.

Bibliotecário : Dênis Junio de Almeida CRB-9/2092



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIOLOGIA -
40001016032P2

ATA Nº04

**ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE DOUTORADO PARA A OBTENÇÃO DO
GRAU DE DOUTOR EM SOCIOLOGIA**

No dia vinte e quatro de abril de dois mil e vinte e cinco às 14:00 horas, na sala plataforma Teams, remotamente, foram instaladas as atividades pertinentes ao rito de defesa de tese do doutorando **DÉDALLO DE PAULA NEVES**, intitulada: **"Um poeta na cidade e no tempo": cultura e política na trajetória intelectual de Moacyr Félix**, sob orientação do Prof. Dr. RODRIGO CZAJKA. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação SOCIOLOGIA da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Membros: RODRIGO CZAJKA (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), MARCELO SIQUEIRA RIDENTI (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS), MARCOS FRANCISCO NAPOLITANO DE EUGENIO (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO), ANA LUCIA DE FREITAS TEIXEIRA (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO). A presidência iniciou os ritos definidos pelo Colegiado do Programa e, após exarados os pareceres dos membros do comitê examinador e da respectiva contra argumentação, ocorreu a leitura do parecer final da banca examinadora, que decidiu pela **APROVAÇÃO**. Este resultado deverá ser homologado pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais definidos pelo programa. A outorga de título de doutor está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, RODRIGO CZAJKA, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais membros da Comissão Examinadora.

Observações: "A banca ressalta a importância da pesquisa e o tratamento dos documentos o fontes primárias, bem como a originalidade em abordar Moacyr Félix ao longo de sua trajetória intelectual e na sua formação como mediador cultural entre marxistas e católicos."

CURITIBA, 24 de Abril de 2025.

Assinatura Eletrônica
25/04/2025 10:40:06.0
RODRIGO CZAJKA
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
25/04/2025 10:13:05.0
MARCELO SIQUEIRA RIDENTI
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS)

Assinatura Eletrônica
25/04/2025 10:10:58.0
MARCOS FRANCISCO NAPOLITANO DE EUGENIO
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO)

Assinatura Eletrônica
28/04/2025 08:41:40.0
ANA LUCIA DE FREITAS TEIXEIRA
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIOLOGIA -
40001016032P2

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação SOCIOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **DÉDALLO DE PAULA NEVES**, intitulada: **"Um poeta na cidade e no tempo": cultura e política na trajetória intelectual de Moacyr Félix**, sob orientação do Prof. Dr. RODRIGO CZAJKA, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 24 de Abril de 2025.

Assinatura Eletrônica
25/04/2025 10:40:06.0
RODRIGO CZAJKA
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
25/04/2025 10:13:05.0
MARCELO SIQUEIRA RIDENTI
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS)

Assinatura Eletrônica
25/04/2025 10:10:58.0
MARCOS FRANCISCO NAPOLITANO DE EUGENIO
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO)

Assinatura Eletrônica
28/04/2025 08:41:40.0
ANA LUCIA DE FREITAS TEIXEIRA
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO)

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa é parte do esforço coletivo realizado pelo grupo Cultura, Política e Movimentos Sociais da América Latina (CPMSAL/CNPq) da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Dedicado a investigar as relações entre cultura e política no século XX, em especial os seus fenômenos que abrangem a intelectualidade brasileira, e suas intersecções com diferentes áreas do conhecimento, o CPMSAL foi um espaço fundamental para a realização deste trabalho. Sem os que vieram antes e sem as discussões realizadas ao longo de seis anos de participação em reuniões, grupos de leitura, eventos de extensão, entre outras atividades imprescindíveis para o processo formativo, esta pesquisa não seria possível. Por isso, o agradecimento às e aos colegas que compartilharam esse espaço-tempo.

Também é necessário agradecer ao professor Rodrigo Czajka, pela orientação, sugestões, incentivos e leituras realizadas. Figura-chave para o desenvolvimento do trabalho desde o seu início, antes da realização do projeto. Devo ao professor Rodrigo a sugestão de tema para continuar os estudos realizados na área da sociologia da cultura.

Sem as sugestões e críticas da professora Ana Lúcia Teixeira e dos professores Marcelo Ridenti e Marcos Napolitano na qualificação (os dois primeiros) e na banca, o trabalho estaria mais pobre e menos afinado com a pesquisa da área. A eles esse trabalho deve um agradecimento.

E como uma pesquisa se constrói para além do “produto final”, gostaria de expressar um reconhecimento aos colegas e professores do Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGSocio) da UFPR pelas trocas e debates em disciplinas e eventos.

Institucionalmente, o PPGSocio a cada dia se constrói a partir do trabalho do secretário Katiano Cruz. Desejo que todos os programas tenham um secretário comprometido e atento com o trabalho como o Katiano. Um agradecimento que se estende a todos os funcionários da UFPR, em especial os do Restaurante Universitário, política que garante a permanência na universidade.

Esta pesquisa também se construiu com a colaboração de outra instituição. Sem o esforço e contribuição das(os) funcionárias(os) da Fundação

Casa de Rui Barbosa, este trabalho não teria acesso à grande parte da documentação que a fundamentou. Então afirma-se aqui o agradecimento pela disponibilidade e atenção em especial de Claudio Cesar Batista Vitena, Eduardo Luiz de Barros Ribeiro e Rosangela Florido Rangel.

A ida à Casa de Rui Barbosa foi financiada com recursos do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná através do Programa de Apoio à Pós-graduação (PROAP) da CAPES, registra-se, portanto, o agradecimento e o reconhecimento dos incentivos públicos à pesquisa científica brasileira. Também gostaríamos de expressar nosso agradecimento à família de Moacyr Félix, em particular o seu filho Ragnar Lagerblad que cedeu o acesso e o uso dos materiais.

Embora importantes para a formação, é sempre necessário extrapolar a discussão acadêmica dos marcos da instituição e, nesse sentido, dois agradecimentos são necessários: o primeiro, a Jessica Stori, companheira de vida e de profissão, que ao longo de todos esses anos compartilhamos longas conversas de cozinha sobre todos os problemas enfrentados diante da construção da pesquisa em suas diferentes esferas, desde os de ordem metodológica até aqueles relacionados às inseguranças impostas pelo meio. As nossas trocas têm um valor imensurável. Razão e afeto.

O segundo a um grupo solidamente capenga que se prometeu um encontro semanal do outro lado da rua da Reitoria e foi batizado como *Quinta Camarada*. Demos o que podemos. E para a manutenção necessária entre lazer e trabalho, e no meio disso a resolução dos problemas da esquerda brasileira, vocês foram fundamentais. Aldo Valoto, Gustavo Hipólito, Jhonatan Gonçalves, Leonardo Correia, obrigado pelos mais absurdos debates.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. A bolsa de estudos em todas as instâncias do Ensino Superior é uma exigência para a dedicação acadêmica e ela só é possível graças aos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros que viabilizam a produção científica do Brasil.

RESUMO

Esta tese analisa a trajetória intelectual e literária de Moacyr Félix, investigando o tensionamento entre humanismo, catolicismo e marxismo, e suas implicações na produção cultural e política da sociedade brasileira. A pesquisa argumenta que sua formação inicial em um ambiente católico exerceu influência determinante em sua visão de mundo, fornecendo-lhe uma base humanista que, posteriormente, foi reelaborada em diálogo com o marxismo e o existencialismo. A tese demonstra como esse percurso intelectual moldou sua atuação como poeta, editor e crítico, consolidando sua posição como mediador entre diferentes tradições do pensamento de esquerda. Sua produção poética dialoga com as transformações históricas do Brasil e com as tensões dentro do campo intelectual da esquerda. Nos anos 1950 e 1960, sua obra se alinhava ao projeto nacional-popular, utilizando temas voltados à luta social. Com a fragmentação da esquerda e o esgotamento do modelo nacional-popular nos anos 1970 e 1980, sua poesia refletiu um crescente isolamento político e estético, evidenciando as dificuldades de se manter um pensamento humanista e engajado no período da redemocratização. A pesquisa também analisa sua produção editorial e crítica, destacando sua participação na editora Civilização Brasileira e na revista *Paz e Terra*, espaços que buscaram articular um diálogo entre diferentes correntes intelectuais. A partir de referenciais teóricos como Pierre Bourdieu, Raymond Williams e Lucien Goldmann, a tese investiga como sua trajetória sintetiza não apenas suas escolhas individuais, mas também as transformações estruturais da intelectualidade de esquerda no Brasil. Por fim, a pesquisa contribui para os debates sobre a relação entre estudos literários e sociologia da cultura e dos intelectuais, demonstrando como as opções formais e temáticas de Félix foram diretamente influenciadas pelos tensionamentos do campo político e cultural brasileiro.

Palavras-chave: Moacyr Félix; Humanismo; Intelectuais; Sociologia da cultura.

ABSTRACT

This thesis analyzes the intellectual and literary trajectory of Moacyr Félix, investigating the tension between humanism, Catholicism and Marxism, and its implications for the cultural and political production of Brazilian society. The research argues that his early education in a Catholic environment had a decisive influence on his worldview, providing him with a humanist basis that was later reworked in dialog with Marxism and existentialism. The thesis shows how this intellectual path shaped his work as a poet, editor and critic, consolidating his position as a mediator between different traditions of left-wing thought. His poetic production dialogues with Brazil's historical transformations and with the tensions within the intellectual field of the left. In the 1950s and 1960s, his work was aligned with the national-popular project, using themes focused on social struggle. With the fragmentation of the left and the exhaustion of the national-popular model in the 1970s and 1980s, his poetry reflected a growing political and aesthetic isolation, highlighting the difficulties of maintaining a humanist and engaged thought in the period of redemocratization. The research also analyzes his editorial and critical production, highlighting his participation in the publishing house *Civilização Brasileira* and the magazine *Paz e Terra*, spaces that sought to articulate a dialogue between different intellectual currents. Based on theoretical references such as Pierre Bourdieu, Raymond Williams and Lucien Goldmann, the thesis investigates how his trajectory synthesizes not only his individual choices, but also the structural transformations of left-wing intellectuality in Brazil. Finally, the research contributes to the debates on the relationship between literary studies and the sociology of culture and intellectuals, demonstrating how Félix's formal and thematic choices were directly influenced by the tensions in the Brazilian political and cultural field.

Keywords: Moacyr Félix; Humanism; Intellectuals; Sociology of culture.

RÉSUMÉ

Cette thèse analyse la carrière intellectuelle et littéraire de Moacyr Félix, en étudiant la tension entre l'humanisme, le catholicisme et le marxisme, et ses implications pour la production culturelle et politique de la société brésilienne. La recherche soutient que son éducation initiale dans un environnement catholique a eu une influence décisive sur sa vision du monde, lui fournissant une base humaniste qui a ensuite été retravaillée en dialogue avec le marxisme et l'existentialisme. La thèse montre comment ce parcours intellectuel a façonné son travail de poète, d'éditeur et de critique, consolidant sa position de médiateur entre les différentes traditions de la pensée de gauche. Sa production poétique dialogue avec les transformations historiques du Brésil et avec les tensions au sein du champ intellectuel de la gauche. Dans les années 1950 et 1960, son œuvre s'inscrit dans le cadre du projet national-populaire, avec des thèmes axés sur la lutte sociale. Avec la fragmentation de la gauche et l'épuisement du modèle national-populaire dans les années 1970 et 1980, sa poésie reflète un isolement politique et esthétique croissant, soulignant les difficultés de maintenir une pensée humaniste et engagée dans la période de redémocratisation. La recherche analyse également sa production éditoriale et critique, en soulignant sa participation à la maison d'édition Civilização Brasileira et à la revue Paz e Terra, des espaces qui cherchaient à articuler un dialogue entre différents courants intellectuels. En s'appuyant sur des références théoriques telles que Pierre Bourdieu, Raymond Williams et Lucien Goldman, la thèse étudie comment sa carrière résume non seulement ses choix individuels, mais aussi les transformations structurelles de l'intelligentsia de gauche au Brésil. Enfin, la recherche contribue aux débats sur les relations entre les études littéraires et la sociologie de la culture et des intellectuels, en démontrant comment les choix formels et thématiques de Félix ont été directement influencés par les tensions dans le champ politique et culturel brésilien.

Mots-clés : Moacyr Félix ; Humanisme ; Intellectuels ; Sociologie de la culture.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

IMAGEM 1 - Moacyr Félix em entrevista ao periódico <i>O Pasquim</i> , em 1977 .	399
IMAGEM 2 - Poema “A prece”	4141
IMAGEM 3 – Contracapa do livro <i>Cubo de trevas</i> (Agir, 1948)	533
IMAGEM 4 – Divulgação de <i>Cubo de trevas</i> , no jornal <i>Correio da Manhã</i>	688
IMAGEM 5 – Folha de rosto do livro <i>Cubo de trevas</i> com anotação de Moacyr Félix.....	766
IMAGEM 6 – Capa de <i>Cubo de trevas</i> com anotação de Moacyr Félix	769
IMAGEM 7 – Moacyr Félix em Paris, em 1950.....	877
IMAGEM 8 – <i>Itinerário de uma tarde</i> (Ragnar Lagerblad Editor, 1953).....	1033
IMAGEM 9 – Manifesto dos intelectuais.....	1255
IMAGEM 10 – <i>O pão e o vinho</i> (Antunes, 1959)	13030
IMAGEM 11 – <i>Cadernos do Povo Brasileiro e Violão de Rua</i> (Civilização Brasileira)	1544
IMAGEM 12 – <i>Canto para as transformações do homem</i> (Civilização Brasileira, 1964)	1866
IMAGEM 13 – Antecapa <i>Revista Paz e Terra</i> , v. 1	1977
IMAGEM 14 – <i>Canção do exílio aqui</i> (1977, Civilização Brasileira)	2255

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Duas versões do poema “Noturno”	788
---	-----

LISTA DE SIGLAS

AI-2 – Ato Institucional Nº 2
AI-5 – Ato Institucional Nº 5
AP – Ação Popular
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
CAEEB – Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras
CC – Comitê Central
CDV – Centro Dom Vital
CEI – Centro Ecumênico de Informação
CEN – Companhia Editora Nacional
CNTI – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria
CPC – Centro Popular de Cultura
DEOPS – Departamento Estadual de Ordem Política e Social
DOPS-GB – Departamento de Ordem Política e Social da Guanabara
ECB – Editora Civilização Brasileira
EPT – Editora Paz e Terra
GEIPAG – Grupo de Estudos da Indústria de Papel e Artes Gráficas
IBESP – Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INIC – Instituto Nacional de Imigração e Colonização
INL – Instituto Nacional do Livro
IPM – Inquérito Policial Militar
ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros
JEC – Juventude Estudantil Católica
JUC – Juventude Universitária Católica
M-26 – Movimento Revolucionário 26 de Julho
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
ORTF – Office de Radiodiffusion Télévision Française
PCB – Partido Comunista do Brasil
PCE – Partido Comunista Espanhol
PCF – Partido Comunista Francês
PCI – Partido Comunista Italiano
PSD – Partido Social Democrático

PSP – Partido Socialista Popular

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileira

PUC – Pontifícia Universidade Católica

RCB – Revista Civilização Brasileira

RPT – Revista Paz e Terra

SNI – Serviço Nacional de Informação

STF – Supremo Tribunal Federal

UDN – União Democrática Nacional

UNE – União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

Introdução	17
1 Do Santo Inácio à Faculdade Católica do Rio de Janeiro: os anos de formação de Moacyr Félix	27
1.1 O pensamento católico nas primeiras décadas do século XX: entre a Primeira República e o Estado Novo	30
1.2 A Universidade Católica e as portas abertas na editora Agir	45
1.2.1 O crítico católico: a presença de Tristão de Athayde em <i>Cubo de trevas</i>	54
1.3 Em quais cubos e em quais trevas: o reconhecimento dos pares.....	59
1.4 As escritas e reescritas de <i>Cubo de trevas</i>	73
2 Entre a cruz e a foice	81
2.1 Paris: a cidade dos estrangeiros	82
2.1.1 O engajamento intelectual e seu impacto em Moacyr Félix	91
2.1.2 Itinerário de uma tarde e a dialética decapitada	101
2.2 A entrada no círculo progressista	106
2.3 A síntese de uma fase ou o início de uma nova?	128
2.3.1 Ambivalências e oposições em <i>O pão e o vinho</i> : ainda os signos de incertezas.....	132
2.3.2 O pão e o vinho de <i>O pão e o vinho</i>	140
3 Você é comunista, não é?	147
3.1 A querela do humanismo	148
3.2 A entrada na Civilização Brasileira: <i>Violão de Rua – poemas para liberdade</i>	153
3.3 O Comando dos Trabalhadores Intelectuais e o envolvimento político de Moacyr Félix	177
3.4 A resposta ao golpe de 1964 e as transformações de um homem	185
4 Em defesa do humanismo: o projeto Paz e Terra.....	193
4.1 Paz e Terra no contexto editorial brasileiro.....	194

4.2 O surgimento de Paz e Terra e sua relação com a rearticulação da Igreja	203
4.2.1 <i>Pacem in terris</i> em Paz e Terra	207
5 Exílios e encontros	214
5.1 A construção do “exílio”	215
5.2 O ocaso editorial	226
Considerações finais	240
REFERÊNCIAS	244
REFERÊNCIAS DE MOACYR FÉLIX	256
FONTES DE PERIÓDICOS	257
ANEXOS	260
ANEXO CAPÍTULO 1 - Do Santo Inácio à Faculdade Católica do Rio de Janeiro: os anos de formação de Moacyr Félix.....	261
ANEXO CAPÍTULO 2 – Entre a cruz e a foice	268
ANEXO CAPÍTULO 3 – Você é comunista, não é?	296
ANEXO CAPÍTULO 4 – Em defesa do humanismo: o projeto Paz e Terra	298
ANEXO CAPÍTULO 5 – O ocaso de um intelectual.....	304

Introdução

Esta pesquisa tem como objeto de estudo a trajetória intelectual de Moacyr Félix, poeta, editor e intelectual brasileiro que transitou por diferentes espaços políticos e culturais ao longo do século XX.

Inserido em um período de transformações históricas, Félix articulou-se com distintas correntes de pensamento, estabelecendo uma interlocução entre o catolicismo, o marxismo e o humanismo. Cabe-nos compreender em seu percurso como as tensões e contradições enquanto intelectual se relacionam com a sua produção editorial e poética, assim como evidenciar o papel desempenhado pelos intelectuais na configuração do debate público e na mediação cultural no Brasil na segunda metade do século XX.

Esses objetivos norteiam uma questão central que buscará ser respondida ao longo do trabalho: como a trajetória intelectual de Moacyr Félix expressa as relações entre cultura e política no Brasil do século XX, e de que maneira sua atuação poética e editorial contribuiu para a construção de um pensamento humanista? A pesquisa realizou o recorte até o ano de 1982, por compreender que a partir daquela década há alteração dos significados e valores entre as esquerdas brasileiras e o esgotamento do projeto nacional-popular (Napolitano, 2017; Ridenti, 2010). Além disso, aquele ano marca a venda da editora Civilização Brasileira, espaço determinante para a constituição intelectual de Félix.

Carioca, passou quase toda a sua vida no Rio de Janeiro, envolveu-se de diversas maneiras com a intelectualidade brasileira. De formação católica, em sua juventude aproximou-se de Alceu Amoroso Lima, seu professor e quem viabilizou sua entrada no mundo literário. Seus primeiros anos como intelectual também são tributários aos católicos, tanto institucionalmente quanto a partir de suas relações de amizade. Após a edição por meio de Alceu Amoroso Lima do seu livro de estreia *Cubo de trevas* (editora Agir, 1948), publicou *Lenda e areia* (Revista Branca, 1950), editado por seus amigos católicos da PUC, onde estudou.

Depois de sua formação em direito, em 1950, conseguiu uma bolsa do governo francês para estudar filosofia, psicologia e história da arte em Paris. Foi aluno de Merleau-Ponty, travou contato com o existencialismo, além de trabalhar

na redação de um programa para e sobre a América Latina da Radiodifusão e Televisão Francesa (ORTF). Foi nesse período que se aprofundou na corrente de pensamento que o acompanharia para o resto da vida em sua atuação como poeta e editor: o marxismo. Contudo, as suas relações intelectuais na França mantiveram-se no nicho católico, ainda sob influência de Alceu Amoroso Lima que lhe indicou nomes para compor sua rede em Paris. Ainda que naquele momento houvesse uma estrutura de intelectuais de esquerda construída principalmente em torno de Jorge Amado, referência comunista da época no meio intelectual. Em 1953, retornou ao Brasil casado com Kaj Lagerblad, com quem permaneceu até o final da vida, e com o livro *Itinerário de uma tarde*, editado na Suécia pelo seu sogro.

Sua obra poética compreende treze livros, publicados entre 1948 e 1998¹, embora sua atuação não fique restrita a essa atividade. No campo intelectual, Félix foi o braço direito de Ênio Silveira, editor da Civilização Brasileira. Nessa qualidade, foi secretário da *Revista da Civilização Brasileira* entre 1966 e 1968; editor da *Encontros com a Civilização Brasileira* entre 1978 e 1982; desenvolveu projetos no interior da editora, como o *Violão de Rua*, publicação de poesia do início dos anos 1960 vinculada ao CPC da UNE; fundou a Paz e Terra, editora orientada às temáticas da esquerda católica; e dirigiu uma série de coleções publicadas por ambas as editoras, como a *Poesia hoje*, *Perspectivas do homem*, *Rumos da Cultura Moderna* etc.

Apesar de parte constituinte da Civilização Brasileira, sua atuação intelectual não se deu apenas nela. Entre 1956 e 1958, foi o responsável pela seção de poesia do periódico de cultura *Para todos*, dirigido por Jorge Amado e Oscar Niemeyer. Além de publicar nos principais jornais do Rio de Janeiro, como o *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias* e *Jornal do Brasil*. Félix também foi um dos fundadores e dirigentes do Comando de Trabalhadores Intelectuais (CTI), o que aponta a um ativismo político de sua parte; entre os anos 1950 e 1980 orbitou o Partido Comunista Brasileiro (PCB), sem nunca o integrar como militante. Em entrevista, o poeta afirmou: “eu sempre respondia que se entrasse

¹ Além dos três primeiros citados, Félix publicou: *O pão e o vinho* (1959), *Canto para as transformações de um homem* (1964), *Um poeta na cidade e no tempo* (1966), *Canção do exílio aqui* (1977), *Neste lençol* (1977), *Invenção de crença e descrença* (1978), *Em nome da vida* (1981), *Antologia Poética* (1993), *Singular Plural* (1998) e *Introdução aos escombros* (1998).

para o partido, recebesse ordens para realizar uma ‘tarefa’ e dissesse que não iria cumpri-la, provavelmente seria expulso, passando a ser ‘um ex’. E o ‘ex’ é sempre o inimigo. Por isso eu preferia ficar fora do partido e ser visto sempre como o amigo” (Félix, 2002, p. 114). Na mesma entrevista, também apontou o sectarismo do PC como impeditivo: “Além disso havia uma visão do Partido Comunista muito sectária, muito dogmática, que impedia de me filiar a ele” (Ibid.).

Nos anos de atividade mais intensa, nas décadas de 1960 e 1970, trabalhou para a disseminação das questões “humanistas, democráticas, que possibilitassem um diálogo entre as várias correntes que lutam por uma humanidade melhor” (Ibid., p. 115), sem negar o comunismo, ao qual se referia como “um sonho bonito, utópico. E toda utopia é fundamental para a humanidade” (Ibid.). Não obstante, nunca abandonou a crítica aos comunistas: “infelizmente a questão do comunismo não era estudada a fundo pelos seus militantes, principalmente no Brasil” (Ibid.). Por esses motivos ele defendia os projetos editoriais em que se envolveu como um espaço de debate para temas do “progressismo” e “humanismo”, tomando o cuidado “de não incidir no sectarismo, abrindo a intelectuais de variada tendência política” (Ibid.).

Em mais de uma ocasião Félix frisou a defesa das “várias correntes do humanismo contemporâneo” (Félix, 1979, p. 7), expressão que ele entendia como um combate ao “esquerdismo”, “sectarismo” e/ou “dogmatismo” presente em alguns grupos das esquerdas dos anos 1960 e 1970, em sua perspectiva; e que também foi um guia editorial para as publicações de livros em que participou.

Dessa maneira, o tema do humanismo está presente nesse trabalho como forma de responder como essa perspectiva estruturou e foi estruturada por Moacyr Félix ao longo de sua trajetória intelectual e literária, e de que forma ele se relaciona com as transformações do campo cultural e político brasileiro no século XX. A pesquisa parte da hipótese de que Moacyr Félix foi um intelectual que apresentou uma trajetória contraditória e ambivalente ao longo de sua vida, marcado por estratégias de adaptação e mediação no meio cultural. Embora frequentemente identificado como um poeta e editor de esquerda, associado à poesia social e à militância comunista, sua formação católica e suas relações com figuras do pensamento cristão exerceram influência significativa em sua obra e atuação intelectual.

Defendemos, portanto, que o humanismo de Moacyr Félix foi construído como um espaço de mediação entre diferentes tradições intelectuais, especialmente o catolicismo, o marxismo e o existencialismo. Ele representava uma tentativa de articular um pensamento crítico que combinasse engajamento político e uma visão ética da transformação social. Esse humanismo se expressou tanto em sua produção poética quanto em sua atuação editorial, consolidando-o como um dos atores da cultura nacional-popular. Sua trajetória na *Civilização Brasileira* e na *Paz e Terra* revela seu esforço em construir um espaço de debate entre cristãos progressistas, marxistas e humanistas, fato reiterado até o último projeto na *Encontros com a Civilização Brasileira*, cujo objetivo da revista era, entre outras coisas, servir às causas humanistas.

Ao longo da pesquisa, busca-se compreender de que maneira esses elementos coexistiram e se manifestaram em sua produção literária e editorial, bem como nas formações culturais e redes de intelectuais das quais participou.

A trajetória de Moacyr Félix foi marcada por tensionamentos que atravessam seu percurso intelectual e literário. Um dos principais conflitos reside na já citada relação com o comunismo. Sua posição intermediária entre a militância e a autonomia intelectual gerou conflitos os quais não conseguiu solucionar. Ao mesmo tempo, sua própria produção literária tensionava-se entre o lirismo e o engajamento político, expressando um dilema comum entre escritores do período: a dificuldade de conciliar liberdade estética com uma prática literária voltada à transformação social.

Outro ponto de tensão significativo em sua trajetória foi sua relação com o catolicismo. Tendo sido formado em colégios jesuíticos e influenciado por intelectuais cristãos, como Alceu Amoroso Lima, Félix incorporou elementos do pensamento católico em sua visão de mundo, especialmente na valorização do humanismo e da sua dimensão ética na ação política, fato que impacta também na sua atuação poética e na escolha de elementos formais para expressar esse tal compromisso, submetendo sua estética a uma ética. No entanto, seu afastamento da religião e sua adesão ao marxismo geraram fricções, ao mesmo tempo em que não se identificava completamente com intelectuais comunistas. Esse conflito pode ser visto no período em que esteve em Paris e imediatamente após sua volta ao Brasil. Essa intersecção entre formação católica e compromisso político de esquerda constituiu sua atuação intelectual ao longo

desses anos, forma que não foi muito bem resolvida e o colocou num espaço de coadjuvante na construção do projeto nacional-popular.

Apesar disso ou por causa disso, durante as décadas de 1950 e 1970, Félix esteve envolvido na disseminação de uma cultura comprometida com a formação de uma identidade nacional atrelada às lutas populares. No entanto, com o recrudescimento do regime militar e a reconfiguração do campo intelectual brasileiro, especialmente nos anos 1970, o projeto nacional-popular passou a enfrentar desafios crescentes. Seja por parte dos próprios militares, seja no esgotamento desse processo, com o avanço de perspectivas críticas ao ideário progressista de até então e a consequente rearticulação das esquerdas. O impacto na recepção das ideias defendidas por Félix leva a um certo isolamento do intelectual e ao declínio de suas atuações na cena cultural brasileira.

Nos anos 1980, com o processo de redemocratização, questões mais pragmáticas envolvendo os trabalhadores ganharam maior destaque, em detrimento de uma perspectiva totalizante do nacional-popular. A trajetória de Félix, que havia sido em alguma medida sustentada por uma visão humanista e progressista baseada no fortalecimento da consciência de classe, viu-se desafiada por novas configurações ideológicas e discursivas.

Para dar conta de entender esse processo, a abordagem utilizada neste trabalho está ancorada na sociologia da cultura, considerando que as trajetórias intelectuais constituem e são constituídas por práticas sociais, formações culturais e contextos históricos específicos, produzindo modos de ser e um conjunto de obras (ou produtos culturais) que expressam a concretude das tensões, conflitos, inovações e mudanças reais na organização social, além é claro de suas continuidades e determinações (Williams, 2000, p. 28-29). Para tal, adotam-se conceitos teórico-metodológicos de autores como Pierre Bourdieu (1996; 2007), Raymond Williams (1965; 1979; 2000; 2011a; 2011b; 2015) e Lucien Goldmann (1967a; 1967b), permitindo uma análise que transcenda a perspectiva biográfica e situe Moacyr Félix dentro de um campo de disputas culturais e ideológicas, identificáveis na segunda metade do século XX, no Brasil.

Williams (1979; 2000; 2011) propõe que a cultura deve ser analisada não apenas como um conjunto de produtos estéticos, mas como uma prática social dinâmica, na qual diferentes formações culturais coexistem e disputam hegemonia. Dentro desse arcabouço, a trajetória de Moacyr Félix pode ser

compreendida como parte de um processo mais amplo de transformação das “estruturas de sentimento”, conceito mobilizado por Williams (1979; 2011) para descrever como mudanças culturais e ideológicas são vividas subjetivamente e expressas artisticamente ao longo do tempo.

A forma como Félix transita entre as “formações culturais” (Williams, 2000) demonstra como as estruturas de sentimento em um determinado período histórico são atravessadas por tensões e disputas simbólicas. Compreender essas dinâmicas permite problematizar a própria construção do modernismo brasileiro, como um fenômeno de longa duração histórica (Napolitano, 2022) e as disputas intelectuais que ocorreram nos meandros da produção cultural e política do país.

Estando na sociologia da cultura, abordou-se uma coleção de autores que favorecem uma leitura “dialecticamente íntegra”, nas palavras de Antonio Candido, em que texto e contexto se fundem na análise cultural. Goldmann (1967a) caracteriza como tarefa de quem se dedica a este tipo de análise não perder de vista o que a produção cultural informa. No caso em questão, o texto é a materialidade da análise em vez das intenções e construções posteriores do autor sobre o texto, embora essas intenções sejam mobilizadas para tensionar a perspectiva de Félix sobre a sua própria trajetória e a tentativa de dar coerência e linearidade às suas ações. “O valor estético permanece sempre o critério fundamental, tanto para a significação objetiva da obra estudada quanto para o valor dos testemunhos conscientes do escritor” (Goldmann, 1967a, p. 76). Como não serão abordados apenas textos de caráter estético, estendemos a afirmação para os outros tipos de produção cultural. “A tarefa do historiador [e sociólogo] dialético é explicitar, através de uma análise estética imanente, a *significação objetiva* da obra, significação que é a única que ele pode, em seguida, tentar relacionar com os fatores econômicos, sociais e culturais da época” (Ibid.).

Este tipo de análise passa a enfrentar, questionar e se afastar daquelas que tentam encontrar nos psicologismos e nas individualidades o traço que especifica determinada produção cultural. Esse apelo a psicologismos enfatizam o autor como uma “personalidade singular, espécime congruente de sujeito anfíbio, persona particular em envoltório universal” levando a “predicados de um modelo a-histórico de excelência, de sensibilidade, de invenção” (Miceli, 2022, p. 112-113) em vez de compreendê-lo como parte do processo histórico.

A especificidade da composição de Félix enquanto indivíduo produtor de poesia não é evidentemente negada, contudo, tampouco pode ser a determinante de uma análise que se pretende contemplar o instrumental teórico-metodológico de determinada sociologia da cultura para que análises mais profícuas ultrapassem a relação mecanizada entre texto e contexto, como se um fosse o determinante do outro.

Quando nos colocamos ante uma obra [...] temos vários níveis possíveis de compreensão, segundo o ângulo em que nos situamos. Em primeiro lugar, os fatores externos, que a vinculam ao tempo e se podem resumir na designação de sociais; em segundo lugar o fator individual, isto é, o autor, o homem que a intentou e realizou, e está presente no resultado; finalmente, este resultado, o *texto*, contendo os elementos anteriores e outros, específicos, que os transcendem e não se deixam reduzir a eles (Candido, 2000, p. 33).

Por outro lado, o risco de considerar o poeta com uma sensibilidade qualitativamente diferente e/ou superior da de outras pessoas e que tal sensibilidade não é atravessada por processos históricos, é classificá-lo a partir de generalizações abstratas que a depender do agente estudado recai na figura do “gênio criador”. Félix tem uma origem de classe, instituições que o consagram através de educação formal, acesso a instâncias da cultura e, além disso, é atravessado por um processo que o singulariza enquanto sujeito, mas não o desconecta das relações de sociabilidade, ou seja, de acordo com Sirinelli (2003) está numa rede de “sensibilidades ideológicas”.

Nesta pesquisa, tensionamos justamente o oposto do gênio criador, mas a perspectiva do “poeta menor”, pois apesar de gozar de todas essas esferas, Félix, diferentemente de alguns de seus pares, não se consagrou como cânone na poesia brasileira. Também procuramos dar algumas respostas para esse fenômeno.

No que tange a parte teórico-metodológica, gostaríamos ainda de fazer um último comentário a respeito da nossa leitura sobre as “ambiguidades” ou “ambivalências” de Félix. Ainda que não detalhada ao longo do trabalho, há uma assimilação da compreensão de Norbert Elias (1995), quando ele afirma a articulação entre o sujeito e a estrutura quando se estuda um artista. Elias faz isso ao debater a existência social de Mozart como um sujeito que não se desloca do período em que vive e cuja arte não escapa, sendo um

“microprocesso do macroprocesso” (Elias, 1995, p. 46). O que tem como consequência a relação *outsider-establishment* (Ibid., p. 38-39), em que Félix é parte integrante e integrada à esquerda brasileira ao mesmo tempo em que não pertence ao *establishment* do partido, o que leva a uma relação ambivalente em relação à esquerda brasileira. E o mesmo pode-se afirmar sobre sua participação no seio católico na medida em que deixa de compor o *establishment* para se colocar como um *outsider*.

Com esses instrumentais teórico-metodológicos a pesquisa se constrói dividida em cinco capítulos. Utilizando-se da biografia do poeta para realizar o estudo de trajetória, optou-se pela cronologia, uma vez que ainda não há estudos que sistematizaram a vida de Félix. Sua produção poética foi objeto de estudo apenas de Diogo César Nunes (2017), a partir da perspectiva da psicologia social, cuja ênfase recai na permanência de uma poética utópica como elemento unificador e central de sua obra. Por isso, entendemos a ferramenta cronológica como a mais didática para realizar a tese e abrir questionamentos para estudos futuros.

No capítulo um, “Do Santo Inácio à Faculdade Católica do Rio de Janeiro: os anos de formação de Moacyr Félix”, como indica o título nos dedicamos a abordar os anos de formação intelectual e religiosa de Moacyr Félix, destacando sua passagem pelo Colégio Santo Inácio e pela Faculdade Católica do Rio de Janeiro. Esse período é fundamental para a construção da sua identidade intelectual e poética por meio do meio do catolicismo. A publicação de *Cubo de Trevas* (1948) marca sua estreia no cenário literário, refletindo um embate entre espiritualidade e inquietações filosóficas. Nosso objetivo inicial, é desfazer a imagem comum na historiografia que apenas o tangencia de um intelectual enraizado no comunismo e na poesia engajada e demonstrar o substrato religioso presente na sua formação intelectual.

No capítulo dois, “Entre a cruz e a foice”, Moacyr Félix passa por um intenso processo de transformação ao se engajar num meio intelectual diferente do catolicismo, especialmente durante a sua volta de Paris na primeira metade dos anos 1950. Nesse período, ele entra em contato com correntes filosóficas existencialistas e marxistas, o que reflete em sua produção literária e em sua aproximação com círculos políticos de esquerda. Suas obras começam a expressar um dilema entre a fé e o compromisso social, consolidando sua

participação na cena cultural e política brasileira. *O pão e o vinho* (1959), analisado nesse capítulo, expressa a síntese de um entendimento intelectual que Félix constrói a partir das suas leituras de Marx e da participação das querelas filosóficas do existencialismo francês entre Merleau-Ponty e Jean-Paul Sartre. Consideramos esse um dos pontos fundamentais de sua trajetória, deixando como consequência as ambivalências que ele carregaria ao longo da vida e como elas iriam interferir nas suas estratégias intelectuais e na sua produção poética.

No capítulo três, “Você é comunista, não é?”, a militância política do poeta se intensifica, justamente no período em que ele participa ativamente da Editora Civilização Brasileira, a partir dos anos 1960 e publica *Violão de Rua – Poemas para a Liberdade* (1962), obra que expressa seu compromisso com as lutas características do período e que elabora o humanismo de maneira mais consciente ao defendê-lo no prefácio de *Violão de Rua*. É também nos anos 1960 que ele se articula no CTI e publica o livro *Canto para as transformações do homem*, analisado nesse capítulo.

No capítulo quatro, “Em defesa do humanismo: o projeto Paz e Terra”, busca expressar o diálogo entre diferentes correntes do humanismo da religião e da política e como Félix faz a mediação entre ambos os mundos. A publicação buscava conciliar valores cristãos e progressistas, enfrentando desafios impostos pelo regime militar. Esse projeto pode ser considerado uma síntese de sua trajetória, promovendo um humanismo engajado e aberto ao debate. Aqui, analisamos a Revista Paz e Terra e a sua relação com a rearticulação da Igreja Católica a partir das encíclicas de João XXIII.

No capítulo 5, “O canto do exílio em torno da democracia: *Canção do exílio aqui e Encontros com a Civilização Brasileira*”, pretende apresentar as limitações do projeto nacional-popular que foi construído por Félix a partir da perspectiva humanista. No final dos anos 1970, com a abertura política, o poeta participa da retomada da *Revista Civilização Brasileira* sob o título *Encontros com a Civilização Brasileira*. Esse projeto reflete as tensões e esperanças da transição democrática, reafirmando seu compromisso com a liberdade intelectual. No entanto, as dificuldades editoriais e o novo contexto político limitam o impacto da publicação, marcando o crepúsculo de sua atuação no cenário cultural brasileiro. Esse momento, defendemos que foi captado por Félix no livro anterior, publicado

em *Canção do exílio aqui* (1977), a partir de um tipo de “consciência prática” (Williams, 1979) que elaborou, contraditoriamente, uma vez que a Anistia foi assinada dois anos depois, o início do seu exílio.

Consideramos os anexos como parte importante da pesquisa, por isso foram indicados ao longo do texto para o leitor interessado realizar o cotejo e o aprofundamento necessário. Nas ocasiões em que poderia haver dificuldade de entendimento ao leitor menos familiarizado com a letra de Moacyr Félix, realizou-se uma transcrição após a imagem.

Muitos dos documentos aqui publicados nunca foram acessados por pesquisas anteriores, por isso, escolheu-se pela disseminação dos arquivos encontrados para fomentar pesquisas futuras.

Acreditamos que este trabalho permite iluminar não apenas debates sobre poesia e política, mas também sobre as relações entre cultura, ideologia e formação intelectual no Brasil do século XX. Assim, esta tese é uma tentativa de contribuição para o debate sobre os modos de produção e circulação do pensamento social no Brasil realizados pela sociologia da cultura e pela história intelectual.

Por fim, a tensão entre autonomia intelectual e engajamento político permeia boa parte da trajetória de Félix. Sua recusa a aderir integralmente a uma corrente ideológica ou a um partido político revela um dilema característico dos intelectuais do período, que buscavam equilibrar liberdade criativa e compromisso social. Essas ambiguidades tornam Moacyr Félix um caso emblemático para compreender os desafios da intelectualidade brasileira e as formas de negociação simbólica em um contexto de intensas disputas culturais e políticas.

1 Do Santo Inácio à Faculdade Católica do Rio de Janeiro: os anos de formação de Moacyr Félix

Quando Saturnino de Oliveira Filho, pai de Moacyr Félix, iniciou sua carreira, como médico-farmacêutico no exército brasileiro, durante a Primeira República, as forças armadas já passavam por um processo de profissionalização e consolidação enquanto instituição que promoveria aos seus estratos mais elevados capital simbólico e material. Sua condição de vida favorável pode ser observada com a notícia do seu casamento com Georgina Félix de Souza, única menção ao nome da mãe de Félix encontrada nos jornais. Ter o casamento noticiado não era algo incomum, listas informavam uma série de casais que haviam consumado o matrimônio, mas nelas apenas alguns extratos sociais com acesso à educação formal e dispondo de acessos a outros bens figuravam.

Saturnino, diferentemente da esposa, apareceu algumas vezes nos jornais do Rio de Janeiro. Na década de 1920, exclusivamente na publicização de atos oficiais. Menos de um ano após o seu casamento, o Jornal do Commercio noticiou a sua transferência da enfermaria do Hospital Pouso Alegre para o cargo de auxiliar de farmácia no Hospital Central do Exército. O mesmo jornal informou sobre a convocação para os exames de Medicina, curso que fez até o final, inclusive exames práticos, embora não tenha exercido a profissão. Fato representativo sobre a estabilidade, possibilidade de promoção, prestígio adquirido e ganhos salariais que uma carreira no oficialato do exército prometia, cuja concretização de fato ocorrera, chegando a general de brigada em 1952, um ano após receber o grau de “cavaleiro”, no Quadro Ordinário do Corpo de Graduados Efetivos da Ordem do Mérito Militar.

Antes disso, passou por outros cargos de prestígio social, foi eleito membro da Academia Brasileira de Medicina Militar, alcançando o posto de presidente da Seção de Farmácia, na qualidade de major farmacêutico, conforme notícia da revista *O Brazil-Médico: revista semanal de medicina e cirurgia* (dezembro de 1946). Em 1948, era tenente-coronel e diretor da Farmácia do Exército. Todos os postos foram galgados a partir do acesso aos bens simbólicos e culturais (Bourdieu, 2007, pp. 99-203) restritos a uma fatia da população brasileira durante o século XX e mais ainda em sua primeira metade.

Por causa da carreira militar e formação enquanto médico-farmacêutico, fez cursos promovidos pela própria instituição que permitiam um desenvolvimento intelectual na área. De acordo com notícia do *Jornal do Commercio*, de fevereiro de 1926, um mês antes do nascimento de Moacyr Félix, o Ministro da Guerra ordenou sua matrícula no curso de Aperfeiçoamento da Escola de Aplicação do Serviço de Saúde, com duração trimestral (os três primeiros meses de vida de Félix — confirmando o núcleo familiar pequeno-burguês em que a mulher se dedicava aos cuidados dos filhos e da casa, enquanto o homem a prover os bens materiais).

Três anos após o nascimento de Félix, há uma notícia que cita nominalmente a presença de “Saturnino de Oliveira Filho e família” na missa para celebrar o finado Dr. Leopoldo de Bulhões, ex-ministro da Fazenda e ex-senador, na Igreja de Nossa Senhora da Candelária. Ou seja, Moacyr Félix, desde o seu nascimento, já herdara uma posição social que lhe possibilitaria escolhas, acessos e formações num contexto brasileiro ainda bastante restritivo para determinadas classes e convidativo para outras. Assim como para seus irmãos: o mais velho, Roberto Félix, fez carreira como engenheiro; Nelson Félix, médico; na sequência Moacyr; e, por fim, Maria Helena Félix, psicóloga e professora, além de ter sido proprietária da escola para primário e ginásio, “Instituto Copacabana”, onde Ragnar Lagerblad, filho de Moacyr, estudara.

As principais profissões liberais da época destinadas à pequena-burguesia brasileira foram preenchidas pelos quatro filhos, pois Moacyr Félix fez carreira no direito, sendo membro da Ordem dos Advogados do Brasil, desde 1949, e procurador da República, carreira que conciliou com suas atividades editoriais e artísticas (e que discutir-se-á mais adiante), como sua irmã, que também dedicou parte de suas atividades ao teatro, tendo peças encenadas e publicadas no Rio de Janeiro.

A casa em que Moacyr Félix nasceu forneceu desde os primeiros anos, para ele e para os irmãos, as possibilidades para a perpetuação do capital simbólico e material destinado às camadas mais altas da sociedade brasileira, inclusive permitindo que todos fizessem o secundário, mecanismo de seleção e discriminação escolar entre as classes sociais no Brasil. Após a Revolução de 1930, o ensino secundário foi resguardado para as classes dominantes, enquanto para as menos abastadas coube o ensino profissional. A primeira

formava lideranças sociais e a segunda mão de obra para o trabalho, característica marcante do governo Vargas que acelerava os processos de industrialização.

Enquanto compete a todos amar a pátria com fidelidade e devoção, cabe a muito poucos dirigir o país. Há implícito o postulado de que a história é feita por personagens “especiais”. E é precisamente no ensino secundário que são preparadas estas “individualidades condutoras”, que se constituem como porta-vozes de princípios “espirituais” que há de se “infundir nas massas” – vistas como uma espécie de receptáculo dentro do qual introduz-se, inculca-se, determinados paradigmas de comportamento –, e “tornar habituais” entre o povo. Trata-se, portanto, de uma rotinização das respostas a serem emitidas pelos comandados frente as ordens providas de seus superiores, com relação ao modelo de conduta requisitado (Capelo, 1982, p. 401).

O ambiente escolar age como um dos espaços privilegiados de construção de “tradições seletivas” (Williams, 1965), a partir da determinação e criação de significados e valores, em suma, do lastro cultural identificado com sua classe. O sistema escolar torna-se uma ferramenta de dominação e classificação de um conjunto de pessoas estratificadas em classes. Estabelecendo um intercâmbio entre a dominação cultural e o poder político, reservando às classes com mais acessos a seleção do que é considerada uma cultura legítima, isto é, aquela que foi selecionada por uma minoria ante uma gama de práticas, significados e valores que foram negligenciados em decorrência da dominação econômica e política. Logo, a permuta entre poder político e dominação cultural passa a ser expressa a partir da condição da propriedade material e o que é apresentado como uma crítica cultural – neste caso em particular, a formação educacional católica de Moacyr Félix e no limite a sua poesia, como veremos mais adiante – também é o suporte da crítica política na sociedade de classes (Id., 2015, p. 54-55).

Se a escola é um dos *loci* privilegiados de formação de um sujeito, agindo como tradição seletiva na formação de uma cultura e de uma visão de mundo daí decorrente, cabe compreender o significado de estudar o seu processo formativo no colégio Santo Inácio durante o Estado Novo, e como este e a Igreja Católica se relacionavam e, tão importante quanto, analisar alguns aspectos de formação do catolicismo no Brasil nas primeiras décadas do século XX, pois esta análise dará suporte para pôr a hipótese desta tese em xeque.

1.1 O pensamento católico nas primeiras décadas do século XX: entre a Primeira República e o Estado Novo

O ano de 1922 se relacionou com a formação de Moacyr Félix de diferentes maneiras e momentos da sua vida. No terreno artístico, a realização da Semana de 1922, em São Paulo, marcou o início do modernismo das artes brasileiras² cuja importância seria marcante não só para ele, mas para diferentes gerações de poetas que teriam à direita e à esquerda referências de atualização e superação das formas artísticas vinculadas ao século XIX.

No terreno político, a fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB) foi outro marco cuja relação com a intelectualidade brasileira de esquerda se fez presente com intensidade pelo menos até o golpe de 1964, atingindo da mesma forma Félix, o qual esteve próximo ao longo da sua vida enquanto militante, realizando tarefas de militante, tendo posições militantes, embora sem integrar o partido enquanto militante.

E no terreno religioso, 1922 também se tornou um divisor de águas. A fundação do Centro D. Vital (CDV), no Rio de Janeiro, marcou o “renascimento católico” conjuntamente à fundação da revista *A Ordem*, um ano antes. Das atividades do Centro saíam a Universidade Católica, local em que Félix estudou.

A partir dos anos 1920, a “reação católica” (Salem, 1982, p. 101) foi necessária, pois com a Proclamação da República, o laicismo ganhou força nas camadas intelectualizadas com forte influência do positivismo francês, o que levou a uma marginalização da Igreja no interior do projeto político nacional. O arcebispo D. Leme, figura de referência na Igreja na primeira metade do século XX, sugeriu investir na intelectualidade e na educação religiosa como estratégia de realocação da instituição religiosa em lugar de destaque nos destinos da nação.

Como programa de ação sugere, de um lado, a luta contra o ensino leigo — consagrado pela Constituição de 1891 — por meio da

² O debate sobre o início do modernismo é mais complexo. Enquanto expressão artística, não se reduz à Semana de 1922, tampouco se origina nela. A Semana age apenas como uma representação possível do movimento modernista no Brasil e é assim que a compreendemos. Pesquisas já questionam essa posição do grupo paulistano, como o catalisador do modernismo no Brasil. Uma síntese desse questionamento pode ser vista em Cardoso (2022).

introdução do ensino religioso nas escolas oficiais. Justificando que essa exigência não se constituía em um privilégio, mas em um direito que cabia à maioria católica do país, o arcebispo demanda também subvenções, por parte dos poderes públicos, às escolas confessionais. De outro lado, a pastoral já alerta para a necessidade de criação de uma universidade católica com vistas ao recrutamento e socialização de elites que, orientadas segundo princípios cristãos, se capacitariam para promover a unificação moral do país (Ibid., p. 103).

O Centro D. Vital foi, entre as décadas de 1920 e 1940, o polo de debates a refletir intelectual e politicamente a Igreja Católica no Brasil e como ela atuaria enquanto organização eclesiástica. Ele surge como uma derivação da revista *A Ordem*, cuja fundação se deu no seio da “reação católica” sob influências do pensamento tradicionalista e reacionário francês, que tinha na *Action Française*, dirigida por Charles Maurras, a sua principal organização, fundada também com o objetivo de revitalizar a hegemonia ético-cultural da Igreja e apoiada na percepção de que a política deveria estar subordinada às concepções morais do catolicismo. “Associado a essa concepção estática e defendendo a desigualdade entre os homens como um dado natural, essas correntes de pensamento tinham como fulcro a sacralização da ordem, da hierarquia e da autoridade” (Ibid., p. 105). Com consequências na defesa da tradição, no nacionalismo e contrários a qualquer tipo de ideologia cujo propósito seria o de subversão da “ordem natural” do mundo, ou seja, comunismo e liberalismo.

Influenciado por essas ideias, Jackson de Figueiredo criou, em 1921, *A Ordem*, cujo objetivo era disseminar o catolicismo e combater ideologias contrárias à Igreja. Apesar de fundada pelo laicato, a revista se dizia obediente à hierarquia eclesiástica e tinha em D. Leme o guia do movimento. Com a fundação posterior do Centro D. Vital, este passou a funcionar como um espaço de ajuntamento de intelectuais católicos em que cursos de doutrina religiosa eram promovidos.

De perfil mais militante, Jackson de Figueiredo permaneceu na direção do Centro D. Vital até sua morte em 1928, quando então assumiu Alceu Amoroso Lima com a perspectiva de angariar intelectuais e realizar formações culturais e educativas. Embora sempre tenha sido um objetivo, conforme presente no número nove (abril de 1922) de *A Ordem*, a “recatolização da nossa

intelectualidade” (apud Capelo, 1982, p. 368),³ pensada como uma solução nacional. Em 1929, assinando a coluna *Vida Literária*, em *O Jornal*, Alceu louvou a “contrarrevolução, da volta às raízes, da reposição da nacionalidade em sua estrutura fundamental, e para dizer tudo em uma palavra – de uma recristianização total do Brasil” (apud Lafetá, 2000, p. 91).

Alceu Amoroso Lima não esteve sempre próximo ao catolicismo, sua formação foi influenciada pelo agnosticismo e evolucionismo spenceriano. Pelo menos até 1924, esteve distante dos católicos, quando passou a ler Bernanos, Chesterton e Maritain.

Do primeiro, que classifica como um reacionário, absorve a ideia da necessidade de uma atitude militante em resposta ao intelectualismo descompromissado e ao ateísmo; do segundo, definido como um anti-tradicionalista e um dos reabilitadores da liberdade dentro do pensamento da Igreja, incorpora a noção do reformismo católico distributivista como uma síntese entre o capitalismo e o socialismo. Maritain, por fim, se constituiu num de seus principais mestres com seus conceitos de “democracia cristã”, “democracia social” e “humanismo integral” (Salem, 1982, p. 108-109).

Este retorno aos anos 1920, torna-se importante para perceber determinados aspectos que marcaram Félix em sua trajetória. Alceu Amoroso Lima foi seu professor na Universidade Católica e seu primeiro editor (*Cubo de trevas*, 1948, editora Agir) e o próprio Alceu destaca a preponderância de Maritain e do seu “humanismo integral” em sua formação, assim como o “humanismo” foi algo que acompanhou Félix em suas posições militantes e poéticas até o final de sua vida (discutir-se-á mais adiante as intersecções entre os tipos de “humanismo” na trajetória intelectual de Félix). Acresce-se a isso a concepção de intelectualismo descompromissado que em Félix se expressou como ação militante sem sectarismo e o repúdio a diversos posicionamentos do PCB, que historicamente foi um partido conhecido por suas políticas de aliança, cuja consequência foi a sua ausência enquanto militante partidário e diálogos amplos com camadas intelectuais conservadoras. Em entrevista, Félix recorda

³ Capelo destaca alguns nomes significativos que colaboraram na revista, alguns permaneceriam num polo conservador, enquanto outros migrariam para outros grupos, reajustando-se no debate intelectual nacional reatualizando as práticas e projetos vinculadas ao modernismo e à modernidade brasileiros; entre os nomes citados por Capelo constam: os poetas Vinicius de Moraes, Augusto Frederico Schmidt, Jorge de Lima e Murilo Mendes; os escritores e críticos literários Afrânio Coutinho, Agripino Grieco, Plínio Correia de Oliveira, Otávio de Faria, Marques Rabelo, Santiago Dantas; além de outros.

um conselho de Alceu Amoroso Lima, quando se encontraram em Paris no início da década de 1950. Teria dito o crítico: “[...] o poeta nunca deve se meter numa instituição. Só isso. Não entre para esse ou aquele partido. Faça tudo o que quiser, mas não se meta numa instituição para não quebrar sua independência” (Félix, 2002, p. 169). O conselho foi dado justamente num momento em que o poeta se aproximava com mais intensidade das obras de Marx e Sartre, o qual já tinha publicado seus textos sobre a importância do engajamento do intelectual. As relações cultivadas por Félix nos seus anos de formação ao lado de intelectuais católicos tiveram consequências duradouras na sua atuação anos depois.

O crítico literário, por sua vez, cita Jackson de Figueiredo como quem exerceu nele a maior influência, principalmente entre os anos 1924 e 1928, processo de conversão ao catolicismo que se deu via as teses de Jackson que foi profundamente influenciado pela *Action Française* e a perspectiva mais autoritária, antidemocrática e tradicionalista da Igreja, cuja força só começaria a esvaecer-se dez anos depois, em 1938, quando Alceu retorna às ideias de Maritain, Thomas Merton e Teilhard de Chardin que o reposicionam numa perspectiva liberal e num catolicismo voltado para reformas sociais.

Sua perspectiva diante da direção do Centro D. Vital reflete as suas posições enquanto um agente voltado para a cultura e formação intelectual, embora também possa ser interpretada a partir da orientação do papa. Em 1926, Pio XI proibiu os católicos de participarem da *Action Française* classificando como “modernismo político” e identificando manifestações de um novo sistema religioso, moral e social com noções próprias em relação a Deus e encarnação e, como consequência, o questionamento da própria Igreja. O católico, segundo orientação de Pio XI, deveria se empenhar na Ação Católica, jamais na ação política, por isso o movimento integralista também se tornou um perigo para a Igreja Católica no Brasil, não obstante as coadunações ideológicas. “Alceu Amoroso Lima [...] deu a este [CDV] nova orientação. [...] Não mais visando à política partidária, com base na doutrina de *A Ordem*, mas dirigida para o aprofundamento doutrinário. Não mais só combate, porém mais estudo. Não mais a linha da *Action Française*, mas a linha libertária de Maritain” (Moura, 1978, p. 152). O que funcionou também como uma estratégia de consolidar-se diante dos eclesiásticos.

Ante o quadro em que parte da sociedade brasileira estava inserida, com um emergente modernismo em diferentes esferas, Alceu Amoroso Lima compreendeu como propósito central do Centro D. Vital o desenvolvimento de uma cultura católica. Em consonância com o projeto, D. Leme elegeu o Padre Leonel Franca como assistente eclesialístico do Centro. O Pe. Leonel Franca, em 1915, havia sido professor no colégio Santo Inácio, onde Félix estudara cerca de vinte anos depois, sacerdote jesuíta estava interessado nas pessoas cultas e nos universitários, foi também o primeiro reitor da Universidade Católica (1941-1948). Havia um entendimento entre os três de que o Centro D. Vital, após a morte de Jackson de Figueiredo, precisava de uma nova angulação que estivesse em conformidade com os desígnios da Santa Sé, em que a função espiritual da Igreja estivesse no mesmo passo que missão cultural do laicato.

Com propósitos apostólicos e ainda sustentando que a solução dos impasses nacionais dependia de uma regeneração moral das elites, a nova liderança procura ampliar o debate cultural, investindo mais intensamente na cooptação de intelectuais. O número de sócios que em 1928 era de 50 se expande para 500 em 1935. Congruente com a nova orientação, as reuniões informais se transformam em cursos e conferências sobre filosofia, sociologia ou assuntos relacionados com religião, atraindo um público cada vez mais numeroso. Destinados, a princípio, apenas aos sócios do centro, esses encontros acabam sendo frequentados por professores, intelectuais, políticos e empresários mesmo que não formalmente vinculados à organização. Dentre os conferencistas convidados destacam-se personalidades como Osvaldo Aranha, Pedro Calmon, Américo Lacombe, Tasso da Silveira, Afrânio Peixoto, Maritain e Bernanos. Ademais, deve-se também a Alceu a iniciativa de convidar para trabalharem no Centro D. Vital intelectuais não católicos como, por exemplo, os poetas Murilo Mendes e Jorge de Lima (Salem, 1982, p. 110).

Em paralelo a isso, outros movimentos e associações foram fundados: Associação Universitária Católica (1929), a qual deu origem à Juventude Universitária Católica (JUC); Instituto Católico de Estudos Superiores (1932); Confederação Nacional de Operários Católicos (1932), que surgiu para combater o comunismo junto aos trabalhadores urbanos; Confederação da Imprensa Católica e a Associação de Livrarias Católicas. Essas entidades, mais o Centro D. Vital, formariam a Coligação Católica Brasileira que foi substituída, em 1935, pela Ação Católica Brasileira, a mais importante organização laica da Igreja no Brasil.

A criação da Ação Católica foi uma reação à apostasia de grande fatia da sociedade. A Igreja por perder sua hegemonia enquanto detentora dos meios de luta passou a ter que atuar em terreno que não lhe era próprio. Daí acoplar-se com o laicato e tomar de empréstimo formas de atuação política que não lhe eram adequadas, como a organização política de massa. A Igreja, nacional e internacionalmente, estava na defensiva e deixou de ser uma força ideológica mundial para ser subalterna, e a Ação Católica tentava reverter tal situação, embora sua prática política só a confirmasse ainda mais (Gramsci, 2007, p. 152-153).

Estando enfraquecida num contexto mais amplo, naquilo que Williams (2011) definiria como “questões de época”, não havendo mais o mesmo domínio de outros períodos, há um outro lado, as “questões históricas”, que trabalha com aspectos dominantes, residuais e emergentes de um tempo histórico que se atualiza absorvendo novas estruturas sociais para garantir a hegemonia ou ainda se faz presente residualmente (Ibid.). Por isso, sendo a Igreja uma instituição milenar, ainda que ela não tivesse mais a hegemonia dos meios políticos, sempre foi uma instituição a ser considerada, mesmo na Primeira República quando o positivismo contaminou a vida política brasileira. É a partir da Revolução de 1930, contudo, que Igreja e Estado voltam a ter relações de troca em vista de um objetivo comum.

Após 1930, a multiplicidade de atores em disputa concorrendo pelo poder favorece o ressurgimento da Igreja como força a ser considerada, adicionando a isso a proximidade do ideário católico de Jackson de Figueiredo – que não se esvaneceu após sua morte, a maioria dos integrantes do Centro D. Vital simpatizava com os regimes de direita europeus, tendo sido o Estado Novo salazarista e as vitórias franquistas elogiados por Alceu Amoroso Lima – coadunar-se em vários aspectos com algumas perspectivas pós-1930, seja uma ideologia autoritária ou paternalista. A defesa da “ordem”, destacada pelos movimentos católicos, interessava ao governo, assim como os trabalhos de prevenção do comunismo e as amplas massas de católicos faziam da Igreja uma aliada indispensável por parte do governo varguista.

As divergências entre certos setores do governo e os movimentos católicos, demonstrando as ambivalências nas posições das instituições através de seus agentes, ficam nítidas na crítica que Alceu Amoroso Lima tece a

Francisco Campos, o responsável pela reforma na educação durante o governo Vargas. Alceu indica sinais explícitos de “contaminação marxista” na reforma proposta, particularmente nos cursos jurídicos em que houve a troca das cadeiras de “filosofia do direito” para “economia política” sob a justificativa de que o fato econômico é um pressuposto do fato jurídico.

É o triunfo de Karl Marx! A crítica aos fundamentos da filosofia do direito foi uma de suas obras iniciais, que ele sempre considerou como fundamental para a sua ação revolucionária materialista. As expressões do senhor ministro da Educação poderiam ser subscritas por qualquer marxista. E ainda se diz que é preciso combater o comunismo! Mas o verdadeiro comunismo é esse comunismo dos espíritos, é essa lenta penetração da filosofia materialista em todos os campos da atividade social. (...) Conquistando a Faculdade de Direito como a está conquistando, obtém o marxismo o ponto estratégico fundamental para contaminar toda mocidade dos cursos jurídicos e preparar assim o seu estado maior para os golpes que premedita (Lima, 1931, p. 26-27 apud Salem, 1982, p. 124-125).

O apoio que o movimento católico dava ao governo, não obstante suas divergências, carecia de uma troca e pelo menos desde a metade dos anos 1920 a Igreja se ocupava de duas questões: a implementação do ensino religioso nas escolas e a não legalização do divórcio. De acordo com Gramsci (2007, p. 234), os Estados deixaram de se indispor com a Igreja mais para se servirem dela e subordiná-la a seus próprios fins, e foi o que ocorreu. O ensino religioso foi inserido na Constituição de 1934 e mantido na de 1937, embora na qualidade de facultativo.⁴ Isso porque o Estado Novo tinha o seu próprio projeto e interesse com a educação que muitas vezes entrou em conflito com as sugestões pedagógicas católicas. Francisco Campos toma medidas normatizadoras no ensino secundário a caracterizar a escola como uma típica ordem disciplinar

⁴ Pelo menos, desde 1931, a questão já era abordada como um ponto sensível no diálogo com a Igreja. Em carta, Francisco Campos faz uma ponderação a Vargas sobre a temática: “Meu caro Presidente. Afetuosa visita. Envio-lhe o decreto junto, que submeto ao seu exame e aprovação. Como verá, o decreto não estabelece a obrigatoriedade do ensino religioso, que será facultativo para os alunos, na conformidade da vontade dos pais ou tutores. [...] O decreto institui, portanto, o ensino religioso facultativo, não fazendo violência à consciência de ninguém, nem violando, assim, o princípio de neutralidade do Estado em matéria de crenças religiosas. [...] Neste instante de tamanhas dificuldades, em que é absolutamente indispensável recorrer ao concurso de todas as forças materiais e morais, o decreto, se aprovado por V. Ex.a, determinará a mobilização de toda a Igreja Católica ao lado do governo, empenhando as forças católicas, de modo manifesto e declarado, toda a sua valiosa e incomparável influência no sentido de apoiar o governo, pondo ao serviço deste um movimento de opinião de caráter absolutamente nacional. [...] Pode estar certo de que a Igreja Católica saberá agradecer a V. Ex.a esse ato, que não representa para ninguém limitação à liberdade, antes uma importante garantia à liberdade de consciência e de crenças religiosas.” (apud Schwartzman, 1984, pp. 292-293).

moderna: as classes eram subdivididas em séries; criou-se um programa estabelecido no aprendizado progressivo e gradual; e um rigoroso esquema de horário. Elementos que objetivavam a vigilância e o enquadramento da juventude em torno dos projetos de modernização da nação brasileira.

Introduziu ainda a citada Reforma, um conjunto de normatizações para a admissão do corpo docente e seu registro junto ao Ministério de Educação, bem como para os cargos de inspetor de ensino. Romanelli destaca, entretanto, o caráter elitista na reforma do ensino secundário, pautado num currículo enciclopédico e num sistema de avaliação extremamente rígido, controlado do centro, exigente e exagerado quanto ao número de provas e exames, fazendo com que a seletividade fosse a tônica de todo o sistema. Basta dizer que para uma média de 102 disciplinas anuais, prescrevia-se em lei para cada disciplina, as seguintes modalidades de avaliação: uma arguição mensal; uma prova parcial e um exame final (Capelo, 1982, p. 332).

Por parte da Igreja, o interesse na educação se expressava nos terrenos político e econômico. Além de defender o ensino religioso obrigatório, buscava manter a dominância do ensino privado, cuja atuação era tão capilarizada na sociedade que a tornava quase detentora do monopólio desse tipo de ensino. A campanha realizada pela ala dos “renovadores” com a Escola Nova, cujos expoentes eram Anísio Teixeira, Celina Padilha e Fernando de Azevedo, em favor do ensino laico, gratuito e obrigatório, com projeto de expansão da escola pública em todo o país, era para Igreja um problema nas duas vias que se apresentava como uma ameaça à hegemonia mantida no setor educacional. Daí tornar-se importante a atuação da Ação Católica em outras esferas institucionais para angariar prestígio diante do governo, como a defesa do autoritarismo, a campanha contrária aos comunistas, a importância do patriotismo etc.

Francisco Campos, além de ter realizado a modernização no ensino, foi também o principal redator da Constituição de 1937. Em sua percepção, não havia contradição entre autoritarismo e democracia e foi a partir daí que construiu o texto constitucional, sob aprovação de notórios militares anticomunistas, entre eles Dutra, Góes Monteiro, Salgado e Raó. Este propôs, em 1936, a criação da Comissão de Repressão ao Comunismo; e Góes Monteiro era considerado como o mais autoritário, com campanhas contrárias à democracia (Ibid.).

Se, por um lado, Campos com a sua reforma na educação buscava enfatizar os princípios da racionalização, da modernidade e da modernização, com ênfase nesta, para suprir as demandas político-econômicas; por outro lado,

a moral e a espiritualidade ficavam à cargo dos discursos mais reativos e conservadores, caminhando na direção contrária do que propunha a Escola Nova. Campos afirmava a “recuperação de valores perdidos” que estariam fundamentados no tripé “religião, pátria e família”, cabendo à educação salvaguardar os princípios dessas instituições para combater excessos do liberalismo e perigos do comunismo. Por isso, na Constituição de 1934, contrapõe-se ao ensino laico que vigorava desde a constituição de 1891, enfatizando a preponderância do ensino religioso que deveria se sobrepor às “mais extravagantes e destemperadas teorias [...] superstições científicas e todas as cosmogonias, teodiceias e teologias racionalistas, sob o rótulo fraudulento de ciência” (Campos, 1940, p. 153 apud Capelo, 1982, p. 340).

Quando Moacyr Félix entra no colégio Santo Inácio, em 1939, para cursar o secundário,⁵ ele chega numa escola que já era desde 1931 considerada modelo de ensino no país. Estava no mesmo patamar do Colégio Pedro II. Isso implica uma parte significativa dos seus anos escolares, pelo menos o secundário, cursada numa escola católica que estava em consonância e defendia os valores propagados pelo Centro D. Vital e pela reforma de Francisco Campos.

As aulas de religião eram obrigatórias e no estatuto do colégio contava com normas que os alunos deveriam seguir submetendo-os aos objetivos religiosos. O surgimento do colégio remete-se precisamente à prática evangelizadora. Sob a direção dos jesuítas, a instituição surgiu para preparar alunos para a primeira comunhão, tornando-se no início do século XX, um colégio.

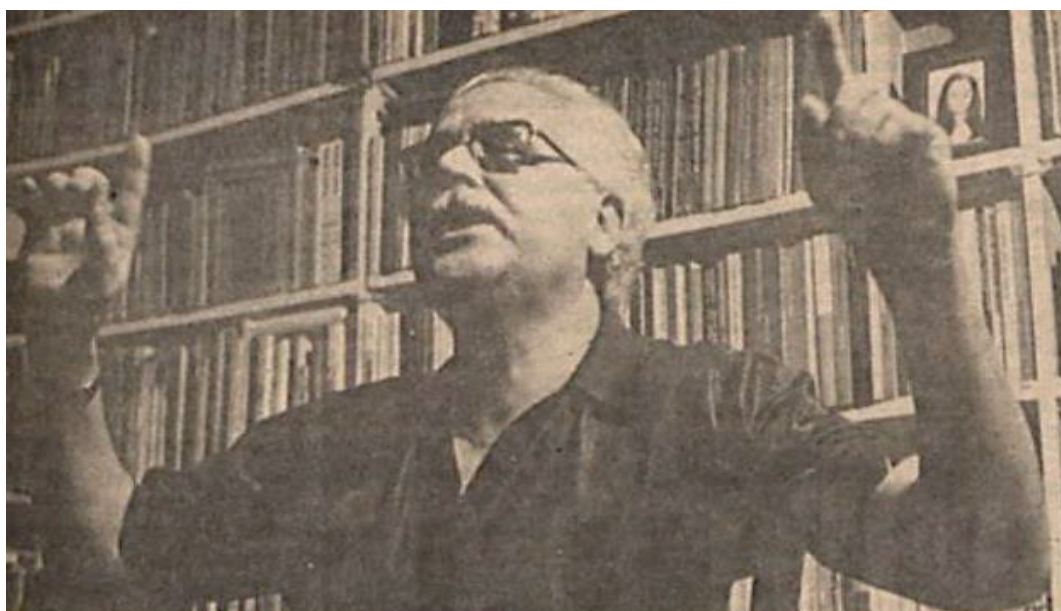
O capítulo I do regulamento do colégio é destinado antes de qualquer coisa à religião e à moral, onde se lê: “Religião e Moral, sem as quais o homem não poderá atingir a plenitude de sua perfeição, constituem a base insubstituível

⁵ O colégio Santo Inácio ministrava os seguintes níveis: 1) curso preparatório, subdividido em dois ramos, o elementar e o preliminar; 2) curso secundário, dois cursos seriados: o fundamental e o complementar. O curso preliminar era equivalente aos primeiros anos. Os alunos para serem admitidos no colégio já deveriam saber ler e escrever, ter noções básicas de matemática e geografia. O fundamental era o primeiro nível do secundário com duração de cinco anos; em dois os estudantes aprendiam matérias presentes no programa oficial do governo. O curso complementar era uma preparação para a universidade. Era obrigatório matricular-se em uma universidade posteriormente. O Santo Inácio ofertava cursos complementares em direito, medicina, agronomia, engenharia, comércio e preparava seus alunos para a Escola Naval e Escola Militar.

de toda sã pedagogia” (apud Capelo, 1982, p. 426). A normatização deste fundamento primeiro vinha a partir de práticas como cursos de religião, desde uma iniciação à “Doutrina Cristã” até mais avançados sobre “Apologética Científica da Fé”. Caso os alunos não alcançassem médias exigidas nos cursos religiosos, eram reprovados.

Ajuntando-se às disciplinas, os alunos deviam prestar assistência à Missa no Colégio aos domingos e dias santos, sendo requisito obrigatório para permanência no colégio; deviam comungar pelo menos uma vez por mês; também tinham que realizar um retiro de três dias e realizar uma exortação espiritual; e a disciplina era exigida nas práticas religiosas: postura, seriedade e referência, conforme necessário diante das relações com Deus. “A religião constitui-se, portanto, como o primeiro instrumento de disciplinamento dos escolares do Colégio Santo Inácio” (Ibid., p. 427).

IMAGEM 1 - Moacyr Félix em entrevista ao periódico *O Pasquim*, em 1977



Fonte: *O Pasquim* (1977, p. 11).

O disciplinamento característico de um ensino religioso e os fundamentos que este ensino proporcionava se evidenciariam nas primeiras obras de Moacyr Félix, particularmente *Cubo de trevas*, e foram marcantes na sua formação e no início da sua atividade poética, ao ponto de lembrar-se anos após, em entrevista ao *Pasquim*, como um menino “muito religioso”.

Aos 13 anos, como não poderia deixar de ser, publiquei meu primeiro poema num jornalzinho de colégio e, como também não poderia deixar de ser, era um soneto. O que me fez escrever esse poema era que aos domingos, na missa do Colégio Santo Inácio, a que todos íamos engalanados, de uniforme e quepes, encontrávamos os pobres nas escadarias pedindo esmolas. O contraste entre pobres e a nossa situação, e sobretudo o fato de eu ser muito religioso, me fez sentir mal e comecei a indagar por que aquele sentado ao meu lado no banco era considerado mais próximo do que aquele na escadaria da igreja. Fiz meu primeiro soneto sobre isso. O que me levou à poesia foi exatamente uma situação de desigualdade, de sofrimento ou humilhação do ser humano (Félix, 2002, p. 164).⁶

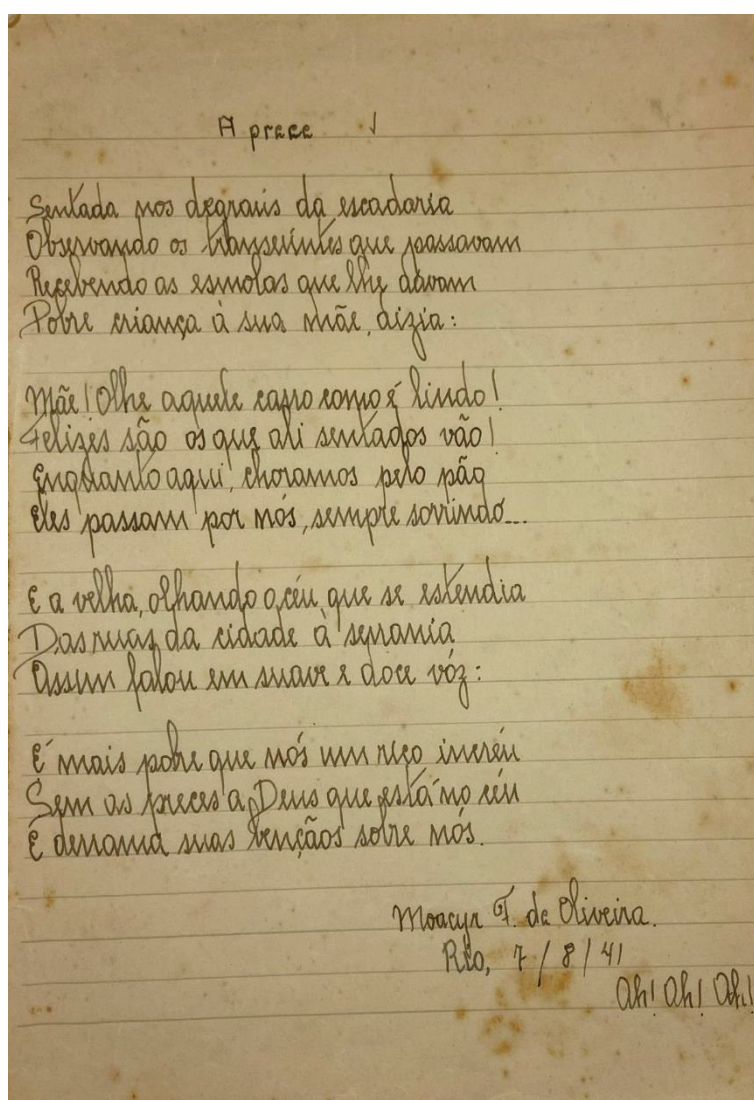
Na pesquisa nos arquivos de Félix, o poema “A prece” estabelece o diálogo temporal, temático e formal com a sua fala ao Pasquim. Em vez de 13 anos, o poeta tinha 15, confusão factível dada a distância no tempo. Presente num envelope em que havia a seguinte identificação: “Meus poemas da fase dos 15 aos 17 anos + ou -. Inéditos. Inclusive alguns de 1940”⁷, indicando a produção de outros que deram origem a *Cubo de trevas* e foram escritos naquele período “muito religioso”.

Escrito em 7 de agosto de 1941, quando o autor tinha 15 anos e ainda estudava no Santo Inácio, “A prece” aborda o contraste entre quem passava por uma escadaria onde pessoas pobres recebiam esmolas. Produzido como soneto, forma adotada em diversos poemas da época.

⁶ A entrevista foi retirada da referência citada, mas a data original da publicação é de dezembro de 1977.

⁷ Ver anexo.

IMAGEM 2 - Poema "A prece"



Fonte: Arquivo Moacyr Félix – Fundação Casa de Rui Barbosa.⁸

Félix destina o seu pontapé inicial na poesia a relação entre desiguais promovida mais pelas práticas socioeconômicas do que pelo senso de dominação católico associado aos papéis dos pobres e ricos, cujo delineamento foi realizado a partir da Santa Sé com encíclicas papais de Pio XI. Logo, quando a Igreja decide discutir sobre a pobreza para conter a perda de fiéis, a Ação Católica, orientada pela Santa Sé, cria o sindicalismo católico, e para não perder

⁸ "Sentada nos degraus da escadaria / Observando os transeuntes que passavam / Recebendo as esmolas que lhe dava / Pobre criança à sua mãe dizia: // Mãe! Olhe aquele carro como é lindo! / Felizes são os que ali sentados vão! / Enquanto aqui, choramos pelo pão / Eles passam por nós, sempre sorrindo... // E a velha, olhando o céu que se estendia / Das ruas da cidade à serraania / Assim falou em suave e doce voz: // É mais pobre que nós um rico incrédulo / Sem as preces a Deus que está no céu / E derrama suas bênçãos sobre nós."

o apoio das camadas dominantes define que a propriedade privada é um direito natural, que não poderia ser violada nem a partir de impostos; os pobres, especificamente, deveriam aceitar o seu destino, sendo as diferenças de classes disposições divinas, e a esmola era um dever cristão, portanto, para ela existir, era imprescindível a existência de pessoas pobres; por fim, a questão social era moral e religiosa, não econômica, e a resolução dela deveria dar-se a partir da caridade cristã e das regras morais e dos juízos religiosos (Gramsci, 2007, p. 153). Fato que pode ser observado na representação poética de Félix, ao dizer que “É mais pobre que nós um rico incréu / Sem as preces a Deus que está no céu / E derrama suas bênçãos sobre nós”. O rico se torna pobre pela falta de fé e o pobre abandona sua condição pela presença de Deus, embora permaneça na escadaria a pedir esmolas.

Ainda que o debate religioso no Brasil visse a dominação de classe também como problemática, as resolutivas propostas visavam galgar um espaço para uma pequena-burguesia que se solidificava no começo do século XX, a qual Félix foi uma síntese. Alceu Amoroso Lima propunha medidas características de uma classe intermediária que se vê distante da dominação política e econômica, assim como não pretende repartir seu quinhão com as classes menos favorecidas: pequena propriedade, fortalecimento da família, corporativismo, comunalismo eram medidas que não radicalizavam com a propriedade privada e ecoavam favoravelmente às teses do Centro D. Vital que, de acordo com os princípios da Santa Sé, tentava organizar a sociedade a partir dos espíritos, do ideário religioso (Lafetá, 2000, p. 107).

Ao destinar um poema naquele ambiente dominado pela Igreja, a situação posta é a da caridade com as ferramentas que um menino de 13 ou 15 anos tinha à disposição. A existência dos pobres para os católicos pequeno-burgueses, conforme as encíclicas papais, era um alívio de consciência e uma permanência da estrutura social, e um poema infantil que leva o pequeno poeta à culpa cristã estaria em conformidade com os princípios da Santa Sé. O que não significa dizer que nele não existissem os sentimentos enumerados e um desconforto entre as contradições de classe, como o próprio soneto traz: “Sentada nos degraus da escadaria / Observando os transeuntes que passavam / Recebendo as esmolas que lhe dava / Pobre criança à sua mãe dizia: // Mãe! Olhe aquele carro como é lindo! / Felizes são os que ali sentados vão! / Enquanto

aqui, choramos pelo pão”. Mas eles foram filtrados pelos desígnios religiosos que não objetivava a mudança da estrutura social, e sim buscava o domínio dela. Fato que quatro décadas depois foi considerado menos importante na percepção de Félix sobre si mesmo enquanto um poeta em formação, não obstante o reconhecimento da sua religiosidade.

Cabe salientar, para referência futura, que os princípios religiosos acompanhariam Félix: 1) em suas relações, como Alceu Amoroso Lima; 2) em seus projetos, como a editora Paz & Terra, destinada às publicações ecumênicas; 3) em sua própria visão de mundo professada pelo poeta, que identificamos sob a categoria que se fez presente em seus poemas, mesmo após ter se associado à poesia engajada e militante da esquerda: o “humanismo”; 4) em suas expressões poéticas formais. Apesar de seu ateísmo manifesto, o que interessa perceber não é sua crença ou descrença religiosa, mas como os anos de formação – no Colégio Santo Inácio e na Universidade Católica – foram definidores em algum sentido no seu trabalho intelectual.

A penetração do imaginário religioso nos primeiros poemas se evidencia diante de elementos que foram recorrentemente mobilizados. Na mesma pasta do poema “A prece”, pode-se ler “O Sacerdote”⁹ e “Castigo”¹⁰, em que a figura de Deus é invocada de dois modos: como condutor da “Verdade”, escrita em maiúscula por Félix para indicar como uma única possível, e esta sendo a que o Deus cristão aponta: “Com tantas dores, num sofrer profundo, / Das cruéis e terrenas ambições... // E como cresce ante a mais pura crença, / Sacerdote que em Deus somente pensa, / E conduz a Verdade aos corações!”; e como o que castiga a humanidade fazendo do espaço terreno um “Paraíso moribundo” por ambicionar ser Deus que, por sua vez, se vinga: “Então, meu sonho resolvi

⁹ “Sol poente... Quanto a tarde se escondia, / Entre as sombras que a terra dominava, / Meus pensamentos na História vagueavam, / Nos rudes tempos da cavalaria. // Aqui um capitão a outro ele vencia, / Ali, alguns soldados desertavam, / Dos combates que a todos arrastavam, / Enquanto o chefe, forte e só, morria. // E eram lutas da terra, só do mundo... / Com tantas dores, num sofrer profundo, / Das cruéis e terrenas ambições... // E como cresce ante a mais pura crença, / Sacerdote que em Deus somente pensa, / E conduz a Verdade aos corações!”. Ver anexo.

¹⁰ “Assim, na aurora deste cruel mundo, / Às portas do Paraíso moribundo, / Falava com a voz plena de amargor, / Irado e cansado, o nosso Criador: / ‘Quando aqui outrora o Nada era Senhor, / Atacou-me da solidão o horror, / E do vazio fiz surgir dor e prazer, / O verme repelente e o humano ser. / Fazer-te um ente feliz sonhei; / Amor, vida, alegria, tudo te dei. / Porém, coisa [ilegível] ambicionavas: / Cada vez mais, ser Deus tu desejavas. / Então, meu sonho resolvi quebrar; / Quero ver-te arrependido, chorar / Cruel suplico luas de sofrer: / Desgraçado! Tu terás que Viver!’. Ver anexo.

quebrar; / Quero ver-te arrependido, chorar / Cruel suplico luas de sofrer: / Desgraçado! Tu terás que Viver!”.

É possível também fazer uma interpretação sobre a forma poética empregada nesses primeiros poemas. Havia um afastamento parcial do diálogo com as propostas modernistas, assim como uma sensação de ambivalência formal podendo ser interpretada pela marca de sua relação com a Igreja e que vinha desde casa. Pois, segundo entrevista com Ragnar Lagerblad, seu filho, houve uma dupla formação: a mãe bastante religiosa e o pai, afastado da crença cristã. A consequência formal desse núcleo social pode ser vista na negação da dessonorização dos poemas e do uso do verso livre (Candido, 1996). Félix se utilizava de rimas, sonorizando o poema, ou seja, uma prática vinculada aos simbolistas e, principalmente, aos parnasianos. E como se pode observar, violando as regras de rima destes, como a combinação de rima com a mesma classe gramatical, abundantemente utilizada em seus poemas a partir dos verbos, colocando o poeta num espaço límbico em que ainda não tinha encontrado uma forma adequada, habitando um lugar que não era nem de total ruptura nem de total aceitação, tal qual a sua relação com a Igreja e suas instituições. Poeticamente, neste início, não foi nem um bom modernista, utilizando-se do verso livre e da dessonorização, nem um bom parnasiano, adotando a boa rima dos manuais.

É preciso ponderar, no entanto, que essa dubiedade formal foi algo característico de sua geração, definida como “Geração de 45”, o que nem sempre é a melhor maneira de se compreender um aglomerado de poetas, com estilos, propostas e intenções tão diferentes, pois “pode facilmente levar a uma visão mecânica, impondo cortes transversais numa realidade que se quer apreender em sentido longitudinal” (Candido, 2000, p. 36). Apesar do problema de análise que a geração implica, estava relativamente resolvida para a “Geração de 45” a questão do uso ou não das formas poéticas tradicionais, assunto já consensual no pós-guerra em Mário de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, Murilo Mendes e Jorge de Lima, localizados didaticamente em gerações anteriores. O que não significa dizer que à “Geração de 45” não houvesse a intenção de uma contraposição aos modernistas pretéritos, disputando formas que remetiam ao período pré-modernista, como os parnasianos e simbolistas, forma de reatualização literária do modernismo, sob

a égide de uma poesia existencial do Entreguerras, pondo-a a meio caminho entre tradicionalismo e modernidade (Bosi, 2017, p. 498). Mais adiante veremos como o tradicionalismo e a modernidade também impactaram o “projeto ético-estético” (Lafetá, 2000) de Alceu Amoroso Lima.

Os poemas de Félix, citados acima, foram escritos num mesmo período que os de *Cubo de trevas*, ou seja, de sua passagem pelo Colégio Santo Inácio e entrada na faculdade de direito da PUC, mas não fizeram parte da seleção publicada em 1948, que apesar de também estar marcada pela presença cristã, passa por outras mediações que possibilitam diálogos mais plurais e menos ostentadores da fé católica, fato que pode ter sido observado pelo poeta com o distanciamento de seus poemas e pela reflexão com quem ele gostaria de vincular-se poeticamente, como veremos mais adiante.

1.2 A Universidade Católica e as portas abertas na editora Agir

Félix frequentou o Colégio Santo Inácio entre os anos 1939 e 1943. Nos dois últimos anos realizou o curso complementar em direito para pleitear uma vaga na universidade. Esta pesquisa não conseguiu a exatidão da informação sobre o que justificou a sua ida para a futura PUC, uma vez que havia sido recém-criada (1941) e ainda não tinha o status de universidade. Dada as relações com as quais desenvolveu no Colégio Santo Inácio, em conversa com os professores, todos padres, tem-se como hipótese de que foi convencido ser este um caminho natural na continuidade dos estudos e de um espaço que lhe renderia os frutos necessários, seja na área do direito, seja na área literária, pois foi lá que conheceu um dos principais intelectuais do movimento católico de então, Alceu Amoroso Lima, que lhe deu aulas e a estreia na literatura através da editora Agir, instrumento editorial de difusão do catolicismo.

Para o movimento católico, a criação da Universidade Católica era considerada um passo fundamental para galgar novos espaços entre a intelectualidade brasileira. Reivindicada desde os anos 1920 por D. Leme, o ideário católico tinha em vista que a reforma da consciência intelectual no Brasil só seria possível a partir do sistema de ensino superior. O reitor Pe. Franca diagnosticou que “a crise da civilização foi a crise da universidade” (Franca,

1954, p. 195 apud Salem, 1982, p. 128), demonstrando a importância que a Igreja dava para a instituição.

A lógica do pensamento católico era de que a dominância da elite intelectual significava a preponderância sobre toda a sociedade, sendo a universidade o *locus* por excelência. A Universidade Católica agiria de duas formas: no combate ao laicismo no ensino e nas mentalidades, que se desdobraria no enfrentamento ao liberalismo e ao comunismo; e na recristianização da sociedade e do próprio Estado. Logo, mais do que disputar o ambiente acadêmico, a Igreja com a PUC tentava disputar o destino político do país.

[...] considerando-se que as elites políticas e administrativas do país eram compostas, basicamente, de juristas e advogados, a eleição da Faculdade de Direito como a outra dessas células iniciais adquire bastante sentido. Por meio dela, a Igreja pensava preparar uma escola de juristas para garantir que as leis brasileiras estivessem pautadas segundo a doutrina cristã. E, adestrando as novas camadas dirigentes, a Igreja penetraria na teia da administração pública, logrando por suposto, ressacralizar a instituição do Estado (Salem, 1982, p. 131).

Alceu Amoroso Lima foi parte fundamental nesse processo, embora já influenciado pelo “modernismo católico”, cujas teses estavam fundamentadas em Maritain e Theilhard de Chardin, havia o comprometimento epistemológico com o paradigma cristão de ciência, fato que se elaborou e desenvolveu no Centro D. Vital e no Instituto Católico de Ensinos Superiores, duas instituições que atuaram na criação da PUC, fornecendo o quadro de professores, as ementas etc. O Instituto Católico enfatizava a compatibilidade entre ciência e fé como duas faces de uma só verdade. Por oferecer cursos de sociologia, com pesquisas empíricas a partir de metodologias amplamente aceitas no meio universitário não-religioso, o instituto também argumentava que tanto a ação social católica quanto as ciências sociais são dois momentos de um mesmo projeto. “A ciência passa a ser visualizada como o esteio intelectual para a Ação Católica e, por conseguinte, instruir os alunos era, paralelamente, prepará-los para a atividade militante” (Ibid., p. 123).

Diferentemente do colégio Santo Inácio, os professores da Universidade Católica não eram todos padres ou mesmo do laicato, o que gerava conflito com a Igreja. A orientação filosófica da PUC foi desde o princípio plural e eclética,

apesar de dirigida pela Companhia de Jesus em seu início, havia entre os próprios sacerdotes diferenças, com muitos vindos de outras ordens.

A proximidade de Alceu Amoroso Lima do “modernismo católico” é um dos fatores preponderantes para entender os moldes em que a PUC foi construída. Teórica e historicamente, o modernismo católico se expressou de duas formas: a primeira, como política social, com o propósito de aproximar a Igreja de classes menos favorecidas, o que vinculava esta perspectiva aos movimentos socialistas e à democracia. Esta ala da Igreja foi a que entrou em discordância com os católicos integristas, associados aos grupos mais reacionários, como os latifundiários. A segunda é a científico-religiosa, cuja tendência era uma reformulação da prática religiosa e da tradição eclesiástica com atitudes críticas referentes ao dogma. Integristas e modernistas tendiam a ter menos conflitos nesse terreno. Outra corrente que se destacava no período era referente à Ordem dos Jesuítas, cuja ação era um meio termo entre o puro conservadorismo e a radical contestação. Na Europa e no Brasil, a Companhia de Jesus agiu para manter no poder as oligarquias tradicionais e muitas vezes durante o período Vargas foi uma intermediária entre o governo e a Igreja. Embora estivesse disposta a combater a maçonaria e o positivismo, fundamentados numa atitude anticlerical.

Essas três alas da Igreja – modernismo, jesuitismo e integrismo – disputavam espaços que ultrapassavam o religioso. Agiam, como afirmou Gramsci, como partidos no interior da instituição religiosa (Gramsci, 2007, p. 232-233). Alceu Amoroso Lima, ao congregar as diferentes alas da Igreja – lembrando que ele foi impactado por nomes associados ao modernismo católico, assim como pela *Action Française* –, absorveu a dinâmica do pensamento social católico proficuamente, pois apesar dos conflitos internos, havia a tendência de proteger-se enquanto organização eclesiástica.

Para compreender bem a posição da Igreja na sociedade moderna, é preciso compreender que ela está disposta a lutar apenas para defender suas particulares liberdades corporativas (de Igreja como Igreja, organização eclesiástica), ou seja, os privilégios que proclama ligados à própria essência divina: para tal defesa, a Igreja não exclui nenhum meio, nem a insurreição armada, nem o atentado individual, nem o apelo à invasão estrangeira. Todo o resto pode ser relativamente negligenciado, a não ser que esteja ligado a suas próprias condições de existência. A Igreja entende por “despotismo” a intervenção da autoridade estatal laica no sentido de limitar ou suprimir seus

privilégios, não muito mais: ela reconhece todo poder de fato e, desde que este não toque em seus privilégios, legitima-o. Se, além disso, tal poder ampliar os privilégios da Igreja, ela o exalta e o proclama como providencial (Ibid., p. 193).

Alceu Amoroso Lima concentrou as diferentes perspectivas para defender um projeto que em última instância serviria à tentativa de recuperar o domínio católico. O projeto da PUC, portanto, foi a consequência da reorientação promovida pelo crítico literário no Centro D. Vital e na criação do Instituto Católico de Estudos Superiores, cujo foco acadêmico era o espaço de disputa de poder político como destacado acima por uma ala da Igreja. Embora também houvesse por parte da Santa Sé a preocupação filosófica da doutrina cristã em retornar às teses tomistas como eixo orientador da Universidade e abandonar as tentativas de conciliá-las com as posições positivistas ou idealistas para se inserir na modernidade científica.

Agindo através do laicato, Alceu Amoroso Lima foi abrindo pouco a pouco flancos para universitários católicos participarem do debate público, além das já citadas associações que comporiam a Ação Católica, a revista *A Ordem* já em 1930 criou a “Seção Universitária” para a publicação de textos de jovens militantes. Na busca da recatolização da intelectualidade, Alceu agiu ampliando o escopo dos presentes nas ações promovidas pela Ação Católica. Na inauguração do Instituto Católico de Estudos Superiores, em 1935, estavam presentes nomes que nada ou pouco tinham a ver com a Igreja, Fernando de Magalhães (reitor da Universidade do Rio de Janeiro), Arquimedes Memória (diretor da Escola de Belas Artes) e o ministro da Educação e Saúde, Francisco Campos.

No processo de amadurecimento do Instituto e do Centro D. Vital para desembocar na PUC, três disciplinas estiveram presentes desde o princípio para reforçar a concepção de que ciência e fé andavam lado a lado: sociologia, filosofia e teologia.¹¹ Na ocasião da inauguração, Alceu e o Pe. Franca se

¹¹ “A título de ilustração, do programa para o ano letivo de 1939, constavam as seguintes áreas, cadeiras e professores responsáveis: a) Área de Estudos Teológicos: estudos teológicos (Martinho Michler O.S.B.) e ação católica (Alceu); b) Área de Estudos Filosóficos : filosofia geral (frei Sebastião Tauzin O.P.) e história geral (João Gouveia Vieira); c) Área de Estudos Morais e Políticos : economia política (Romeu Rodrigues Silva), sociologia (Luiz A. do Rego Monteiro), pedagogia experimental (D. Helder Câmara), pedagogia geral (Theobaldo Miranda Santos) e história da civilização (Eremildo Luiz Vianna); d) Área de Estudos Biológicos : biologia e antropologia (Hamilton Nogueira); e) Área de Estudos Literários: literatura brasileira (Alceu),

opuseram em relação à excessiva orientação profissionalizante, característica do período Vargas, sendo o “Instituto de Estudos Superiores, nobres e desinteressados” (Franca, 1954, p. 126 apud Salem, 1982, p. 123). A Igreja não queria assumir a posição de engajamento em causa própria, e sim a que prestava um serviço à comunidade por oferecer uma perspectiva de ensino nobre e desinteressada. No entanto, a reação da Ação Católica para a criação da Universidade foi urgente, pois o Decreto nº 19.851 de 11 de abril de 1931, em que se estabelecem as diretrizes do ensino superior, desprestigiava o ensino católico superior. Na visão de Alceu Amoroso Lima, a criação da Faculdade de Educação, Ciências e Letras – o ponto mais próximo da típica Faculdade de Filosofia e Teologia cristã – estava contaminada pela perspectiva varguista de profissionalização, cujo objetivo era a formação de professores.

A posição varguista profissionalizante se aproximava mais de um “laicismo burguês anticristão”, segundo Alceu Amoroso Lima, o que dificultava o projeto da Ação Católica e dos sacerdotes na disputa política. Daí a necessidade emergencial da criação da PUC, fato retardado em dez anos.

Enquanto embrião da futura Universidade Católica, o Instituto Católico de Estudos Superiores pretendia se integrar no movimento internacional do renascimento filosófico católico e, concomitantemente, servir como um modelo alternativo de organização universitária no Brasil. Em verdade, a demanda última era a de que o ensino superior se libertasse da tutela estatal para voltar a pertencer à Igreja. Alegando que somente a universidade católica era capaz de realizar a síntese orgânica do saber [...] (Salem, 1982, p. 127).

A resolução da criação da Universidade Católica foi exigida pelo papa Pio XI. Em 1940, D. Leme destina a organização administrativa e direção pedagógica à Companhia de Jesus. Liderada por Alceu Amoroso Lima e Pe. Franca, foi criada uma comissão organizadora para angariar fundos para levar a cabo o projeto. No final do mesmo ano, o Conselho Nacional de Educação votou por unanimidade a aprovação das Faculdades Católicas. Vargas assinou o Decreto nº 6.409 autorizando a instalação do curso de bacharelado da Faculdade de Direito e dos sete cursos da Faculdade de Filosofia: Filosofia, Letras Clássicas,

Latim (Guilherme Ribeiro) e filosofia da linguagem (Silvio Edmundo Elia). Folheto sobre o programa letivo do ano de 1939 do Instituto Católico de Estudos Superiores, publicado pelo Centro D. Vital.” (Salem, 1982, p. 123, n. 40).

Letras Neolatinas, Letras Neogermânicas, Geografia e História, Ciências Sociais e Pedagogia.

O motivo da escolha do curso de Filosofia como um dos núcleos iniciais da futura universidade encontra perfeita consonância com o ideário pedagógico católico. Em seu pronunciamento, Alceu (1941) sublinha a importância da orientação espiritualista na formação do professorado secundário que, com uma educação impregnada de sobrenaturalismo, se responsabilizaria por disseminar os dogmas cristãos pelos outros níveis do ensino (Ibid., p. 130).

Por conseguinte, Moacyr Félix foi formado em duas instituições católicas empenhadas em recuperar o catolicismo enquanto força social, tendo no ensino o seu principal polo de atuação, o que não foi suficiente para torná-lo um devoto, mas serviu na construção de uma visão de mundo que não pôde desvincular-se das proposições católicas.

Moacyr Félix era um quadro que chamava a atenção dos católicos, pois seu currículo indicava algumas honrarias disponíveis somente para a elite intelectual: em 1942, recebeu o prêmio de excelência ao melhor aluno da 1ª série do curso complementar de Direito; no ano seguinte, medalha de honra ao aluno com as notas mais elevadas da 2ª série do mesmo curso; passou em primeiro lugar no vestibular no curso de direito; recebeu o Prêmio Visconde de Cairú destinado ao aluno com as maiores notas no curso de Ciência das Finanças. Além das honrarias, também ocupou posições que poderiam interessar à PUC. Em 1946, foi o diretor da revista “Ensaio”, publicação cultural do curso de direito. E durante a faculdade já ocupava um posto no departamento jurídico da Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras.

Félix não foi apenas um aluno comum na PUC, a instituição, através de Alceu Amoroso Lima, entendeu-o como um possível quadro para levar a cabo o projeto da Ação Católica; um produto da simbiose da reforma Francisco Campos – que tinha no secundário a futura elite intelectual do país, cuja expressão se daria nas diferentes esferas sociais – e do projeto ideológico da Igreja Católica de recatolizar a intelectualidade.

A partir dessa posição social, incentivada e possibilitada pela sua origem de classe, é que houve o contato não só com Alceu Amoroso Lima, mas também com outros pares que abririam caminhos para a sua carreira intelectual. O seu segundo livro também foi viabilizado por suas conexões na PUC. *Lenda e areia*,

de 1950, editado pela Revista Branca, traz o reconhecimento do poeta: “A publicação deste livro é devido à amizade de Candido Mendes de Almeida.” (Félix, 1950, p. 2). Candido Mendes de Almeida fundou, em 1946, a revista literária *Fonte*, “Dirigida por um grupo de moços da Universidade Católica.”¹² Félix se não esteve envolvido diretamente com a revista, certamente circulava nos mesmos espaços, uma vez que graças a Candido Mendes, seu livro foi publicado pela revista/editora.

Sérgio Miceli, ao analisar o início da carreira de escritor de Carlos Drummond de Andrade, chama a atenção para as “dedicatórias [que] restituem o círculo de amigos, de protetores, de tutores, em retribuição a gestos de apoio à estabilização profissional do autor” (Miceli, 2022, p. 61). Algo similar ocorria com Félix, a partir de suas conexões conseguia estabelecer-se no cenário literário, podendo reivindicar a escrita como a profissão primeira e abandonar qualquer premissa de ser um poeta bissexto.

A livraria e editora Agir, por sua vez, estava empenhada em disseminar o ideário católico. Foi fundada em 1944 com 32 sócios, entre eles: Alceu Amoroso Lima, Rubem Porto, José Vieira Coelho, Cândido Guinle de Paula Machado e Guilherme Guinle. De acordo com Hallewell (1985, p. 408), a Agir foi uma das principais editoras brasileiras no pós-guerra. Publicou religião, arte, literatura brasileira, pedagogia e livros didáticos. O primeiro título, *A descoberta do outro*, foi do católico Gustavo Corção, redator-chefe da revista *A Ordem* entre os anos de 1942 e 1957, um dos principais colaboradores de Carlos Lacerda na concepção da linha política do jornal *Tribuna da Imprensa* (Moura, 1978, p. 158).

A Agir surge num momento em que houve um boom no mercado editorial brasileiro, com uma taxa de crescimento de 46,6% entre os anos de 1936 e 1944; e 31% entre 1944 e 1948, em decorrência da dificuldade de importação de livros europeus por causa da guerra. Após o fim do conflito, muitas editoras fecharam e o setor se viu reduzido a números inferiores a 1936 (Hallewell, 1985, p. 407). A Agir, no entanto, sobreviveu na indústria em decorrência do suporte da família Guinle cuja atividade filantrópica era conhecida, além de ser um dos principais nomes da burguesia brasileira.

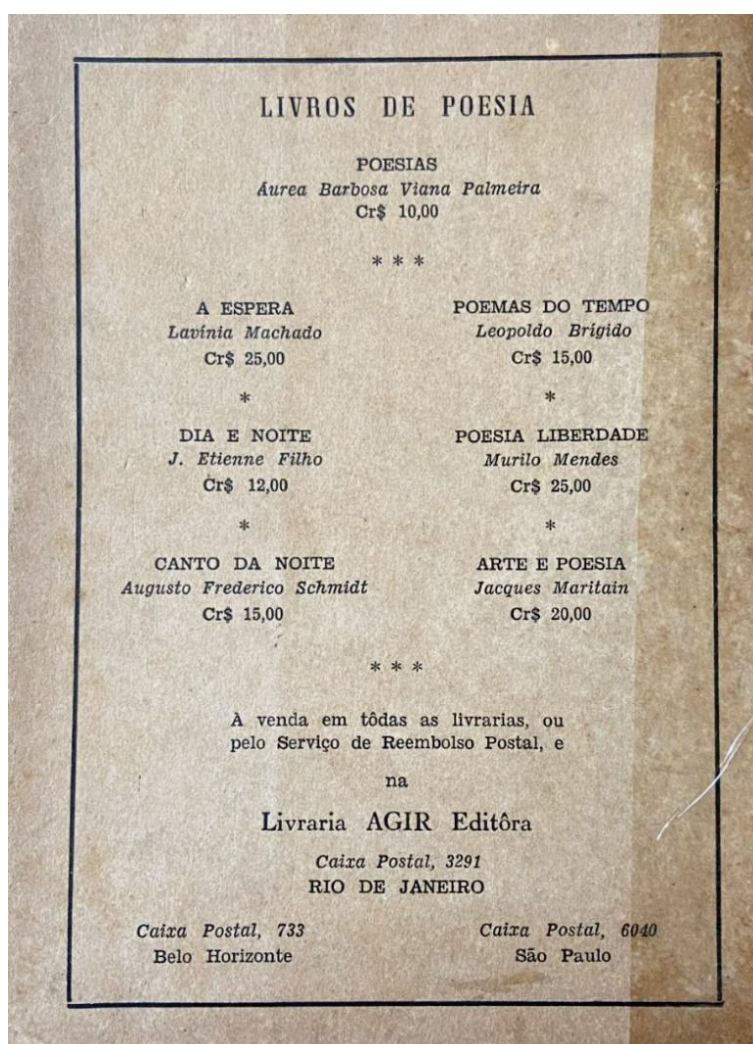
¹² Jornal Letras e Artes, 25 de agosto de 1946, edição 13 (1), p. 2.

O propósito de disseminar o catolicismo ultrapassava livros como o de Corção, que narrava a sua conversão ao catolicismo. Na contracapa de *Cubo de trevas* lê-se a seguinte publicidade: “Livros de poesia” e uma lista com sete títulos: *Poesias*, de Áurea Barbosa Viana Palmeira, além de poeta, jornalista, professora e assistente social. Esta pesquisa não encontrou outro vínculo com o movimento católico que não fosse o próprio livro. Contudo, foi noticiado em *Letras e Artes*, a publicação do seu livro em que se destaca o estilo harmonioso e de “beleza encantadora”; também são salientados os “versos segundo padrões antigos, metrificando-os e rimando-os”,¹³ um tipo de poesia mais vinculado aos movimentos pré-modernistas; *A espera*, de Lavínia Machado, diplomata e escritora baiana radicada no Rio de Janeiro. Durante seus estudos, ainda na Bahia, fez parte da revista *Presença*, fundada pela JUC, embora não tenha a integrado, foi crítica tanto do fascismo quanto do comunismo e exaltou em seus discursos o nacionalismo;¹⁴ além desses, há a divulgação do livro *Poesia liberdade*, de Murilo Mendes e de *Canto da noite*, de Augusto Frederico Schmidt, já notórios pela proximidade com o movimento católico, tendo integrado inclusive o Centro D. Vital; uma obra teórica de Jacques Maritain, a principal referência de Alceu Amoroso Lima, *Arte e poesia*. Segundo o prefácio, “O tema deste livro é arte e poesia, assim como as humanas e poéticas exigências que no interior do homem se entrelaçam. A crítica e a filosofia (algumas vezes a teologia) aqui se encontram a meio caminho.” (Maritain, 1947, s/p.); e *Dia e noite*, de J. Etienne Filho, teatrólogo, poeta, eleito para Academia Mineira de Letras na década de 1950 e colaborador permanente em *A Ordem*.

¹³ Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=114774&pesq=%22%C3%81urea%20Barbosa%22&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.br&pagfis=386>. Acesso em 05 de maio de 2023.

¹⁴ Disponível em: <http://www.escriptorasbaianas.ufba.br/Lavinia/biogrtraj.html>. Acesso em 05 de maio de 2023.

IMAGEM 3 – Contracapa do livro Cubo de trevas (Agir, 1948)



Fonte: Arquivo pessoal.

A Agir publicava pessoas diretamente envolvidas com a Ação Católica ou, quando menos, que gravitavam em torno do projeto intelectual. Moacyr Félix era o mais novo colaborador da disseminação cultural do catolicismo. Publicar na editora Agir era estar ao lado de nomes consagrados da poesia brasileira, como Murilo Mendes e Augusto Frederico Schmidt e fazer parte de uma casa editorial relevante no cenário nacional.

Seus poemas, portanto, não poderiam destoar do ideário católico, pois seria contraproducente ao projeto da Igreja. Cinquenta anos mais tarde, ao refletir sobre o começo da sua atuação em poesia, a autopercepção apontava noutra direção. “Eu sempre fui de uma certa maneira contra a organização institucional dentro da qual vivia. Sempre fui contra a instituição como um todo, que a partir daquela instituição havia uma espécie de legalização ou oficialização

das injustiças.” (Félix *apud* Plácido, 1997, p. 19). Fato que não se verifica em sua trajetória, o que se percebe de imediato é o oposto com a sua relação “subordinada” aos princípios da Agir.

1.2.1 O crítico católico: a presença de Tristão de Athayde em *Cubo de trevas*

O papel de Alceu Amoroso Lima como personagem capital na formação de Félix vai além da sua liderança política no laicato e a presença em seus estudos universitários. Antes de aderir como uma das principais vozes do movimento católico do Brasil, Alceu foi um dos responsáveis pela institucionalização do modernismo na literatura brasileira através de suas críticas literárias. Entre 1919 e 1929, pode-se afirmá-lo como o “crítico do modernismo”, assinando como Tristão de Athayde. Seus textos eram capazes de viabilizar ou não a carreira de algum escritor. “Todas as obras importantes que surgiram por essa época passaram pelo seu crivo julgador [...] sua presença era constante e respeitada [...] Era conhecido como crítico lúcido, inteligente, imparcial, sereno, culto, dotado de sensibilidade [...]” (Lafetá, 2000, p. 77). Após converter-se, tais características foram postas em xeque e perdeu parte da influência que tinha como crítico. A sua militância católica, por outro lado, abriu portas e o consolidou como uma liderança nessa nova esfera que adentrava. É a passagem ocorrida em várias figuras do modernismo brasileiro, identificada por Lafetá como uma transição do “projeto estético” para o “ideológico” (Ibid., p. 19-25).

Ainda assim, sua presença na atividade literária brasileira não foi abandonada. O que ocorreu, a partir dos anos 1930, foi uma hierarquização das suas concepções estéticas através dos princípios religiosos. Então, para ele, “a criação [artística] atua na ordem das causas segundas, como o Criador na ordem das causas primeiras” (Athayde, 1980, p. 72), fazendo do artista o sujeito mais próximo de Deus, pois ambos são criadores de naturezas, mas só este é soberano. Lafetá conclui que o problema estético para Tristão é subordinado a uma série de causas anteriores, deixando evidente uma citação de 1929 do crítico: “O problema estético depende do problema social, do problema político, do problema moral e filosófico, e finalmente do problema religioso” (Athayde *apud* Lafetá, 2000, p. 94). Em outras oportunidades, no entanto, o artista é essencializado ao ponto de ser o único que se aproxima de Deus, pois ele “é o

homem que se torna consciente ou antes participante do movimento criador da vida” (Athayde, 1980, p. 72), não havendo a subordinação das coisas terrenas à arte, e sim o oposto, embora o artista permaneça um instrumento divino, pois vem trazer alguma coisa de novo ao universo. Por outro lado, por estar subordinado a Deus e à própria religião, não pode simplesmente ser um instrumento criador de mundos, precisa também ser aquele que o conserva. O artista é “um colaborador da vida, em sua incessante missão de conservar e renovar o mundo dos seres” (Ibid., p. 74).

Logo, o finalismo religioso da arte faz com que Tristão se oponha radicalmente a concepções artísticas que enfatizam as inovações formais ou a movimentos que se posicionam a partir da arte pela arte. A literatura não pode estar reduzida ao belo em si mesmo, há a necessidade de “elevar a nível superior”, ou seja, a construção do mundo religioso cristão. Para Lafetá, é daí que surge uma concepção *engajada* em Tristão. “Nasce daí uma concepção essencialmente ‘ética’ e ‘engajada’ da arte literária, que é vista como um instrumento a serviço do homem: a serviço do seu aperfeiçoamento moral, a serviço de seu desenvolvimento espiritual, a serviço de sua comunidade e de sua pátria” (Lafetá, 2000, p. 124). O que leva à principal conclusão do estudioso da obra de Tristão de Athayde: ao analisar uma obra literária, em vez de ter em conta primordialmente fatores estéticos, dispõe de uma “ética-estética”. E a ética nesse caso é mais importante, pois a estética não pode ser um fim, ela é um meio para o projeto religioso do cristianismo, é como se Tristão fosse um meio para Alceu.

Inserido nos debates da ordem de seus dias, Tristão-Alceu está buscando efetivar e defender o seu projeto de sociedade, tornando imperativo alguns pontos comuns a sucessivas gerações de intelectuais brasileiros, que permanecem e se renovam na maneira de interpretá-los, sendo Félix e sua geração herdeiros dada a incompletude do processo e as constantes disputas em suas atualizações, que podemos compreender como “longo modernismo” (Napolitano, 2022), a saber: preocupação com os problemas da formação nacional; a arte/literatura como expressão de determinado imaginário social; a prática de intervenção pública intelectual (engajamento); e, particularmente em Alceu, a hierarquização das práticas sociais, sendo aquelas a serviço da religião

o ponto mais alto (aqui é possível trocar religião a depender da força das instituições no cenário político por cada projeto particular ao longo do século XX).

O problema de Alceu ao ter na religião esse ponto de coesão é que ela subordina as diferenças sociais à religião e ao fazer isso, homogeneíza-as. Com isso, pode-se dar como exemplo a concepção do crítico sobre a obra dos jesuítas como elemento de “coesão nacional”, sendo a religião o laço que uniria as classes e as raças, conferindo-as igualdade. Dada a multiplicidade de características sociais e raciais no Brasil, só seria possível ter um elemento de união nacional através “desse laço de Fé que estabeleceu sempre um nível comum no sobrenatural, para compensar o desnivelamento incessante das condições e operações culturais” (Athayde apud Lafetá, 2000, p. 97).

Quando Félix chegou à casa de Alceu para entregar seus poemas, o crítico já tinha passado por seu processo de afastamento de ideais mais reacionários vinculados a Jackson de Figueiredo, contudo as suas concepções religiosas nunca foram abandonadas, inclusive as ideias de que o artista é um instrumento de Deus e a sua criação está subjugada à do Criador. A lembrança de Félix sobre a primeira leitura de Alceu revela algumas características que podem indicar tanto tais entendimentos do crítico quanto os porquês da publicação do livro do poeta para além de uma proximidade circunstancial da relação professor-aluno.

Meu primeiro livro foi publicado na Agir quando era estudante. Um dia levei meus poemas – alguns escritos entre os 15 e 17 anos – à Rua Dona Mariana, onde morava Alceu Amoroso Lima. Meus amigos ficavam me estimulando nos botequins e nesse dia me esperaram na calçada para ver o que o professor iria dizer dos meus poemas. Eram coisas assim “de que adiantou o progresso? De que adiantou isso e aquilo?” Entreguei os poemas, conversamos um pouco, depois me devolveu, poema por poema analisado. Alceu é que foi o intermediário para que esse livro saísse pela Agir, nunca mais me esqueci disso (Félix, 2002, p. 169).

Apesar de Félix não dar tantos elementos sobre as críticas de Alceu, a frase “de que adiantou o progresso” é reveladora na comunhão do modo de pensar e das contraposições de certos desenvolvimentos teóricos presentes no crítico, pois classificava darwinismo, marxismo e psicanálise como “teorias materialistas” do século XIX que tinham como predomínio a humanidade ou a natureza sobre Deus. A psicanálise para ele era a divinização do indivíduo

através de sua animalização, ocupando o espaço que seria destinado a Deus. O marxismo, por sua vez, era analisado como o predomínio da natureza sobre Deus a partir de uma compreensão economicista da teoria marxista e que seria uma tese equivocada dado o seu determinismo inflexível.

Com essas posições em vista, Alceu toma o livro de Félix marcado por uma forte presença metafísica e discussões mais existenciais, com ecos em teóricos católicos, como pode-se ler no poema *Existencialismo*, apesar de o autor citar uma preocupação com problemas sociais desde o início da sua carreira. Acresce-se a isso, o fato de a Geração de 45 ter sido marcada pela poesia existencial em virtude do Entreguerras e como um contraponto à geração anterior. *Existencialismo* expressa a um só tempo a experientiação histórica daquele período do século XX mediada pelos movimentos intelectuais católicos e suas influências do pensamento existencialista, particularmente, Kierkegaard com o conceito de “angústia”, lembrado em outras passagens do livro.

Existencialismo

Flor de angústia
Cresce num quarto escuro
Chorando suas pétalas
Na indefinível Treva.

O homem abre a janela
E esbarra
Com seu próprio vômito.
A Noite sem estrelas
Devora um mundo absurdo.
Tudo estala.
E estremece
Num princípio de queda.
Mas permanece.
E o homem grita de medo
Ante a nudez obscena
Do seu Eu (Félix, 1948, p. 78).

Na poesia de Félix é possível enxergar a marca da Geração de 45 e sua renovação “a maneira parnasiano-simbolista contra a qual reagira masculamente a Semana [de 1922]; mas renovava-se sob a égide da poesia existencial europeia de entreguerras, de filiação surrealista, o que lhe conferia um estatuto ambíguo de tradicionalismo e modernidade” (Bosi, 2017, p. 498). A ambiguidade citada por Bosi é a invocação ética-estética de Alceu Amoroso Lima identificada por Lafetá (2000, p. 138), pois para este o movimento do crítico estava naquilo

definido como “tradicionalismo-modernismo”, ou seja, a subordinação estética dos poemas a fins religiosos. A afirmação aqui não é que Félix escreveu seus poemas tendo a intencionalidade visada por Alceu, mas eles permitem este entendimento e apropriação por parte do crítico.

Pode-se definir a angústia presente no texto de Félix, tendo em vista uma das principais referências para a intelectualidade católica, o filósofo Kierkegaard (2013, p. 44-49), de forma mais geral como a anterioridade das possibilidades, as possibilidades no reino da própria possibilidade, aquilo que há de mais centrado no ego. Daí a “flor da angústia” indicar uma possível contradição de uma figura de linguagem (“flor”) que tende a uma positividade, pois as possibilidades não necessariamente se concretizam em fatos negativos. O que se tem de concretude ou de real no poema de Félix é o que está para fora da janela e é equalizado a um vômito do próprio homem, ou seja, não diz respeito à criação do Criador, e sim àquela que o sujeita ao domínio do homem, seja pela natureza (o marxismo e o darwinismo), seja pela própria humanidade (psicanálise). Ao fazer isso, implica a avaliação das próprias convenções a partir de uma posição e interesse definidos e declarados. Estas convenções produzem não só a arte poética, mas também relações e ações e assim devem ser avaliadas, produzindo sentidos a uma cultura a partir das formas e convenções (Cevasco, 2001, p. 199). Além disso, o poeta carioca não abandona a herança da geração de 1930, particularmente o Drummond de *Brejo das almas* (1934), em que a angústia surge vinculada a um lirismo cru típico do vate mineiro, definido por John Gledson (1981, p. 95) como “um mal-estar mais cósmico, sem ao mesmo tempo perder contato com o cotidiano e circunstancial”, como pode ser observado na correlação do “vômito” entre ambos que traz a carga lírica e “cotidiana e circunstancial”, para usar a descrição do estudioso. Em Félix, ele é substantivo, em Drummond verbo, ação.¹⁵ Portanto, o diálogo ambivalente entre a metafísica e a concretude material trazida na poesia de Félix, como expressão de um período histórico (Entreguerras) e de um movimento literário (modernismo), forneceu a Alceu elementos para o seu projeto ideológico “tradicionalista-modernista”. E para o crítico, a interpretação dada ao poema é o

¹⁵ “Meu amigo, vamos cantar, / vamos chorar de mansinho / e ouvir muita vitrola, / depois embriagados vamos / beber mais outros sequestros / (o olhar obscuro e a mão idiota) / depois vomitar e cair / e dormir.” (ANDRADE) – POEMA CONVITE TRISTE.

que configura a completude da obra literária: “O leitor não é apenas elemento estranho ou acidental na obra de arte. É um elemento essencial, de colaboração por vezes incisiva e talvez indispensável” (Athayde, 1980, p. 103).

A recorrência desses elementos nos poemas entregues por Félix ao crítico permite a conclusão do porquê da afeição pelo livro e o esforço em publicá-lo pela Agir. Não estava posta apenas uma relação de proximidade, intimidade ou de amizade, embora esses elementos sejam fundamentais e determinantes na publicação, mas são apenas algumas das variáveis que levaram à mobilização de Alceu Amoroso Lima e sua interferência e aproximação de Félix para empreendimentos literários posteriores, como a revista “Arco”, que foi classificada por Rubem Braga como “muito existencialista”. O alinhamento aos projetos e visões de mundo facultou o início da carreira de poeta de Moacyr Félix e tais posicionamentos diante dos poemas não podem ser compreendidos sem o que foi apresentado até aqui: a sua formação católica, fato que no entendimento desta pesquisa nunca foi completamente abandonado, foi transformado e superado em outros elementos.

1.3 Em quais cubos e em quais trevas: o reconhecimento dos pares

Cubo de trevas expressa um meio caminho entre a adesão ao catolicismo e aos movimentos poéticos que vinham se constituindo no Brasil no período, particularmente a influência de Carlos Drummond de Andrade para a geração de 1945.

Em 1948, ano de lançamento de *Cubo de trevas*, Drummond era um poeta consagrado. Pelo menos três dos seus principais livros já haviam sido lançados: *Alguma Poesia* (edições Pindorama, 1930), *Sentimento do mundo* (Pongetti, 1940), *A Rosa do Povo* (José Olympio, 1945). A presença desde 1945 na José Olympio demonstrava o patamar elevado em que estava o poeta, dado o prestígio da casa editorial no sistema literário brasileiro (Miceli, 2022, p. 79).

Em pesquisa sobre a trajetória de Ferreira Gullar, Faria Junior (2023, p. 42) destaca como Drummond foi uma referência na transmissão, construção e formação de um cânone literário para a nova geração. Félix, diferentemente de Gullar, por viver no Rio de Janeiro, dispunha de acessos mais facilitados tanto da obra quanto do autor. Seu espaço de sociabilidade, particularmente aquele

vinculado a Alceu Amoroso Lima, abria-lhe caminhos a partir do prestígio do crítico literário no meio entre editores, escritores e leitores. O que permitia a Félix, ainda estreante em poesia e muito jovem, participar de empreendimentos culturais ao lado de um prestigiado poeta da época, conforme noticiado nos jornais em dezembro de 1948, quando foi anunciada a revista “Arco”, em que estariam presentes Alceu Amoroso Lima, Carlos Drummond de Andrade, “Moacir Félix de Oliveira” e uma série de outros nomes. Conforme a nota, a revista “[...] congrega um grupo da Universidade Católica e vem formar ao lado das melhores publicações da novíssima geração” (Correio da Manhã, 5 de dezembro de 1948, 2ª Seção). Isto é, Félix emprestara o prestígio de Drummond para galgar os espaços de consagração artística e para isso não poderia apenas ser um poeta católico, precisaria estar afinado com o modernismo artístico do período que vinha renovando-se através do poeta de Itabira como um dos expoentes da segunda geração modernista. Afinal, conforme aceção de Bourdieu (2007, p. 108), artistas e intelectuais dependem muito da imagem que outros artistas e intelectuais têm de si próprios, uma vez que, no caso de escritores, o público é particularizado entre os pares que também são concorrentes e estar excluído da “cultura legítima” é expressar-se como dependente e vassalo por se ver impossibilitado de excluir o que exclui (Ibid., p. 132).

A aproximação entre Drummond e Félix se deu a partir da mediação de Alceu Amoroso Lima, próximo de ambos desde tempos e contextos anteriores. A troca entre o crítico e o poeta mineiro é anterior à adesão deste ao governo Vargas, começa em 1929, antes mesmo de se conhecerem pessoalmente. Houve uma intensa troca de cartas cujo diálogo era pautado pelas ideias e opiniões em matéria de literatura, com algumas confidências de Drummond e em particular sobre a questão religiosa, em que havia uma afirmação por parte de Alceu e um ceticismo por parte do escritor.

A chamada questão religiosa foi bem complexa nas primeiras décadas modernistas, tendo as mais diferentes ressonâncias na vida e na obra de determinados escritores, bem como nas políticas públicas, especialmente na Educação e na Cultura. Escritores como Lúcio Cardoso, Cornélio Penna, Murilo Mendes, Jorge de Lima, Augusto Frederico Schmidt, Mário de Andrade, Alcântara Machado e o próprio Drummond foram, de uma forma ou de outra, intersectados pelos debates e pelas dúvidas de natureza essencialmente ontológico-religiosa. Para alguns, Deus passou de hipótese à certeza – caso de

Alceu. Para outros – incluindo Drummond –, Deus deixou de ser uma verdade e migrou para a possibilidade (em alguns momentos beirando a negação em si) (Garcia, 2014, p. 117).

Apesar dos dilemas drummondianos, o escritor foi, em Minas, uma espécie de propagador na virada dos anos 1920 para os 1930 da revista *A Ordem*, instrumento de militância do catolicismo, como se vê em carta de Alceu: “Como vai *A Ordem*? O Casasanta, com quem trabalho, tem feito propaganda eficiente da revista, e creio que o Abgar Renault também tem se interessado. Eu lhe mando mais um endereço: Joaquim Bento de Souza, Secretaria da Agricultura, Belo Horizonte. Deseja ser assinante” (apud Garcia, 2014, p. 119). Logo, a instrumentalização da posição intelectual de Drummond por parte de Alceu, não ocorreria somente a partir do ingresso daquele ao governo Vargas. Buscando estabelecer-se como uma referência intelectual, Drummond também participou de algumas trocas que considerava vantajosas. E Alceu, naquele momento de reestruturação do catolicismo no Brasil, entendia a importância da penetração entre a intelectualidade brasileira, daí o seu esforço nas trocas de cartas em converter Drummond, inclusive para ter dele contribuições aos empreendimentos intelectuais da Ação Católica, desde *A Ordem* até o Centro D. Vital. Em 1º de fevereiro de 1929, o crítico responde ao poeta:

V. fala na ferida que levam os que como V. não creem ou não sabem que creem. Essa ferida é já um pouco de amor à Fé. Os que nada esperam dela, nem ao menos têm a noção da ferida, a suspeição de uma ausência, a intuição de que há qualquer coisa além do mundo que nos cerca. E no mais, a Fé é também uma ferida. É mesmo a maior das feridas humanas. Pois bem, a Fé é uma ferida quase crônica. [...] A Fé não se incute, conquista-se. E como é um alargamento e não uma restrição, como é uma plenitude, só mesmo o caminho interior pode levar a ela ou tornar a ela. (apud Garcia, 2014, p. 121).

A questão religiosa não foi a única que estreitou os laços entre ambos. Eles trabalharam juntos no Conselho Nacional de Educação, órgão do Ministério da Educação. Além de chefe de Gabinete do ministro Gustavo Capanema, Drummond também presidiu o referido órgão e Alceu participou de algumas gestões, fato que os colocaram ainda mais próximos. No período, quando o poeta ocupa posição central no funcionalismo público, Alceu tinha nele uma ponte de acesso ao ministro Capanema para pedidos burocráticos em favor de colegas, pedidos de emprego, favores etc., tudo envolvendo a burocracia estatal

(Ibid.). Após o fim do Estado Novo com a consequente saída de Drummond, as trocas de reconhecimento intelectual mútuo voltam a protagonizar o epistolário.

Não obstante, a proximidade entre ambos e a mediação por parte de Alceu a Félix, Drummond já exercia importância considerável enquanto poeta para a geração posterior. E se o intercâmbio com Drummond foi importante para a carreira de Félix e para sua validação enquanto poeta como veremos a seguir, foi-o antes em seu aspecto formativo.

1.3.1 Drummond em *Cubo de trevas*

Em Félix, o impacto da expressão drummondiana é percebido imediatamente com o título de seu livro. Em *Sentimento do mundo*, o mineiro publicou o poema *Noturno à janela do apartamento*¹⁶, cujo início aponta para o título da estreia do jovem poeta do Rio de Janeiro: “Silencioso cubo de treva: / um salto, e seria a morte. / Mas é apenas, sob o vento, / a integração da noite.” (Andrade, 2012, p. 71). O conhecimento do poema e do verso em particular pode ser verificado também na coluna de cinema, para o Correio da Manhã, de J. Etienne Filho, o mesmo que havia publicado pela Agir, citado anteriormente. Em 21 de abril de 1946, dois anos antes da publicação de *Cubo de trevas*, Etienne Filho iniciou seu texto, *Como uma lanterna mágica*, fazendo a descrição de uma sala de cinema: “Misterioso cubo de treva. Não é bem cubo, é um leque. Ao fundo, a tela. Em frente, as cadeiras.” (Correio da Manhã, 21 de abril de 1946, Seção 2). Drummond penetrava entre o imaginário da nova geração.

Segundo afirmação de Félix, os poemas de *Cubo de trevas* foram escritos entre seus 15 e 17 anos, ou seja, entre 1941 e 1943. É possível dizer que *Sentimento do mundo* causou algum impacto, legando o título, mas não deixa de ser inquietante observar a poesia que ficou do poema, para usar a formulação de Tristão de Athayde:¹⁷ o niilismo de *Noturno à janela do apartamento*, um dos

¹⁶ “Silencioso cubo de treva: / um salto, e seria a morte. / Mas é apenas, sob o vento, / a integração da noite. // Nenhum pensamento de infância, / nem saudade nem vão propósito. / Somente a contemplação / de um mundo enorme e parado. // A soma da vida é nula. / Mas a vida tem tal poder: / na escuridão absoluta, / como líquido, circula. // Suicídio, riqueza, ciência... / A alma severa se interroga / e logo se cala. E não sabe / se é noite, mar ou distância // Triste farol da Ilha Rasa” (Andrade, 2012, p. 71).

¹⁷ “A poesia, do ponto de vista do leitor, é o que fica em nós depois de lido um poema. E ler bem um poema não é devorá-lo. É fazê-lo parte integrante de nossa vida. Ou fazermo-nos, por nosso

poucos poemas do livro que não se dedica a denúncias ou tomadas de posições políticas do período. *Sentimento de mundo* é fruto de uma crise de consciência existencial e ideológica, cujas temáticas são a guerra, a ameaça nazifascista, o tipo de sociabilidade que as grandes cidades estavam legando com seus problemas habitacionais, a alienação das praias cariocas, a distância do poeta ante o operário, a contradição entre a modernização e a velha elite brasileira e a crença na vida futura (Wisnik, 2018, p. 95). Ou seja, um mar de temas que fariam a fama de Félix anos posteriores, o engajamento a partir da poesia social. Mas na sua estreia, foi o niilismo existencial de um cubo de trevas que mais entrou em diálogo com a sua poesia. Acresce-se a isso, a significação distinta entre um cubo de trevas em um Drummond com um livro voltado para a poesia social com essa série de temas e um cubo de trevas num livro de um estreante conhecido por fazer parte da Faculdade Católica, indicando também uma reorientação do significado ideológico apropriado pela obra.

Sentimento do mundo (1940), ao lado de *José* (1942) e *A rosa do povo* (1945) são as três principais referências durante décadas sobre a poesia política no Brasil e como abordar criticamente os problemas do país (Wisnik, 2018, p. 243), ainda que tenham sido escritas no bojo do Estado Novo e da participação do poeta na esfera governamental.

[Drummond] conferiu à poesia a missão de desnudar o desastre – a ditadura, a guerra, as desigualdades – e assuntar consolos de teor humanista. Poesia engajada, lírica compromissada, as palavras do povo são o manancial da lira mensageira, que impinge ao verso o encargo heurístico difícil de cumprir com o préstimo de perorações inquisitivas (Miceli, 2022, p. 85).

Sentimento do mundo agiu também como uma resposta aos assédios de Alceu Amoroso Lima diante da conversão de Drummond, além disso, a “práxis materialista do poeta alvejou o credo nefelibata dos concorrentes e cortejou a audiência dos opositores intramuros do regime” (Ibid., p. 78). Na primeira metade dos anos 1940, o poeta, que influenciaria o jovem Moacyr Félix, estava absorvido pelos sentimentos simpáticos ao Partido Comunista Brasileiro e pelos feitos da União Soviética na guerra. Posicionado em favor do engajamento artístico,

lado, parte integrante da vida por ele possuída fora de nós. A poesia não é um poema e sim o que há num poema.” (Athayde, 1980, p. 112).

embora de uma maneira distinta da que ganhava terreno em paralelo no Brasil a partir da chegada do jdanovismo, Drummond esteve estreitamente vinculado aos comunistas a partir de 1945, fazendo parte do conselho editorial do jornal *Tribuna Popular*, saudado por Prestes por seus princípios leninistas, que trazia no cabeçalho a frase “Unidade, democracia e progresso”. Junto do poeta, compunha o conselho: Álvaro Moreyra, Dalcídio Jurandir, Aydano do Couto Ferraz e Pedro Motta Lima (MORAES, 1994, p. 65). Depois do fim do Estado Novo, com a legalização do PCB, o movimento comunista conseguiu reestruturar-se e ampliar significativamente os seus quadros, passando de três mil militantes em abril de 1945 para próximo de duzentos mil na metade de 1947 (Ibid., p. 133).

O vínculo de Drummond com o partido não durou muito, sua presença em *Tribuna Popular* foi de maio a novembro de 1945, a coerção ideológica do jdanovismo o sufocou. “Sem troca de ideias, sem orientação, as poucas coisas que redijo têm destino incerto. Difícil me acostumar a uma situação como esta, de contornos vagos e desestimulantes” (apud Moraes, 1994, p. 152). Apesar disso, não houve da parte do poeta um rompimento ideológico, o que foi insuficiente para o partido, que permaneceu muito crítico de sua poesia após o rompimento. Seis anos após o racha entre partido e poeta, este ainda era motivo de críticas severas do PCB, um texto publicado em *Fundamentos*, em agosto de 1951, dizia que ele, Manuel Bandeira e Álvaro Lins apresentavam-se como “apolíticos na aparência, mas sempre com direção certa, com compromisso e ódios definidos, participantes no sentido do diversionismo e do alheamento, tão necessários à infiltração cosmopolita” (apud Moraes, 1994, p. 156).

O começo do racha intelectual entre comunistas e não-comunistas se deu no II Congresso dos Escritores, em Belo Horizonte, no qual os primeiros queriam ter o controle da Associação Brasileira de Escritores (ABDE), enquanto os segundos batalhavam por uma associação sem dirigismo partidário. A pá de cal foi a votação para a eleição da diretoria da ABDE, em março de 1949, os comunistas recusaram cargos secundários e criaram uma chapa própria, falhando a proposta de chapa única. A disputa “instilou em grupos importantes da intelectualidade a fobia anticomunista [...] A crise da ABDE estimulou o cisma em uma das poucas áreas que resistiam à mistificação das classes dominantes contra os comunistas” (Moraes, 1994, p. 141).

Com a chegada do jdanovismo no Brasil, a partir do segundo semestre de 1947, quando as teses penetraram nos meios do PCB, logo após a criação do Kominform, na URSS, o partido estabeleceu uma forma “padronizada” de comunicação em seus periódicos, na chamada blitz ideológica (RUBIM, 2007, p. 392). Os índices deveriam compor os seguintes tópicos: combate à cultura cosmopolita burguesa, defesa do realismo socialista, denúncia do imperialismo, defesa da paz mundial, organização popular pela libertação nacional e pela implantação do socialismo (Ibid.; Moraes, 1994, p. 143).

Duas revistas culturais do PCB foram importantes para a implantação da estética jdanovista, *Fundamentos* (SP) e *Para todos* (RJ)¹⁸. Seiva (BA) também cumpriu papel na difusão da “verdadeira revolução cultural”. “Em pouco tempo, Jdanov foi aclamado pela mídia do PCB como paladino do marxismo-leninismo” (Moraes, 1994, p. 145). Quando ele morreu, em 1948, Rui Facó (apud Moraes, 1994, p. 145) publicou em *Problemas*, revista dirigida pelo Comitê Central: “Quem quer escrever para o povo, quem não quiser cair no charco imundo da teoria burguesa da ‘arte pela arte’, não pode prescindir dos profundos ensinamentos de Jdanov ao discutir os problemas ideológicos”.

As consequências não foram apenas retóricas, podem ser acompanhadas na produção cultural do PCB, como a coleção *Romances do Povo*, do Editorial Vitória, dirigida por Jorge Amado, nos anos 1950. O único livro nacional é de Aline Paim, escritora baiana, que publicou *A hora próxima*, cujo tema central é a greve dos ferroviários da rede Mineira de Viação. A esmagadora maioria é de autores soviéticos. No âmbito geral da Vitória, Rubim destaca:

Os pouquíssimos títulos para uma editora e para um partido que sempre afirma a necessidade de “análises concretas de situação concreta” e de um conhecimento da realidade brasileira mesmo considerando que os anos de 1945-1964 se caracterizam como momento de constituição e desenvolvimento das modernas análises sociais da realidade brasileira (Rubim, 2007, p. 407).

Se por um lado o realismo socialista, a partir do final da década de 1940, coibiu algumas produções culturais e ditou regras aos artistas comunistas; por outro, houve momentos em que os interesses de artistas e partido coincidiram,

¹⁸ Mais para frente veremos a atuação de Félix, a partir da segunda metade dos anos 1950, em *Para todos* como editor do caderno de poesia.

caso da convergência entre comunistas e artes plásticas na primeira metade da década de 1930 e o romance social de Jorge Amado, Graciliano Ramos, Raquel de Queirós, José Lins do Rêgo etc. “A luta contra o estabelecido (academicismo) e a favor de uma arte social cria um lugar de gravitação e atração entre partido e artistas plásticos” (Ibid., p. 411). Ainda seguindo Rubim, “a convergência em 1945 atinge tal ponto que é possível organizar uma exposição intitulada ‘Artistas plásticos do Partido Comunista do Brasil’” (Ibid., p. 413). Partido e artistas modernistas conseguiram coadunar-se até o final dos anos 1940 quando o realismo socialista passou a exigir produções mais especializadas e a sufocar o fazer artístico ligado à vanguarda.

Apesar de determinado sufocamento por parte do jdanovismo no Brasil, havia certo prestígio em ser um escritor legitimado pelo partido, inclusive internacionalmente com a presença de intelectuais comunistas em locais centrais para a disseminação e legitimação de suas atuações, como o Conselho Mundial da Paz, fato que foi bem explorado pelo escritor Jorge Amado em sua atuação internacionalista (Ridenti, 2022, p. 15-72).

Considerada a influência dos comunistas nos meios intelectuais, a adesão – ainda que temporária – de Drummond ao movimento e a influência do itabirano na geração de Félix, a escolha do símbolo e do verso *cubo de treva* para dar título a seu livro ganha contornos ainda mais significativos, demonstrando um afastamento de Félix das posições mais engajadas no início de sua carreira de poeta, como ficará evidente nas análises dos poemas que faremos mais adiante. O próprio Drummond, já afastado do PCB e com ressalvas críticas ao jdanovismo, reconhece elogiosamente o fato de tal distanciamento, ao validar a entrada de Félix na poesia em texto publicado no jornal Correio da Manhã, em 21 de novembro de 1948. Em referência a títulos de livros que ele considerou importantes para aquele ano, afirma a importância dos poetas se refugiarem em si:

Os eternos fiscais da literatura irritam-se quando o poeta parte para as ilhas; é como se o poeta partisse realmente, numa barca da Cantareira, em dia de eleição, descumprindo o seu dever cívico. Mas essa ilha é toda intelectual, que diabo! [...] Sem *cubos de treva*, nem templos da estrela, nem rios do sono¹⁹, o território poético torna-se árido, didático, apoético. Pouco importa que um Aragon decrete a morte das ilhas, por

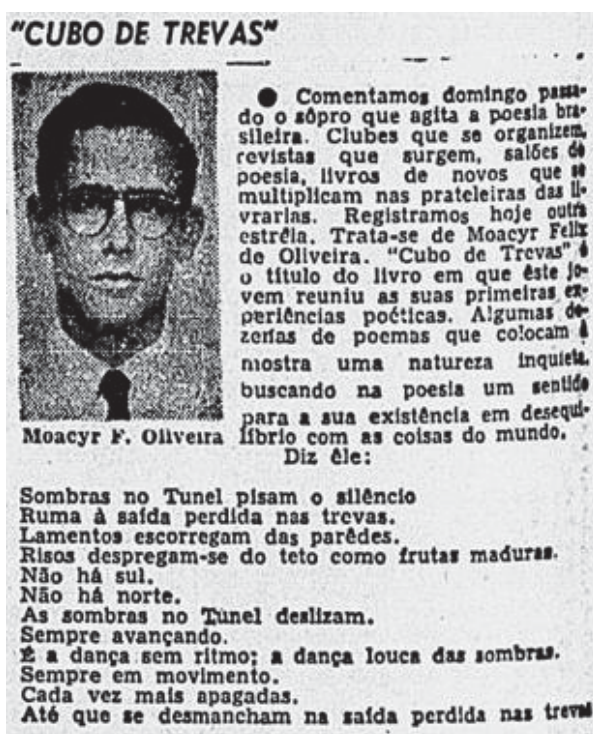
¹⁹ Drummond referencia livros que havia citado anteriormente em seu texto.

exemplo [...] As ilhas perduram na poesia do próprio Aragon, na sua poesia antiga, não preocupada em convencer e pregar; e quando hoje canta “o seu partido”, não será uma nova ilha que ele descobriu, e onde se refugia? (Andrade, *Correio da Manhã*).

Ainda não dialogando com a esquerda brasileira, Félix se lançava na poesia referendado por duas das principais figuras da literatura e do modernismo brasileiros, aquele que era até então o principal crítico do país, Tristão de Athayde, e aquele que viria a ser a referência da poesia brasileira no século XX, Carlos Drummond de Andrade. E o fazia por vias diferentes das quais a sua carreira foi perfilada nos anos seguintes, especialmente a partir dos anos 1960 quando se associa à Civilização Brasileira e a Ênio Silveira, isto é, afastado dos comunistas.

Havendo o racha entre escritores comunistas e não-comunistas, coube a Félix, apadrinhado por Alceu Amoroso Lima e referendado por Drummond, posicionar-se ainda que não conscientemente entre os não-comunistas. O que nos indica porque a poesia de Félix, por melhor que fosse, não consegue penetrar nos espaços que propiciaram a circulação e consagração entre as esquerdas. Se tomarmos exemplos de escritores que não vinham com tal chancela nem frequentavam os mesmos ambientes, a vida em busca do espaço no meio literário exigiu estratégias distintas e foi dificultada por recepções menos amistosas, conforme nos apresenta Faria Júnior (2023, p. 132) em relação a Ferreira Gullar e a crítica de Fausto Cunha a *Um pouco acima do chão*. A ausência física nos meios intelectuais do principal centro cultural do país fazia com que as relações de amizade e formações culturais não passassem a ser consideradas diante das trocas entre os intelectuais, permitindo uma recepção mais crua por parte de Gullar. Faria Júnior (*Ibid.*, p. 155) pondera, no entanto, que pertencer ao principal centro cultural do país exigia por parte dos escritores um capital prévio, sendo muito mais difícil a ascensão nos círculos intelectuais sem esses capitais, exatamente o que foi fornecido a Félix.

Dáí, o poeta carioca figurar algumas vezes entre os principais lançamentos de 1948, ora entre os estreantes, ora indistintamente ao lado do cânone brasileiro, como Manuel Bandeira e Carlos Drummond de Andrade. Outras vezes com referido destaque, em que o jornal fornecia espaço com fotografias e parte de poemas, para além de uma simples menção.

IMAGEM 4 – Divulgação de *Cubo de trevas*, no jornal Correio da Manhã

Fonte: Hemeroteca

Como se observa na imagem acima do jornal Correio da Manhã, Félix surgia como um sopro, "uma estrela" que agitava a poesia brasileira. *Cubo de trevas* tratava-se de uma experiência poética, segundo o jornal, de uma "natureza inquieta, buscando na poesia um sentido para a sua existência em desequilíbrio com as coisas do mundo". Em outra breve resenha publicada no Diário Carioca, também com fotografia e trecho de poema²⁰, Félix é considerado "uma das boas estreias de quarenta e oito" e que seu livro "revela, através de seus poemas, quase todos marcados por uma mesma inquietação, um estado d'alma melancólico e profundamente sensível às dores e atribuições do mundo". Salienta-se a sua juventude e sobretudo a sua qualidade poética, continua a nota: "Em grande número deles [os poemas], belos e expressivos, reproduz-se o tom amargo de seu espírito inconformado".

Não se põe em xeque que seus poemas de fato tenham agradado os críticos e esteticamente fossem convincentes para os padrões estabelecidos. É

²⁰ Ver anexo.

preciso ter em vista, contudo, que a afirmação da “boa estética” não ocorre num terreno ideal do belo, ela se materializa a partir da validação dos pares e da construção de tradições seletivas que selecionam e valorizam determinados elementos na produção cultural definindo a organização de um período em seu conjunto (Williams, 2003, p. 59). E essa seleção, conforme Williams, se dá a partir de alguns fatores específicos, sendo o principal o de classe. As instituições que têm o papel de realizar este “filtro” – a imprensa, as instituições educacionais e de forma mais ampla os aparelhos culturais (editoras, gravadoras etc.) – obstaculizam o acesso e a permanência de determinados agentes se eles não pertencem às classes que *tradicionalmente* dominam a intelectualidade ou operam em consonância com a classe em questão. A tradição cultural é uma seleção, mas também uma interpretação sobre a produção, afirmando o que tem e o que não tem valor cultural através das relações sociais estabelecidas entre os agentes. Como os intelectuais são uma categoria social que não se definem no processo de produção econômico, e sim são produtores da esfera ideológica, a disputa no campo entra em conflito de acordo com o projeto defendido, porém raramente a sua posição de classe é questionada, pois, por ser oriundo da pequena-burguesia, tende à direita ou à esquerda expressar certo anticapitalismo pelo fato de o sistema capitalista separar o que é inseparável na prática intelectual: produto, produção e produtor. Adiciona-se a contradição orgânica entre o trabalho intelectual que é medido por valores qualitativos e o sistema capitalista que é em si o sistema das quantidades, daí a resistência ao mercado, pois rendendo-se a ele, a qualidade estética é reduzida a um preço, valor de uso transforma-se em valor de troca (Löwy, 1979, p. 1-7).

No poema abaixo fica evidente a sua condição pequeno-burguesa, radicalizada na ideia do suicídio, uma residualidade (Williams, 2011) do romantismo presente na intelectualidade brasileira que vai se atualizando em diferentes facetas, tanto à direita quanto à esquerda (Ridenti, 2014), tendo o próprio Félix realizado este movimento de atualização, como veremos ao longo da pesquisa.

Vida

Quero algo diferente.
Uma aurora no poente.
Quero gozo e quero dor.

Quero ruiva bailarina
 E seu corpo de menina
 Sugar na boca do Amor.
 Quero loucas bacanaís
 No frio das madrugadas
 Mas sem despertar jamais
 Sempre tonto a dar risadas.
 Quero ver terras estranhas
 Ir ao cume das montanhas
 Tal um marinheiro antigo
 Amando o porto e o perigo
 Sentir o braço da morte.
 Ser homem rebelde à Sorte.
 Quero quero quero quero
 Quero a vida do mendigo
 Quero pedir implorar
 Sem pão sem lar sem amigo.
 E não pensar não pensar...
 Sofrer. Eu quero é sofrer
 A dor múltiplo do mundo.
 Quem sofre, sente no fundo
 Da alma, que está a viver.
 Quero ser Homem. Gritar.
 Não um móvel de escritório
 Uma vela a se apagar
 No meu curto autovelório.
 Nero Nero Nero Nero (Félix, 1948, p. 13-14).

O poeta parte de um estilo formal que remete à metrificação romântica, a redondilha maior, versos de sete sílabas poéticas, que tendem à sonorização, outra marca dos poemas românticos, cujo ápice assistiu-se, na literatura brasileira, entre os parnasianos. A partir dos modernistas, houve um abandono da sonorização dos poemas a partir de rimas, e o efeito sonoro se fez através dos ritmos (Candido, 1996, p. 42); Félix joga com duas condições próprias do romantismo: a convenção formal e a origem de classe da intelectualidade que exerceu hegemonicamente a posição de artista. Ele mobiliza elementos que expressam a dubiedade da condição de classe intermediária e de sua posição enquanto fração, isto é, a pequena-burguesia, o que leva para a dúvida de onde engajar-se enquanto indivíduo, “no gozo ou na dor” e no desejo de ser “Homem”, com maiúscula para expressar a universalidade que não lhe é própria, dado que está posta a sua fragmentação.²¹

²¹ A modernidade lega a fragmentação do indivíduo e a perda de sua totalidade nas concepções artísticas, conforme expressava-se no mundo helênico e era presente na ideia de Deus no medievo; o indivíduo é problemático porque seus objetivos não são dados de partida e de forma evidente – daí a importância da mitologia no mundo grego –, há uma desconexão entre mundo exterior e suas *ideias*, que passam a se tornar *ideais* não realizados, passam a ser fatos psicológicos. O mundo torna-se um substrato das intenções do próprio indivíduo (Lukács, 2000,

Em Félix, sujeito imbricado nos processos de modernidade e modernização, seus versos são um afastamento da vida, uma insatisfação enquanto sujeito, daí seu desejo em ser outro, e na sua contemporaneidade são postas as suas dúvidas de pequeno-burguês: o seu desejo de ser mendigo (só pode querer ser mendigo quem não o é, quem não flerta com a pobreza), cuja expressão é a liberdade das amarras de sua vida de trabalho, de aulas, de compromissos que a vida pequeno-burguesa lhe impunha, como se lê no verso em que diz não querer ser “um móvel de escritório”, ou seja, uma expressão de um sujeito que chega a ser objetificado dado a sua permanência na rotina da vida, trazendo o elemento “escritório” como o espaço de trabalho que seria um dos seus destinos anos mais tarde enquanto servidor público da área jurídica do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), sendo funcionário de carreira e alcançando postos de chefia ao longo de décadas de serviços prestados.

Por fim, há um último elemento que perpassa o texto todo, um desejo de sofrimento e morte, como pode-se ler nos últimos versos, e radicaliza-se no suicídio: “No meu curto autovelório”; e encerra repetindo quatro vezes – possivelmente para cumprir com a exigência da redondilha maior, assim como havia feito em parte anterior do poema com a palavra “quero” – o nome de Nero, imperador romano que se suicidou. Segundo Antonio Candido (1986, s/p)²², com o romantismo, nasce o gosto pelo fragmento com a morte do sentido, em que o significado da obra é escondido do leitor pelo autor. A negatividade, através da obra inacabada, do fragmento, do abismo e do despistamento semânticos, foi criada pelo romantismo. Logo, não está posto em Félix um suicídio literal, e sim um metafórico cujo significado é escondido do leitor. Pois, para o romântico aquilo que o autor vive é muito maior que qualquer palavra. A palavra é inferior ao objeto, ao sujeito. A palavra se nega, se fragmenta por não conseguir exprimir

p. 81). A partir disso, há um entendimento diferente entre as próprias convenções formais. O verso na épica e na tragédia não são constituintes últimos; são antes um sintoma profundo de um mundo. O verso trágico isola e cria distâncias, aponta à solidão do herói. Não dá para obter outras relações fora aquelas que objetivam a luta e a aniquilação (Ibid., p. 56). O verso épico também cria distâncias, mas na esfera da vida, aquela que separa o sujeito das coisas, e em vez de ocasionar a solidão, traz felicidade e leveza, pois o completo afastamento de tudo que se prende à vida não é uma abstração vazia, uma negação da vida, mas uma presentificação da essência, o que responde à pergunta “como pode a vida tornar-se essencial” (Ibid., p. 56).

²² Palestra “Romantismo e modernismo”, na Faculdade de Ciências e Letras de Assis (UNESP-FCL), em 1986. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Z0M9A7Bzebc&t=2137s>. Acesso em: 21 de novembro de 2023.

a realidade, que em Félix se traduz em querer ser “Homem” e não ser um “móvel de escritório”.

Para o crítico brasileiro, o próprio modernismo é romântico, assim como as vanguardas do começo do século XX. E é a partir de dois princípios que ele sustenta sua argumentação: 1) o culto da liberdade da escrita²³; e o abordado acima, (2) senso da negatividade; sendo romântico, o que faz o modernismo é buscar o princípio unificador entre a interioridade da obra (da produção cultural) e a sua exterioridade. “A literatura do nosso tempo parece buscar desesperadamente alguma coisa que assegure aquela unificação perdida” (Ibid.). Em muitos autores isso torna-se uma volta a Deus, em outros volta-se para o realismo socialista, enfim, alguma coisa que garanta essa unidade e seja possível encontrar uma totalidade. Com o romantismo, “A chamada modernidade [se torna] uma busca angustiada desse princípio perdido” (Ibid.). Logo, em Félix está posto uma consciência de sua fragmentação e uma tentativa de recuperar uma totalidade a partir do sofrimento do suicídio, daí a redondilha maior não ser um artifício somente formal, mas uma expressão da angústia originada pelo romantismo ou pela fragmentação da modernidade, em uma palavra, naquilo que o capitalismo fez ao cindir o sujeito, em particular o artista, tirando o seu valor de uso e exigindo um valor de troca, como apontamos anteriormente.

Ao mobilizar estes elementos próprios do artista pequeno-burguês, é uma maneira que garante sua manutenção e sua seleção diante dos mecanismos da produção cultural, desde a editora até as resenhas nos jornais. Ele expressa a condição intermediária e fragmentada da pequena-burguesia. Todavia, não é a única forma de colocar-se entre o cânone literário e como um dos principais nomes da nova geração no principal centro cultural do país, o Rio de Janeiro. No interior de sua fração de classe há especificidades que realizam tal manutenção e permitem a consagração cultural. A principal delas, sem dúvidas, foi a

²³ Para explicar esse ponto, Candido traz a frase: “Eu fiz soprar um vento revolucionário. Pus um barrete vermelho no velho dicionário” (Victor Hugo). Esta liberdade é o baralhamento dos gêneros, a prosa poética é um exemplo. Da prosa poética vem o poema em prosa, Baudelaire é o exemplo máximo. Havendo isso, chega no verso livre e na dissociação da métrica e da própria poesia. Sem contar a emergência do romance que estava fora da literatura por não estar na Poética de Aristóteles – ainda que cultivado de forma secundária, com o romantismo ele passa ao cânone literário. Surge a originalidade enquanto princípio, devido à soberania do indivíduo. E termina a subordinação da literatura, o que até o século XVII estava vinculada à latina e à grega, e no século XVIII e início do XIX, à francesa. As literaturas nacionais emergem como fenômenos que dão sentido a formação dos Estados-nação.

aproximação e a iniciativa de levar seus poemas a Alceu Amoroso Lima. A tomada de posição de Félix no campo cultural exige uma dupla leitura: a própria do campo artístico e uma política, como estratégia orientada em busca de destaque e do posicionamento mais privilegiado entre os pares (Bourdieu, 2007, p. 169).

1.4 As escritas e reescritas de *Cubo de trevas*

No entendimento desta pesquisa, *Cubo de trevas* é a síntese das relações cultivadas por Moacyr Félix no ambiente católico, com ênfase a Alceu Amoroso Lima, o principal mediador entre o autor e os aparelhos culturais. Tanto é assim, que em todos os sessenta poemas presentes no livro estão ausentes quaisquer dedicatórias. Não há agradecimentos. Para além dos poemas, há um índice ao final. A única exceção é a contracapa com os títulos lançados pela Agir, já discutidos acima. Os elementos paratextuais não estão presentes. Mais do que indicar uma forma editorial do período, fato que não se concretiza ao tomar outros livros da época, aponta como foi um processo de estreito e rápido diálogo entre Alceu e Félix. Numa entrevista em junho de 1999, ao Jornal do Commercio, relembrando a sua primeira publicação, o poeta narra uma história um pouco diferente da citada anteriormente. Em vez da devolução de poema por poema analisado, o crítico, e um dos diretores da editora Agir, deu o encaminhamento para a publicação.

Levei os originais para Alceu Amoroso Lima, que dava aulas na Faculdade Católica de Filosofia, cujo prédio ficava nos fundos da Faculdade Católica de Direito. Eu era um bom aluno, desde o colégio, mas levava uma vida muito agitada e boêmia, coisa que era de conhecimento geral. Fui até sua casa, ele recebeu-me muito bem, pedindo que deixasse os originais em seu poder, após um breve exame. Algum tempo depois, indaguei o que achara dos meus poemas. E para minha surpresa e contentamento, respondeu-me: “Já os levei à Editora Agir, da qual sou diretor. Você é um excelente poeta e deve ser estimulado. O livro está sendo impresso com o título que você lhe deu – *Cubo de trevas*” (Félix, 2002, p. 109).

Na versão anterior, o crítico havia devolvido poema por poema analisado. As versões não se anulam, necessariamente. E o mais importante aqui, é perceber que a relação posta na estreia de Félix não foi com seus pares da juventude, e sim com uma figura consagrada na literatura brasileira. A relação

entre seus pares de geração dar-se-ia no próximo livro, *Lenda e areia*, embora sem abandonar o suporte de Alceu, como se lê em um texto da revista *Careta*, de janeiro de 1951, quando Félix nem estava mais no Brasil, já tinha viajado para Paris, e ainda assim contava com incentivo do crítico: “Alceu Amoroso Lima deu-nos as ‘Manhãs de São Lourenço’. Além destes, muitos outros: ‘Lenda e areia’, de Moacyr Félix de Souza (sic.)...”, e o texto prossegue com uma série de livros.

Publicado em 1948, *Cubo de trevas*, como afirmado, dispõe de sessenta poemas; destes, onze são metrificados; dos onze, dois são sonetos. Em *Cubo de trevas* a maioria dos poemas aderiu, portanto, o verso livre, diferentemente dos poemas encontrados em seus originais e que não foram publicados, em que a maioria era metrificado e era possível encontrar vários sonetos. Pode ter havido uma intervenção e uma seleção tanto de Félix quanto do próprio Alceu, pois apesar de entrar em consonância com o ideário católico para ser publicado em Agir, não poderia destoar da produção literária do período.

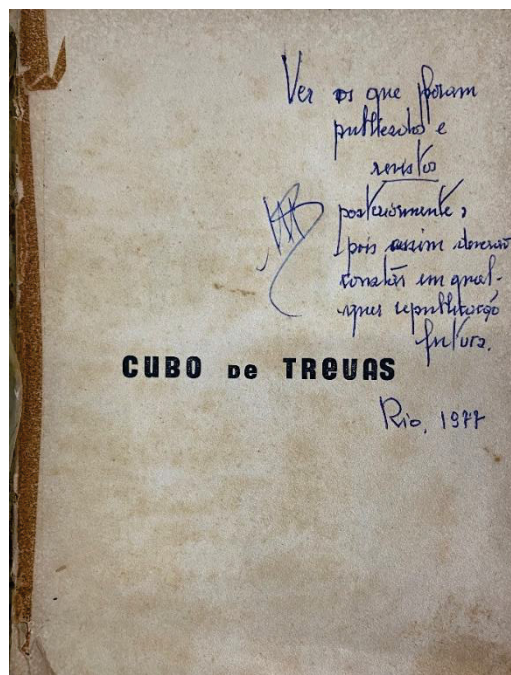
Ainda que com esse cuidado, numa avaliação sobre *O pão e o vinho* (1959), Félix afirmou ao *Jornal das Letras*, em dezembro de 1959: “[...] desejava evitar o erro em que incorri nos meus livros anteriores – *Lenda e Areia*, *Cubo de trevas*, *Itinerário de uma tarde*, todos publicados apressadamente. Aliás, pretendo retomá-los um dia, revendo as poucas partes que considero que valha a pena salvar” (Félix, 2002, p. 156). Prática que levou a sério ao longo de toda a sua carreira como poeta, até exaustivamente, escrevendo e reescrevendo poemas, republicando-os em diferentes obras.

Os poemas de *Cubo de trevas*, que tiveram o valor estético negado por Félix na mesma entrevista citada, apesar da sinceridade contida – à qual sinceridade ele se referia? Às temáticas? Às formas postas? Ao seu sentimento “muito religioso”? –, reapareceram em *Um poeta na cidade e no tempo* (1966), *Invenção de crença e descrença* (1978) e *Singular plural* (1998). Entre os dois primeiros não houve alteração da seleção de poemas. Foram selecionados como aqueles que ele pensou “valer a pena salvar”: *Autorretrato*, originalmente publicado como *Ignorância*; *Noturno*; *Tarde de domingo*; *De que adiantou?*; *Largo da Carioca*; *Vem!*; *Luta*; e *Existencialismo*, que já foi citado anteriormente e também teve alteração no título. No livro de 1966, o poema é nomeado como *Existência*, para voltar a ser intitulado como *Existencialismo* em *Singular plural*, que trouxe todos os poemas citados, mais: *Voz do moço do meu tempo*, *Ouvindo*

Beethoven, Poema, Atropelado, Moleque pretinho, Era uma vez...; todos têm alterações, entre as edições, incluindo a original, às vezes mais substanciais, às vezes menos. Desde a retirada de vírgulas até a inserção ou corte de estrofes inteiras.

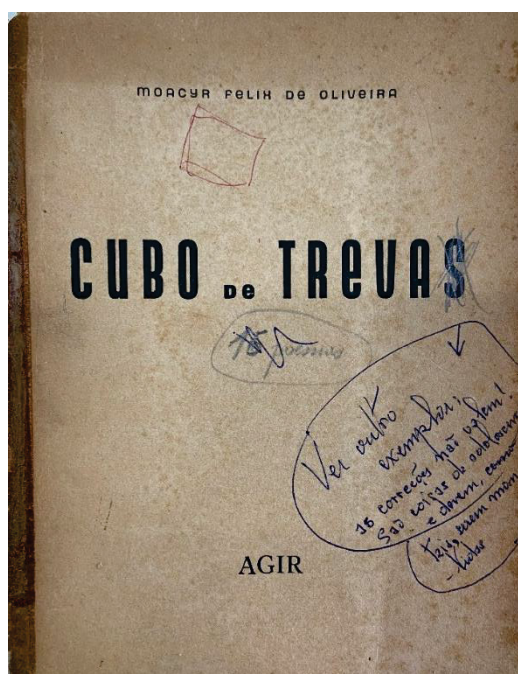
Observar tais mudanças são importantes para conseguir compreender qual a construção poética que havia no livro original, qual ele tentou legar e qual fez questão de suprimir. No seu próprio exemplar de *Cubo de trevas*, realizou algumas alterações para a publicação *Invenção de crença e descrença*, conforme se verifica na folha de rosto: “Ver os que foram publicados e revistos posteriormente, pois assim deverão constar em qualquer publicação futura. Rio, 1977”. Ou seja, Félix registra qual a forma final dos seus poemas, e os que foram revistos aparecem pela primeira vez em *Um poeta na cidade e no tempo*. Fica evidente, no entanto, uma dúvida da sua parte se deve ou não seguir com as correções, pois na capa do mesmo exemplar faz a ponderação de que são poemas de estreia e isso deve ser levado em conta e preservado. “Ver outro exemplar; as correções não valem! São coisas da adolescência e devem, como tais, serem mantidas”.

IMAGEM 5 – Folha de rosto do livro *Cubo de trevas* com anotação de Moacyr Félix



Fonte: Acervo Moacyr Félix. Fundação Casa de Rui Barbosa

IMAGEM 6 – Capa de *Cubo de trevas* com anotação de Moacyr Félix



Fonte: Acervo Moacyr Félix. Fundação Casa de Rui Barbosa

O cotejo entre os poemas permitirá entender em quais houve alterações substanciais ao ponto de alterar o sentido, obliterando ou evidenciando fatores.

O livro, dessa maneira, revela, enquanto fonte, a sua importância na produção de sentidos e na construção de uma poética por parte do próprio autor. Ter em vista a publicação original é um aspecto metodológico que não pode ser descartado, pois as publicações posteriores podem ocultar elementos aos quais o autor pode querer se desvincular, na medida em que adere a diferentes movimentos ao longo de sua trajetória intelectual. Este é o caso de Félix. Pois, por ter aderido ao marxismo, ter estado próximo ao Partido Comunista e ter sido hegemonicamente identificado com a esquerda brasileira e a poesia engajada, merece uma atenção nesse cotejo, pelo fato de que aspectos da presença de uma religiosidade, de uma devoção cristã e, por que não, de uma teologia, podem ter sido apagados ou reinterpretados para um léxico de pensamento que lhe convinha enquanto militante de esquerda.

Ao buscar uma “poética utópica”²⁴ em Félix, Nunes (2017, p. 100) cita que o poeta não esperava nada de Deus desde os poemas da juventude, ou seja, demonstrando um sentimento e um posicionamento que não estariam de acordo com as posições do catolicismo brasileiro, do qual ele foi bastante próximo, como já discutido. Para sustentar seu argumento, Nunes cita a seguinte passagem do poema *Noturno*: “Quero marijuana, ópio, cocaína / o despertar sem tempo, mas tão sem tempo / como aquela rua que termina num porto / feito para que a minha poesia possa dançar / vitoriosamente a morte de Deus” (Félix, 1966, p. 213). Fato é que Nunes retirou esse poema da Antologia de Félix, publicada em 1993; originalmente, o poema *Noturno*, chamado *Noturno 13*, não contém esses versos, que foram alterados em *Um poeta na cidade e no tempo*, de 1966, quando Félix não tinha mais a dependência do movimento católico para se afirmar como poeta. Ao contrário disso, seu lugar de consagração estava entre os artistas mais próximos do marxismo. Eis as duas versões:

²⁴ A poética utópica de Félix surgiu como tema de pesquisa para Nunes (2017) através da sugestão de Luiz Carlos Lima (2005) e é definida pelo primeiro como “uma poesia de esperança, mas sem otimismo ingênuo, sem engajamento acrítico, sem certezas que apontam caminhos, sem abandonar por completo o desespero, tocado pela persistência da melancolia. Esperança à deriva, recusa tanto a resignação quanto palavras-de-ordem esvaziadas de experiência” (Nunes, 2017, p. 12).

Tabela 1- Duas versões do poema “Noturno”

Noturno 13 (1948)	Noturno (1966)
Quero dormir Um sono longo Como o da pedra Que sonha à beira do caminho. A imobilidade estóica dos pinheiros Resignações esverdeadas Formas de chamas apagadas Sombras mudas Fincadas na pele escura da Noite. Olhar de um doido Atravessando as grades Quero clorofórmio Um sono longo Como uma rua que termina num ponto...	Quero dormir o sono sem mitos, um sono longo como o da pedra que não sonha à beira do caminho Quero a forma das chamas congeladas ou das sombras mudas em que a Noite morre como um bicho escuro sob o Olhar dos doidos Não quero mais as grades nem a luz sem sangue desta cidade! Quero marijuana, ópio, cocaína o despertar sem tempo, mas tão sem tempo como aquela rua que termina num ponto feito para a minha poesia dançar vitoriosamente a morte de Deus

Fonte: *Cubo de trevas* (Félix, 1948, p. 99); *Um poeta na cidade e no tempo* (Félix, 1966, p. 213).

Em 1966, depois do reconhecimento de *Violão de rua* (1962; 1963), antologia publicada pela Civilização Brasileira, de poesia engajada²⁵, e após alguns outros projetos editoriais – próprios e de terceiros – na mesma editora ao lado de Ênio Silveira e sua atuação militante entre a intelectualidade, Félix deixou de ser o poeta existencialista e angustiado da Faculdade Católica para ser o poeta engajado. Seu campo de consagração havia se alterado. Então a pedra que sonhava à beira do caminho em 1948, não sonha mais em 1966. A pedra em 1966 é pura materialidade. O estoicismo de pinheiros desaparece, pois naquele ano, dois após o golpe militar, era-o impossível. E a transcendência não se faria mais a partir do divino. Na contramão da divindade cristã, através das substâncias terrenas que alteram a condição cognitiva – maconha, ópio e cocaína –, ele mataria o que é transcendental: Deus. E quando fora republicado em *Invenção de crença e descrença*, o último verso decreta não só a morte de Deus, mas a sua própria morte: “vitoriosamente a minha morte e a morte de Deus”, o que pode indicar uma exaustão depois de catorze anos de regime militar.

Portanto, diferentemente do que destacado por Nunes (2017), o poeta só deixou de esperar as coisas de Deus quando a sua posição diante dos

²⁵ Sobre *Violão de Rua* e a atuação de Félix em torno da poesia engajada nos anos 1960, ver capítulo 3.

mecanismos de consagração e, principalmente, de Alceu Amoroso Lima, já não eram tão definidores na sua atuação intelectual. Não afirma-se aqui um uso utilitarista da crença em Deus por parte de Félix, mas dadas algumas transformações em sua vida – em especial sua ida à Paris, como veremos adiante – houve um progressivo afastamento, e mesmo frustração, do catolicismo: institucionalmente e em suas relações. Ele sai da Agir, a principal editora do movimento católico, e vai para a Civilização Brasileira, uma das principais editoras de esquerda. Este movimento não é pendular, as suas complexidades serão apresentadas nos próximos capítulos, fica apenas o registro de uma mudança operada e evidenciada em sua construção poética entre as duas versões do poema *Noturno*.

Alceu Amoroso Lima foi uma referência ao longo de toda a sua vida, é evidente a partir das cartas enviadas no decorrer das décadas, contudo o espaço e o convívio naquele ambiente “muito religioso”, como disse o próprio Félix, vai se problematizando. Ele não desaparece, é conservado e superado. E quando o catolicismo e o comunismo vão abrindo cada vez mais caixas de diálogo, movimento que ocorreria nas esquerdas brasileiras de maneira destacada a partir dos anos 1960, Félix foi um dos intelectuais a incentivar e participar dessa aproximação, a partir da criação da editora Paz e Terra. Logo, ele é tanto uma síntese quanto um produtor desse processo.

Poeticamente, a partir de suas posições, em 1948, não lhe era permitido decretar a morte de Deus. Em 1966, era-lhe imperativo. As raízes sociais de suas convenções poéticas se alteravam na medida em que ele próprio alterava os seus espaços de sociabilidade. Aspecto não destacado por Lima (2005), que em vez de buscar as alterações na poética de Félix, insistiu nas permanências:

[...] a sua poesia torna-se o espelho de uma unidade dialética entre verdade e utopia, que traduz uma tensão permanente na busca da verdade não-reconciliada num mundo reconciliado com a não-verdade da vida mutilada. Dessa forma resta apenas ao poeta ser a síntese utópica da negatividade neste mundo da culpabilidade absoluta onde a subjetividade permanece condenada à alienação (Lima, 2005, p. 27).

Não obstante as (parciais) constâncias na poesia de Félix – sendo o poeta uma “síntese utópica da negatividade” portador de uma “poética utópica” –, vale precisar que a própria utopia presente em sua poética passou por diferentes

anseios. Logo, se se pode afirmar a constância de uma utopia, não se pode dizê-la a mesma, pois o que em algum momento foi a realização de uma sociedade não fragmentada em decorrência da alienação capitalista, como identificou Lima, em outros foi uma angústia em torno de Deus, do transcendental e de suas relações com o catolicismo. Tal diferença impacta no tipo de sentido que seus poemas produziram. Portanto, a permanência de uma poética utópica defendida por Lima (Ibid.) e Nunes (2017) é contraditória no interior da própria obra de Félix. Lima não leva isso em conta e afirma em nome de uma “dialética” que o que lhe interessa “é a afirmação constante e permanente, em sua poesia, do espírito da utopia” (Lima, 2005, p. 30). A historicidade da própria trajetória intelectual possibilita encontrar as contradições da trajetória poética e vice-versa, como apresentamos acima. Em vez de tomar como dado permanente um sentimento que não se materializa, a materialidade da sua poesia, tendo em vista diferentes versões de vários poemas, indica sua volubilidade.

2 Entre a cruz e a foice

*“Eu estou na literatura desde 1953. Cheguei, com
Itinerário de uma tarde, já fazendo poesia social”
(Moacyr Félix em entrevista a Marcelo Ridenti, em 1996).*

A frase citada na epígrafe para abrir o capítulo é o manifesto desejo em construir uma trajetória considerada mais coerente pelo seu próprio agente. Diante de um sociólogo que o entrevistava para uma pesquisa sobre os “artistas da revolução”²⁶, era necessária a sua afirmação à esquerda. Poder-se-ia argumentar um lapso, considerado por esta pesquisa pouco provável uma vez que *Cubo de trevas* nunca deixou seu radar em entrevistas, em suas antologias, rememorando sua trajetória em diferentes circunstâncias. Na mesma entrevista o poeta se reivindica: “[...] o Alceu fez questão de dizer que eu sou o maior poeta socialista do país, de escrever mais longe que Carlos Drummond de Andrade, no socialismo. Então, esse orgulho eu tenho [...]” (Ridenti, 1996). O poeta era indubitavelmente um retrato da esquerda brasileira, um artista da revolução.

Moacyr Félix não chegou na poesia em 1953 com *Itinerário de uma tarde* e é discutível se o seu fazer poético foi desde o início aquilo dito como “poesia social”. O capítulo anterior foi um exercício contrário. A proposta de identificar em sua trajetória – nos anos de formação – a presença de elementos marginalizados em discussões que o poeta e sua poesia figuram fundamenta a dúvida. A marca do catolicismo não é algo superado num ponto de virada, como se houvesse uma fase católica e uma pós-católica, assim como não é uma permanência ao ponto de ser possível identificá-lo como um escritor católico. A hipótese desta tese é que isso o acompanha com ambivalências em suas relações e ações intelectuais e artísticas, dialogando com mais proximidade ou mais afastamento em decorrência dos seus objetivos e posicionamentos diante do campo intelectual.

Itinerário de uma tarde, editado na Suécia e lançado no Brasil, é de um momento em que Félix passaria a questionar o ambiente católico, impactado por inúmeros fatores que deixariam uma marca em si e na memória a seu respeito como um poeta e intelectual de esquerda e, não raras vezes, comunista. Tendo

²⁶ Referência ao subtítulo do livro de Marcelo Ridenti (2014): “Em busca do povo brasileiro: *artistas da revolução*, do CPC à era da TV”.

isso em vista, e o que foi apresentado até o momento – suas relações com o pensamento católico, em especial –, cabe a pergunta de como foi a aproximação com o pensamento e os intelectuais de esquerda e como e se ocorreu o afastamento daqueles que lhe abriram as portas do mundo literário. Para isso abordaremos três momentos: começando por sua ida para Paris e a sua aproximação da filosofia francesa do pós-guerra; para, em seguida, entender como isso impactou na sua volta; e, por fim, destacar, o que poderíamos dizer com algumas aspas, a sua passagem ao universo de intelectuais esquerdistas na segunda metade dos anos 1950, tendo como ponto de chegada a sua elaboração do livro *O pão e o vinho*, de 1959.

2.1 Paris: a cidade dos estrangeiros

De 1946 a 1949, Moacyr Félix ocupou cargo no departamento jurídico da Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras (CAEEB), uma subsidiária da empresa estadunidense *American & Foreign Power Company* (Amforp), que iniciou seus negócios no Brasil em 1927 e controlava ao lado da Light (de capital canadense) boa parte do setor elétrico brasileiro (Saes; Sasse, 2012).²⁷

Ocupou o cargo ainda durante sua formação em direito na PUC e um ano após a conclusão do curso. Conforme suas entrevistas, recebeu proposta da empresa para ir aos Estados Unidos com o objetivo de especializar-se nos assuntos jurídicos do setor elétrico, que negou em decorrência do não cumprimento dos seus anseios da época: “[...] eu já não me sentia bem, queria outra coisa, e, embora não soubesse direito o que era, já sabia com nitidez o que não queria. Pedi demissão e fui para Europa [...]” (Félix, 2002, p. 165).

Uma vez cindido entre a dedicação à arte e ao trabalho, não lhe pareceu natural seguir aos Estados Unidos para se especializar e se desenvolver na carreira jurídica. A fragmentação a qual Félix estava sujeito o levou à indecisão

²⁷ “No quinquênio pós-guerra, as companhias associadas investiram quase um bilhão de cruzeiros em obras destinadas a aumentar a geração e melhorar o serviço de fornecimento. No período, as inversões de capital feitas anualmente ultrapassaram Cr\$ 256 milhões, o valor do capital fixo das empresas do grupo foi acrescido de 47% e a capacidade instalada aumentou 53% (86.578 kW). Em 1949, prosseguiram os estudos referentes a uma maior expansão da capacidade geradora e melhoramento de sistemas de transmissão e distribuição, assim como o aproveitamento de novos potenciais hidrelétricos e instalação de termelétricas” (Caporrino, 2021, p. 26).

quanto ao futuro e colocar em xeque a carreira jurídica, apesar de ter um bom emprego no departamento jurídico de uma empresa norte-americana. “A empresa queria que eu fizesse curso nos Estados Unidos. Não sabia exatamente o que queria, mas sabia que isso eu não queria, ou seja, bom emprego, vida burguesa” (Félix, 2002, p. 60). Projeto que viria a se realizar na sua volta ou com a sua volta, pois chegaria ao Rio de Janeiro casado e poucos anos depois passaria a ser funcionário público do INCRA e constituiria família, algo típico da configuração pequeno-burguesa brasileira: funcionário público, casado e com filhos (Miceli, 2001, p. 69-281).

Entre a demissão e a ida à Europa, lançou seu segundo livro: *Lenda e areia* (1950), editado pela Revista Branca, “devido à amizade de Candido Mendes de Almeida”, conforme está no verso da folha de rosto, um agradecimento ao colega do meio católico, cujo reencontro dar-se-ia em sua volta do estrangeiro no conselho de redação da revista *Cadernos do Nosso Tempo*, uma publicação do Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP). A Candido Mendes, contudo, não foi endereçada a única declaração. Para outros colegas foram dedicados poemas, todos eles do circuito católico. Outros também cruzariam posteriormente o caminho de Félix direta ou indiretamente. Fausto Ricca, a quem o poeta dedicou *Fala também inútil*, desenvolveria trabalhos nos anos 1960 nas editoras Civilização Brasileira e Paz e Terra relacionados à tradução. Félix e Ricca traduziram um texto de Lukács para o segundo volume da Revista da Civilização Brasileira; e Ricca traduziu uma coletânea de textos cujo intuito era pôr em debate a posição de católicos e comunistas italianos. A rede de católicos em torno de Félix era significativa e dar-lhe-ia alguma sustentação no período em que esteve no estrangeiro.

As informações relativas ao período da sua ida para Paris oferecem perspectivas distintas: seus dois currículos estendidos citam que ele foi para a França a convite do governo francês na qualidade de *étudiant patronné*, ou seja, com uma bolsa. Cita o currículo: “Em 1950, foi convidado oficialmente pelo governo francês para prosseguir seus estudos na França, na qualidade de *étudiant patronné*, seguindo até 1953 vários cursos de filosofia na Faculdade de Letras da Universidade de Paris (Sorbonne).”²⁸ Nas entrevistas em que se

²⁸ Ver em anexo a fonte.

recorda do período, por outro lado, a ida é caracterizada como uma decisão arrojada e desprovida de recursos.

Pedi demissão [da CAEEB] e fui para Europa com uma passagem de avião ganha num jogo de baralho. Garanti a um amigo que se me dessem uma passagem de avião, eu iria para Paris. Era filho de um homem bem relacionado, que se dava muito bem com a direção da Panair. Meus pais e meus irmãos não acreditaram, foram ao aeroporto brincando, dizendo que eu ficaria só uma semana, até acabar o dinheiro. Fui com 500 contos (Félix, 2002, p. 165).

Quando optou pela França – com ou sem bolsa – seu pai já era coronel do Exército e diretor de farmácia da instituição; em um ano de Paris, Saturnino de Oliveira Filho havia recebido o grau de “cavaleiro”, no Quadro Ordinário do Corpo de Graduados Efetivos da Ordem do Mérito Militar; e em 1952, quando Félix cursava filosofia na Sorbonne, fora promovido a general de brigada. Portanto, os recursos não eram escassos, podiam não ser abundantes, mas Paris não foi uma aventura sem ter em quem apoiar-se em caso de algum problema, fato reconhecido pelo próprio Félix, que afirmara receber dinheiro de sua família no período em que esteve lá: “O que me ‘safava’, na verdade, das piores dificuldades, era a remessa que de vez em quando meu pai enviava. Com sacrifício, é claro. Gozado, parecia até que ele adivinhava: o dinheiro chegava sempre na hora H...” (Félix apud Reportagem, 1963)²⁹. Apesar de citar esse sacrifício familiar, ao mesmo tempo afirmou que os trabalhos que desenvolveu na França, como o de redator e locutor da Rádio Difusão Francesa (ORTF), onde produzia um programa sobre literatura, música etc. para a América do Sul³⁰, eram “bicos” e não o que o sustentava de fato no estrangeiro.

A possibilidade de Paris, seja como bolsista, seja como aventureiro, era um local de referência para se construir como uma pessoa dedicada à atividade intelectual. Paris era, pelo menos desde o fim do século XIX, uma metrópole transnacional em que os escritores se dirigiam, assumindo “um novo perfil como a epônima Cidade dos Estrangeiros, o local mais apropriado para a arte

²⁹ REPORTAGEM pitoresca. **Leitura:** arte e literatura, política e economia, Rio de Janeiro, agosto de 1963, nº 74, p. 36-37. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=115509&Pesq=%22Moacir%20F%20c3%a9lix%22&pagfis=1412>. Acesso em: 20 de maio de 2024.

³⁰ Entre os anos 1954 e 1956, na sua volta de Paris, Félix também trabalhou na Rádio MEC, devido à experiência adquirida na ORTF.

produzida pelo emigrado ou exilado sempre em movimento, o artista internacional antiburguês” (Williams, 2011b, p. 5).

Para os brasileiros, a formação da “colônia brasileira em Paris”, como cita em crônica Mário de Andrade (1976, p. 73), agiu não apenas como uma cidade dos estrangeiros, mas também impactou na formulação do modernismo brasileiro.

Félix e sua geração renovavam a tradição modernista brasileira ao buscarem em referências intelectuais parisienses a fonte da própria constituição intelectual. O que na primeira geração dos modernistas traduzia-se nas vanguardas europeias, na geração de Félix era personificado em Sartre. Logo, sua decisão em ir à Paris se fundamenta como o lugar em que novas relações sociais, econômicas e culturais eram formadas. Paris era um dos locais em que o modernismo se definia num ambiente cultural que havia se alterado e fornecido novas maneiras de sociabilidade para quem buscava uma carreira intelectual e artística, definindo-se de certa forma a própria constituição do modernismo (Williams, 2011b, p. 20), impactando em uma percepção de Félix sobre o artista na metrópole que anos mais tarde escreveria *Um poeta na cidade e no tempo* – ou um modernista na modernidade em tempos de modernização.

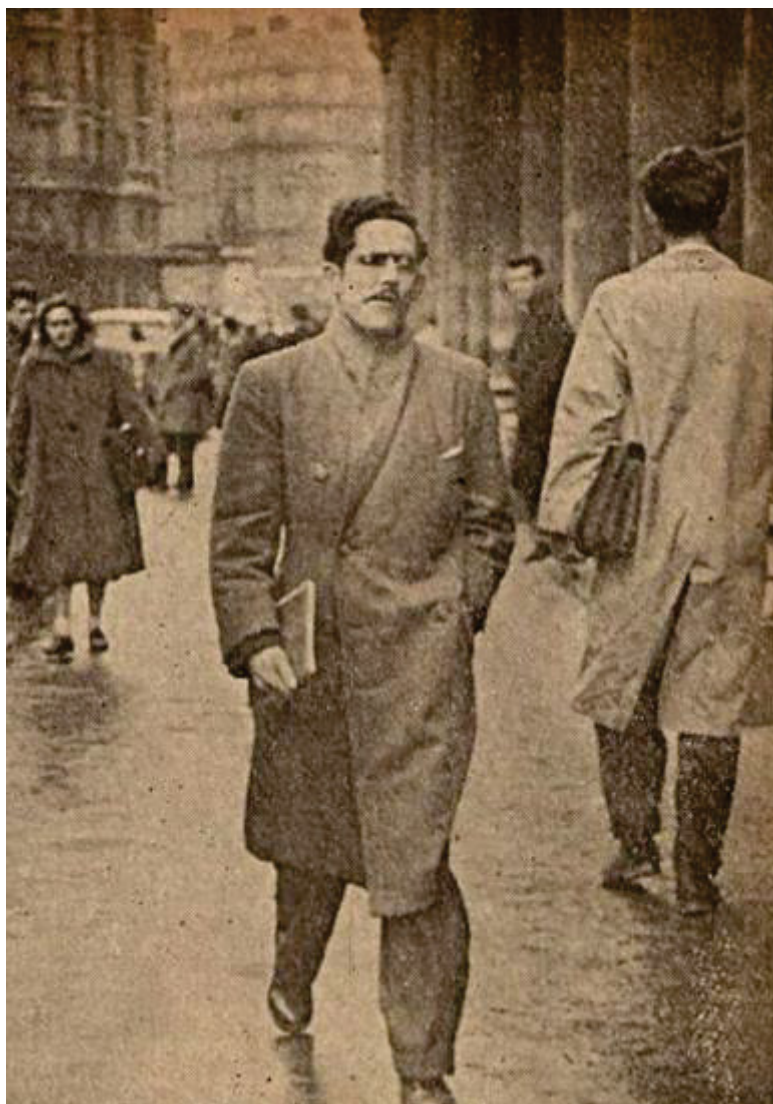
O fundamento histórico-social de Paris adicionado com uma “tradição” de colônia de brasileiros, caracterizado pela dependência cultural e necessidade de ir ao Primeiro Mundo para gozar das discussões centrais entre a intelectualidade, tornam a cidade francesa ironicamente como um destino inevitável para quem não queria ter “uma vida burguesa”. Havia uma relação entre centro e periferia também nos meios intelectuais, em que se reproduziam os indicadores eurocêntricos, onde a França tinha uma importância para a intelectualidade brasileira – e latina de modo mais amplo – enquanto o inverso não se concretizava de maneira simétrica (Ridenti, 2011, p. 172).

Assim que chegou, Félix enviou uma carta a Alceu Amoroso Lima, seu principal incentivador até o momento. Essa carta fornece alguns elementos sobre sua estadia, desde pessoas com quem se relacionou, leituras que desenvolvia e as dúvidas que lhe afligiam. Ela é carregada de uma certa dramaticidade, o que expõe uma quase insatisfação. E é recheada de questionamentos de assuntos religiosos, pondo em perspectiva a própria atuação da Igreja para fornecer respostas diante da angústia do ser humano.

Mais do que isso, também é uma articulação para não perder contato diante daquele que lhe abriu as portas na literatura, compreendendo as posições do “Dr. Alceu” no sistema literário brasileiro: a carta é “para mostrar que não me esqueci do senhor, a quem prezo muito; embora não tenha a pureza que eu desejo, pois sempre é manchada por um certo interesse! É uma pena isto... sentir em mim que também lhe escrevo para lhe falar – e perguntar – se continua de pé aquela possibilidade de remeter algumas crônicas para a Tribuna da Imprensa”³¹.

³¹ Ver anexo: “Carta a Alceu Amoroso Lima. Paris, 1950”.

IMAGEM 7 – Moacyr Félix em Paris, em 1950



Fonte: periódico Leitura (1963). Ver p. 4 – nota 4.

O vínculo com Alceu Amoroso Lima foi de alguma forma mantido nas duas direções, pois o crítico literário deu nomes do circuito católico a quem Félix poderia recorrer para construir a sua rede em Paris. “Conheci o Puppi, foi muito gentil e parece ser ótima pessoa. No entanto, como é que ele ainda corre atrás de flores de papel, Dr. Alceu?! Já devia, há muito as ter deixado, pois fala – e é sincero, o que pior (para mim) – que traz no interior a Rosa Única”. Ubaldo Puppi³² à época fazia doutorado em filosofia na Sorbonne. Esteve próximo de

³² Ubaldo Puppi foi um pensador influente na Igreja Católica em Curitiba nos anos 1960 e 1970, foi professor da USP e UNESP. Esteve a vida toda vinculado à instituição cristã, em 1995 criou o Instituto Ciência e Fé.

Félix na estadia de Paris e travou contato com Jacques Maritain, que lhe escreveu um prefácio para o livro *Itinerário para a verdade: uma introdução metafísica a filosofia* (1955). A proximidade de ambos era tamanha que Félix publicou livro com título similar (*Itinerário de uma tarde*), dedicando um poema para Puppi, *Pão e palavras*³³, escrito em Paris, em 1951, que já expõe algumas contradições entre o mundo sagrado e o profano que experimentava com mais vigor e é possível observar em diferentes passagens do livro, assim como nas suas dúvidas das relações que construía, como fica evidente no trecho acima da carta a Alceu Amoroso Lima.

Não deixa de ser secundária a compreensão da rede formada por Félix em Paris, embora tenhamos poucas informações sobre ela. Mas mais do que ela nos diz, interessa procurar sobre o que ela não nos informa como um aspecto também central na trajetória de um intelectual que ficou conhecido como comunista ou quando menos como um companheiro de viagem, ou seja, a ausência de Félix dos círculos comunistas brasileiros e latino-americanos em Paris.

Nas relações em que constituiu na Cidade Luz e esta pesquisa conseguiu encontrar as origens e as redes em que os intelectuais frequentavam, o ponto de contato majoritariamente foi o circuito católico: Eduardo Sued, artista plástico: estava em Paris no mesmo período, era amigo de Angelo Luiz de Sá, a quem Félix dedicou um poema em *Lenda e areia*, pertencente ao grupo de católicos ligados à Revista Branca, que editou o livro de Félix; Olympio Monat da Fonseca,

³³ “As palavras eram sonoras, e cantavam / o eterno e os desertos do mundo; / mas as mãos eram pesadas. // No entanto, a usina estupra os horizontes / com o eco milenar de vozes longas, / arrastadas / como as todas do engenho / e a antiga cantoria dos escravos. // E aquelas vozes boiavam, sempre as mesmas, / no mosaico das avenidas, / no barzinho que acompanha o beco, / no apito dos trens de subúrbio, / nos cafezais enfileirados, / e também no mapa-múndi azul de vidro, onde menino rico escolhe viagens, e o menino pobre aprende distâncias. // As palavras eram sonoras, e cantavam / o eterno e os desertos do mundo; / mas, no terroso das mãos, / a voz do trabalha-dor / veio grudada como um verme: // “Primeiro o pão, meu senhor, / mais tarde vos ouvirei / de bom grado, vos afianço, / falar do que me acontece / na ilimitada aventura / muito além de minha carne, / e onde – meu Deus! – afirmais / estar a mais verdadeira / das pedras do meu destino. / E vossa boca me diz / que muito empenho em vós há, / por trazê-la aos olhos meus. / Mas, senhor, / vivo eu num lugar, / onde há ventos rudes / e a poeira é muita, / onde os olhos murcham / num solo de rocha, / sob um sol terrível, / que jamais brincou no vosso assoalho / tão bem protegido. / Primeiro rega meus olhos / de água, senhor, / – de água! – / para que eles possam ver // a estrela e os céus / que caminham sobre o vale.” // Mas as mãos eram pesadas. / E aquele homem cheio de livros, / e olhar perdido além da última nuvem, / escreveu nas encostas do mundo: // Onde está guardada a chave / para o coração dos homens? / Francisco, levanta a pedra / da sepultura de Assis, / e nos dê resposta urgente: / inexistente o santo, existe? / Francisco dos passarinhos, / Francisco dos impossíveis, / Francisco, levanta a pedra da sepultura de Assis!” (Félix, 1953, p. 60).

poeta: também fazia parte do círculo católico da Revista Branca; o próprio Puppi, citado em parágrafos anteriores; Wilson Chagas, crítico literário: não foi encontrada a vinculação com o catolicismo, mas estava afastado dos intelectuais comunistas de Paris, compôs o grupo da Revista Quixote³⁴, de Porto Alegre, de viés modernista e associado a nomes mais conservadores do pensamento social brasileiro, como Raymundo Faoro. Todos os nomes citados acima, exceto Angelo Luiz de Sá, figuram em dedicatórias de poemas no livro *Itinerário de uma tarde*.

No que tange a presença católica em Paris, também chama a atenção uma carta enviada a Alfredo e Ecléa Bosi, em 26 de março de 1979³⁵, fazendo referência a Simone Weil, intelectual francesa que foi apropriada pela Igreja Católica na França. “Simone Weil, aliás, marcou-me bastante nos periódicos, há quase trinta anos, em que eu largara todas as amarras aqui e me questionava em Paris, sabendo o que eu não queria e angustiado pela falta de chão às escolhas existenciais que pensava dever querer e cumprir”. Sobre essa angústia e as escolhas existenciais, mais adiante no capítulo discutir-se-á levando em conta a sua produção poética. Por ora, cabe destacar o ocultamento por parte do poeta de uma intelectual que o marcara bastante nas entrevistas em que concedeu ao longo de várias décadas quando citava as referências intelectuais dos tempos parisienses, destacavam-se em especial Sartre, Merleau-Ponty, Gaston Bachelard e Jean Wahl. Uma tentativa aparente de se distanciar das influências “católicas” em sua formação.

No terreno em que a ausência denuncia um tipo de questionamento a ser feito sobre a sua trajetória, e o vínculo e a interpretação desta darem-se através da história dos intelectuais de esquerda brasileiros, é necessário ter em vista que desde a sua chegada, o mundo já estava dividido em dois blocos pelo menos desde 1947, havendo um consolidado grupo de brasileiros comunistas em Paris, que não se tem notícia da participação do poeta.

³⁴ A Revista Quixote circulou entre 1947 e 1952, seu objetivo era atualizar a literatura sul-riograndense a partir de uma perspectiva modernista para combater a ideia de uma literatura regionalista (Biasoli, 1994).

³⁵ A troca de cartas entre os Bosi e Félix foi relativamente intensa no final dos anos 1970 em decorrência da revista *Encontros com a Civilização Brasileira* (1978-1982). A carta em questão também diz respeito à revista (ver anexo).

Em seu livro escrito na Europa (*Itinerário de uma tarde*), não há poemas dedicados a intelectuais reconhecidamente de esquerda que estiveram em Paris naquela época. O mapeamento de brasileiros associados à esquerda nacional, entre o final dos anos 1940 e início dos 1950, foi identificado a partir de três locais de referência:

[...] o pequeno apartamento onde morava Paulo Emílio Salles Gomes, em Saint-Germain-des-Prés, o escritório de Paulo Duarte, no Museu do Homem, e o Grand Hôtel Saint-Michel, no qual o quarto de Jorge Amado seria a “célula principal do Brasil na Europa Ocidental”, segundo depoimento de Fausto Castilho a José Inácio de Melo Souza (2002: 275)³⁶. Havia contato entre os grupos, que, entretanto, eram diferentes, o de Jorge mais alinhado ao PCB. Seria o “consulado geral da esquerda brasileira”, conforme referência da biografia de Nelson Pereira dos Santos, que passou uma temporada em Paris quando era um jovem comunista aprendiz de cinema, tendo chegado à cidade logo depois que Amado a deixara, aproximando-se muito de Carlos Scliar, herdeiro da “célula” (Salem, 1987: 56)³⁷ (Ridenti, 2011, p. 176).

A presença de intelectuais próximos ao comunismo em Paris não era uma particularidade brasileira. Os eventos associados aos fascismos europeus foram importantes catalisadores da organização internacionalista, desde a solidariedade aos movimentos antifascistas na Guerra Civil Espanhola até a vitória da Segunda Guerra dos soviéticos diante dos nazistas. Inclusive entre intelectuais com uma tradição mais liberal, que diante de uma “cultura em perigo” em decorrência dos fascismos e o sucesso comunista, gerou um otimismo em parte significativa, cuja consequência foi a adesão militante ou a adesão na qualidade de companheiros de viagem. Tal fato foi expresso no Brasil e em outros lugares da América Latina, como apontam as pesquisas de Adriana Petra (2013; 2021) e Michal Zourek (2017).

De fato, a “sensibilidade antifascista” foi um elemento central e duradouro da identidade dos intelectuais comunistas a partir dos anos 1930, e tornou-se um elemento de resistência à direção do partido, que estava particularmente disposta a aplicar a nova linha em matéria cultural, seguindo o exemplo do Partido Comunista Francês, cujo fervor stalinista nesta matéria funcionou como um modelo que os comunistas argentinos apreciaram e tentaram imitar (Petra, 2021, p. 52 [tradução nossa]).³⁸

³⁶ Souza, José Inácio Melo. Paulo Emílio no paraíso. Rio de Janeiro: Record, 2002.

³⁷ Salem, Helena. Nelson Pereira dos Santos: o sonho possível do cinema brasileiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

³⁸ Texto original: En efecto, la “sensibilidad antifascista” fue un elemento central y perdurable de la identidad de los intelectuales comunistas desde la década del ‘30, y se convirtió en un

O internacionalismo dos intelectuais latino-americanos, entre os anos 1947 e 1956, aqueles que ficaram conhecidos como a “Guerra Fria dos Intelectuais” (Ory; Sirinelli, 2002), foi incentivado pela atuação do Conselho Mundial da Paz que organizou uma série de eventos, congressos, festivais etc. no Leste Europeu (Zourek, 2017, p. 337). Com destacada atuação de Louis Aragon, escritor e militante comunista francês, no Conselho e na organização de tais eventos e premiações (Ridenti, 2011; 2022), o Partido Comunista Francês (PCF) passou a ser um importante “porto” de entrada dos companheiros de viagem e dos militantes na Europa, além de um dos partidos comunistas mais expressivos fora do bloco. Portanto, nos anos em que Félix gozou da Cidade Luz havia uma pulsante rede de esquerda formada entre brasileiros e latinos, a qual ele passou ao largo não fruindo de contatos e dedicando-se a outros círculos.

2.1.1 O engajamento intelectual e seu impacto em Moacyr Félix

A ida de Félix a Paris tinha como finalidade principal os estudos de filosofia e história da arte na Sorbonne e no Collège de France, lugares em que teve aulas com referências intelectuais do período, como Merleau-Ponty, Gaston Bachelard e Jean Wahl. Como evidencia a carta a Alceu, estava dedicado a estes estudos: “Tenho estudado um pouco, e, naturalmente, ando passeando sobre os 3 vol. de Estética do Malraux – que, por sinal, me parecem ótimos – e os cadernos de metafísica do Jean Wahl. Acabei de ler um artigo do Sartre sobre o problema do bem e do mal”.

Sua estada coincide com a eclosão da Guerra da Coreia e a prisão do secretário-geral do Partido Comunista Francês, Jacques Duclos, as duas causas da celeuma entre Jean-Paul Sartre e Maurice Merleau-Ponty, conforme ficou evidenciado anos mais tarde na publicação de três cartas entre ambos (Ewald, 1995, p. 10). As consequências de tais acontecimentos impactariam na revista *Les temps modernes*, fundada por ambos, e nas posições que ela tomaria a partir

elemento de resistencia frente a la dirigencia partidaria, que se manifestó particularmente dispuesta a aplicar la nueva línea en materia cultural, siguiendo el ejemplo del Partido Comunista Francés, cuyo fervor “estalinista” en esta materia funcionó como un modelo que los comunistas argentinos apreciaron e intentaron emular.

de Sartre, que até 1952, com a prisão de Duclos, era dirigida por Merleau-Ponty, embora sem reivindicar institucionalmente o cargo. No calor dos acontecimentos, Sartre escreve *Os comunistas e a paz*, publicado em 1952 e em 1954, partindo em defesa dos comunistas. Merleau-Ponty insatisfeito com a posição política do companheiro, escreve outro artigo fazendo ponderações que, por sua vez, foi censurado pelo primeiro, ocasionando na ruptura da amizade e na demissão de Merleau-Ponty da revista.

Essa querela ultrapassa uma história de bastidor da filosofia francesa e põe em pauta duas visões constituintes da intelectualidade do período e que na perspectiva desta pesquisa impactaria de modo preciso a formação intelectual de Félix que naquele momento estava no olho do furacão dos acontecimentos. Não foi possível encontrar a documentação, mas há uma possibilidade de Félix ter acompanhado a aula inaugural de Merleau-Ponty no Collège de France, publicada como *Elogio da filosofia* (1952).

O debate extraído entre as duas posições filosóficas diz respeito ao engajamento intelectual. Merleau-Ponty, em linhas gerais, exige do filósofo o distanciamento dos acontecimentos, pois se se imbricasse neles estaria sujeito a parcialidades que levariam a equívocos interpretativos.

[...] sugeri que fizéssemos na revista, em vez de tomadas de posição apressadas, estudos de conjunto, em suma, que visássemos o leitor no cérebro mais que no coração, o que, ademais, corresponde melhor a nossa maneira (de ser) e à da revista. Eu vislumbrava, nisso, uma ação de escritor, que consiste em fazer a ida e vinda entre o acontecimento e a linha geral, e não em afrontar (no imaginário) cada acontecimento como se ele fosse decisivo, único e irreparável. Este método está mais perto da política do que o seu método do engajamento continuado (no sentido cartesiano). Ora, nisso mesmo, trata-se de um método mais filosófico, porque a distância que proporciona entre o acontecimento e o juízo emitido sobre ele desarma a armadilha do acontecimento e deixa ver-se, claramente, o seu sentido. Eu não tinha, portanto, necessidade alguma de separar a filosofia do mundo a fim de continuar sendo filósofo – e por isso mesmo jamais a separei. [...] havia (como lhe disse logo acima) alguma coisa falaciosa no seu engajamento a cada episódio, alguma coisa confusa nessa mescla de um pacifismo incondicional (pelo qual você começou) e de um pacifismo condicional (o dos comunistas), e na sua gradativa passagem da unidade de ação, com objetivos limitados, à simpatia global. Eu não quis que o acontecimento me forçasse a mão, e você não quis tomar uma certa distância (dos acontecimentos). Não vejo de onde você tira o direito de me condenar: é condenar-me por eu não ser você (Merleau-Ponty, 1994, s/p).

Sartre, por sua vez, coloca-se no turbilhão dos fatos, Marilena Chauí (1997, p. 146) identifica nisso a sua elaboração filosófica, “o Nada à procura de Ser para transformá-lo no que a consciência pensa e quer”. Para ele, o Nada – a consciência (para-si) – é soberano, ou seja, não é condicionado pelo Ser – as coisas, as substâncias (em-si) –, não é determinado por este, daí a sua afirmação de estarmos condenados à liberdade. “[...] o compromisso filosófico é entendido como realização da liberdade em ações concretas que nos fazem ser o que somos (livres absolutamente), tomando a liberdade dos outros como um fim [...]” (Castanheira, 2002, p. 39). Esta era a exigência de Sartre em relação ao companheiro diante dos fatos considerando a sua posição de intelectual.

Você me critica por ir longe demais, por me aproximar demais do PC. Não é impossível que neste ponto você esteja certo, e eu errado. Mas a crítica que lhe faço, e que é bem mais severa, é por você abdicar, em circunstâncias nas quais tem de decidir como homem, como francês, como cidadão e como intelectual, valendo-se da filosofia enquanto álibi. Porque você não é filósofo, Merleau, da mesma forma que não o sou, nem Jaspers (ou nenhum outro). Somente é “filósofo” quem já morreu, e foi reduzido pela posteridade a alguns livros. Em vida, somos homens que, entre outras coisas, escrevemos obras de filosofia. A sua aula no Colégio de França não foi nada convincente, se com ela você pretendia definir o filósofo: neste sentido, faltou dizer tudo. A começar pelo primeiro problema, por essa questão prévia: é possível alguma coisa como a filosofia? (A aula) era admirável se não passasse de um autorretrato do pintor. E mesmo de uma autojustificação. Mas enfim, a tomá-la assim, ela impedia você de julgar os não-filósofos. Não podia ir além de uma zoologia: a espécie “filósofo” era descrita e fixada (supondo-se que se aceitassem as suas premissas) e avizinha-se de outras espécies (Sartre, 1994, s/p).

Apesar da cisão ocorrer no bojo dos acontecimentos políticos e ser justificada por eles, havia um limite filosófico pregresso entre os dois. Enquanto Sartre publica *O imaginário*, Merleau-Ponty “responde” com *Fenomenologia da percepção* que “acentua o mundo pré-predicativo, pré-tético, no qual vivemos e de onde emergimos como intercorporeidade e intersubjetividade, portanto, atados ao tecido do mundo e aos outros sem o poder para constituí-los” (Chauí, 1997, p. 144). Fato inclusive identificado e criticado por Sartre, lembrado por Merleau-Ponty na carta: “você se referia, não sem sarcasmo (a música é conhecida, dizia você), aos infelizes que veem o social entre o em-si e o para-si, e os melhores leitores me reconheceram nessas linhas. Para desistir de falar de suas teses, eu precisaria desistir de ter opinião” (Merleau-Ponty, 1994, s/p).

Enquanto Sartre produz e atua em defesa do engajamento, pelo menos desde *O existencialismo é um humanismo* (1946), as teses de Merleau-Ponty caminham em aparente sentido oposto. Na aula inaugural do Collège de France, refletindo sobre a relação entre filosofia e o mundo, ele desenvolve a concepção de ambiguidade para defender a recusa do filósofo em agir, em se constituir enquanto sujeito de ação, ou seja, enquanto ser político, e afirmar a sua presença diante do mundo na recusa de uma filosofia absoluta que implica um constante fazer-se a partir da interpretação empírica dos casos dos filósofos.

Uma das notas (dis)sonantes deste texto da Lição inaugural é a afirmação insistente da impossibilidade de partir de um lugar absoluto ou de poder lá chegar, seja esse lugar o catolicismo, o marxismo, a filosofia dos grandes sistemas, ou a escolha séria do homem de ação, que diz sim a uma única coisa. Neste sentido, o filósofo pretende estar em todo o lado ao mesmo tempo, não estando nunca em lugar algum. Como não reconhecer nestas fórmulas uma resposta negativa a um imperativo de ação e de compromisso no sentido sartriano? (Castanheira, 2002, p. 40).

Ao contrário do que considera Sartre, o mundo, para Merleau-Ponty, não é algo que está perante uma consciência para ser objetificado. Ele é o sentido do que se vive, apreendido na experiência perceptiva, sendo subjetiva e intersubjetiva, logo não escapando a sua experiência histórica e cultural. Com isso, passa a defender a “boa ambiguidade”: “a boa ambiguidade é uma ambiguidade sã, porque constata o acordo de princípio e a discordância de fato de si, dos outros e do verdadeiro, e é a paciência que faz com que tudo isto caminhe em conjunto” (Merleau-Ponty, 1994, s/p). Para ele, não se trata de comprovar a possibilidade desta filosofia, uma vez que ela é o próprio sujeito paradoxal, incarnado e social, ou seja, um constituinte de intersubjetividade. O compromisso (ou engajamento) filosófico, portanto, efetiva-se através da ambiguidade como despertar da condição humana: contraditória e paradoxal. No texto após a morte de Merleau-Ponty em que Sartre faz uma homenagem a seu amigo, este classifica tal método como uma “dialética decapitada”, em que conserva a tese e a antítese, mas nega a síntese (Sartre, 1972). A aula inaugural de Merleau-Ponty traz uma concepção de compromisso a partir da ideia de ambiguidade ao eleger o gesto da distância e da suspensão da crença – ou seja, a *epoché* da fenomenologia – para elucidar a “verdade integral” em vez de aderir as validações parciais, às quais Sartre com seu engajamento estaria sujeito.

[...] para Merleau-Ponty, a distância permite o verdadeiro compromisso filosófico, que não se realiza numa escolha individual, subjetiva, na “verdade interior”, mas sim na “verdade integral” de cada acontecimento. Neste sentido, a tarefa do filósofo emerge da subjetividade para a coexistência e desta para a subjetividade. Se ainda se pode chamar subjetividade, ela é descentrada (Castanheira, 2002, p. 45).

Como a concepção sartreana de engajamento exige o envolvimento com o fato a partir da tomada de posição, adotando a ação (ou a política) como um meio da expressão intelectual, o autor de *O Ser e o Nada* passa a compreender a defesa do distanciamento de Merleau-Ponty não como um compromisso filosófico, mas como um serviço intelectual às forças políticas opositoras: “a sua atitude não pode ser exemplar nem defensável; ela é o resultado do puro exercício de seu direito de escolher, para você, o que melhor lhe convenha. Se você tenta criticar quem quer que seja em nome dessa atitude, faz o jogo dos reacionários e do anticomunismo, ponto final” (Sartre, 1994, s/p).

Diante do apresentado aqui, é necessário reconhecer a importância dada por Félix da sua viagem à Paris, apesar de em termos um pouco distintos dos defendidos pelo próprio poeta.

Em Paris fiz a minha profissão de fé de esquerda, marxista. À medida que fui estudando, fui vendo que o negócio era por ali. A parte filosófica de Marx mexia muito comigo, passei a ler outros marxistas. Entrei em contato com a revista do Sartre [...] com o marxismo com mais profundidade. Li *A ideologia alemã* (Félix, 2002, p. 60).

Sua ênfase recai na incorporação do marxismo, o que aparentemente ocorreu, considerando os anos seguintes de sua trajetória. Mas o que se compreende como algo, se não definidor, ao menos a ser destacado em sua constituição intelectual é a absorção de duas frentes conceituais da definição de engajamento e como ele trabalhou com ambas ao longo de sua trajetória, ao invés apenas da tradicional concepção do intelectual engajado sartreano.

Embora tenha ficado marcado como um poeta engajado, ora reivindicando este lugar, ora defendendo-se de seus estereótipos, defende-se aqui a possibilidade de interpretá-lo através do compromisso filosófico merleauPontiano, o que faria da sua poesia uma elaboração distanciada nos termos de Merleau-Ponty, tecendo críticas aos próprios movimentos de esquerda

em que esteve associado. Logo, é possível interpretar a sua poesia como uma procura daquilo que o filósofo francês classificou como “verdade integral”. Isso pode ser articulado através de sua atuação na revista *Para todos* e nos poemas que deste período saíram.

Após as denúncias de Krushev dos crimes de Stálin, em 1956, passou a ocorrer uma reorientação dos comunistas brasileiros e dos que circundavam o partido. A revista *Para todos*, que havia sido interrompida em boa parte da década de 1950, foi retomada no mesmo ano sob direção de Jorge Amado e Oscar Niemeyer na tentativa de não perder o trânsito entre intelectuais e artistas que o partido historicamente gozou.

Moacyr Félix assumiu a seção de poesia sem receber orientações partidárias sobre os temas e como abordá-los. Dênis de Moraes salienta a defesa da liberdade de criação do poeta nas páginas do periódico comunista em sua coluna, *Um poeta na cidade e no tempo*, que posteriormente deu título a um poema e mais tarde a um livro: “Nos versos de ‘Um poeta na cidade e no tempo’, [Félix] homenageou autores ‘malditos’ no período agudo do jdanovismo” (Moraes, 1994, p. 215).

Equilibrando, equilibrando, equilibrando
também acendi nos candelabros húngaros
o que tenho de melhor e mais humano
— o direito de reivindicar a vida além do esquema —
e iluminei, em meio a um grande sofrimento,
o rosto multifário de Essênine e Maiakovski,
de Isaac Babel, A. Jozsef e Jasiênski.
Vários se mataram, e muitos foram mortos
para que o homem surgisse do homem,
para que a vida surgisse da vida. (FÉLIX, 1966, p. 8).

Anos mais tarde, Félix lembrou a coluna do jornal recusando o que classificou de dogmatismo e como havia uma recepção controversa entre os comunistas: “tem estrofes em que eu critico duramente, faço negação absoluta e meto pau no stalinismo, no dogmatismo. Os comunistas ainda elogiavam o Stálin e ficavam horrorizados comigo. Por isso é que eu não entrava para o partido” (Félix, 2002, p. 68). Apesar de naquele momento de 1956 já ter se iniciado a fase de desestalinização, o jdanovismo no Brasil foi um período que impactou grande parte da intelectualidade de esquerda e Stálin não caiu

imediatamente em desgraça. As opiniões em relação ao líder soviético dividiram militantes e causaram rachas no partido.

Não se exclui a condição de disputa de um campo intelectual por parte de Félix e como ele mobilizava ferramentas para distanciar-se de determinados agentes e aproximar-se de outros, a questão é que esta posição corrobora uma iniciativa intelectual de distanciamento em vez de partir em defesa das posições políticas do momento. Sartre afirmou em carta a Merleau-Ponty que toda vez que um partido comunista é atacado, é dever das esquerdas defenderem-no – posição que não foi sustentada nem pelo próprio Sartre após 1956 – e que o seu amigo não poderia apostar nos dois lados: “com razão ou sem, pretendo usar os meios a meu alcance para animar os intelectuais a formarem uma esquerda aliada ao comunismo. Já a sua atitude, explorada pela direita, age necessariamente como um freio, sobre esses intelectuais que o estimam” (Sartre, 1994, s/p).

Em determinada medida, Félix aposta nos dois lados, se é buscando um melhor posicionamento no campo ou procurando a “verdade integral” de Merleau-Ponty, a questão é que há uma ambiguidade, nos termos do filósofo, em que a intersubjetividade constitui a atuação intelectual do poeta.

Quando leva a cabo o projeto *Violão de Rua*³⁹, já na década de 1960, período em que é identificado por ter uma militância intelectual em termos sartreanos, insiste em “apostar nos dois lados” ao trazer para a coleção de poetas engajados de esquerda a presença de Cassiano Ricardo, poeta conservador.

Cassiano Ricardo foi fundador do Verde-amarelismo, vertente conservadora do modernismo brasileiro dos anos 1920, cuja adesão se deu de modo reticente. Até 1925, era convictamente contrário à poesia modernista, sendo um adepto do parnasianismo e simbolismo. “Sua ‘conversão’ verificou-se, portanto, quando o Modernismo estava mudando as coordenadas em direção à valorização das realidades regionais e à criação de uma literatura capaz de exprimir a complexidade do Brasil contemporâneo” (Oliveira, 2015, p. 167). Apesar das posições ideológicas incompatíveis entre o grupo Verde-amarelo e o

³⁹ Em capítulos posteriores discutir-se-á esta antologia poética publicada em três volumes nos anos 1962 e 1963, pela Civilização Brasileira em parceria com a UNE e comandada por Moacyr Félix.

da Antropofagia (vertente, supostamente, progressista), verifica-se o mesmo pressuposto: retorno aos valores nacionais, história pátria, estudo de documentos e textos do passado (Oliveira, 2015, p. 168) — alguns princípios que impulsionaram a constituição modernista como um processo de longa duração (Napolitano, 2022).

Também é causa de estranhamento o momento poético⁴⁰ que se encontrava Cassiano Ricardo quando da publicação de *Violão de Rua*. Ele vinha das experiências vanguardistas do final dos anos 1950 e início dos 1960. Em 1962, um ano antes do volume III ser publicado, o poeta tinha aderido ao movimento “Poesia Práxis”, de caráter vanguardista, bastante próximo do Concretismo; escrevia ensaios em defesa das vanguardas. Sobre sua adesão a estes movimentos, Oliveira encontra coerência em relação à trajetória do poeta, principalmente “com aquele apelo intrínseco que sempre o condicionou: a procura incessante de uma palavra capaz de exprimir — em suas ambivalências — toda a gama de sentimentos e expectativas que caracterizam o homem contemporâneo” (Oliveira, 2015, p. 177).

No mesmo volume III, Félix escrevera o prefácio enumerando os princípios de *Violão de Rua*, em que se pode ler entre um deles:

Violão de Rua, obra participante mas não partidária, pretende ser mais um solavanco nas torres de marfim de uma estética puramente formal, conservadora e reacionária, onde a palavra, esvaziada dos suportes objetivos que a determinam como o pulso onde transita o som e o sangue de toda a sua realidade, é apreciada por critérios exclusivamente externos (como seu ritmo aparente, raridade, aplicação exótica), e resvala sempre para o sentido do *divertissement* e do ornamental (Félix, 1963, p. 9-10).

Uma crítica direta aos movimentos vanguardistas que publicavam poemas priorizando praticamente tudo o que o poeta-editor rejeitou, o que nos leva ao questionamento inevitável: por que publicar Cassiano Ricardo, personalidade tão afastada das formações culturais que permeavam *Violão de Rua*? A hipótese de ter um nome de referência para sustentar a publicação parece insuficiente, uma

⁴⁰ Segundo Oliveira (2015, pp. 165-180), o poeta pode ser dividido em quatro fases: a primeira pré-modernista, a segunda do modernismo nacionalista (1926-1941); a terceira entre 1941-1956, quando sua poesia se torna mais abstracionista e ecumênica; e, por fim, uma fase final em que adere o experimentalismo das vanguardas do meio de século XX, como Concretismo, Neoconcretismo, Poesia Práxis etc., produzindo inclusive ensaios sobre a condição da poesia daquele período, em que se destaca o “22 e a poesia de hoje”, de 1964.

vez que desde o primeiro volume as tiragens foram altíssimas para os padrões da época e o sucesso imediato. Talvez houvesse por parte de Félix a necessidade de ganhar outros públicos, menos afinados com a poesia participante daquele momento, ou um interesse em dialogar com outros fazeres literários, o que seria contraditório com o próprio prefácio, cujas posições são bem delineadas. Uma das chaves interpretativas é o que vem sendo defendido até o momento, do impacto das posições de Merleau-Ponty em sua atuação intelectual que embora engajada no sentido sartreano também é compromissada conforme as acepções do primeiro. Adiciona-se a isso a própria poesia de Cassiano Ricardo e a relação de Félix com ela, particularmente no que tange a sua terceira fase, momento em que “ela se distingue pelo ecumenismo, pelo desejo de fraternidade com todos os homens, desejo que convive com a consciência da solidão física e metafísica de cada ser” (Oliveira, 2015, p. 174). Félix, ao longo de sua vida, cultivou relações com intelectuais ligados à Igreja, como tem-se descrito até aqui.

Outra característica dessa fase de Cassiano Ricardo, e que pode apontar para sua presença em *Violão de Rua* por intermédio da formação intelectual de Félix, é a consideração de um absoluto humano.

Sua poesia [a de Cassiano Ricardo] alcança uma significação e um âmbito cósmicos e universais; a partir de um ângulo bem delimitado e específico — o do Brasil de então —, o poeta aproxima-se daquilo que caracteriza o homem em qualquer tempo e espaço, para lá das distinções sociais, econômicas, geográficas, étnico-culturais: os componentes constantes e absolutos do humano (Oliveira, 2015, p. 174).

Embora Félix não compartilhe do a-historicismo presente em Ricardo, há de se considerar o que ele compreende como “humanismo” e a influência de sua formação existencialista francesa. Em diversas ocasiões, o poeta-editor defendeu o humanismo, inclusive no próprio *Violão de Rua III*, em que afirma a publicação como uma fonte “para o desenvolvimento daquele humanismo que deve justificar e dignificar os fundamentos de qualquer ação revolucionária, que vê no homem, no indivíduo humano, a marca final de qualquer empreendimento realizado pelo próprio homem” (Félix, 1963, p. 11). A afirmação se apresenta ambígua na medida em que “ação revolucionária” não é definida, enquanto homem, como ente universal, sim, por isso o apostro “indivíduo humano”. E o

próprio humanismo não está tão bem debatido como se poderia supor, pois diz qual é a sua função (“justificar e dignificar os fundamentos de qualquer ação revolucionária”), mas não a sua substância, que ao não a caracterizar se identifica com o indivíduo humano como ente absoluto, e ao fazer isso nada impede de que interpretemos uma assimilação por parte de Félix do indivíduo gestado na fenomenologia e no existencialismo, que pode ser lido em Kierkegaard, Husserl, Heidegger e nos dois filósofos que o impactaram: Sartre e Merleau-Ponty.

Esses aspectos fizeram Félix apostar em dois lados e nutrir simpatia pela poesia de Cassiano Ricardo, e se aproximar sem problemas de um “conservador” para um projeto progressista, e se afastar de comunistas — impedindo inclusive de se tornar um militante propriamente dito do PCB — que estavam contaminados pelo realismo socialista e que ele nega ao dizer “o direito de reivindicar a vida além do esquema”. Daí criticar os “sectários” no mesmo parágrafo em que argumentou contra os vanguardistas, pondo-os quase em pé de igualdade no desfavor que o tipo de produção cultural de cada um fornece. Por isso, *Violão de Rua* também decidiu, na concepção de Félix, afastar-se dos “esquemas ideológicos”.

A partir disso, defende-se aqui que nos anos em que Félix esteve na França, ele teve acesso a fundamentos filosóficos que lhe deram a justificativa para assumir determinadas posições, seja de afastamento, seja de aproximação, com agentes e círculos que considerava importantes em sua trajetória intelectual, como ocorreu com Alceu Amoroso Lima, o círculo católico e posteriormente com a tradição de esquerda.

Quando [Alceu Amoroso Lima] foi a Paris representando o Brasil na Unesco me convidou para almoçar. Tivemos um arranca-rabo danado porque eu estava no maior fogo de achar que o poeta tinha de ser um homem voltado para a condição humana, que torre de marfim não era possível, que escrever tinha de ser transformando a sociedade e para tal deveríamos usar cada folha de papel em branco. Condenava o convento fechado, as freiras se fechando, o misticismo não olhando para o homem da rua, para a desigualdade social e para a situação do camponês... estava realmente cheio de ideias que tinha conquistado em Paris (Félix, 2002, p. 169).

Num primeiro momento, a atitude sartreana de engajamento se sobressai. Mas numa análise mais sóbria se entende que o engajamento não pode ser

posto como ferramenta primeira da elaboração do projeto poético compromissado, ainda que seja necessário apostar em dois lados, unindo-se a intelectuais concorrentes no campo do seu projeto defendido.

Há, por outro lado, um outro engajamento que leva o poeta à suspensão da crença, como dito anteriormente, e que no caso daqueles anos de Paris e nos seguintes, passa a ser uma suspensão de fato. O afastamento entre 1950 e 1953 não se dá no terreno da esquerda, do marxismo, do PCB, como apresentado com o caso de Cassiano Ricardo, mas à fase anterior em que estava associado com o círculo católico. Ele põe em xeque alguns pensamentos cristãos que o fazem apostar nos dois lados. Em 1953, o outro lado passa a ser a sua apropriação do marxismo. Se na década de 1960 foi o oposto, uma década antes a sua tentativa de construir uma “verdade integral” precisou abandonar as parciais propostas pelo círculo católico e a questionar a sua referência no campo intelectual e literário até então: Alceu Amoroso Lima.

2.1.2 Itinerário de uma tarde e a dialética decapitada

A epígrafe escolhida para *Itinerário de uma tarde*, o livro que escreveu no período em que esteve na Europa, informa sobre esse engajamento poético que não tem a ver com um comprometimento social, e sim com o que Merleau-Ponty sugere:

Dão-me gritos de Séir:
Sentinela, que houve de noite?
Sentinela, que houve de noite?
E a sentinela responde:
a manhã vem, e a noite também.
Isaías, cap. XXI, 11, 12

A escolha deste capítulo de Isaías não nos parece despropositada. Sem abandonar o diálogo com o catolicismo, o poeta seleciona uma passagem referida à queda da Babilônia, ou seja, a destruição de uma sociedade – acrescentaríamos, de um tipo de sociabilidade que o poeta estava inserido. A passagem em si, retrata a incerteza com o amanhecer que apesar da manhã, a noite também vem em paralelo, não posteriormente, ou seja, a escuridão durante o dia: a insegurança. O caminho do poeta, o seu futuro e a sua crença estão

suspensos em decorrência da dúvida de onde se inserir enquanto sujeito intelectual.

E assim como começa com Isaías, é também com ele que termina o livro com o poema *Um nove cinco três, Isaías!*, aqui interpretado como uma referência ao ano em que o poema foi escrito – e o livro publicado –, ao mesmo tempo em que dialoga com o capítulo 53 de Isaías, aquele que traz a profecia sobre a morte de Jesus. Interpretação que pode ser validada tendo em vista o próprio poema que ao final da segunda estrofe diz: “e as torres de fugitivo de marfim / se rasgarão, de alto a baixo, como os véus do templo!”. O segundo verso é uma transcrição de Mateus 27, 51, passagem bíblica que relata a crucificação e a morte de Jesus. É o sacrifício de uma posição intelectual – das torres de marfim – para se engajar em novos projetos, como se fosse uma despedida do catolicismo enquanto rede de sociabilidade, formação cultural, engajamento poético que apenas parcialmente ocorrerá. Félix expressa uma consciência da aposta nos dois lados, cujo expoente em sua trajetória será a criação da editora e revista ecumênica de esquerda Paz & Terra na metade dos anos 1960, ao terminar o poema e o livro com “Entre duas montanhas de ódio, / caminhamos” (Félix, 1953, p. 85).

IMAGEM 8 – *Itinerário de uma tarde* (Ragnar Lagerblad Editor, 1953)

Fonte: Arquivo pessoal.

Itinerário de uma tarde pode ser entendido como Sartre interpretou a ambiguidade merleauPontiana, como uma “dialética decapitada” em que tese e antítese estão garantidas, são sustentadas, postas em contradição, mas ainda não há uma síntese explicitamente formulada. Não há a união de contraditórios, e sim a sua confrontação em que ambos são preservados: *Urbi et orbi* (p. 9); *Pão e palavras* (p. 60); *Vez ou outra, mui raro* (p. 48); *Bilhete abstrato entre humorista e triste* (p. 68), o movimento dos títulos dos poemas aponta nesta direção. O momento de Félix em Paris, quando ele faz “profissão de fé marxista”, conforme suas palavras, e questiona a outra fé que trouxe consigo é a convenção de sua sociabilidade expressa em sua poesia através da dialética decapitada ou da ambiguidade de Merleau-Ponty. Em *Exílio* (p. 50), “o mundo não era o rosto de

minha amada, nem o olhar de minha mãe”, ou seja, o mundo não era a casa, o lar. Há a casa e o mundo ou *Urbi et orbi*. Em *A canção que o doido fez*: “O pão nosso de cada hora / padre nosso nos dai hoje / paz na terra aos homens bons / livrai-nos do mal amém. / (Mas cadê a humilde cidade que abrigou vozes contrárias?) / Rogai por nós pecadores / pecadores pecadores / agora primeiramente!” (p. 25), a pergunta não respondida, suspensa como se fosse uma *epoché* da fenomenologia através de seus parênteses, é a síntese que não existe entre os homens bons e os pecadores, como se houvesse as duas categorias uma separada da outra e não uma e outra no mesmo sujeito.

A coreografia do salto (p. 27) traz o elemento citado do parágrafo anterior da dialética decapitada ao apresentar entre as estrofes um poema à parte que sobrepõe a ponte e o abismo. Além disso, outro elemento que se destaca no livro: a figura da ponte como uma passagem vivida pelo poeta em que o tornar é algo que não será possível, daí uma compreensão dele em que é necessário encontrar uma síntese “entre as duas montanhas de ódio”. Em *Se desamor existe* (p. 12): “como a tristeza meiga do primeiro / que volveu, livre, para o que restara / e de nós, para sempre, foi perdido”.

O lugar de passagem, a ponte é o estar entre duas margens, poeticamente a fulguração entre abismos, conforme a interpretação de Ungaretti, apresentada por Antonio Candido (1986). Em *Cançoneta da ponte e o Sena*, poema dedicado a Olympio Monat da Fonseca, poeta da Geração de 45 e do círculo católico da Revista Branca, evidencia-se a ponte como o lugar de sofrimento e angústia.

O Sena me conta
histórias longínquas
e as águas que passam
desvelam o rosto
dos tempos vindouros.

Desvelam tão manso
que nem percebemos,
malgrado a fadiga
no fundo de nós,
ser o mais antigo
de todos os homens
no Quai de la Gare.

Sob a sanha despótica
do sangue que corre
e sonha em ser mar,

um mendigo insiste
em o peixe oculto
na plúmbea corrente
trazer para as mãos;

e as águas que passam
estão prenhes do éco,
já tão esgarçado,
de bárbara caça.

Nas águas que passam,
a ponte orgulhosa
é um baile de sombras
que passam, que passam
em cima dos astros
que, então, silenciam
coisas infinitas.

E tudo persiste
– astros, eu e a ponte –
nas águas que passam! (Félix, 1953, p. 38-39).

Reafirmando uma marca da geração de Félix apresentada no capítulo anterior que retorna às bases românticas, especialmente através da negatividade expressional⁴¹, negatividade temática. Nasce com o romantismo o gosto pelo fragmento com a morte do sentido, exigindo o decifrar dos significados dos “tempos vindouros [...] nas águas que passam”: o que persiste entre os astros, o eu (o próprio Félix) e este meio caminho representado pela ponte “é um baile de sombras”. A vivência ambígua de Félix, apoiado em um circuito católico, em Paris, com seus companheiros que aparecem nas dedicatórias dos poemas, e no Brasil ao enviar cartas e textos pedindo suporte a Alceu Amoroso Lima, ao mesmo tempo em que se dedica a cursos e leituras que possibilitam um fundamento diferente do que até então havia produzido, exigem a negatividade expressional como a angústia e a insegurança das bases do seu próprio fazer poético, daí reivindicar o oráculo contra Dumá na epígrafe. Dumá em aramaico significa silêncio, ou seja, não há palavras possíveis para expressar que a manhã vem e a noite também.

Enquanto forma poética, esta angústia de um meio de caminho de uma ponte ainda não atravessada é identificada também desde a escolha da epígrafe em que há a repetição da frase: “Sentinela que houve de noite?”, a mesma pergunta em sua sequência é o desespero por uma resposta urgente. O artifício

⁴¹ Ver tópico 1.3.1. Drummond em *Cubo de trevas*.

da repetição usado pelos modernistas como uma forma de substituir a rima sem perder a sonoridade, é incorporado por Félix como um sujeito poético ambíguo no sentido merleauPontiano apresentado neste capítulo em que incorpora o modernismo sem abandonar o romantismo através de suas referências de poetas associados ao catolicismo, mostrando que apesar das leituras de Marx, das aulas de Merleau-Ponty, das reivindicações políticas de Sartre e do universo francês que lhe forneceu todos estes elementos, o catolicismo não foi uma superação, a dialética decapitada também se observa nos aspectos formais da poesia de Félix e neles é possível identificar as relações sociais em que esteve envolvido até aquele momento.

Os modernistas readotariam a sonoridade através de outros modelos afastados da rima, como se pode observar com os poetas associados ao catolicismo, como Augusto Frederico Schmidt e Vinicius de Moraes, cuja característica era a sonorização através da repetição de palavras ou frases, definida como “recorrência” (Candido, 1996, p. 40).

Nos poemas citados acima podemos observar o uso da recorrência em *Cançoneta da ponte e o Sena*: “águas que passam” (p. 38-39) abrindo duas estrofes e encerrando o poema; em *Canção que o doido fez*: “Rogai por nós pecadores / pecadores pecadores / agora primeiramente!” (p. 25); em *Urbi et orbi*: no final do poema há uma sequência de versos que repetem em seu início “por causa da vida” (p. 9). Os exemplos são quase *ad aeternum* de tantas são as vezes em que o poeta se utiliza desse recurso poético.

Para encerrar esta parte, podemos retornar ao seu início e lembrar da epígrafe que abre o capítulo e dizer que ela não é de todo falsa. Em alguma medida, Félix começa em 1953 algo que terá desdobramentos futuros: catolicismo com marxismo, Alceu Amoroso Lima com Ênio Silveira, a cruz e a foice. É chegado o fim do *Itinerário de uma tarde*, agora a manhã vem e a noite também.

2.2 A entrada no círculo progressista

A sua viagem à Europa não se resumiu a Paris. Viajou por diferentes países e visitou mais detalhadamente o norte europeu, em especial a Suécia. Isto porque na França conheceu uma mulher sueca que viria a ser a sua esposa:

Kaj Lagerblad. Tradutora e artista visual, foi a responsável pela logo da Paz & Terra, além de várias capas para esta editora e a Civilização Brasileira. Trabalhou ao lado de Félix em diferentes projetos. Foi através dela que Félix conheceu o editor de seu livro *Itinerário de uma tarde*, o seu sogro Ragnar Lagerblad.

Quando retornou ao Brasil, o poeta chegou com uma caixa de livros para ser lançado, um casamento realizado e uma série de dúvidas contraídas ou solidificadas pelo tempo que ficou no exterior.

O humanismo, tema que estava sendo debatido na França⁴² e foi uma tônica de grande parte da vida de Félix, começa a materializar-se em texto, o que até então era algo difuso e de difícil compreensão. Isso não significa, no entanto, ausência de contradições na sua caracterização de humanismo que nesse momento de sua vida ainda não é possível encontrar uma definição exata. Nesta carta a Alceu Amoroso Lima, Félix presta conta do que tem pensado e dá pistas de um suposto afastamento do núcleo que até então lhe dera todas as suas consagrações enquanto poeta e intelectual.

Na Suécia, caro mestre, li e muito os Evangelhos. São impressionantes, e ninguém, eu creio, atravessa impune uma leitura sincera de seu contexto. Às vezes, até nos dá a impressão de cruzarmos uma cerca de espinhos. [...] Outro fato que redomoinhou em mim, é que há uma Traição tremenda ao Filho do Homem (sic.); a maioria dos que aqui silabam as frases da Bíblia, já perderam todo o conteúdo que a anima. E o “Deus” que trazem na boca, esse sim, esse é o Deus que Nietzsche, com razão, afirmou estar morto.

Preocupa-se em mostrar não estar afastado da seara de seu “mestre” e coloca-se em defesa do cristianismo diante dos que citam a Bíblia despropositadamente, dos que não buscam “todo o conteúdo que a anima” – e, nesse sentido, decretar a morte de Deus não era uma heresia, e sim algo a se fazer.

Nessa carta, é possível encontrar uma das chaves que afirma positivamente a hipótese sugerida nesta pesquisa. Moacyr Félix foi profundamente impactado pelo catolicismo – a partir da sua formação, das suas relações e dos projetos em que se envolveu – e deixou-se impactar, não só em

⁴² Para citar apenas a discussão em torno de dois intelectuais que citamos acima: Sartre havia defendido o existencialismo qualificando-o como uma filosofia humanista, em 1946; e Merleau-Ponty publicara em 1947 “Humanismo e terror”.

termos de estratégia na disputa do campo como sugere Bourdieu (1996)⁴³, mas também – e talvez não seja exagero afirmar –, *principalmente*, por uma “visão de mundo” em termos goldmannianos. Isto é, estruturada pelas respostas que os sujeitos dão às relações que estabelecem com outros sujeitos e com o meio social. Estas respostas têm coerência estrutural se constituindo em uma virtualidade dinâmica em vez de uma realidade estática, uma estrutura significativa em que se concentra o pensamento, a afetividade e o comportamento dos indivíduos, uma perspectiva não contraditória – o que não significa sem contradições – e unitária sobre o conjunto da realidade. A sua não abstração está implicada em como ela se configura, ou seja, nas respostas entre sujeito e meio social, o que concretamente pode ser afirmado em um grupo social que está em certa situação econômica, política, social e cultural – em uma palavra, que compartilha uma visão de mundo (Goldmann, 1967a; 1967b).

As contradições no interior da visão de mundo compartilhada entre Félix e os católicos começaram a se destacar na sua volta, causando incômodo na posição por ele ocupada.

Fiz aqui no Rio um teste: li para alguns colegas católicos (que *reagem* a tudo que tentava, na busca de um diálogo) alguns trechos do *Novo Evangelho* e das epístolas de S. Paulo, sem lhes dizer o que lia. Pois bem, a conversa gelou (e eles estavam tão risonhos quando falavam de suas “prosperidades” ...) e me *responderam* que não acreditavam nem nas “utopias” nem nas afirmações e juízos daqueles textos “comunistas” ... Puxa, que fiquei, eu sim, gelado até a alma, quando descí até as últimas consequências desta fala dos que se arvoram hoje em “senhores” da Bíblia e da “Verdade”! (Félix, 1953 [grifos no original]).

O catolicismo forneceu uma base importante que permitiu a Félix compartilhar com intelectuais de esquerda a concepção de humanismo sem abandonar parte significativa que o constituiu no seu processo formativo, ou seja, os fundamentos cristãos. Portanto, diante da afirmação que uma visão de mundo não é contraditória, mas implica contradições, concretamente, no caso em estudo, significa que Félix circularia em ambientes em que o humanismo seria

⁴³ Conforme acepção do sociólogo francês, “É no horizonte particular dessas relações de força específicas, e de lutas que tem por objetivo conservá-las ou transformá-las, que se engendram as estratégias dos produtores, a forma de arte que defendem, as alianças que estabelecem, as escolas que fundam e isso por meio dos interesses específicos que aí são determinados” (Bourdieu, 1996, p. 61).

um princípio inegociável. Por esse motivo, não estaria envolvido em relações, projetos e formas poéticas contrárias ao humanismo.⁴⁴

Ao fazer um contraponto à posição de Bourdieu (1996) no modo de compreender a movimentação e a ocupação de determinados ciclos intelectuais a partir das estratégias, Sirinelli (2003, p. 248) sugere que se abra espaço para o fortuito, o contingente e o inesperado para permitir a compreensão do estudo de intelectuais através de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum com afinidades mais difusas, mas não problematiza o que acontece com essa sensibilidade ideológica quando as contradições e os problemas se tornam inevitáveis. Poder-se-ia supor que novos grupos são constituídos a partir de novos pontos de contato, mas isso não implica o abandono daquilo que constitui um sujeito, guardando em alguma medida afinidades eletivas com formas e redes de sociabilidade residuais (Williams, 2011a). Daí, a compreensão de a visão de mundo ser algo que permite o entendimento das contradições de uma trajetória, pois embora enfatize uma coerência não nega o que se lhe apresenta como distinto.

Com isso, pode-se entender o movimento realizado por Félix tendo em vista as novas relações que surgiriam no decorrer da segunda metade dos anos 1950 a partir da negação das anteriores, mas sem se desfazer dos seus aspectos constituintes e sem negar radicalmente a presença católica em sua vida, vide a constante aparição de Alceu Amoroso Lima que ocorreria em sua trajetória ao longo dos anos, além de outros fatores já citados aqui: Paz & Terra, o exemplo de Cassiano Ricardo citado acima etc. O que nos faz retomar a parte final do tópico anterior, o Félix comprometido e compromissado na aposta dos dois lados, conforme sugeriu Merleau-Ponty, e entender essa ação em decorrência de uma visão de mundo gestada por fundamentos católicos e de modo crítico a eles, sendo um passo à construção de sua perspectiva humanista.

Em 1953, tais contradições o levariam ao questionamento do circuito intelectual católico, tendo a necessidade de anunciar a seu mestre, a principal referência do laicato brasileiro. Dizendo-lhe que se afastava dos colegas porque

⁴⁴ No desenvolvimento dos próximos capítulos, essa afirmação ganhará mais sentido ao mobilizar exemplos. Por ora, pode-se destacar como exemplo de poética que não estaria alinhada às suas posições humanistas a vinculada às vanguardas concretistas. No campo político, isso manifestar-se-ia a partir de 1964 entre aqueles apoiadores da ditadura militar, embora seja mais complexo do que uma exclusão imediata das relações e vínculos intelectuais.

“Agora tenho a certeza que circulo, enquanto condição social, dentro de uma estrutura podre, desmoronante. E todo um mapa afetivo, sensível [...] que estremeceu e se descola das margens de minha carne num vai não vem doloroso. As relações de homem para homem e de homem para as coisas perderam o sentido”. O “rompimento” realizado por Félix não foi sem custos a seu próprio entendimento enquanto sujeito e apresenta a Alceu o novo campo em que passaria a se dedicar, contrapondo Jesus a Marx.

O Sr. quer saber de uma coisa? Os judas – os verdadeiramente crucificadores do Filho do Homem – os caifazes do divino desgraçadamente são os que usam (?) batinas e sotainas. A traição (senão seria erro, engano, cegueira etc.) só aconteceu dentro do Templo da Igreja⁴⁵. Eu lhe garanto que a mim me custa (sempre estudei em colégio de padre: minha infância...) um preço amargo, quando vou descendo os degraus deste pensamento de mãos dadas com o *grito autêntico* de Marx e com a tristeza muito mais funda do O Crucificado. Meu escafandro é fraco prof. Alceu e, às vezes, tenho medo que a pressão me transforme nas trevas das funduras oceânicas.

Félix credita à Igreja enquanto instituição a causa deste afastamento e o que o levou a dar as mãos a Marx, concretizado em Paris, quando fez a sua “profissão de fé marxista” (FÉLIX, 2002). Ao mesmo tempo em que não podia e talvez não quisesse simplesmente abandonar a “sensibilidade ideológica”, para falar nos termos de Sirinelli (2003), que compartilhava com Alceu porque este era um agente importante nas estratégias, para falar nos termos de Bourdieu (1996), de consagração artística. No pós-escrito da carta reivindica a poesia e a opinião do crítico literário e demonstra estar atuante e com projetos futuros em desenvolvimento: “O Sr. leu um poema que publiquei no Diário Carioca (suplemento) de domingo último, 30? É do Rio...Tenho, aliás, uma coletânea em preparo”⁴⁶.

Félix busca uma revalidação literária no momento em que começa a se distanciar de uma estrutura que lhe deu suporte nos dois, talvez três, primeiros livros e passa a entrar em conflitos com ela, o que não seria possível em 1948, quando ainda era um estreante na editora católica Agir. Em 1953, com três livros

⁴⁵ Não a considerando como corpo místico, mas como a sua “representação oficial”. (Nota original de Félix.)

⁴⁶ A coletânea citada é *O pão e o vinho*, que seria publicada só seis anos mais tarde.

editados, ele pode exprimir com mais liberdade as dúvidas relativas aos católicos, expressando em sua poética tal momento.

Publicado em 30 de agosto de 1953, no *Diário Carioca*, o poema *A estrela, o deserto e o trigo*⁴⁷ – presente em seu livro de 1959, *O pão e o vinho* – está dividido em três partes. A primeira, destinada à estrela, narra a fé abalada do sujeito poético isentando a fé e responsabilizando a si mesmo pela descrença: “Quisera alegre todos, / todos os meus poemas!”. Quem quisera? A estrela, que pode ser lida como fé ou como um simbologia de Deus. “Mas nesta noite triste, / nesta tão triste noite, / desculpa, se tenho olhos / açotados de noites / [...] / foi o deserto fundo / e a sua desertação / que apagaram o que era / mundo em mim coração”. A desesperança está com quem não teve todos os poemas alegres, ainda que este fosse o desejo desse ente com “vozes serenas”.

A segunda parte, diz respeito ao deserto, um espaço inóspito, sem vida: “Hipócritas, condeno / vossa fala tão gorda / de palavras cristãs! // Do Cristo, nada tendes / no ouro que vos compõe / pavorentos, medrosos / até dos próprios ventos / no rio dos amanhãs”. Félix condena e destina ao deserto aqueles que não foram capazes de compreender São Paulo e o tomaram por utopias e textos comunistas e os caifazes de batinas, como citados na carta. O poeta empreende a crítica à institucionalidade católica ao afirmar o “ouro que vos compõe”. E o humanismo que o constituiu a partir do cristianismo, agora é visto criticamente: “Só sabeis uma coisa: / matar! matar incluso / essa ausência implora / em vós, humanos restos / de um desumano desuso”.

Por fim, o trigo. Uma tentativa de se reencontrar com os “pastores que uma tarde / vão levando, elevando / rumo de certa estrela.” Quem são os pastores? Aqueles do meio católico a quem mantém estima, admira e demanda orientação: na carta a Alceu Amoroso Lima, o poeta pede: “Gostaria, e muito, de falar com o Sr. Precisaria, ou melhor, acho que preciso. Caso o Sr. tenha algum tempo para mim, o Sr. poderia me telefonar, marcando um encontro aqui ou em Petrópolis [...]”. E como no começo, vê-se como responsável pelo distanciamento que punha em prática: “Nesta tão triste noite / (que existe

⁴⁷ Félix, Moacyr. A estrela, o deserto e o trigo. In: *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1953. 2ª Seção, Suplemento Dominical, Letras e artes, p. 2. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093092_04&Pesq=%22Moacyr%20F.%20de%20Oliveira%22&pagfis=20167. Acesso em 28 de maio de 2024. Ver anexo.

estrelas, sei) / perdoa, se fecho os olhos / (sei que existe uma estrela!) / numa noite mais triste.”

Portanto, o afastamento de Félix com o meio católico é constituído de incertezas e inseguranças que se manifestam na sua individualidade, assim como enquanto agente intelectual que questiona o campo em que esteve tradicionalmente associado.

Apesar disso, o poeta conservou relações como maneira de se reinserir em outros espaços. Alceu Amoroso Lima não foi o único com qual Félix manteve contato da rede de intelectuais católicos que fez parte. Em 1953, ele e Candido Mendes de Almeida⁴⁸ passaram a compor o conselho de redação da revista *Cadernos do Nosso Tempo*, editada pelo Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP). Ambos estiveram presentes no conselho do primeiro ao último número e é a partir deste momento que o poeta passa a travar contato mais íntimo com intelectuais vinculados ao nacional-desenvolvimentismo e às esquerdas brasileiras.

O IBESP é uma derivação do que fora o grupo de Itatiaia, formado em agosto de 1952, no Parque Nacional de Itatiaia, localidade considerada adequada por estar entre o Rio de Janeiro e São Paulo e congregar intelectuais dos dois polos, formados por católicos, antigos integralistas, conservadores e progressistas. “A tônica dos debates, inicialmente, era a discussão teórica por parte de estudiosos que tinham em comum certa configuração intelectual, influências de certos autores e um desejo de impulsionar um pensamento genuinamente brasileiro” (Bariani, 2006, p. 249). Entre estas influências estavam hegelianismo, existencialismo, fenomenologia e culturalismo.

Cerca de um ano após tais discussões e alguns rachas entre paulistas e cariocas, remanescentes criaram o IBESP e sistematizaram os debates na *Cadernos do Nosso Tempo*. Foram cinco volumes publicados entre 1953 e 1956. Como dito, Félix fez parte de todos, assim como Candido Mendes de Almeida. Fica sugerido que foi este quem levou o poeta ao IBESP, pois Candido Mendes faria parte daquele grupo conhecido como “isebianos históricos” – após o fim do IBESP, surgiria um novo grupo que criaria o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB).

⁴⁸ Este é o mesmo que publicou seu segundo livro, *Lenda e areia* (1950), editado pela Revista Branca.

A importância do IBESP e dos Cadernos é que eles contêm, no nascedouro, toda a ideologia do nacionalismo, que ganharia força cada vez maior no país nos anos subsequentes, e serviriam de ponto de partida para a constituição do Instituto Superior de Estudos Brasileiros. [...] O que dá ao IBESP sua característica inovadora na história do pensamento político brasileiro é que, pela primeira vez, um grupo intelectual se propõe a assumir uma liderança política nacional por seus próprios meios. Neste sentido, o IBESP é radicalmente novo. Ele se diferencia dos pensadores políticos do passado que acreditavam que seriam suas ideias, se corretamente aplicadas – fossem elas liberais, católicas ou conservadoras –, que iriam transformar a sociedade. E se diferencia, também, dos pensadores de influência marxista, que se alinhavam, física e intelectualmente, com um setor da sociedade que, acreditavam, viria um dia a liderá-la, ou seja, a classe operária (Schwartzman, 1979, p. 3-4).

Para Schwartzman, os intelectuais do IBESP podem ser compreendidos em certa medida em termos mannheimianos. Em certa medida, pois havia um componente, que superava a perspectiva de Mannheim, baseado na disputa de um projeto político a partir do grupo social dos intelectuais, a *intelligentsia*. Bariani segue o sugerido por Schwartzman e compreende os ibespianos nos termos do sociólogo alemão.

[...] o IBESP procurou congregiar intelectuais e constituir-se também como uma *intelligentsia*, mas acentuando a posição mannheimiana da intersticialidade, da flutuação social dessa camada socialmente “desvinculada” – embora não ausente das relações de classe (Cf. Mannheim, 1972, 1974) –, funcionando menos como um ator político de posição determinada e mais como ator “ilustrado”, de posições caleidoscópicas num amplo leque de análise, procurando elaborar sínteses e, concomitantemente, identificar várias facetas da mesma questão e relacionar os interesses das classes aos projetos possíveis. Em suma, o IBESP não se notabilizou como “partido” político dos intelectuais, e sim como pretensa “consciência social” teórica dos dilemas do país (Bariani, 2006, p. 255).

O problema da interpretação dos cientistas políticos brasileiros é que ela desconsidera a condição de classe para a elaboração intelectual dos agentes do IBESP. Vale lembrar que a orientação dos rumos da nação através de determinado extrato social não dizia respeito a uma condição ou desejo da *intelligentsia* em si, e sim foi um projeto construído ao longo dos anos no século XX. Como apresentado no capítulo anterior, no governo Vargas, a reforma de Francisco Campos tinha em mente que competia a uma parcela muito estreita da população a direção nacional, ao resto tornava-se necessário ter uma profissão para a construção de mão de obra do projeto desenvolvimentista que

alavancava nos anos 1930 e 1940. Logo, à pequena-burguesia – os extratos mais elevados da classe média – foi destinado o papel de construir simbolicamente as orientações, os problemas e os temas nacionais.

Schwartzman (1979, p. 5) vê a contradição do projeto do IBESP no binômio reforma ou revolução, ao caracterizar que o “processo político brasileiro passava por uma fase altamente revolucionária, o que era condição para o surgimento de uma ideologia como o IBESP pretendia, mas contrariava seu próprio projeto político, essencialmente reformista, e por isto mesmo pouco ideologizado”. Esta pode ser uma interpretação, defendida através da perspectiva de intelectual de Mannheim, tanto na leitura de Schwartzman quanto na de Bariani.

A nossa compreensão recai justamente no aspecto em que eles não levam em consideração na constituição da categoria dos intelectuais. Enquanto agentes de determinada classe, não podem se identificar totalmente com o operariado e nem dirigir um movimento revolucionário dada a hierarquia entre trabalho manual e não-manual e a sua impossibilidade de suprimir essa diferença, pois é isso que configura os extratos médios como uma classe específica. A consequência é a fragmentação política entre a classe média e o proletariado e no interior da própria classe média, embora esta preserve algo que a caracteriza e a unifica ideologicamente: tal hierarquia entre trabalho manual e não-manual e a sua manutenção. Não está no horizonte da classe média a supressão da divisão capitalista do trabalho (Saes, 2007, p. 537-538). Portanto, não é por se colocarem acima das classes no sentido mannheimiano, como apontam Schwartzman (1979) e Bariani (2006), que a construção ibespiana encontrou limites, mas, ao contrário, é por pertencerem a determinada classe que os limites foram impostos.

A atuação intelectual defendida por esse núcleo que nasceu do IBESP (e foi se constituindo em diferentes formações culturais nas décadas seguintes) dar-se-ia justamente tendo como ponto o vanguardismo: o intelectual dirigente do processo revolucionário brasileiro, fato que viria a ser criticado nos anos posteriores a 1980, mas sem uma síntese produtiva. A síntese encontrada pelos críticos deu-se no enclausuramento do debate público nas universidades

brasileiras, a partir de uma fetichização de uma liderança operária que no seu nascedouro já apresentava suas limitações⁴⁹.

Não obstante as limitações estruturais que envolvem a constituição da intelectualidade do período, no interior dela havia diferenças e disputas, assim como aproximações e compartilhamento de perspectivas. Tendo isso em vista, a adesão de Félix ao IBESP se deu a partir do que poderíamos definir como “afinidades eletivas”.

De maneira sucinta, pode-se designar como afinidade eletiva “um tipo muito particular de relação dialética que se estabelece entre duas configurações sociais ou culturais, não redutível à determinação causal direta ou à ‘influência’ no sentido tradicional” (Löwy, 1989, p. 13)⁵⁰.

Löwy identifica na obra de Max Weber diferentes possibilidades de uso do conceito “afinidade eletiva”, o que interessa a esta pesquisa, é articulação entre visão de mundo e interesses de classe.

Esse problema é formulado, em termos mais gerais, nos *Essais sur la théorie de la science*: aqui, as *Weltanschauungen* (visões de mundo) aparecem como tendo autonomia, não podendo ser deduzidas a partir de uma posição de classe particular; entretanto, a adesão do indivíduo a uma visão de mundo depende, em larga medida, da *Wahlverwandtschaft* [afinidade eletiva] de sua própria visão de mundo com seus interesses de classe (Löwy, 2011, p. 135-136).

Isso implica na consequência da compreensão de afinidade eletiva apresentada pelo biógrafo de Weber, Reinhard Bendix: as ideias dispõem de um duplo aspecto: são formuladas pelos indivíduos e elas correspondem aos seus interesses materiais (Bendix, 1962, p. 54 apud Löwy, 2011, p. 36). Dessa maneira, a afinidade eletiva permite compreender no terreno material e no das ideias a atração entre as duas esferas e a constituição do aspecto que surge entre ambas, não em relação causal, mas, como afirmou Löwy, num tipo particular de relação dialética. Ela torna-se um conceito interessante a ser mobilizado neste momento, pois a afinidade eletiva implica a “seleção, a escolha

⁴⁹ Este debate voltará mais para o final do texto quando debater-se-á com mais precisão os limites e o que chamamos de “ocaso de uma intelectualidade” (Neves, 2021).

⁵⁰ Michael Löwy pelo menos em duas oportunidades (Löwy, 1989; 2011) fez a genealogia do termo “afinidades eletivas”, que surgiu na alquimia medieval, foi incorporado no romantismo por Goethe e através dele entrou na sociologia via Max Weber. É já a partir de Weber e, particularmente, a leitura de Löwy do sociólogo alemão que se utiliza o conceito nesta pesquisa.

ativa e a atração recíproca”, entendida por Löwy (2011, p. 139) como duas configurações sociais que se conduzem a “certas formas de interação, de estimulação recíproca e de convergência. Nesse nível, as analogias e correspondências começam a se tornar dinâmicas, embora as duas estruturas permaneçam separadas”.

Outro fator a ser considerado é a “afinidade” em si, entendida como “o parentesco espiritual, a congruência e a adequação interna” (Löwy, 2011, p. 139), segundo o autor tal afinidade é ainda estática e para saltar de potência em ato, depende de condições históricas concretas.

E, por fim, para se ter uma caracterização da afinidade eletiva, há o grau da “articulação”: a combinação entre as partes cuja consequência pode ser uma simbiose cultural, uma fusão. O conceito dá conta de processos de interação que não são revelados nem pela causalidade direta, nem pela relação “expressiva” entre forma e conteúdo [...] nem, tampouco, pela “função” de uma parte em meio à totalidade social” (Löwy, 2011, p. 141).

O que permite a construção do grupo ibespiano é a figura do intelectual como vanguarda nacional. É isso que incentiva a fusão entre católicos e desenvolvimentistas. Félix – formado na esteira de recatolização da intelectualidade⁵¹ – passou a compor um grupo cujas discussões estavam voltadas aos problemas brasileiros, principalmente o que tangia o desenvolvimento nacional (Schwartzman, 1979; Bariani, 2006; Hollanda, 2012, Silva, 2016), e o seu papel como intelectual pequeno-burguês formado para ser um dirigente da nação seria indicar os rumos⁵², cujos entendimentos estavam em disputa. Tanto foi assim que o IBESP surgiu de um racha, que também ocasionaria um racha que originaria o ISEB que, por sua vez, também teve um racha.

Não é o objetivo neste momento da pesquisa debater o papel do intelectual e se tal posicionamento tomado foi assertivo ou não, a questão é que por vias diferentes, visões de mundo – no sentido de Goldmann (1967a; 1967b), como citado anteriormente – foram construídas através de posições intelectuais que poderiam à primeira vista ser conflitantes. E a formulação de tais visões de

⁵¹ Ver tópico 1.1. O pensamento católico nas primeiras décadas do século XX: entre a Primeira República e o Estado Novo.

⁵² Ver capítulo 1.

mundo, como elemento que se configura na resposta entre sujeitos e meio social, deu-se justamente através das afinidades eletivas, isto é, elas correspondem à processualidade das aproximações entre intelectuais de diferentes núcleos culturais.

Assim é possível afirmar que o momento do IBESP foi crucial para aproximar Félix do debate nacionalista e desenvolvimentista distanciado do conservadorismo católico e na formação de novas relações sociais que o colocariam à esquerda do espectro político. Na trajetória de Félix, a fusão dos dois mundos apareceria recorrentemente expressa em suas formulações humanistas, permitindo a partir daqui uma compreensão mais materializada do que ele entendia por humanismo – quando defendia, por exemplo, “o desenvolvimento daquele humanismo que deve justificar e dignificar os fundamentos de qualquer ação revolucionária” (Félix, 1963) –, cujas raízes não estão somente na influência do existencialismo ou da filosofia marxista, embora o primeiro, mais do que a segunda, tenha sido um ponto importante para inseri-lo no IBESP, uma vez que seus atores partilhavam de tal concepção filosófica, que permaneceria como elemento das análises mesmo após o seu fim e a criação do ISEB, ao lado da influência da Cepal e da posição do engajamento intelectual (Bariani, 2006)⁵³ que Félix tinha acompanhado de perto entre os anos 1950 e 1953.

A sua trajetória passa a ser, dessa forma, uma maneira de entender o que estava implicado na construção do conceito “humanismo” que passou a ser mobilizado pela esquerda brasileira nos anos 1960 e 1970, isto é, uma “simbiose cultural”, como disse Löwy, entre catolicismo, nacionalismo, existencialismo e marxismo, não necessariamente nessa ordem ou com alguma ordem. Na medida dos acontecimentos, isto é, do momento histórico particular, destacou-se mais um ou outro.

⁵³ “Cabe esclarecer que a introdução do pensamento existencialista tem no IBESP um precursor somente no sentido de sua aplicação à interpretação da realidade social brasileira” (Bariani, 2006, p. 254). O próprio Félix já havia sido qualificado como existencialista no seu primeiro livro, em 1948, mas como se observou era um existencialismo afastado das posições mais à esquerda que se construíam no debate francês a partir de Sartre e Merleau-Ponty, e mais próximo da influência religiosa de Kierkegaard.

Em 1954, quando escreve seu único artigo assinado na *Cadernos do Nosso Tempo*⁵⁴, Félix começa sua argumentação para tratar da questão colonial na África fazendo uma defesa dos movimentos nacionalistas nas respectivas sociedades colonizadas. Abordando em especial a região do Magreb, Félix contribuiu naquele momento para orientar conceitualmente o debate sobre nacionalismo, posicionando-se com um grupo de intelectuais – ou uma formação cultural, conforme Williams (2000) – que comporiam o que ficaria conhecido como “nacionalismo de esquerda” (Carvalho, 1999; Ferreira, 2003), cuja adesão às teses em defesa do desenvolvimento econômico nacional, ameaçado por interesses imperialistas – no caso brasileiro, o estadunidense – e da soberania nacional em suas diversas expressões o definiam e o afastavam do campo conservador. Ainda que o IBESP tenha surgido como um instituto para realizar consultorias para o setor privado sobre o desenvolvimento econômico e comercial (Czajka, 2009, p. 101).

Se as afinidades eletivas propiciaram a aproximação de Félix com os intelectuais do IBESP, foi a partir daí que um núcleo começou a se formar, gerando uma formação cultural que desenvolveria projetos dali em diante: ISEB, *Cadernos do Povo Brasileiro*, Editora Civilização Brasileira, *Revista da Civilização Brasileira*, Paz e Terra etc. (Czajka, 2005; 2009).

A seleção do tema colonialismo africano não é, portanto, fortuita. Ela encontra lastro no desenvolvimento político e econômico do Brasil do período e numa reorientação promovida pela intelectualidade brasileira em relação à análise da realidade nacional, que abandonava os preceitos racialistas e dedicava-se aos históricos e sociológicos.

É importante notar que esse processo acelerado de transformações, de reorganização das estruturas políticas e ideológicas e, principalmente, o condicionamento do Estado às mudanças, propiciou o surgimento de novos atores na cena política e cultural do país. Na medida em que a politização da sociedade se fazia na intenção de se constituir um projeto de transformação da realidade brasileira, tal projeto tinha raízes numa “cultura nacional” e que, por sua vez, declarava-se também “autenticamente popular”. E essa justificação por meio de noções como “nacional”, “popular”, “autenticidade”, entre outras, se deu não somente em função do arranjo das ideologias em torno do aparelho estatal em meados da década de 1960, mas também

⁵⁴ A ausência de assinaturas de Félix em outros textos não implica na sua não participação. Foi uma característica da revista a composição de vários textos sem autoria.

pela forma como tais conceitos foram concebidos no final de 1950 na formulação de um projeto nacional (Czajka, 2009, p. 119).

Apesar da correta afirmação de Czajka, defenderíamos a relevância do IBESP, em particular na *Cadernos do Nosso Tempo*, como a sistematização do conhecimento produzido pelo instituto, desde a metade dos anos 1950, como um espaço de conceituação de temáticas nacionais que seria aprofundado – e em certa medida radicalizado – no ISEB. Amostras disso são possíveis no próprio texto de Félix, que traz elementos para se pensar a sociedade brasileira, não obstante a sua abordagem sobre o continente africano: o racismo, a questão social, os imperialismos econômicos, a consciência e a situação internacionais, todos eles em perspectiva com a situação colonial, elementos fundamentais para refletir sobre a ascensão dos nacionalismos coloniais, considerado por Félix (1954, p. 45) “um dos maiores problemas políticos de nossa época”, por isso “[...] nenhuma interpretação do nosso tempo é válida sem uma análise das relações de submissão e de domínio”.

No momento da publicação do texto de Félix, o debate nacionalista se rearticulava nas diferentes esferas sociais, da política à cultura, e os agentes buscavam um posicionamento diante das alterações na esfera pública brasileira. Politicamente, com o desenrolar da Guerra Fria, os comunistas passaram a reivindicar uma posição nacionalista, primeiramente com o *Manifesto de Janeiro de 1948*, em que era defendida uma revolução agrária e anti-imperialista, dado o permanente atraso em que continuava o país com suas características semicoloniais e semifeudais. Considerando o governo Dutra um instrumento submisso da reação e do imperialismo estadunidense. E num segundo momento com o *Manifesto de Agosto de 1950*, as posições são radicalizadas, e o governo Dutra passa a ser uma ditadura feudal-burguesa de traição nacional. A alteração dessa realidade viria através da organização de uma Frente Democrática de Libertação Nacional e de um Exército Popular de Libertação Nacional, cujo objetivo seria a derrubada do governo fascista e traidor para substituí-lo por um democrático e popular sob hegemonia do proletariado. Teses que são reforçadas no IV Congresso do PCB de 1954. Acresce-se, nesse ano, a frente única de todas as forças anti-imperialistas e antifeudais para construir a luta libertadora (Segatto, 2003, p. 224-225). Posições que ecoariam naquilo que Félix debatia também em 1954, daí não ser estranho tanto para os imperialistas quanto para

os conservadores brasileiros a associação entre movimentos nacionalistas e comunismo. Félix afirmou que “[...] os colonizadores, pela sua rádio, sua imprensa, suas agências, sempre procuraram dar a entender aos Estados Unidos e ao mundo a existência de uma fusão entre o comunismo e o nacionalismo [...]” (Félix, 1954, p. 60-61). No Brasil, tal aproximação ainda se estenderia após o golpe militar de 1964 e serviria como justificativa para investigar o ISEB, conforme demonstra Czajka (2009, p. 106-107):

[...] o que o IPM do ISEB tenta qualificar em todos os seus trinta volumes é que “o ISEB foi uma tentativa de reorganização do proscrito Partido Comunista (art. 9º da lei 1.802). O pensamento dominante naquela instituição era o de ser o porta-voz do PC, sendo um núcleo de agitação para a prática de crimes contra a ordem política e social. Este argumento da comunização justificou boa parte da investigação militar sobre as atividades do instituto. Assim se fez em virtude de uma transformação sintomática pela qual passou o ISEB, a saber, o processo de renovação que atingiu alguns de seus quadros, a ponto de aproximá-los do campo de influência do PCB.

Ainda que houvesse grupos nacionalistas de direita, como aqueles que gravitavam em torno de Góes Monteiro e Dutra, o alinhamento com os conservadores “cosmopolitas”, como as personalidades da UDN, a exemplo de Carlos Lacerda e Eduardo Gomes (Ferreira, 2003, p. 320), se dava através do anticomunismo, categoria que englobava desde os trabalhistas até os comunistas propriamente – e, não raramente, políticos do PSD, partido fisiológico surgido no fim do Estado Novo, eram lidos de tal maneira, a exemplo de Juscelino Kubitschek.

Com a morte de Vargas, em 1954, há uma mudança qualitativa entre os trabalhistas. O partido (PTB) deixa de ter um caráter personalista e passa a incorporar nomes mais vinculados às causas nacionais e reformistas, aproximando ainda mais o PCB da sigla, inclusive cedendo o partido aos comunistas para concorrerem a eleições (Delgado, 2003, p. 143-144), contribuindo para a rearticulação das esquerdas. Diante desse cenário, Félix interpreta a necessidade de articulação entre as classes em defesa do movimento nacionalista anticolonial como uma consequência inevitável: “[os movimentos nacionais] surgem das categorias sociais que sofrem a situação colonial como um limite ao seu desenvolvimento, ou daquelas que, em virtude desta situação, são mais particularmente despojadas. Em suma, da burguesia indígena e de

uma *inteligência*, por um lado, e de um proletariado colonial, por outro” (Félix, 1954, p. 48). Algo muito próximo apareceria em Nelson Werneck Sodré nos Cadernos do Povo Brasileiro, que diante da pergunta “Qual a tarefa progressista e revolucionária na atual etapa da vida brasileira?” (Sodré, 1962, p. 36), a resposta em 1962 não poderia ser outra: expulsar o imperialismo e acabar com o latifúndio. E os agentes que deveriam pôr em marcha tal tarefa são praticamente os mesmos indicados por Félix: a burguesia nacional, a média e a pequena burguesia não ligadas ao imperialismo, o proletariado, o semi-proletariado e o campesinato, ou seja, o “povo” brasileiro. Garcia (2007, p. 41) destaca que a definição de povo de Sodré variava conforme as contingências históricas definidas por critérios objetivos, em uma palavra, pela sociedade dividida em classes. De acordo com Sodré (1962, p. 22), “povo é o conjunto das classes, camadas e grupos sociais empenhados na solução objetiva das tarefas do desenvolvimento progressista e revolucionário na área em que vive”. Tanto para Félix em 1954 quanto para Sodré em 1962, caberia ao povo realizar os objetivos dos movimentos nacionalistas de libertação colonial ou semi-colonial (ou dependentes, periféricos, terceiro-mundistas, conforme a acepção que se queira para definir a sociedade brasileira).

O que passa a ser interessante observar nesse momento da trajetória intelectual de Félix é que sua aproximação do grupo ibespiano, em paralelo aos questionamentos realizados sobre os católicos, reposiciona-o nos debates que começavam a ser hegemônicos no período. Ainda que tal aproximação estivesse fundada em afinidades eletivas, em especial na abordagem da filosofia existencialista francesa, referência que permaneceria nas formulações isebianas. Ao expressar o seu modelo analítico da questão colonial, Félix mostra a sua bagagem adquirida nos tempos de Paris:

[...] a nosso modo de ver, preferimos a tendência de alguns autores da escola francesa, tais como o próprio Balandier, Wallon, Gurvitch etc. que, deixando-se penetrar pelos dados da filosofia existencial contemporânea consideram defeituoso tal tipo de caracterização, pois a “questão colonial” só pode ser apreendida realmente enquanto situação. Suas modificações são profundas e constantes e seguem um ritmo rápido. Daí a exigência de ser focalizada no seu conjunto, enquanto sistema e, sobretudo, de não ser esquecida a sua historicidade, a sua data (Félix, 1954, p. 47).

Essa aproximação não é realizada através de um rompimento total com o catolicismo ou com uma adesão plena aos “esquerdistas”. Ambivalências podem ser observadas a partir de fatos como a sua participação em debate de poesia promovido pela Ação Católica, em setembro de 1957, demonstrando seu elo com o grupo de intelectuais próximos à Igreja. Entre eles estavam Cecília Meireles, José Paulo Moreira da Fonseca, Lêdo Ivo e Celso Brant.⁵⁵

Outra personalidade que o prende ao universo católico é Alceu Amoroso Lima, que permanecia como uma referência intelectual a ser considerada nos seus projetos. A partir de 1955, Félix passa a produzir um programa na Rádio MEC, “Um repórter no mundo das letras”, em que tece comentários sobre a produção escrita que saía na imprensa ou em livro. Toda sexta-feira, às 20h30, a rádio apresentava o programa “Transmitindo seleções do pensamento escrito e dos fatos que constituem o movimento literário do Brasil e no mundo”⁵⁶, como dizia na despedida. Um dos primeiros programas foi destinado a um artigo de Tristão de Athayde (Alceu Amoroso Lima) sobre a temática católica.

Hoje falaremos apenas de um artigo publicado no domingo último pelo Sr. Tristão de Athayde. E assim o fazemos, dada a importância e a seriedade de sua temática. Somos um país onde predomina a religião católica; a concepção cristã da pessoa humana e a da sua posição no interior da História, é a que expressivamente vem sendo colocada na base de nossos pronunciamentos públicos, de nossos gestos como cidadão e como Estado organizado, é a que se procurava como prisma ou como ponto de referência para um entendimento ou compreensão do nosso agitado mundo contemporâneo. Nada melhor, portanto, do que ouvirmos o comentário de um dos nossos mais destacados líderes católicos, comentário esse que se ergue sobre os parágrafos de uma recente alocução do Papa Pio Doze a respeito das relações da Igreja com a concretização histórica da vida social dos homens e dos povos.⁵⁷

⁵⁵ AÇÃO Católica debaterá poesia. **Tribuna da Imprensa**. Rio de Janeiro, 4 de setembro de 1957, p. 3. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154083_01&pesq=%22A%C3%A7%C3%A3o%20cat%C3%B3lica%22&pasta=ano%20195&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=37062. Acesso em 13 de julho de 2024. Ver anexo.

⁵⁶ Em seu arquivo na Fundação Casa de Rui Barbosa, a pesquisa encontrou várias edições de programas de rádio datilografados, todos dos anos 1950, período em que trabalhou na Rádio MEC, produzindo “Um repórter no mundo das letras” e “Ao redor do mundo” (programa destinado a apresentar um país a partir dos seus aspectos culturais, focando em sua literatura). O “Um repórter no mundo das letras” citado nesta página e na seguinte está nos anexos com a referência a esta nota.

⁵⁷ Para documento completo, ver anexo.

O texto selecionado por Félix para ser lido no programa do dia 2 de dezembro de 1955 disputa uma posição da Igreja no debate interno, pois a partir de Pio XII, Tristão defenderá que a Igreja não é um partido, tampouco provida de um “sistema ideológico rígido e impassível”, assim como não é uma instituição existente apenas a partir de sua espiritualidade, ela é um “fato histórico, que representa a inserção da eternidade no tempo, sem prejuízo da sua essência sobrenatural imutável”, diz o crítico. Apesar de tal afirmação, Tristão também defendeu que “a Igreja não se confunde com nenhum momento desta mesma história, nem com qualquer forma de civilização”, ou seja, maneira de isentar a Igreja das suas possíveis responsabilidades históricas, sem negar, no entanto, a sua constituição histórica.

A nossa interpretação vai no sentido do que apontou Czajka acima. Ao pensamento social coube se afastar de interpretações racialistas, calcadas em dinâmicas “naturais”, para organizar a interpretação sobre a realidade brasileira a partir de entendimentos históricos e sociológicos.

Félix encerra a citação de Tristão de Athayde com um elogio às palavras de Pio XII, à Igreja Católica e ao pensamento católico em si, como portador da “suprema verdade”:

Nada de mais oportuno, neste limiar do advento, nesta hora de tanto unilateralismo, de tanto fanatismo, de tanta confusão mental, e social, do que meditar sobre essas admiráveis palavras de sabedoria e de bom senso, que do alto da mais ilustre cátedra do universo, devemos todos ouvir, historiadores ou homens de Estado, católicos ou não católicos, para que a voz arrogante dos monologistas não abafe, nesta antemanhã do ano 2 mil, a voz serena e paciente do diálogo, iluminada gradativamente pela luz suprema da verdade.⁵⁸

É interessante notar que nesse caso Félix não teceu comentários sobre o trecho selecionado para o programa, o que normalmente fazia. A sua única consideração – inconclusiva – foi a de que os fragmentos “quase exigem um comentário ou outro de nossa parte, nós não os faremos, deixando assim essa tarefa para a atenção dos nossos ouvintes”. O ponto é se Félix chama a atenção dos ouvintes para questionarem a argumentação de Tristão ou para prestarem

⁵⁸ Texto de Tristão de Athayde citado por Félix em “Um repórter no mundo das letras” (2 dezembro de 1955). Ver anexo.

atenção nas sábias palavras – ou uma coisa e outra. A questão é que encerrou com as palavras elogiosas a Pio XII.

Diante das ambivalências de Félix nos anos 1950, período em que está se reposicionando entre a intelectualidade, também é emblemática a sua ausência em um manifesto de intelectuais contra tentativa de golpe em 1955, organizado pela Revista Marco, justamente um ano após em que ele compôs a redação da revista, segundo informado pelo seu currículo⁵⁹.

Após o arrefecimento das tensões causadas pelo suicídio de Vargas um ano antes, os conservadores se reorganizaram para realizar um “saneamento da política”. O governo Café Filho fora formado com quadros antigetulistas. Dessa forma, os udenistas voltavam ao poder ainda que, mais uma vez, não eleitoralmente. No legislativo, inclusive, perdeu dez cadeiras, enquanto os trabalhistas aumentaram cinco e os pessedistas duas. O brigadeiro Eduardo Gomes, que havia concorrido em eleições presidenciais anteriores pela UDN, e o general Juarez Távora compunham o novo ministério, todos adversários de Getúlio, além do general Lott, figura de centro e legalista. “Quando os conservadores recorriam às Forças Armadas falando em ‘saneamento da política’, visavam algo muito mais profundo do que a figura de Getúlio Vargas. ‘Sanear’ significava destituir os trabalhadores de seus direitos políticos” (Ferreira, 2003, p. 317). Isto é, a intenção era mais profunda e não era escondida. O objetivo das forças conservadoras – compostas naquele período por uma aliança entre setores da grande imprensa, Forças Armadas (em especial, a Aeronáutica e a Marinha) em companhia de políticos udenistas, como Lacerda e Carlos Luz – era entregar a presidência para um militar, dissolver o Congresso e intervir no Judiciário.

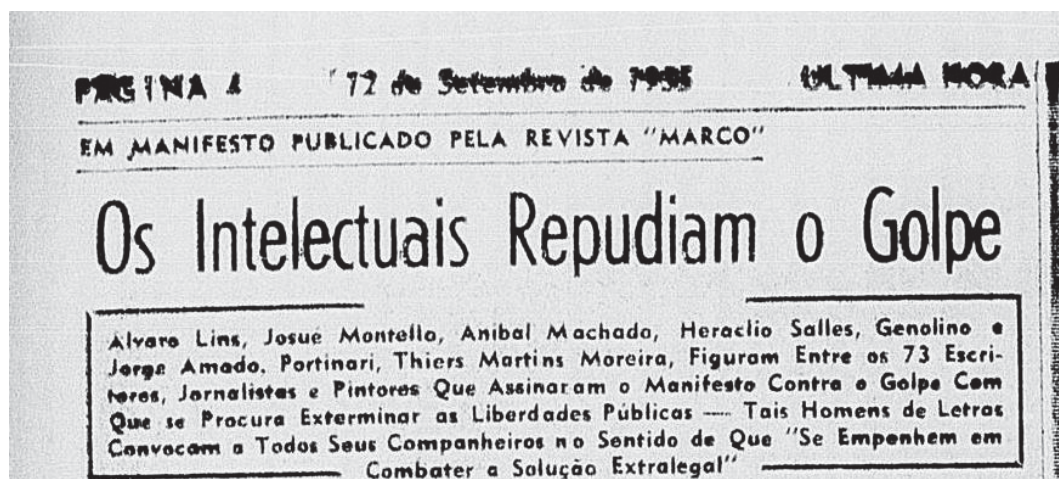
Em resposta às manifestações golpistas, diversos setores da sociedade começaram a se manifestar em defesa da democracia e da ilegitimidade das ações dos conservadores.

O processo de mobilização de grupos organizados culminou quando o advogado Sobral Pinto lançou um movimento pela preservação do regime e pela legalidade constitucional. A Liga de Defesa da Legalidade visava a união de trabalhadores, sindicalistas, intelectuais, empresários, comerciantes, militares e todos os autênticos democratas para defender as instituições e o povo. Dias depois, foi a vez dos

⁵⁹ Ver anexo.

intelectuais se posicionarem. Publicado na revista *Marco*, um manifesto de escritores, artistas e jornalistas repudiava os movimentos destinados a implantar um governo discricionário, mas cuja finalidade era “impedir a solução do problema sucessório por meios pacíficos e segundo a vontade do povo” (Ferreira, 2003, p. 318).

IMAGEM 9 – Manifesto dos intelectuais



Fonte: Hemeroteca.⁶⁰

O manifesto, organizado por Reynaldo Jardim, então editor da Revista *Marco*, não conta com a assinatura de Moacyr Félix, fato estranho em decorrência da proximidade de ambos. Além de Félix ter trabalhado na redação da revista *Marco*,⁶¹ Jardim dedicara-lhe o livro “Joaquim e outros meninos” (1955) reputando-o como companheiro de ideal⁶². Jardim à época da publicação já era conhecido como um poeta à esquerda, sendo definido pela crítica como o “vate do povo”, “revoltado contra as injustiças sociais”⁶³.

Estando Félix próximo a um núcleo com visões progressistas, tendo ele mesmo interpretado a realidade colonial por tais lentes, a sua ausência num

⁶⁰ OS INTELECTUAIS repudiam o golpe. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1955, p. 4. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=386030&pasta=ano%20195&pesq=%22Marco%22&pagfis=26304>. Acesso em 12 de julho de 2024.

⁶¹ Esta pesquisa não conseguiu encontrar exemplares que comprovassem a participação de Félix.

⁶² Noticiado em “O Jornal”: PUBLICAÇÕES de arte. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1955, p. 9. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_05&Pesq=%22Joaquim%20e%20outros%20meninos%22&pagfis=40335. Acesso em 13 de julho de 2024.

⁶³ JOBIM, Renato. Escândalo em letra de forma. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1956, p. 3. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093092_04&pesq=%22Joaquim%20e%20outros%20meninos%22&pasta=ano%20195&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=31354. Acesso em 13 de julho de 2024.

manifesto contra o golpismo promovido pelas Forças Armadas e a UDN causa estranheza, pois “Como forma de mobilização dos intelectuais em torno de um acontecimento, e de acontecimentos em si mesmos, os manifestos e as petições são instrumentos úteis para traçar um ‘retrato social’ das fracções do campo intelectual num dado momento” (Petra, 2013, p. 118). Adiciona-se a esta ausência, o fato de dois anos antes ter pedido a Alceu Amoroso Lima um espaço para publicar seus poemas na Tribuna da Imprensa⁶⁴, jornal de Carlos Lacerda, figura que promovia o golpismo naquele período.

Portanto, naquele período, Félix pertencia ao campo dos “esquerdistas”, dos poetas que ficariam conhecidos por sua poesia social e engajada, sem ainda pertencer totalmente. O que ocorria era o questionamento daquilo que Williams (2015, p. 115-130) definiu como “alinhamento”. Félix antes de se colocar como um poeta engajado – ou colocarem-no desta maneira –, bastante próximo da filosofia comunista ao ponto de assim ser identificado, ele tenta em alguma medida se distanciar com aquilo que esteve alinhado durante a vida. Assim se explica a carta a Alceu Amoroso Lima em que questiona a Igreja e colegas seus que diante de um texto bíblico acusam-no de comunismo.

Williams argumenta que o alinhamento não é uma substituição para engajamento no sentido fraco do termo, pois o primeiro refere-se a um conjunto de fatores que diz respeito à formação do sujeito – algo próximo ao *habitus* de Bourdieu – por isso foi importante tratar no primeiro capítulo da família e dos anos escolares de Félix. “Pois nascemos em uma situação social, em relações sociais, em uma família, que juntas formaram o que, elevando o nível de abstração, poderíamos ver como sendo nós mesmos enquanto indivíduos” (Williams, 2015, p. 127). Muito dessa formação se dá antes da consciência de qualquer individualidade. Para Williams (2015, p. 127), “Os alinhamentos são certamente profundos. São nossa maneira normal de viver no mundo, nossa maneira normal de ver o mundo”, ou seja, a visão de mundo de Goldmann (1967a; 1967b). Seria artificial para Williams separar o alinhamento de um escritor na constituição da sua própria individualidade, daí analisar a poética de Félix sem dissociar de sua proximidade com o catolicismo, mas isso não é tudo. É possível engajar-se diante da realidade social, o que é uma forma de se fazer

⁶⁴ Ver carta de Moacyr Félix a Alceu Amoroso Lima de 1953.

consciente dos próprios alinhamentos, o que pode levar o sujeito a mudar, desviar, corrigir. “Alguns dos casos mais divulgados de ‘engajamento’ ocorrem quando as pessoas mudam de um conjunto de crenças e suposições para outro, o que pode representar uma mudança bastante radical” (Williams, 2015, p. 129). Ou a tomada de consciência do alinhamento também pode levar a um sentido de engajamento diferente. Por isso, Williams (2015, p. 130) fala em “descoberta dessas relações sociais”, que para Félix foram decisivas em sua adesão ao campo da esquerda.

Primeiramente, com o IBESP e paralelamente a este, a sua aproximação de Reynaldo Jardim, o “vate do povo” que estaria presente em *Violão de Rua* anos mais tarde. E na sequência, entre 1956 e 1958, sendo o responsável pela seção de poesia do jornal *Para todos*, comandado por Jorge Amado e Oscar Niemeyer, cuja direção era de Moacir Werneck de Castro, todos até o momento notórios comunistas, embora vivessem um período de afastamento do partido após as denúncias de 1956. Foi nesse jornal, de propriedade do PCB, que surgiu a coluna *Um poeta na cidade e no tempo*, que seria título de poema e de antologia poética publicada em 1966. Mas, o que teria mais impacto em sua trajetória, tanto quanto Alceu Amoroso Lima, foi o seu encontro com Ênio Silveira, que nunca foi comprovado ter sido permitido por *Para todos*, mas fica sugerido em afirmação de Félix em entrevista a Marcelo Ridenti: “eu tratava da parte de literatura desse jornal, que era financiado pelo Jorge Amado e o Oscar Niemeyer e tinha na direção o Moacir Werneck de Castro, que era do partido. O Ênio, nesse jornal, sabe o que fazia? Era crítico de música, escrevia artigos espetaculares sobre Beethoven, Mozart, Tchaikovski” (Félix apud Ridenti, 1996).

De origem paulistana, Ênio Silveira não era um conhecido de Félix do Rio de Janeiro desde tempos anteriores a sua ida à Paris. O famoso editor da Civilização Brasileira antes de se instalar no Rio de Janeiro, havia realizado estágio nos Estados Unidos para estudar edição e marketing de livros no começo dos anos 1950. Sua aproximação com o PCB se deu através do jornal *Notícias de Hoje* e a sua ida definitiva para o Rio aconteceu em 1958, quando foi designado por Octalles Marcondes, seu sogro e proprietário da Companhia Editora Nacional (CEN) a dirigir um selo da editora na cidade, a Civilização Brasileira (Czajka, 2009, p. 112-113). Se o encontro entre Félix e Ênio não ocorreu em *Para todos*, certamente foi até 1958 que o contato foi feito, dada a

proximidade do editor de uma série de pessoas com as quais Félix tinha relações desde 1954.

A partida para o Rio de Janeiro foi decisiva na sua carreira como editor, pois em pouco tempo Ênio adquiriu as ações de Octalles [...], até que em 1963 tornou-se proprietário único da editora. Essa presença no Rio, entre 1958 e 1962, foi importante para a construção da visibilidade do seu trabalho e da editora, pois a sua aproximação com o ISEB foi sintomática, sobretudo no que tange à organização de um espaço de debates e ao fortalecimento de um vocabulário a partir dos temários de esquerda (Czajka, 2009, p. 113).

Tanto Félix quanto Ênio estiveram em contato com nomes do ISEB (que haviam composto o IBESP), assim como com nomes mais ligados à literatura e às artes e próximos ou militantes do PCB, como Jorge Amado e Oscar Niemeyer. Se a circunstância específica da aproximação entre ambos é uma incógnita, não o é, entretanto, a conjuntura: momento de rearticulação das esquerdas que passavam a se organizar através de instituições que impulsionariam um pensamento de esquerda nos anos 1960, com ênfase para o ISEB e a Civilização Brasileira.⁶⁵

2.3 A síntese de uma fase ou o início de uma nova?

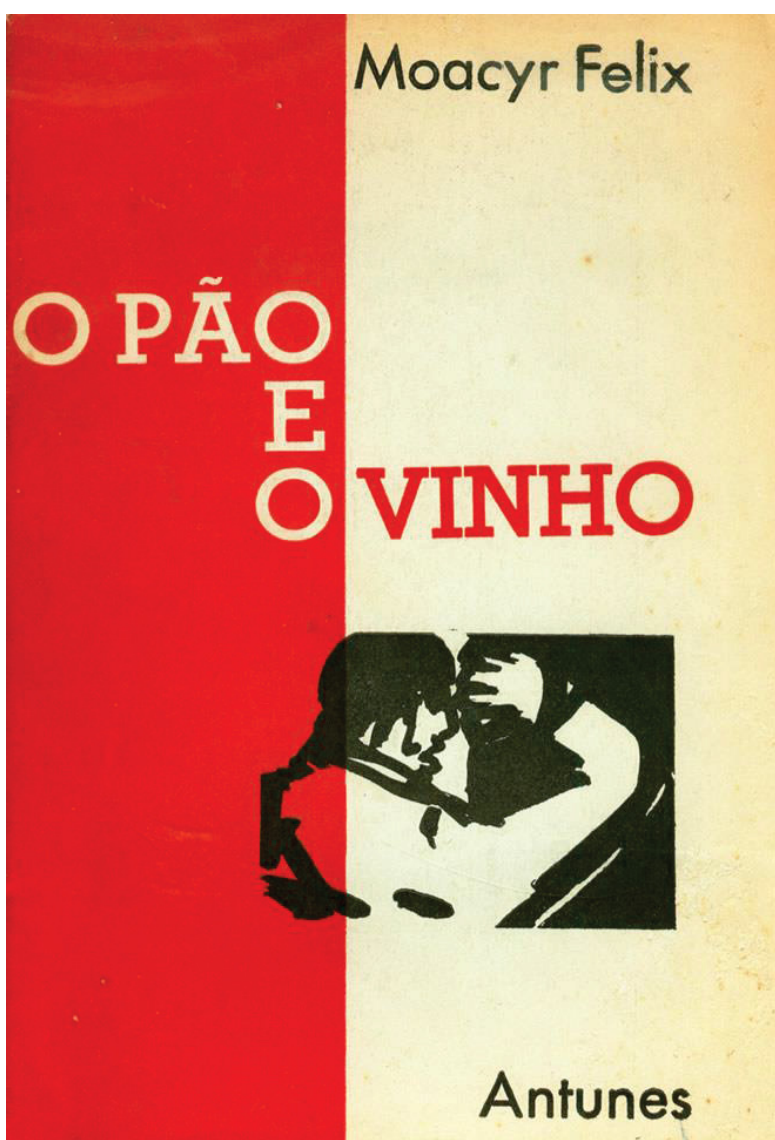
Em 1959, Moacyr Félix publicou *O pão e o vinho* pela editora Antunes. Antes da publicação, o livro estivera no prelo em 1955, sendo retirado pelo autor para uma nova revisão, que seria concluída quatro anos mais tarde. Esse foi um livro considerado por Félix, pela crítica e por Nunes (2017, p. 88), pesquisador de sua obra, um marco que dividiria a sua produção poética em duas fases: a de “formação”, em que contemplaria os três primeiros livros: *Cubo de trevas* (1948), *Lenda e areia* (1950) e *Itinerário de uma tarde* (1953); e a de “afirmação”, em que estariam suas obras a partir de *O pão e o vinho* (1959). Entendemos que compreender a trajetória de um poeta a partir de fases, pode levar a um mecanicismo que impede, por exemplo, a identificação da recorrência, retomada e reelaboração de temas no interior da obra de um escritor (Candido, 2000, p.

⁶⁵ Os desdobramentos da relação entre Félix e Ênio Silveira, os projetos desenvolvidos e as consequências dessa amizade para o campo das esquerdas podem ser lidos no capítulo 3. Considerou-se pertinente no momento trazer Ênio Silveira para a discussão por se tratar de um nome de bastante relevância para a rearticulação da trajetória de Moacyr Félix.

36). Nunes, no entanto, observou de modo interessante um “método de trabalho” inaugurado com a obra de 1959 e que o acompanhou até o final de sua carreira: “a reescrita constante dos poemas, sobretudo os já publicados, visando sempre uma ‘versão definitiva’ em publicação futura” (Nunes, 2017, p. 89).

Na perspectiva de Félix, *O pão e o vinho* é um livro que passou por um processo de amadurecimento, que Nunes reputa a sua estada na Europa, assim como o tempo de trabalho dedicado na reelaboração dos poemas, ou seja, o período entre 1955 e 1959. Na avaliação do poeta logo após a publicação: “Este livro representa a minha maior tomada de consciência. Nele, já tenho rosto próprio” (Félix, 2002, p. 156).

Essas possibilidades interpretativas não precisam ser descartadas, mas se se levar em conta a trajetória intelectual do autor em conexão com fatores internos e externos da produção poética, isto é, “a integração orgânica dos diferentes elementos e fatores (meio, vida, ideias, temas, imagens etc.), formando uma diretriz, um tom, um conjunto, cuja descoberta explica a *fórmula*, obtida pela elaboração do escritor” (Candido, 2000, p. 37), conseguir-se-á interpretar *O pão e o vinho* para além de um marco divisor de águas entre fases de um jovem para um amadurecido poeta e localizá-lo no interior das formações culturais que Félix passou a frequentar e as discussões que delas brotavam.

IMAGEM 10 – *O pão e o vinho* (Antunes, 1959)

Fonte: Arquivo pessoal.

Adicionaríamos também as incoerências das trajetórias intelectuais, que permitem engajamentos contrários ao alinhamento do sujeito (Williams, 2015), gerando conflitos nas ações ao longo do processo de produção intelectual, fato reconhecido por Félix (2002, p. 156): “Necessito de uma pausa para equilibrar-me em torno de um centro, infinitamente pessoal. Um centro para mim, portanto, como indivíduo [...]” A interpretação sobre a elaboração de *O pão e o vinho* na segunda metade dos anos 1950 precisa ter em vista como o poeta passou a questionar seus alinhamentos estruturais formadores de sua individualidade, isto é, suas relações com o catolicismo, e, paralelamente a isso, incorpora elementos trazidos da França e das novas relações em que construía num cenário de rearticulação das esquerdas e do modo de interpretar a realidade brasileira. Mais

do que nas relações sociais, embora também nestas – é na sua poesia em que se faz enxergar esses “dois mundos” em que ele tenta condizer e são anunciados desde a epígrafe do livro.

“Para isto, ó poeta, terias ouvido
os profetas do Oriente e os hinos da Grécia
e, mais recentemente, as tempestades?

Para reduzir o Espírito à escravidão, para desprezar
na tua pressa
aquilo que o século tem de bom, para injuriá-lo,
renegá-lo, tratá-lo como louco, impor-lhe
mercenários passatempos, e obrigá-lo a dançar
como se faz danar, por diversão, um animal cativo?”

Hölderlin⁶⁶

Se no livro anterior, a epígrafe anunciava a angústia de um cristão que se vê cercado de questionamentos diante do universo em que vivia, mobilizando a própria tradição religiosa para criar um afastamento⁶⁷, em 1959, ele quer se aproximar daquilo que “o século tem de bom”, sem que se reduza o Espírito à escravidão. Um movimento semelhante realizado pelo poeta alemão em que se referenciou, que entendeu haver um afastamento entre os deuses e os homens (um tempo noturno) para haver uma reconciliação, uma segunda Idade de Ouro – a primeira havia sido antes do afastamento, fundamentada por Hölderlin no mundo grego (Furtado, 2000, p. 9-14), em que no mesmo “O pão e o vinho” diria: “O que o canto dos antigos predizia sobre os filhos de Deus, / Olha! Somos nós, nós! O fruto da Hespéria! / Tudo se cumpre maravilhosa e exatamente no homem, / Creia-o quem o experimentou!” (Hölderlin, 2000, p. 77). Hespéria é o lugar para onde os deuses regressaram, em Hölderlin seria a Alemanha, cabe perguntar qual é a segunda idade de ouro em Félix, qual é a sua Hespéria, se os seus deuses regressariam a um lugar ou a uma ideia, a um projeto, se a sua reconciliação não estaria em horizontes que descobria com mais intimidade a partir da segunda metade dos anos 1950. Daí, a pergunta que ele deixa através do poeta alemão: teria ouvido os profetas, os hinos e as tempestades para reduzir o Espírito à escravidão, para desprezar o que o século XX tinha de bom,

⁶⁶ A epígrafe foi transcrita *ipsis litteris*, Félix não evidencia que a epígrafe foi retirada do poema homônimo do seu livro “O pão e o vinho” de Hölderlin (2000, pp. 66-79).

⁶⁷ Ver tópico 2.1.2. *Itinerário de uma tarde e a dialética decapitada*.

para impor mercenários passatempos? Aparentemente é uma pergunta cuja resposta é negativa, pois Félix não teria se afastado dos deuses para isso, se cindido do seu núcleo de formação, questionando-o, enfrentando-o poeticamente para um fim despropositado. Há sim, uma reconciliação, uma segunda idade do ouro que se anunciava naquele momento com sua aproximação dos intelectuais do IBESP, primeiramente, para terminar em Ênio Silveira, seu principal camarada, e que duraria enquanto trajetória intelectual pelo menos até 1982, com o fim da Civilização Brasileira e de um ciclo de intelectuais.

O primeiro passo para essa resposta, porém, deve ser dado em direção às páginas que se seguiram à epígrafe, ou seja, os poemas. A nossa hipótese está lançada, resta saber se se concretiza na comunhão oferecida por Félix entre *O pão e o vinho*.

2.3.1 Ambivalências e oposições em *O pão e o vinho*: ainda os signos de incertezas

Se o escritor está entre expressar, imaginar, sentir, ver o mundo através de sua individualidade e problematizá-lo através do pensamento conceitual, podendo sua obra tornar-se subjetivista, se o primeiro momento se sobressair, ou abstrata, se o segundo ganhar mais espaço (Goldmann, 1967a, p. 87), Félix tentou com seu *O pão e o vinho* equalizar aquilo que Williams (1979) definiu como o pensamento tal como sentido e o sentimento tal como pensado e que Ridenti (2010) diria se tratar de uma estrutura de sentimento que sintetizaria uma “brasilidade revolucionária”.

Aparentemente, o poeta estava consciente do momento que vivia enquanto sujeito intelectual que passava por algumas transformações. Disse em entrevista ao Jornal de Letras, em dezembro de 1959, que seu livro pertencia a uma fase que se encerrava, “tendo, entretanto, outras coisas a dizer, e necessito dizê-las, e sei que encontrarei uma fórmula para fazê-lo. [...] Preciso de uma pausa, porque, nesses seis anos de vida, uma série de certezas e seguranças que eu tinha foram estremecidas” (Félix, 2002, p. 156).

Diante desse estremecimento, como ele mesmo disse, buscou uma fórmula, prefere-se, assim como Félix preferiu no seu primeiro poema do livro,

um *Esquema* (1959, p. 3-4). Nas páginas de *O pão e o vinho* estava posta a procura de novas certezas e seguranças que vinham abaladas pelo menos desde Paris e uma necessária tomada de posição diante disso, que se verifica no segundo poema *Dois poemas do homem e sua escolha*⁶⁸ (1959, p. 5-6) e na epígrafe de Paul Éluard selecionada: “Retornar seria uma queda esmagadora”⁶⁹, dialogando com Sartre e sua formulação clássica de que estamos condenados a sermos livres, ou seja, a escolher.

Esquema

Contemplar é o trabalho dos deuses.
Os homens
– fazem.

Os homens domam a natureza,
esforçam-se para dialogar com as várias fomes
e caçam os animais e também caçam os sonhos
– e morrem.

E morrem ignorando o que é o silêncio.
Quando a chuva é triste, o mar ensina-o ao vento
e o vento vem pousá-lo na cadeira em que sentamos.
(Mas os homens não sabem o que é o silêncio).

Permanecer compete à luz feita com a sombra
do que não sabemos
eternamente a perfumar a tarde.

Sob os eucaliptos, sob o cimento das marquises,
ou afogados como peixes
no brilho milenar de tanta estrela extinta,
compete certamente aos homens se perderem

se perderem
como a lembrança de um morto
na boca dos que respiram,

⁶⁸ “I // Se em cada porto, longe, o verde alfombra / uma esperança, uma salgada brisa / para os pesados braços sobre a sombra / toda feita de nadas, imprecisa / (mas devorando o peixe e o ar e o homem), / alastro as rubras aves de incorpóreo / pelo dorso desnudo de uma tarde / (que é esta parte de mim que eu vou queimando) / e insisto em que eles partam, vou deixando-os / acompanhados desta dor acesa / levar o aviso dos meus olhos, mar / e mar a fora... Mas eu fico. E finco / na sombra irreversivelmente minha / a permanência: - ciclo e madureza / dos troncos regravados pela chuva, / dos troncos que se cumprem sempre os mesmos, / imóveis, simplesmente se cumprindo / sob um pórtico de nuvens giratórias... // II // Destino. Que é o destino? Que fazer / contra estas sombras íntimas, tão minhas / como o tecido esquivo de mim próprio / preso em meus ossos, latejando um ser / de asas de sal mordendo um chão de ópio? / Ah, destino, oxalá não haja enganos / quando chegar nas pontas dessa teia / de gastos gestos lentos costurados / com o arame triste desses muitos anos! / Quando parar, no tempo, esta alma cheia / de escolhas acabadas, rosa quieta / a desmanchar-se em desenhos ventos, / ah, vida, não me vença a noite alerta / atrás do abismo / e que os abismos incendeia: / deixa eu colher no rosto um rosto certo / do tempo irreversível, som de areia / que já foi casa ou ponte, e não deserto... (Félix, 1959, p. 5-6).

⁶⁹ Citada em francês por Félix: “Revenir serait une chute écrasante”.

como o alimento
 que do prato passa à boca
 e na boca se desfia em semânticos vagares,
 como a coloração dos frutos, como a água

de um lago ou mar filtrada entre infinitos.

Diante do esquema que se lhe apresenta e que ele escolhe, ou melhor, *fica* e *finca*, para usar seus verbos: “Mas eu fico. E finco / na sombra irreversivelmente minha / a permanência” (p. 5), é evidente no trato da sua forma poética o jogo com as idas e vindas em que ficar e fincar ainda não ser certezas e seguranças, embora escolhas.

A insegurança é atravessada já de partida no poema *Esquema* com um dístico fraturado em que a opção poderia ter sido não separar sujeito do verbo, mas Félix separa os homens do fazer, pois estes sujeitos fraturados da ação são os mesmos que morrem. Ao anunciar isso, ele reivindica a ideia de práxis, pois não basta apenas compreender a importância do materialismo que ele havia compreendido, e explicitar na evidente separação entre o contemplar e o fazer, é preciso que o fazer não se separe do sujeito, pois assim ele morre.

O domar da natureza, caçar os animais e os sonhos, que estão entre o fazer e o morrer, tornam-se aquilo que Nunes (2017, p. 101) interpretou como “algo posto”, embora não use a palavra, deixa a entender como se fosse algo natural. Pois para o pesquisador, não é o agir a questão do poema, isto seria secundário, apesar de reconhecer a “remissão às Teses de Marx (2015)⁷⁰ sobre Feuerbach, um chamado à práxis” (Nunes, 2017, p. 101). O central, segundo Nunes, é conhecer o silêncio. O domar a natureza, caçar animais e sonhos só seria algo dado, que interpretamos como sem mediação, quando não há práxis. Na medida em que ela existe, que ela se realiza, o silêncio não é a ausência de palavra, é a realização da história, pois compete aos homens se perderem, e se perder em Félix é “como a lembrança de um morto / na boca dos que respiram” (p. 4), metáfora para a memória, para a história. A ação é, portanto, parte central do esquema, mas não a ação fraturada.

O ponto é que tal ação fraturada é um dado de partida apresentado no dístico interrompido e que Félix explora em oxímoros ao longo do poema (e do livro), então a luz é feita com sombra, a lembrança é do morto, os homens

⁷⁰ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

dialogam com as várias fomes e caçam os animais, o brilho é de estrela extinta. Desde o começo do livro – desde o título, mas quanto a este veremos mais adiante – o poeta traz duas posições que podem se contrapor ou se combinar. O uso desse artifício formal o coloca na posição de tentar sintetizar aqueles aspectos de sua formação com os novos que ganham contornos significativos em sua vida, portanto, são “Dois poemas do homem e a sua escolha” e retornar seria uma queda esmagadora, é preciso retirar algo novo, por isso duvida quando afirma: “Destino. Que é o destino?” (p. 5). Afinal, os homens fazem.

Diante de um cenário cultural no Brasil em que a literatura estava cindida entre aqueles preocupados com a forma, representados pelos concretistas, e aqueles preocupados com o conteúdo, reivindicar a ação para os homens não nos parece secundário, ainda mais tendo em vista o contexto em que Félix estava.

Na querela entre forma e conteúdo, Antônio Olinto definiu, em 1960, a poesia de Félix de *O pão e o vinho* como a superação entre a oposição de duas “falsas gerações”, referindo-se à geração de 1945 e aos concretistas, pois trazia algo novo que o permitia influenciar “na poesia do amanhã”. Parece um pouco exagerado, pois se os poetas concretos pretendiam levar às últimas consequências os processos estruturais pensados pelo futurismo, dadaísmo e surrealismo, isto é a exaltação do imaginário e do inventivo no fazer poético, visando atingir e explorar as camadas do som, da letra impressa, da linha, sendo o poema uma realidade em si em vez de uma materialização sobre algo (Bosi, 2017, p. 510), Félix estaria, assim como esteve, posicionado na antítese do concretismo. Pois para ele, se os homens fazem é preciso anunciar que o fazem, por que e como o fazem e qual o propósito de fazer, daí o uso da estrutura frásica em vez da estrutura nominal, não obstante a presença de alguns elementos que poderiam remeter à estrutura nominal. Em suma, não precisa muito para reconhecer que os objetivos poéticos de Félix estão em lugares diferentes dos concretistas, tendemos a ter uma opinião contrária à de Olinto, sua poesia não foi uma superação das querelas dos anos 1950, foi um aprofundamento, cujo ápice seria a elaboração do projeto *Violão de Rua*. Sobre esse momento,⁷¹ Nunes entende (2017, p. 54):

⁷¹ Trabalharemos mais no próximo capítulo.

[...] o “aparelhamento” da sua obra poética ao plano político e estético do CPC, sugerido e afirmado em larga escala, deixa escapar que, embora “esquerdista”, não há qualquer sombra de sectarismo em sua poesia. Um dos motes mais distintivos do CPC, a ideia de que caberia ao intelectual/artista “desalienar” as massas, sugere certa posição (estética, ética, política e existencial) que é, para nós, ausente em sua poesia: a de que o poeta sabe o que e como fazer para tirar as massas da condição de alienação e submissão.

Quando Félix diz o que compete aos homens e o diz que compete *certamente* – “compete certamente aos homens se perderem” – parece-nos haver uma orientação. Assim como quando afirma em outro poema: “olho os ricos, falo aos pobres” (p. 98). A diferença, e a nosso ver o ganho da sua poesia, é em alguma medida, e só em alguma medida, não se submeter a certo jdanovismo, conseguindo explorar maneiras menos literais e mais líricas a procura da desalienação das massas, pois como afirmado pelo próprio Félix: a poesia tem que servir ao povo. O fundamento da desalienação das massas ou do intelectual que dá os instrumentos para o povo está presente em *O pão e o vinho*.

Nunes (2017, p. 59) insiste na avaliação de que seus posicionamentos políticos através dos poemas são existenciais, “construídos através de um processo criativo em que ética, estética e ontologia se atravessam e se dão sentido reciprocamente”. Para isso, utiliza o poema *O relógio e o sonho*⁷², cuja interpretação vai no sentido de entender que o poeta se vale dos “atravessamentos de memórias, lugares, angústias e sonhos” (Nunes, 2017, p.

⁷² Escrever como quem chora... Meu deus, onde quando eu li /estas palavras que retornam tão nuas de passado? / Como quem chora... O quarto, o berço, as coisas pálidas, a lua / na parede branca de retratos que calaram. / Nenhum mapa da rua Voluntários, ao menos, ou de uma borda / do Sena, do Sena tão distante / como aquele olhar de Ana Maria, / quando acordamos juntos em 9 de abril de 1950; / nem mesmo o silêncio me explicava ali, o silêncio / crescendo ao meu lado com sua fome, o silêncio / a carregar espelhos de aço para os pássaros, / crescendo / seus abismos de seda, crescendo / malgrado tudo, crescendo misteriosamente, crescendo / sem raízes, sem deus, sem amor, // pura dor apenas. // Existe o relógio. // Duro ofício o de aprender coisa tão simples. / Mais difícil e nobre, no entanto, é reesquecê-la. / Tic-tac, tic-tac... Algo em meu peito bate um telegrama / a não sei quem... Tantos rostos, tantos olhos, tantos corpos / e a noite! Essa mesma noite de estrelas e / de mistérios empapando o maquinismo humano das cidades. / Tic-tac, tic-tac... Sonhar tanto e ter o sonho acorrentado / nos troncos torturados desta noite / sem estrela e sem mistério / mais que noite / nos subúrbios, nos casebres, na poesia contida / e em toda a parte onde a treva chega / como chegavam ao escravo a sopa escassa e a bula dos doutores. / Sonhar tanto e nunca ter o sonho / verdadeiramente o sonho, pois que em mundo escravo / o coração encontra sempre a pedra em seu caminho / a pedra / em que o magro poeta de Itabira gravou solene escrita, / a pedra em cujo limo nos tornamos barro e desafeição.” (Félix, 1959, p. 39-40).

59) para refletir sobre o tempo como aquilo localizado entre o relógio e o sonho, acrescentaríamos a perspectiva do desejo que a vida fosse Kairós (sonho), apesar de ser Chronos (relógio). O tempo de Chronos é aquele do qual não se escapa. “Existe o relógio”, diz Félix (p. 39). Kairós é o tempo memorável, é o tempo com significância que não se expressa nos números, e sim “como aquele olhar de Ana Maria” (p. 39).

Se é o tempo o mote de análise de Nunes que fundamenta a interpretação “existencial”, para nós ele se materializa em sua poesia como mais uma ambivalência, Chronos-Kairós, plena de realismo: “Sonhar tanto e nunca ter o sonho / [...] / pois que em mundo escravo / o coração encontra sempre a pedra em seu caminho” (p. 40). No tempo de Chronos em que estava inserido, isto é, os anos 1950, o tempo de Kairós ganha significado na negatividade, por isso quando Félix tira a “Radiografia” (p. 61)⁷³, título de outro poema, os “Homens / nas catacumbas; nascendo / nas catacumbas; vivendo / nas catacumbas; amando / nas catacumbas; morrendo nas catacumbas.” (p. 61) o sangue daqueles que não estão em posição de poder é bebericado: “e imbecis governamentais / bebericando / café, / café com açúcar, / café com sangue e açúcar, / café com sangue, / sangue // bebericando” (p. 61). Ou seja, os homens no Brasil nascendo, vivendo, amando e morrendo têm seu sangue bebericado pelos imbecis governamentais.

Reivindica-se aqui os poemas de Félix em estreito diálogo com o Brasil do período, pois considera-se o ato poético como uma tomada de posição por parte do poeta, pois ali está garantida a relação participante com o real. “A sua visão não é uma expectativa desinteressada [...] A palavra do poeta, portanto, reflete o real, mas não se reduz a uma transcrição do mundo como dado, como algo ‘já feito’ e acabado” (Barata, 1969, p. 6). Por não ser transcrição, o poema toma o mundo como um processo, uma realidade viva que sofre e interfere na ação humana. Não é a referência transcriconária da objetividade científica, tampouco um diálogo interior subjetivista, nesse sentido há a partir do poema o interesse em comunicar-se com um outro. Diferentemente do que propunha

⁷³ “Homens / nas catacumbas; nascendo / nas catacumbas; vivendo / nas catacumbas; amando / nas catacumbas; morrendo nas catacumbas. // Silhuetas de róseo esmalte / e imbecis governamentais / bebericando / café, / café com açúcar, / café com sangue e açúcar, / café com sangue, / sangue // bebericando // como se fossem donos / da vida, / como se fossem donos / do tempo, / como se fosse donos // do sangue.” (Félix, 1959, p. 61).

Sartre (2004, p. 13), que entendia a impossibilidade do engajamento através da poesia, pois para ele as palavras de um poeta eram como as cores de um pintor ou as notas de um músico: “o poeta se afastou por completo da linguagem-instrumento; escolheu de uma vez por todas a atitude poética que considera as palavras como coisas e não como signos. Pois a ambiguidade do signo implica que se possa [...] visar através dele a coisa significada, ou voltar o olhar para a *realidade* do signo e considerá-lo como objeto”.

A linguagem poética não pode ser somente expressão, como quer Sartre. Dado a sua arte ser feita de palavras, a exigência comunicativa é inerente, logo carece de comunicação, por isso a poesia não pode ser uma recusa ao mundo real e à sua relação com o outro e reduzir-se ao silêncio de si mesma. “A palavra é presença no mundo. É existência. É história. Enquanto expressão artística, a poesia dinamiza dialeticamente todas as dimensões da palavra” (Barata, 1969, p. 5).

Félix falando à época sobre *O pão e o vinho* reivindica essa posição ao afirmar que “o livro é situado: é um livro de brasileiro, que mora em Copacabana, e as formas nele adotadas visam, sobretudo, a transmitir esse conteúdo. É um livro de um Homem (sic.) dentro do cotidiano, fazendo poemas sobre o cotidiano [...]” (Félix, 2002, p. 155).

Com *O pão e o vinho*, Félix está respondendo às pressões e limites de seu tempo que exigiam as tomadas de posição, seja no debate sobre a literatura brasileira, seja de uma forma mais ampla (se sua poesia estaria em consonância com os novos núcleos intelectuais que passou a fazer parte).

É indubitável que Félix, a partir de *O pão e o vinho*, “toma partido” ainda que de maneira *sui generis*, pois aquilo que trazia até então não fora abandonado. As suas certezas haviam sido estremecidas, não significou um total rompimento – se é que isso é possível – com seus quadros de referência anteriores. Félix vivia um período de ebulição cultural no país e muitos intelectuais estavam se reorganizando em diferentes grupos que não podem ser resumidos entre formalistas e conteudistas. Na perspectiva de Napolitano (2014, p. 423), o período de JK, que está subscrito o livro de Félix, apresentou uma série de contradições entre diferentes polos das disputas culturais que podem ser identificados em pelo menos cinco correntes, operando intercâmbios de

valores e ideias, ao lado de discordâncias táticas e estratégicas no campo da política cultural.

São eles: (i) a arte engajada de esquerda, sancionada pelo Partido Comunista Brasileiro; (ii) O movimento folclorista, tendo como epicentro a Academia Brasileira de Letras e as correntes intelectuais nacionalistas de cunho mais conservador; (iii) O reformismo desenvolvimentista, ancorado no ISEB; (iv) As correntes católicas de esquerda, abrigadas em setores do clero e do laicato, organizado na forma de entidades e movimentos do laicato, como a JUC e o Movimento de Cultura Popular do Recife; (v) as correntes neomodernistas de vanguarda, particularmente fortes na música erudita, nas artes plásticas, na arquitetura e na poesia, cuja expressão mais famosa foi o Movimento Concretista, em São Paulo (Napolitano, 2014, p. 423).

Naquele momento, a trajetória de Félix representa como se dava a disputa em mais de um campo cultural e se utilizava de cada um deles para se afirmar no campo, até mesmo reivindicando o papel de benemérito de uma alternativa que escapasse desses setores que poderiam estar enrijecidos no modo de fazer, criticar e analisar. Logo, não é apenas a adesão a determinados grupos que conferiam o prestígio, ele poderia ser buscado no afastamento, inclusive no afastamento de “todos” para se afirmar como uma possibilidade estética, política e cultural ainda não realizada, para se afirmar através da “originalidade”, marca inaugurada pelo romantismo e levada adiante pelo modernismo. Diante da pergunta se o conteúdo é mais importante que a forma, o poeta afirma: “Não! O excesso contrário é, de igual modo, uma negação, um alijamento, e a morte da realização poética. Descurar a forma é não fazer arte, é fazer panfleto, psicologismo, sentimentalismo, discurso político etc.” (Félix, 2002, p. 152).

Então, se Félix escreve poemas como “Operário do sonho”⁷⁴ e “A revolta dos homens”⁷⁵, que poderiam dar a entender uma adesão ao grupo da arte

⁷⁴ “Quando ouvirdes a chuva / sou eu, sou eu / apanhador de coisas tristes. // Quando ouvirdes o galo / sou eu, sou eu / mineiro longo entre as estrelas. // Quando ouvirdes a lua / sou eu, sou eu / ilha ida entre corais de sombra. // Quando ouvirdes a rosa / sou eu, sou eu / hora tranquila sobre as horas. // Quando ouvirdes o tempo / sou eu, sou eu / fome e tambor atrás dos muros. // Quando ouvirdes o fogo / sou eu, sou eu / dança feroz de coisas claras. // Quando ouvirdes o mar / sou eu, sou eu / boca de sal dos feitos largos. // Quando ouvirdes a morte / sou eu, sou eu / navegador de elegias antigas. // Quando ouvirdes o verde / eixo da vida / a martelar os mundos / e quando o coração / dos homens todos / assim ouvirdes compassado, // então sereis o que sou / quando sou tudo e não sou / limitado por mim.” (Félix, 1959, p. 63-64).

⁷⁵ “Os homens... / Os homens, agora, transitam a vida maior. / Os homens! / Os homens de agora, / os homens/ com a força das vagas, / os homens que acenderam o fogo / e domaram / no peito o segredo do sol, / os homens de boca inevitável / como a fome, / os homens fecundos

engajada ou do reformismo isebiano, o faz se utilizando de aspectos formais comuns aos modernistas católicos da primeira geração modernista, como a repetição de versos para dar ritmo, que naquela altura poderia ser lida também como uma instrumentalização da estrutura fonética dos concretistas que também se utilizavam da repetição para a criação de jogos sonoros. O que possibilitava a Antonio Olinto a crítica de que Félix renovava a poesia com um novo jeito, superando diferentes “escolas” da poesia brasileira do período.

2.3.2 O pão e o vinho de *O pão e o vinho*

Antes de concluir o capítulo, insistir-se-ia mais uma vez na influência de Hölderlin na elaboração do projeto de *O pão e o vinho* e como essa apropriação está conectada com o momento em que vários projetos culturais se manifestavam, em especial aqueles vinculados a uma proposta nacional-popular. Para isso, o título passa a ser uma possibilidade de interpretação do que era buscado pelo poeta.

À época da publicação, pouco se inovou no sentido dos signos e significados presentes em *O pão e o vinho*. Willy Lewin, em resenha publicada no *Jornal do Commercio*⁷⁶, em 1960, se apropria do lugar comum de pão e vinho como metáforas para carne e espírito.

O Pão é a própria substância, o próprio símbolo da vida, e Moacyr Félix não compreende um mundo que não seja Terra dos Homens. E quanto ao Vinho – que é Sangue e Espírito – cabe-lhe, também, fornecer a parte de entusiasmo, exaltação ou de sonho. Se o poeta, porventura, deseja e sonha um mundo “futuro”, não será apenas porque, a seus olhos, apareça “racional”, “justo”, e sim, também, porque se lhe afigura essencial para a própria recuperação da poesia” (Lewin, 1960, p. 2).

Identificar o pão como matéria e o vinho como espírito é algo já bastante estabelecido entre os usos simbólicos dos alimentos entre a tradição poética, utilizado inclusive como exemplo em Antonio Candido (2019, p. 73-78) para

/ como o desejo, como a beleza / de dois corpos deitados sobre o horizonte, / os homens, os homens de agora / transitam // a vida maior.” (Félix, 1959, p. 61).

⁷⁶ Lewin, Willy. O poeta na cidade e no tempo. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1960, 2º Caderno, p. 2. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_15&Pesq=%22Moacyr%20F%20c3%a9lix%22&pagfis=152. Acesso em 17 de julho de 2024.

distinguir as construções estéticas das literaturas entre o que ele chama de sociedades civilizadas e sociedades primitivas. Nestas o caráter fisiológico do alimento não é desprezado, embora aja como um papel genérico de inspirador de outras emoções; e naquelas, o processo de construção artístico alcança formas transcendentais de sacralização em que se busca os efeitos da beleza. “[...] apenas nas obras de cunho realista ou grotesco o alimento aparece na sua realidade básica de comida. Nas obras de expressão lírica e timbre emocional elevado, só se manifesta despido da sua natureza específica e reformulado em função dos valores estéticos da civilização” (Candido, 2019, p. 78). Portanto, não é novidade a carga simbólica de pão e vinho no livro de Félix, a pergunta a ser feita é: se pão é tradicionalmente aceito como matéria e vinho como espírito, qual matéria e qual espírito Félix convoca e se os convoca de modo separado. A resposta do crítico vai no sentido de apontar uma materialidade da sua poesia e uma esperança futura baseada num sonho, em algo ainda não realizado – talvez não pensado – que pode se realizar pela poesia, afirmação que ecoa na definição de “poética utópica” de Nunes (2017). Não à toa, o pesquisador também se utilizou dessa citação, se a poesia seria o “ainda-não” ela é a utopia, ela é a poesia utópica, hipótese de Nunes retirada de Lima (1998 apud Nunes, 2017, p. 35): “[...] a poesia de Moacyr Félix, a contrapelo, move-se ainda no limite das promessas de felicidade de uma razão que sabe que a história não é uma rua de mão única, e que a utopia sinaliza o futuro no presente que ainda-não-é”. O ainda-não seria uma interpretação retirada de Ernst Bloch, para quem haveria uma possibilidade de uma presentificação que “ainda não foi elaborada e contém em sua margem coisas que se avizinham, que estão irrompendo” (Bloch, 2005, p. 195).

Embora consideremos uma interpretação possível, e correta em alguma medida, argumentamos que partindo da premissa do vinho como espírito e o espírito como sonho (aquilo que não é matéria), chegar em outro lugar que não seja o u-topos, o não lugar, o ainda-não, a utopia e, finalmente, a poética utópica é improvável.

Por isso, é necessário questionar a premissa, logo pão e vinho permitem uma complexificação da matéria e do espírito, e mais do que ser um não-lugar ou um ainda-não, cabe perguntar o que é matéria e o que é espírito para Félix. Assim ganha importância a presença de Hölderlin no livro. Como afirmado por

Nunes (2017, p. 54), “[...] é Hölderlin sua principal influência e com quem seus poemas mais travam diálogos [...]”. Além disso, a epígrafe faz referência a um poema do poeta alemão intitulado “O pão e o vinho”. Félix anuncia, dessa maneira, a influência dele desde o título.

Considerado isso, é no poeta alemão que Félix encontrará a dialética existente entre o pão e o vinho como compreensão entre o discurso do ser, da origem, do todo etc. com a intuição intelectual, ou seja, poética, “entre o todo e as partes, entre a dimensão humana e divina, o intelectual e o imagético ou sensível e sentimental” (Werle, 2020, p. 107). Hölderlin lhe entrega uma forma de integração entre o mundo religioso – que se transformaria em espírito – e estético em busca de uma outra totalidade – não a divina – que havia descoberto com as leituras de Marx. Ao mesmo tempo em que é possível perceber no mesmo Hölderlin, principalmente o de após 1800, quando começa sua fase de hinos, uma proposta de separação entre o que é humano e o que é divino, permitindo-nos remeter mais uma vez a uma dialética decapitada em Félix tendo em vista tal separação, pois é com essa dialética decapitada que ele inaugura seu livro, com o poema “Esquema”, que sugere pouca presença de um pensamento dialético: “Contemplar é o trabalho dos deuses. / Os homens / – fazem.” (Félix, 1959, p. 3). Poderíamos questionar: se fazem, não contemplam, e se contemplam, não fazem? Qual o lugar da materialização poética diante dessa proposta de separação entre o divino e o humano? Hölderlin afirmaria em *O mais antigo programa-sistema do idealismo alemão*⁷⁷, “Estou agora convencido de que o ato supremo da razão, aquele no qual ela abrange todas as ideias, é um ato estético, e que a Verdade e o Bem apenas na Beleza estão irmanados” (Hölderlin, 2019, p. 226).

⁷⁷ Texto de autoria incerta, foi escrito numa única folha e adquirido em março de 1913 pela Biblioteca Real Prussiana de Berlim em um leilão. Datado de 1796-7, foi publicado em 1917 por Franz Rosenzweig, que escolheu o título. Embora o documento tenha a caligrafia de Hegel, especula-se se terá sido concebido por Hölderlin, Hegel ou Schelling, ou ainda pelos três (então colegas de turma e de dormitório no seminário de Tübingen). Yves Bonnefoy considera que foi certamente inspirado por Hölderlin. Segundo Glenn Magee, a maioria dos peritos em Hegel considera-o o autor. No entanto, várias das ideias defendidas no ensaio (como o desaparecimento do Estado ou a supremacia da poesia no universo intelectual) parecem contraditórias com a filosofia hegeliana. Segundo Friedrich Beissner, utilizando-se da correspondência epistolar entre os autores, o texto fora formulado por Schelling, todavia, sob a influência de Hölderlin. A despeito desse debate, é possível perceber elementos idiossincráticos dos três pensadores, fazendo do texto como que um recorte que se reúne (Nota de André Felipe Gonçalves Correia, tradutor do texto).

Dada a citação, um contraponto é permitido. Se há uma dialética decapitada entre o mundo divino e o terreno, entre o pão e o vinho, não haveria, por outro lado, na configuração da poesia, na sua afirmação enquanto produção estética. A poesia seria o que sintetiza a contemplação e a ação, afinal poesia do grego *poiein* é fazer, criar, produzir: “Se voltarmos às raízes, aos radicais de *poesia*, *poema*, *poética*, verificaremos [...] a íntima associação entre trabalho, linguagem, poesia” (Koshiyama, 1996, p. 83). Sendo linguagem, a poesia é aquilo que nomeia, sendo fazer é o trabalho de nomear. “A poesia é esse trabalho de, através de uma experiência com o Ser, lembrar e custodiar, mediante a força de uma linguagem bela e memorável, aquilo que, nomeando-nos, é o sinal de uma comunidade autêntica” (Ibid., p. 84). Constituindo-se como aquilo que une todas as ideias e sintetiza o que está entre o fazer do homem e a contemplação dos deuses, Félix ecoa no idealismo de Hölderlin (2019, p. 227), que afirma: “A poesia adquire, dessa maneira, uma dignidade superior ao, no fim, novamente se converter naquilo que fora no início – *mestra da humanidade*; pois que não há mais filosofia alguma, história alguma, e apenas a arte-poética sobreviverá a todas as demais ciências e artes.”

Retomando o comentário de Antonio Candido, a nossa interpretação para o pão e o vinho, sabendo do diálogo que Félix tinha com Hölderlin, não é fundamentalmente criar uma oposição ou uma relação entre matéria e espírito, mas sim tornar as ideias estéticas, pois assim, segundo o poeta alemão, elas seriam mitológicas. Só sendo estéticas e mitológicas, as ideias – ou a poesia como síntese de todas as ideias, segundo o pensamento hölderliano – podem interessar a um povo, ou seja, o povo brasileiro que estava em debate naquele período, não havendo afastamento das discussões em que estava envolvido.

Antes de fazermos estéticas as ideias, isto é, mitológicas, elas não terão para o povo nenhum interesse, e, inversamente, antes da mitologia ser racional, o filósofo dela tem de se envergonhar. Assim, o esclarecido e o não-esclarecido têm de alcançar, por fim, a mão um do outro. A mitologia tem de tornar-se filosófica, e o povo, racional, assim como a filosofia tem de tornar-se mitológica para fazer dos filósofos sensuais. A eterna unidade dominará, desta feita, entre nós. Nunca mais o olhar de desprezo, nunca mais o cego arrepio do povo perante seus sábios e sacerdotes. Só assim nos aguardará a mesma formação de todas as forças, tanto do singular quanto de todos os indivíduos. Nenhuma força será oprimida novamente, pois dominará a total liberdade e igualdade dos espíritos! – Um súpero espírito enviado dos céus deverá instituir essa nova religião entre nós, ela será a derradeira e apoteótica obra da humanidade (Hölderlin, 2019, p. 227).

Em 1956, Félix, ecoando Hölderlin, afirmou em entrevista sobre o papel da poesia: “Tudo aquilo que é verdadeiro serve ao povo, tudo aquilo que é falso só o distancia de si mesmo e dos fundamentos de sua história” (Félix, 2002, p. 147). Haveria, portanto, uma homologia (Goldmann, 1967a, 1967b)⁷⁸ entre a sua poesia e os debates nacionalistas promovidos por institutos como IBESP e ISEB, e da própria função do intelectual no período, seja ele das artes, seja da filosofia, história, sociologia, a saber: uma reconstrução do povo brasileiro.

Não seria exagerado dizer que, na área cultural, o ISEB foi a grande ponte entre as décadas de 1950 e 1960. O nacionalismo reformista e o nacionalismo revolucionário convergiram no final da década, na medida em que o Partido Comunista Brasileiro construía sua “Nova Política”, afastando-se do sectarismo político e da doutrina do “Realismo Socialista” que havia marcado sua trajetória entre 1950 e 1956 (Napolitano, 2014, p. 425).

Enquanto projeto poético, pão e vinho de *O pão e o vinho* são uno, como na fé cristã, mas em vez de o corpo e o espírito, é a poesia; eles não são uma oposição ou um não-lugar, nem mesmo um ainda-não, pois já são a realização de uma mitologia a serviço de seu povo. Assim, mesmo quando Félix se afasta do núcleo católico, ainda se faz presente na sua poética a influência religiosa como chave interpretativa dos debates, sendo uma forma de reposicionar o papel de certo catolicismo no modernismo brasileiro, que havia sido importante em gerações anteriores.

Com a sugestão mitológica de Hölderlin, passa a ser não ocasional a última parte do livro de Félix terminar em “O mito e as 27 anotações obscuras”, é quando o pão e o vinho terminam e se tornam a realização estética das ideias através da “arte-poética que sobreviverá a todas as demais ciências e artes”. E

⁷⁸ Para Goldmann, a criação literária é um dado coletivo, não obstante a autoria. Para o autor, a correspondência existente entre o fato criador e as estruturas de diferentes áreas da realidade social existentes no produto literário conferem a relação homóloga e sua coletividade cultural. Por isso afirma que “a relação entre o grupo criador e a obra apresenta-se, a maioria das vezes, de acordo com o seguinte modelo: o grupo constitui um processo de estruturação que elabora na consciência de seus membros as tendências afetivas, intelectuais e práticas, no sentido de uma resposta coerente aos problemas quer suas relações com a natureza e suas relações inter-humanas formulam” (Goldmann, 1967b, p. 208). O exemplo fornecido pelo sociólogo franco-romeno vincula a forma romanesca e o sistema capitalista, mas podemos trazer aqui as especificidades entre as estruturas mobilizadas por Félix com a realidade brasileira para entender como a sua poesia pode ser a síntese de um momento histórico-social, assim pão e vinho ganham diferentes significados daqueles já entendidos em momentos anteriores.

as anotações são obscuras, pois Félix compreende o conflito encerrado pela modernidade, através das mazelas impostas pelo capitalismo e que apareceram nos poemas ao longo do livro. E é também no poeta alemão que ele encontra a justificativa de tal obscuridade, pois “Hölderlin vai percebendo cada vez mais que na época moderna o ideal encontra-se em conflito com a realidade e, portanto, afirma-se essencialmente pela via da negatividade [...], entendida como negação determinada, no sentido de uma tensão entre aquilo que nega e aquilo que é negado” (Werle, 2015, p. 317).

Willy Lewin não deixou o traço religioso de Félix escapar, algo que naquela altura teria sido fácil não ser percebido, levando em conta o início dos anos 1960, período em que as esquerdas se rearticulavam e o léxico de então facilitava interpretações mais imediatas, como aconteceu com Félix sendo tachado de poeta social, engajado etc. – que o foi, mas não somente. Em vez de cair nessa análise, Lewin chama a atenção para o seu cristianismo sem isentar o perfil anterior: “Moacyr Félix escreve, de quando em vez, versos deste gênero: ‘Burgueses, eu condeno / vossa fala tão gorda / de palavras cristãs!’ e diante deles já se perguntou ‘o que tem isto a ver com a poesia?’. Acho que tem. E não somente com a poesia, como, além disso, com o cristianismo do poeta (seu modo de levar a sério o Evangelho), cujas posições ideológicas importam” (Lewin, 1960, p. 2). E adiante, quando vai descrever o seu perfil poético, enfileira na sequência: “revolucionário, colérico ou ‘profético’”. Isso não é irrelevante no interior da discussão com Hölderlin, pois este tentou sintetizar o cristianismo com o mundo grego a fim de encontrar uma poética que se exprimisse na sua contemporaneidade, por isso “tanto venera os deuses gregos, como os elementos da Natureza, como o próprio Cristo que encara como um semi-deus ou o último dos deuses gregos” (Furtado, 2000, p. 12), o que seu colega de juventude, Hegel, tentou entre o cristianismo e o Estado, ambos buscando a elaboração de um sistema filosófico, por isso Werle definiu o primeiro como um “poeta-pensador”, poeta-pensador que poderia ser Félix. “Seria Hölderlin um poeta inclinado ao pensamento ou ‘o poeta dos poetas’, como Heidegger o chamou? Ou um filósofo que pensa através de poesia?” (Werle, 2020, p. 96). Félix ao se autoavaliar como poeta afirmou: “Sinto que, por uma série de leituras e estudos, tenho uma técnica de pensar” (Félix, 2002, p. 156).

Com a referência de Hölderlin, o poeta brasileiro elaborou seu *O pão e o vinho*, sua profecia, se quisermos tomar os termos do crítico dos anos 1960, ou sua mitologia, se quisermos tomar os termos do poeta alemão. Félix condensou o pão (a matéria) e o vinho (o espírito) em uma proposta estética de análise da realidade.

3 Você é comunista, não é?

A pergunta do capítulo modifica os termos da que foi endereçada a Raymond Williams (2015, p. 97-113) que precisou responder se era ou não marxista. Para Félix, pode parecer despropositada, pois haveria alguma dúvida? Ficou conhecido por essa sua faceta. Sua produção, seus amigos, seus projetos permitiram que rapidamente fosse associado pelos opositores e pelos companheiros de tal maneira. Entretanto, a dúvida cabe. Se se tomasse esta pesquisa até os dois primeiros capítulos, não se diria que é sobre a trajetória de um poeta comunista, o que não permitiria a localização na trincheira contrária. Félix negou fazer parte do Partido Comunista, optou que tal desassociação fosse feita, verbalizando em entrevistas. “Nunca fui militante do partido [...] havia uma visão do Partido Comunista muito sectária, muito dogmática, que impedia de me filiar a ele” (Félix, 2002, p. 114). Ao mesmo tempo em que promoveu muitos companheiros comunistas, reivindicou pensamentos e formulações compartilhadas por eles e praticou um tipo de poesia que com alguma vulgaridade poderia se definir como comunista.

Félix, com seu comunismo *sui generis* que não se interessava pelas obras econômicas e ressaltava a filosofia de Marx, foi um “companheiro de viagem” (Trotsky, 2007).

Sendo esse companheiro de viagem, encontrou na virada dos anos 1950 para os 1960 outro companheiro que partilhava de opiniões mais heterodoxas sobre o comunismo e queria promover um marxismo que não estivesse subordinado às diretrizes do PCB. Foi na Civilização Brasileira, ao lado de Ênio Silveira, que Félix expressou-se como um dos “mediadores culturais” (Gomes; Hansen, 2016) no campo da esquerda entre diferentes correntes de pensamento, congregando – e o verbo não é desproposital – o catolicismo com o comunismo, como ficaria evidente na editora e na revista Paz e Terra, também na poesia, dando espaço para diferentes nomes que tinham propostas, consideradas por ele, em favor das liberdades e do *humanismo*.

É nos anos 1960 que este conceito ganhará preponderância na sua atuação enquanto intelectual, embora menos como poeta, e não porque o humanismo não esteve presente em sua poesia, mas porque a poesia não esteve tão presente em sua vida. Apesar de naquela década ter publicado dois

livros, um livreto-poema curto em resposta ao golpe, *Canto para as transformações do homem* (1964) e uma antologia que reuniu sua poesia de até então, acrescido de alguns poemas inéditos, *Um poeta na cidade e no tempo* (1966). Fora isso, publicou poemas esparsos nas revistas às quais dedicou boa parte de seu empenho intelectual dos anos 1960 que também foi destinado a organizações de coleções, antologias, prefácios, orelhas. Destinou seus recursos à Civilização Brasileira, que também lhe retribuiu com recursos materiais e simbólicos.

Este capítulo será destinado à análise das relações e dos projetos que nasceram a partir da ocupação do poeta nesse espaço, e como a editora foi um elemento fundamental para sua concretização à esquerda no cenário cultural do país, principalmente a partir dos três volumes de *Violão de Rua*, projeto que selou sua parceria com Ênio Silveira e o projetou como um poeta engajado. Sem abandonar, no entanto, os aspectos formadores da sua intelectualidade e contribuindo para a rearticulação do movimento católico à esquerda no cenário político-cultural ao unir num projeto editorial Igreja e comunismo, e compreender que havia uma juventude ansiosa por esse debate, fato que se verifica na criação da Ação Popular (AP), em 1963, como um desdobramento da Juventude Universitária Católica (JUC) e da Juventude Estudantil Católica (JEC).

Dessa forma, interessa investigar neste capítulo o processo de produção cultural de Moacyr Félix articulado à Civilização Brasileira, em conexão com o crescimento das esquerdas, o golpe de 1964 e a atuação dos intelectuais no período. E como esse conjunto de transformações que o Brasil assistiu impactou a sua produção poética e intelectual.

3.1 A querela do humanismo

Em 30 de agosto de 1960, Moacyr Félix viajou com a família para a Suécia. Depois de ganhar o prêmio do Instituto Nacional do Livro com *O Pão e o Vinho* e ser aclamado pela crítica, o poeta ficou um ano na pequena cidade natal de Kaj, Karlshmann. Seus dias eram “como se fossem o que denominamos férias” (Félix, 2002, p. 162), segundo sua afirmação em outubro de 1961 ao Jornal de Letras, que o entrevistou no retorno. O objetivo do jornal era ter notícias da Suécia e como foi aquele período para o poeta. Nas documentações

levantadas, não há detalhes sobre o seu cargo no funcionalismo público como procurador do INCRA, mas se supõe uma espécie de licença que lhe garantiu o emprego na volta.

Diante das investidas do jornal sobre a vida escandinava, querendo impressões gerais e informações sobre o povo sueco, Félix tecia elucubrações a respeito de uma sociedade com um índice altíssimo de desenvolvimento, baseado num bem-estar social, mas sem grandes ambições e propósitos na marcha da história. Destaca-se na entrevista a referência a Erich Fromm, citado duas vezes:

[...] tudo isto vem contribuindo para que este povo tenha a possibilidade de viver, no “mundo ocidental” de hoje, na quase perfeição daquela ambivalência que Erich Fromm mostrou regida pelo princípio que chamou de equidade, “princípio ético do mercado”, ou seja, aquele princípio que governa a vida da personalidade mercantil, aquela que procura não mentir nem usar da força, agir “bem”, ser delicada, cordata, amável, não por um amor ou identificação com o próximo, não por um verdadeiro sentimento de solidariedade, mas para não aborrecer, para não ter problemas que não sejam os diretamente ligados à aquisição individual de seus haveres, ou ao maior lucro dos seus negócios. E quando aqui falo em vida, só pode ser aquela que é definida através dos dados da inteligência, e nunca dos da razão. Isto, usando a distinção, ainda de Fromm, entre a inteligência e a razão; ou seja, entendendo-se a primeira como habilidade para manobrar conceitos com o objetivo de conseguir algo de prático [...] e a entendendo-se a segunda como a faculdade que se esforça em compreender o que está por baixo das aparências das coisas e dos fatos [...] (Félix, 2002, p. 159).

A presença de Fromm ganha contornos significativos a esta pesquisa em decorrência das discussões promovidas pelo psicanalista, filósofo e sociólogo alemão desde o final dos anos 1950 em torno do humanismo socialista, levando a uma publicação na metade dos anos 1960 em que reuniu uma série de pensadores para debater a categoria humanismo. O tema não era novidade para Félix que havia entrado na discussão a partir das leituras da filosofia francesa do pós-guerra, em particular Sartre e Merleau-Ponty.

Naquele ano de 1960/1961, ele teve a oportunidade de sistematizar outras leituras que fermentariam em seus projetos seguintes, entre eles Fromm e, possivelmente, em decorrência de algumas categorias usadas em seus textos da época, Lucien Goldmann, fato observado por Marcelo Ridenti, cuja interpretação sobre o humanismo de Félix enfatiza o “jovem Marx,

provavelmente por influência da leitura de Lucien Goldmann” (Ridenti, 2014, p. 101).

A afirmação do sociólogo é parcialmente correta, isto por causa de alguns pontos: primeiro, em decorrência de sua formação francesa entre 1950 e 1953, como afirmamos acima e no capítulo anterior. Além de se debruçar sobre Merleau-Ponty, Sartre e outros que o deram as bases para uma discussão sobre o humanismo, Félix leu a obra do jovem Marx ainda em Paris; fora isso, havia um humanismo que vinha sendo gestado a partir de outro núcleo social relevante na vida de Félix, a Igreja, que desde o final dos anos 1940, com o padre Louis-Joseph Lebret, passou a promover uma ala progressista no catolicismo brasileiro (Bosi, 2010, pp. 257-275). Pelo menos desde 1947, durante o primeiro encontro dos partidos democratas cristãos sul-americanos, em Montevideu, o padre Lebret nutria relações com Alceu Amoroso Lima, este uma referência próxima de Félix; e, por fim, naquele ano entre 1960 e 1961, o poeta teve a oportunidade de sistematizar leituras, das quais não temos informações, mas a pista de Erich Fromm permite indicar algum tipo de contato com outra perspectiva de humanismo, aí sim com bases no jovem Marx, que vai fomentar o debate nos anos 1960 e seus conflitos entre intelectuais, naquilo que ficou conhecido como a “querela do humanismo” (Althusser, 1999).

Em *A querela do humanismo*⁷⁹, Althusser narra o convite de Fromm para publicar um artigo no mencionado livro. Discussões que circulavam na passagem dos anos 1950 para os 1960, entre intelectuais de diferentes lugares do mundo, seriam reunidas para informar o público estadunidense. Ao receber o texto, Fromm se recusou a publicar pela divergência de concepção, afinal Althusser ficaria conhecido por defender um marxismo anti-humanista. Para ele, “Todo Humanista é um Liberal; ora, Fromm é um Humanista, logo, Fromm é um Liberal” (Althusser, 1999, p. 10).⁸⁰

Conforme afirmação de Angus (2024, não p.), a leitura humanista da teoria marxista tem sua origem justamente em Fromm com a publicação do livro O

⁷⁹ Texto publicado pela primeira vez em 1967.

⁸⁰ Louis Althusser foi uma referência teórica para a Ação Popular, de orientação católica. Alguns de seus integrantes compuseram o grupo do intelectual francês durante o exílio em Paris após o golpe de 1964. Mais tarde, quando se discutir a revista Paz & Terra ver-se-á a presença de nomes que apesar de concordarem com algumas teses estruturalistas, teciam críticas às formulações de Althusser, tal como Paul Ricoeur, além da própria ausência do principal nome do estruturalismo marxista francês do período.

conceito de homem em Marx, em 1961. Tal qual Félix, Fromm vai buscar no jovem Marx os fundamentos para o seu entendimento da teoria marxista. Por esse motivo, a ênfase recai na teoria da alienação, o que permite a Fromm (apud Angus, não p.) afirmar que “a crítica central de Marx ao capitalismo não é a injustiça na distribuição da riqueza; é a perversão do trabalho em trabalho forçado, alienado, sem sentido, daí a transformação do homem em um ‘aleijão monstruoso’”. Fromm identifica um renascimento do humanismo entre diversos sistemas ideológicos entre os anos 1950 e 1960, não só no marxismo, mas também no catolicismo, no protestantismo etc., e que pode ser definido como “[...] a crença na unidade da raça humana e no potencial do homem para o autoaperfeiçoamento por meio de seus próprios esforços”⁸¹ (Fromm, 1966, p. 9), indicando a presença de outra referência que comporia a interpretação do humanismo socialista e a sua elaboração filosófica: o existencialismo, que também constituía o quadro de Félix.

[...] a escolha existencialista tornou-se fundamental para o humanismo marxista: um sujeito totalmente imerso no mundo, mas ainda assim mantendo a liberdade de escolher se revoltar, poderia entrar na análise histórica e na transformação revolucionária proposta pelo marxismo sem sacrifício de valor nem responsabilidade individual. Esse sujeito humanista foi levado a subjugar todas as diferentes formas de opressão e exploração (Angus, 2024, não p.).

O que precisava ser destacado para o humanismo socialista era o papel do indivíduo em decorrência de uma suposta negligência ou supressão das formas que dominaram a tradição marxista (Ibid.). Por isso, o existencialismo desempenha papel fundamental na constituição filosófica da corrente.

A concepção do humanismo socialista permitiu uma crítica às duas frentes da Guerra Fria. Baseada na ideia de que o ser humano poderia recuperar a sua *essência* alienada pelo capitalismo através do trabalho criativo, foi possível distanciar-se da ideia do consumismo presente no Ocidente e da sujeição do indivíduo no bloco soviético (Ibid.). Dessa forma, Félix encontrou uma justificativa filosófica que lhe possibilitava manter um afastamento de instituições que estariam a serviço de um lado ou de outro e cultivar relações em torno de uma causa humanista, centrada no desenvolvimento e na desalienação do sujeito,

⁸¹ Texto original: “[...] la creencia en la unidad de la raza humana y en el potencial del hombre para perfeccionarse a través de sus propios esfuerzos.”

discurso que é encontrado em *Violão de Rua* e será apresentado mais adiante. Naquele instante, isto é, entre os anos 1950 e 1960, a retomada do humanismo “é uma resposta a uma forma mais intensa dessa última ameaça - o medo de que o homem se torne um escravo das coisas, um prisioneiro de circunstâncias criadas por ele mesmo - e à ameaça totalmente nova representada pelas armas nucleares à existência física da humanidade”⁸² (Fromm, 1966, p. 10).

Logo, a hipótese aqui é que Félix foi um dos intelectuais que exerceu papel central na introdução do debate sobre humanismo socialista no Brasil a partir da sua leitura de Fromm. O que seria possível de observar em especial nos prefácios de *Violão de Rua*.

O acúmulo de referências angariado por Félix ao longo de sua trajetória intelectual comporia uma concepção ecumênica (*lato e stricto sensu*) de humanismo, que apesar de ter vínculos com o jovem Marx, também se gestou a partir de quadros cuja consequência é um pleno diálogo com poetas com mais ou menos vínculo com uma esquerda mais institucionalizada, isto é, próxima ao PCB; com intelectuais que se identificavam no que podemos definir de forma vaga com um progressismo (desde comunistas como Nelson Werneck Sodré até desenvolvimentistas como Celso Furtado); com integrantes da Igreja e do laicato que promoviam uma renovação na instituição⁸³. Tudo na chave do humanismo, que também agia como uma oposição ao sectarismo e dogmatismo das tradições marxistas, conforme ver-se-á na discussão a seguir sobre o *Violão de Rua*.

⁸² Texto original: La actual revitalización del humanismo constituye la respuesta a una forma agudizada de esta última amenaza - el temor de que el hombre se convierta en esclavo de las cosas, en prisionero de circunstancias que él mismo ha creado - y a la amenaza totalmente nueva que las armas nucleares plantean a la existencia física del género humano.

⁸³ Ver no capítulo 2, tópico 2.1.1, discussão a respeito da presença de Cassiano Ricardo em *Violão de Rua*.

3.2 A entrada na Civilização Brasileira: *Violão de Rua – poemas para liberdade*

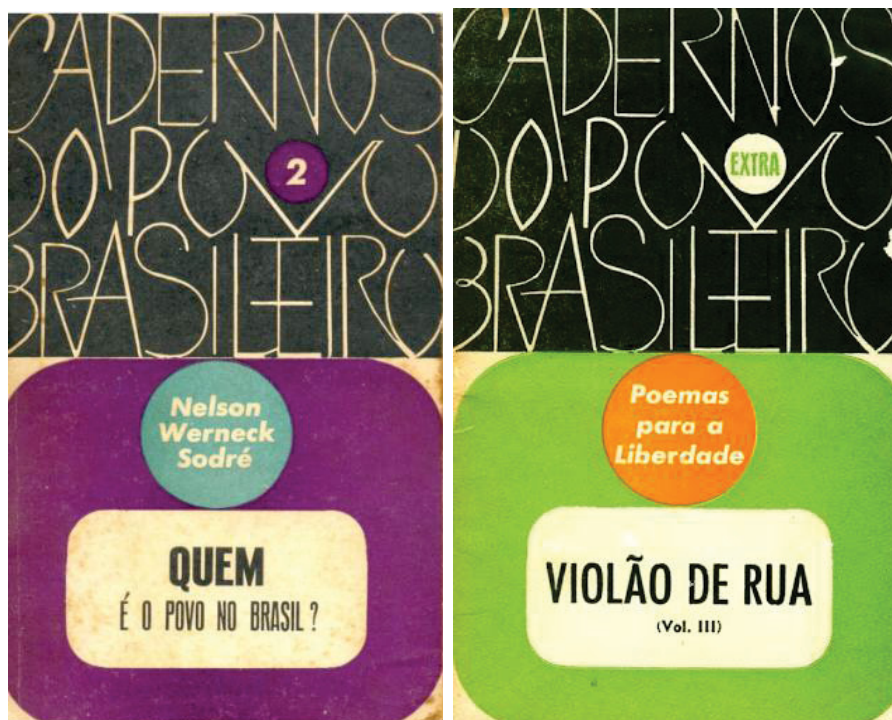
A antologia de poesia *Violão de Rua – poemas para liberdade* publicada como volumes extras da coleção Cadernos do Povo Brasileiro pode ser considerada o marco inicial em termos de parceria entre Moacyr Félix e Ênio Silveira/Civilização Brasileira. É a partir desse projeto que a relação de ambos se torna simbiótica em termos intelectuais, depois de *Violão de Rua*, Félix prestou inúmeros trabalhos à editora até a sua venda em 1982.

Os Cadernos do Povo Brasileiro eram livros em formato de bolso a preços baixos que traziam discussões para pensar o Brasil. O objetivo era popularizar tais debates rompendo com o circuito intelectualizado. Ao todo, foram publicados 24 volumes numerados, mais um extra, além dos três *Violão de Rua*, no total, 28 números.⁸⁴ A coleção completa foi publicada entre 1962 e 1964, com o *Violão de Rua* sendo publicado em 1962 e 1963, logo no início do projeto, daí Lovatto (2010, p. 49) defender que “a partir de um dado momento coexistiram duas maneiras de editar na mesma coleção e, lamentavelmente, a ditadura militar acabou, a um só golpe – com ou sem trocadilho – com ambas”. Essas duas maneiras implicavam numa homologia (Goldmann, 1967a; 1967b) entre o *Violão de Rua* e os Cadernos, sendo o primeiro a elaboração estética das temáticas do

⁸⁴ As publicações foram as seguintes, na respectiva ordem: 1. Francisco Julião (1962). **Que são as Ligas Camponesas?** 2. Nelson Werneck Sodré (1962). **Quem é o povo no Brasil?** 3. Osny Duarte Pereira (1962). **Quem faz as leis no Brasil?** 4. Álvaro Vieira Pinto (1962). **Por que os ricos não fazem greve?** 5. Wanderley Guilherme dos Santos (1962). **Quem dará o golpe no Brasil?** 6. Theotônio Júnior (1962). **Quais são os inimigos do povo?** 7. Bolívar Costa (1962). **Quem pode fazer a revolução no Brasil?** 8. Nestor de Holanda (1963). **Como seria o Brasil socialista?** 9. Franklin de Oliveira (1963). **Que é a revolução brasileira?** 10. Paulo R. Schilling (1963). **O que é reforma agrária?** 11. Maria Augusta Tibiriçá Miranda (1963). **Vamos nacionalizar a indústria farmacêutica?** 12. Sylvio Monteiro (1963). **Como atua o imperialismo ianque?** 13. Jorge Miglioli (1963). **Como são feitas as greves no Brasil?** 14. Helga Hoffmann (1963). **Como planejar nosso desenvolvimento?** 15. Aloísio Guerra (1963). **A Igreja está com o povo?** 16. Aguinaldo Nepomuceno Marques (1963). **De que morre o nosso povo?** 17. Eduard Bailby (1963). **Que é o imperialismo?** 18. Sérgio Guerra Duarte (1963). **Por que existem analfabetos no Brasil?** 19. João Pinheiro (1963). **Salário é causa de inflação?** 20. Plínio de Abreu Ramos (1963). **Como agem os grupos de pressão?** 21. Vamireh Chacon (1963). **Qual a política externa conveniente ao Brasil?** 22. Virgínio Santa Rosa (1963). **Que foi o tenentismo?** 23. Osny Duarte Pereira (1964). **Que é a Constituição?** 24. Barbosa Lima Sobrinho (1963). **Desde quando somos nacionalistas?** Extra. Franklin de Oliveira (1962). **Revolução e contra-revolução no Brasil.** Extra. Vários autores (1962). **Violão de rua – poemas para a liberdade. Volume I.** Extra. Vários autores (1962). **Violão de rua – poemas para a liberdade. Volume II.** Extra. Vários autores (1963). **Violão de rua – poemas para a liberdade. Volume III.**

segundo. Se se problematizava a burguesia, as greves, as ligas camponesas, a reforma agrária nos Cadernos, esses temas apareciam nas poesias, demonstrando uma consonância entre duas formas de publicação em torno de um único projeto.

IMAGEM 11 – *Cadernos do Povo Brasileiro* e *Violão de Rua* (Civilização Brasileira)



Fonte: acervo pessoal.

Oriundos de uma parceria entre ISEB, Civilização Brasileira e UNE, os Cadernos foram dirigidos por Ênio Silveira e Álvaro Vieira Pinto e o Violão de Rua foi coordenado por Moacyr Félix. A estimativa é que a tiragem dos números somados tenha ultrapassado a marca de um milhão de exemplares. “Aliada ao formato de bolso, que possibilitava a divulgação de mão-em-mão, é bem possível que essa marca tenha sido potencialmente multiplicada” (Lovatto, 2010, p. 94). O sucesso era tamanho, que Violão de Rua colocou pela primeira vez o gênero poesia na história do mercado editorial brasileiro em primeiro lugar nos mais vendidos, conforme pesquisa realizada pela Câmara Brasileira do Livro e noticiado pelo Correio da Manhã.⁸⁵

⁸⁵ “Pela primeira vez na história do mercado do livro no Brasil, um volume de poemas ocupa o primeiro lugar na relação das obras brasileiras de maior vendagem. É o caso de ‘Violão de Rua’

A intenção de publicar livros de bolso a preços acessíveis era um projeto desde 1959. Pois, em 3 de janeiro de 1960, Ênio Silveira declarou ao *Correio da Manhã*:

Já está pronto o programa de 1960 da Editora Civilização Brasileira. Além de várias reedições, pretendemos lançar cerca de oitenta novos títulos, brasileiros na maioria. Outra novidade para 60: levaremos adiante o projeto de publicação de uma série de livros nos moldes da “Pocket Book”: obras a preços acessíveis, em grandes tiragens (Silveira apud Condé, 1960).⁸⁶

Apesar disso, os Cadernos só foram publicados dois anos depois e com sucesso significativo, confirmando uma tendência da editora Civilização Brasileira que passava por um processo de renovação após a compra da editora por parte de Ênio.

Tal processo começou com a sua volta dos Estados Unidos, nos anos 1950, quando passou a dirigir a Civilização a pedido do seu sogro Octalles Marcondes. Naquele momento, a editora era um selo da Companhia Editora Nacional, de propriedade de Marcondes e Monteiro Lobato. A chegada de Ênio Silveira com a experiência adquirida nos EUA em cursos sobre o mercado editorial, além de ter trabalhado na Editora Knopf, altera um pouco o cenário. A década de 1960 inaugura com a Civilização Brasileira já como uma das principais editoras do país, apesar das discordâncias de Marcondes sobre a política editorial empregada por Ênio Silveira (Czajka, 2009; Lovatto, 2010).

Com esse impasse, o sogro preferiu deixar a editora e vender suas ações para Silveira. “Octalles Marcondes Ferreira vinha cada vez mais desaprovando

(da série ‘Cadernos do Povo Brasileiro’ – Editora Civilização Brasileira), reunindo poesias de Affonso Romano de Sant’Anna, Ferreira Gullar, Geir Campos, José Paulo Paes, Moacyr Félix, Paulo Mendes Campos, Reinaldo Jardim e Vinícius de Moraes, que, segundo pesquisa realizada pela Câmara Brasileira do Livro, encabeça os ‘best-sellers’ em São Paulo”. BEST-SELLER. **CORREIO DA MANHÃ**, Rio de Janeiro, 1º de novembro de 1962, 2º Caderno, p. 2. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_07&pesq=%22Moacyr%20F%C3%A9lix%22&pasta=ano%20196&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=34070. Acesso em 17 de setembro de 2024.

⁸⁶ CONDÉ, José. Escritores e livros. **CORREIO DA MANHÃ**, Rio de Janeiro, 3 de janeiro de 1960, 2º Caderno, p. 2. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_07&pesq=Civiliza%C3%A7%C3%A3o%20Brasileira%20Moacyr%20F%C3%A9lix&pasta=ano%20196&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=59. Acesso em 17 de setembro de 2024.

a quantidade de material esquerdista que seu genro publicava, e os ‘Cadernos do Povo Brasileiro’ parecem ter sido a gota d’água” (Hallewell, 1985, p. 453).

A tendência a publicar livros do ideário esquerdista atendia a emergência e o aumento de um público estudantil e universitário, cujo crescimento era evidenciado pela criação de diversos CPCs através da UNE-Volante.⁸⁷ Dessa maneira, “[...] depois de cinco anos sob a direção de Silveira, [a Civilização Brasileira] já publicava 20 livros por mês (um livro por dia útil). E no auge de sua produção, às vésperas do golpe de 1964, publicava 45 livros/mês” (Lovatto, 2010, p. 60).

A editora foi tanto agente responsável pelo quanto beneficiária do crescimento editorial no Brasil. Pois havia uma política sendo gestada pelo menos desde os anos 1930 para incentivar a política do livro. Entre 1936 e 1944, houve um crescimento de 46,6% no setor livreiro, o qual fora impulsionado pela implantação da produção de papel; entre 1944 e 1948, o aumento chegou a 31%. O número de livros editados de 1938 a 1950 cresceu 300%; e no espaço de uma década, as editoras dobraram (Ortiz, 1999, p. 43). Logo, a confluência de uma política anterior, com o crescimento de uma demanda editorial e uma inteligência empresarial por parte de Ênio Silveira, permitiu com que a Civilização Brasileira explorasse um nicho de mercado que, embora tivesse intenções e propostas ideológicas de seu editor, também havia uma sustentação material de uma realidade que se apresentava.

O mérito de Ênio Silveira para além das temáticas empregadas, também permeava os aspectos de modernização do livro no Brasil. Lovatto cita (2010, p. 65):

[...] a) introdução da brochura aparada, isto é, do livro cortado (até então era necessária uma espátula para cortar as folhas); ele defendia que com isso o livro ficava mais próximo das pessoas, tornando o manuseio mais simples; basta imaginar que antes disso não se podia folhear o livro antes de comprar; b) introdução das orelhas dos livros, bem formalizadas, com a apresentação do autor e do conteúdo; c) capa em 4 cores, ocupando toda a altura e largura do volume; d) mudança do projeto tipográfico; e) sumário no início do livro e não na última

⁸⁷ Em 1950, houve pouco mais de 37 mil matrículas no ensino superior. Em 1962, quando começa a circular os Cadernos do Povo Brasileiro, esse número tinha quase triplicado, com 107 mil matrículas. E em 1964, com o golpe e a interrupção do projeto, eram 142 mil matrículas (SOUZA, 1979, p. 180). Ou seja, num período de quase 15 anos houve um aumento de 383%. Segundo Ridenti (2007, p. 190), a consequência disso é uma “mudança expressiva na composição social das camadas intelectualizadas”.

página; f) utilização de propaganda para vender o livro; foi a primeira vez que se fez propaganda agressiva de livros, inclusive com a utilização de outdoor.

E a própria coleção *Cadernos do Povo Brasileiro* foi um grande ponto de virada no mercado editorial com a introdução dos livros de bolso. “Seu impacto comercial e político foi de grande importância, tanto que Ênio, logo após abril de 1964, foi submetido à investigação em Inquérito Policial-Militar (IPM), acusado de publicar nessa coleção ‘obras subversivas’” (Czajka, 2020, p. 158).

Embora esta pesquisa tenha como hipótese que o encontro de Moacyr Félix e Ênio Silveira tenha ocorrido em 1958 por algum intermediário da revista *Para todos*, em que ambos escreviam,⁸⁸ a história do Violão de Rua começa com um encontro, em 1962, entre Félix, Vianinha e Ferreira Gullar, com os dois últimos ávidos para levar a cabo um projeto de publicação de poesia com teor político, visando a conscientização do povo. Félix se recorda da fala de Vianinha: “Estou pouco ligando para esse negócio de arte. Meu negócio é política” (Vianinha apud Félix, 2002, p. 63). Naquela altura, *O pão e o vinho* com o prêmio e com as críticas positivas destacando o caráter social da sua poesia haviam colocado Félix como uma das referências num tipo de fazer poético que despontava no período e escapava daquilo que tinha sido a marca da Geração de 45, o neoparnasianismo.

Félix, por sua vez, tinha outra visão. “Isso aqui é uma brincadeira, ligar ladrão com cão, patrão com cão, operário com horário. Isso parece coisa de esquerda, mas no fundo é de direita” (Félix, 2002, p. 63). Apontou que para fazer poesia engajada, social, participante — rótulos dados para identificar as poesias daqueles próximos ao PCB e a preferência do conteúdo ante a forma — não bastava a intencionalidade do conteúdo, ou seja, aquilo que Goldmann definiu como “intenção conceitual” (Goldmann, 1967a)⁸⁹.

Para Félix, afirmar as necessidades da militância pela arte acarretaria numa pedagogia e numa estética empobrecedoras. “[...] o bom poema é aquele

⁸⁸ Ver capítulo 2, tópico 2.2.

⁸⁹ Lucien Goldmann entende por “intenção conceitual” a prioridade do ensino e da propaganda numa obra de arte ante a organicidade e expressão de uma autêntica visão de mundo do artista. Quando se leva em conta os dois primeiros critérios, a consequência é “a destruição do caráter vivo e real dos seres e das coisas, transforma[ndo]-os em abstrações [...] A arte proletária, por exemplo, é a que vê suas criações com os olhos de um operário revolucionário e não aquela que quer provar a justeza da doutrina socialista ou comunista.” (Goldmann, 1967a, p. 83).

que está politicamente certo. Pois, se você fizer um poema falho, você vai dar uma situação falsa aos operários. Você vai ter um operário esquematizado, um operário que só existe no papel” (Félix apud Barcellos, 1994, p. 356). Era preciso esforço, e o poeta, aborrecia-se com a pobreza dos versos de ambos, cujo desleixo formal representaria a má consequência política. “Quando vocês escreverem para o operário, para o oprimido, por favor, caprichem duas vezes mais, vocês não podem errar.” (Félix, 2002, p. 63). Os poemas trazidos por ambos, na visão de Félix, eram panfletários e seria necessário reescrever os versos pobres com rimas óbvias, esteticamente descuidados. Diante disso, aceitou o desafio de fazer uma publicação com o objetivo de popularizar a poesia.

A poesia social ou engajada, mais do que uma forma de escrita, era a expressão de uma formação cultural (Williams, 2000) que ligava Félix a outros atores, logo, se utilizava de determinada forma porque outros também se utilizariam e se identificariam e se ligariam a partir de vários critérios, entre eles, a linguagem e essa linguagem não se configura a partir dos critérios nacionais somente, por exemplo, a literatura brasileira (uma forma unificadora), mas a partir dos critérios de grupo e classe, principalmente.

As formas culturais da linguagem “nova e dinâmica” nunca foram apenas experimentais ou libertárias. Dentro da dinâmica histórica real elas poderiam ser, e foram, notável e deliberadamente manipuladoras e exploradoras. [...] Há, então, uma ligação prática entre uma definição seletiva da modernidade e as assimetrias da dominação e subordinação política e econômica. Isso não pode ser recuado a planos formais ou técnicos isolados. Assim, o que temos realmente de investigar não é alguma posição única da linguagem de vanguarda ou da linguagem no modernismo. Pelo contrário, precisamos identificar uma gama de formações distintas e, em muitos casos, efetivamente opostas, à medida que elas se materializam na linguagem. Isto exige, obviamente, que nos movamos além das definições convencionais, tais como “prática de vanguarda” ou “o texto modernista”. A análise formal pode contribuir para isso, mas somente se estiver firmemente baseada em análises formativas (Williams, 2011b, p. 70-71).

Violão de Rua seria, portanto, uma maneira de identificar uma formação cultural que, conforme Czajka (2009, p. 94-95), começou com a compra de Ênio Silveira da Civilização Brasileira, em 1958, e desembocaria em diferentes projetos em torno de núcleos intelectuais comuns (ou formações, na linguagem de Williams), como Cadernos do Povo Brasileiro, Comando dos Trabalhadores

Intelectuais, Revista da Civilização Brasileira, Paz & Terra etc. Este seria o projeto que colocaria definitivamente Félix próximo a Ênio Silveira e a Civilização Brasileira.

A execução do projeto se basearia na venda e distribuição pela UNE que, por sua vez, já tinha criado uma rede militante por todo o país a partir da UNE-Volante. A porcentagem da distribuição ficava para a instituição estudantil, o que de acordo com o editor Ênio Silveira correspondia a 50% da capa, enquanto a editora Civilização Brasileira arcaria com os custos de edição e o resto da porcentagem que lhe competia como casa editorial (Silveira, 1994). Não dava lucro, mas também não dava prejuízo, pois o nome da editora era consolidado por todo o país, levado por estudantes que vendiam os “Cadernos do Povo Brasileiro”, coleção em que fora publicada o projeto pautado por Ferreira Gullar e Vianinha.

Um dos empreendimentos de poesia mais exitosos da época – Moacyr Félix não deixou de gabar-se com o fato de os militares mostrarem na televisão, logo após o golpe, uma capa como exemplo de literatura subversiva –, *Violão de Rua* foi um momento particular na trajetória intelectual de Félix e nas discussões sobre poesia participante. Foi um momento de tomada de posição por parte de certos intelectuais contra outros, quando o debate se cerrou entre arte pela arte ou arte engajada, sendo o CPC e o *Violão de Rua*, consequentemente, representantes da segunda opção. Conforme aponta o prefácio do volume 3: *Violão de Rua* foi um gesto poético que serviu “ao esforço da tomada de consciência das realidades últimas que nos definem dentro deste mundo” (Félix, 1963, p. 9).

Originalmente, “*Violão de rua*” era um título de Moacyr Félix para uma publicação própria. Segundo sua entrevista à Jalusa Barcellos (1994), o poeta rememora o diálogo inicial com Vianinha que teria afirmado saber que ele publicaria um livro com aquele título, mas empolgado com o desenvolvimento do projeto junto ao CPC, teria dito: “Você é a figura, poeta! É você! E já temos até o título. Esse *Violão de rua* já é nosso!” (Félix *apud* Barcellos, 1994, p. 356). O poeta Geir Campos numa coluna mantida no jornal *Última Hora*, em junho de 1963, ou seja, após o lançamento dos três volumes da antologia⁹⁰, escreveu:

⁹⁰ A coluna de Geir Campos é destinada justamente para divulgar o terceiro e último volume.

“Este é um título que o poeta Moacyr Félix já escolhera para uma parte do seu livro em preparo, *Introdução a escombros*, justamente a parte onde ele procura situar o indivíduo em face dos problemas sociais e políticos do tempo” (Campos, 1963). O livro *Introdução a escombros*, de fato veio a ser publicado, contudo só em 1998 e sem a parte “Violão de rua”.

O título de autoria de Félix demonstra a sua participação na idealização do projeto e o papel desempenhado pelo poeta-editor. Suas tomadas de posições a respeito do projeto sugerido por Vianinha e Ferreira Gullar permitem argumentar sobre a importância do “intelectual mediador”, conforme Gomes e Hansen (2016, p. 18-19):

[...] o intelectual que atua como mediador cultural produz, ele mesmo, novos significados, ao se apropriar de textos, ideias, saberes e conhecimentos, que são reconhecidos como preexistentes. Com esses outros sentidos inscritos em sua produção, aquilo que o intelectual “mediou” torna-se, efetivamente, “outro produto”: um bem cultural singular. Ou seja, o intelectual mediador, neste aspecto específico da produção e atribuição de sentidos aos bens e práticas resultantes de sua atividade, não se distingue do intelectual “criador”. Podemos pensar, inclusive, como o mediador cultural, em especial aquele que se dedica à comunicação com públicos externos às comunidades de experts, tem que aprender a ser mediador. Ele se aperfeiçoa nas atividades de mediação e no uso de linguagens e estratégias com a sua experiência e com aquela acumulada ao longo do tempo. Ou seja, ele se torna um profissional especializado em atingir um público não especializado.

Félix desempenharia esse papel cada vez mais com sua entrada na editora Civilização Brasileira, ao mediar entre autor, o que as autoras definem como “intelectual criador”, e público, uma série de coleções e revistas.

Sua perspectiva sobre a importância da “rua” para a produção poética interferiu decisivamente na construção do projeto, ainda que ele fosse já previamente orientado pelos Cadernos. Sobre *O pão e o vinho*, em entrevista de 1959, afirmara ser “um livro de um homem dentro do cotidiano, fazendo poemas sobre o cotidiano” (Félix, 2002, p. 155). Para Delson Plácido, disse fazendo referência à Bossa Nova: “Pelo amor de Deus, saiam dos apartamentos, acabem com esse parnasianismo, acabem com esses versinhos de brincadeira, onde vocês falam em mares, velas e barcos” (Félix apud Plácido, 2001, p. 23).

Se a Bossa Nova foi a ou uma das catalisadoras da modernidade cultural brasileira, conforme afirmação de Napolitano (2010), Félix estava em disputa,

quase em oposição ao que se fazia nos apartamentos da Zona Sul do Rio de Janeiro. O estabelecimento do modernismo no Brasil evidencia-se como um projeto em constante disputa e não como um sucedâneo de heranças e acúmulos fatiados em gerações. Quando Félix sugere que não se façam versinhos sobre mares, velas e barcos — uma óbvia referência à Bossa Nova — ele entra em confronto com o que considera versos estética e politicamente relevantes para a produção cultural brasileira, e é com essa concepção que lança *Violão de Rua*, que passa a ser não só uma antologia de poesia engajada, mas também um confronto a outros projetos que estavam em desenvolvimento no período. “Vamos ver o homem que está nas ruas, o seu colega de trabalho, [...] o mendigo, o fulano que você viu no ônibus, com quem você trabalha, o que você faz, o que os outros fazem. Cole o ouvido no asfalto companheiro e ouça milhões de vozes juntas, ali transitando” (Félix apud Plácido, 2001, p. 23). Para Félix, a “performance de apartamento” (Napolitano, 2010), característica de um primeiro período da Bossa Nova, era insuficiente como *locus* da arte. Não era representante do que deveria ser a preocupação do artista. “David Treece qualifica a fase de afirmação da BN como marcada pela ‘intimidade doméstica’, confirmada pelo lugar social do movimento: apartamentos, boates e grêmios estudantis. A partir destes espaços, o autor destaca o surgimento de um *ethos* da Bossa Nova” (Napolitano, 2010, p. 18), com a qual Félix estava em oposição e viria a afirmar outra forma de fazer arte, cujo alvo de crítica era, principalmente, as vanguardas brasileiras da metade do século XX.

Se “o ritmo de vida dos intelectuais permeia seus escritos” (Jacoby, 1990, p. 43), *Violão de Rua* foi um dos projetos que surgiram na esteira de impor novos ritmos e diferentes diálogos com o que vinha sendo caracterizado como “arte popular” no Brasil, assim como a “instituição” em que o incentivou inicialmente, o CPC. “Instituição” (entre aspas) porque:

Os documentos de época mostram também que a criação do CPC não se deu através de um projeto prévio e definido, além, é claro, da vontade desordenada de promover a cultura popular, a partir da qual a intelectualidade conduziria a sua produção teórico-prática. Mas uma estrutura em constante transformação na medida em que novas propostas e objetivos eram formulados e incorporados segundo as necessidades dos próprios quadros (Garcia, 2004, p. 144).

Logo, apesar de o CPC estar vinculado a uma instituição de fato, a UNE, com suas estruturas internas características, compreendê-lo a partir dessa perspectiva é perder de vista relações não-institucionalizadas — como o encontro narrado entre Félix, Ferreira Gullar e Vianinha — e a importância delas para a produção e reprodução da cultura.

As relações entre instituições culturais, políticas e econômicas são muito complexas e a sua substância é uma indicação direta do caráter da cultura no sentido mais amplo. Mas não é nunca apenas uma questão de instituições formalmente identificáveis. É também uma questão de formações; esses movimentos e tendências efetivos, na vida intelectual e artística, que tem influência significativa e por vezes decisiva no desenvolvimento ativo de uma cultura, e que tem uma *relação variável*, e com frequência oblíqua, com as instituições formais. (Williams, 1979, p. 120 [grifo nosso]).

A “relação variável” é logo identificada no caso de Violão de Rua, pois se no início partiu de um encontro mais afetivo do que institucional, no seu desenvolvimento houve uma configuração que não podia abandonar as instituições as quais estava próximo, ora a UNE, ora a editora Civilização Brasileira, uma vez que Félix já organizava 15 volumes da coleção e era necessário estabelecer alguns critérios, como quem faz qual trabalho e com qual porcentagem, como afirmou o editor Ênio Silveira. Assim, quando se decidiu que Violão de Rua seria publicado como volumes extras da coleção Cadernos, Ênio Silveira e Moacyr Félix entenderam o compartilhamento de uma mesma visão de mundo entre as propostas do CPC e dos Cadernos e uniram as duas publicações, vinculando o CPC não mais somente à editora, mas também ao ISEB.

[...] a representação e a visibilidade dos núcleos intelectuais — aqui representados na complexidade e heterogeneidade de suas opiniões, convicções e projetos — estiveram vinculados a um caráter dúbio. Os intelectuais, para concretizarem um projeto coletivo e superarem a individualidade inerente ao seu trabalho, tiveram que propor formas de articulação própria consolidadas no âmbito da cultura, justamente no momento que esta adquiria feições industriais e mercadológicas em meados da década de 1960 (Czajka, 2009, p. 21-22).

CPC e ISEB já tinham proximidade a partir de relações estabelecidas entre seus integrantes. Vianinha e Carlos Estevam Martins (primeiro diretor do CPC e o autor do anteprojeto “Por uma arte popular revolucionária”, que lançaria

algumas propostas iniciais sobre a arte no Brasil e o papel dos intelectuais e artistas no processo)⁹¹ já cultivavam uma relação antes da existência do CPC. Ainda integrante do Teatro de Arena, em 1960, Vianinha objetivava apresentar em peças populares reflexões marxistas, às quais desconhecia e precisava de uma espécie de tutor, “Foi quando Chico de Assis lhe apresentou Carlos Estevam Martins, na época assistente de Álvaro Vieira Pinto no ISEB [...] Esse contato com Carlos Estevam Martins e o ISEB resultou na produção da peça *A mais-valia vai acabar, Seu Edgar*” (Garcia, 2007, p. 29). Daí também a relação com a Civilização Brasileira ter estabelecido um equilíbrio em que todas as partes eram beneficiadas e se beneficiavam do processo.

Sem qualquer cabotinismo, mas também sem falsa modéstia, faço questão de declarar aqui, com justificado orgulho, que também contribuí com minha achega pessoal para o progresso e o fortalecimento do CPC da UNE. Presidente e principal acionista da Editora Civilização Brasileira [...] e publicando livros que mantinham grande sintonia com os propósitos do CPC — notadamente [...] a série dos *Cadernos do Povo Brasileiro* —, confiei ao Centro Popular de Cultura boa parte de sua difusão em todo o país, assegurando ao CPC a comissão de distribuidor (50% do preço de venda ao público). Os resultados foram bons para ambas as partes e garantiram ampla divulgação para obras tão significativas e oportunas [...] Com tiragens de 20 mil⁹² exemplares, muito significativas em 1963, esses pequenos volumes eram lidos e discutidos em centros acadêmicos, debatidos *no* e *com* o CPC, e exerceram significativo papel conscientizador. (Silveira, 1994, p. 12).

A afirmação do editor corrobora o movimento que ganhou força a partir da década de 1950 em torno de publicações e espaços destinados aos intelectuais e aos debates do momento, sendo o Violão de Rua uma dessas expressões, a partir da poesia é verdade, mas ainda assim um “fórum de debate” (Czajka, 2009), confirmado pelos prefácios de Félix e pela seleção editorial da publicação, que enfatizavam as lutas camponesas, a vida dos trabalhadores, o anti-imperialismo, o anticapitalismo, em suma, a crítica ao modelo ocidental e suas consequências para o Terceiro Mundo.

As publicações serviram como espaços aglutinadores e articuladores dos intelectuais de esquerda a partir da segunda metade da década de 1950. O mercado editorial e seu nicho de revistas culturais tiveram um

⁹¹ Sobre essa discussão consultar Garcia (2007, pp. 31-43).

⁹² Notícia da Tribuna da Imprensa (18 de outubro de 1962) sobre o primeiro volume fala no esgotamento de uma tiragem de 30 mil exemplares.

crescimento significativo de títulos e exemplares impressos, fenômeno que resultou também no fortalecimento de instituições que respaldaram tais articulações [...] no âmbito cultural. A ressonância dos debates entre intelectuais, que se tornava visível à medida que PCB abria-se para revisões, propiciava a formação de um novo espectro de problemas que ia além dos limites políticos e ideológicos sugeridos pelo próprio partido (Czajka, 2009, p. 94).

O depoimento de João Siqueira, diretor, ator e um quadro histórico do CPC no Paraná, a Jalusa Barcellos reforça a elaboração de Williams da relação variável entre a instituição e a formação cultural, particularmente no contexto citado acima por Czajka (2009) sobre a tensão entre PCB e os projetos culturais em desenvolvimento, como o Violão de Rua: “O engraçado em toda essa história é que eu nunca vi o PC como uma instituição. Eu conhecia tão de perto aquelas pessoas que, para mim, o partido eram aquelas pessoas. Mas isso não me impedia de constatar que, após o racha, o partido continuava presente dentro do CPC” (Siqueira apud Barcellos, 1994, p. 276). Como se observa, ora a relação era mais institucionalizada, ora mais procedente das relações interpessoais dos agentes envolvidos, ou seja, das formações culturais, forma sócio-histórica que caracterizou a articulação das produções culturais no século XX.

Nessa movimentação, grupos foram articulando-se para desempenhar uma militância intelectual coesa, sem perder de vista as próprias proposições individuais, e Violão de Rua foi um espaço que conseguiu num momento inicial aglutinar diferentes nomes para dar ação militante em projetos futuros, como a Revista da Civilização Brasileira e o Comando dos Trabalhadores Intelectuais (CTI).

O mais interessante, entretanto, é o fato de muitos dos editados pela coleção Cadernos do Povo Brasileiro, assim como os poetas trazidos a público pela coleção Violão de Rua (volumes extras dos Cadernos) eram também integrantes do CTI. Tanto nos Cadernos, no Violão de Rua quanto no próprio Comando a heterogeneidade fazia-se presente na forma como cada intelectual, cada poeta, escritor, se colocava em relação aos problemas nacionais. Foi, pois, em certa medida, no interior do CTI que estes intelectuais buscaram a articulação das forças, buscando arranjar suas ações de modo a coordená-las conforme a necessidade do grupo que aos poucos passava a representar todos os trabalhadores intelectuais (Czajka, 2005, p. 35).

Entre a institucionalidade e as formações culturais esteve a seleção dos poetas para as publicações do Violão de Rua por parte de Moacyr Félix, que fez toda a curadoria. Em relação ao primeiro volume, em decorrência da pressa do

processo, “Eu coloquei o que tinha à mão, mas já partindo de um certo nível de qualidade, para depois abrir para o Brasil inteiro [...] Eu queria deixar claro, já no primeiro volume, que fazer poesia social não é fazer sete sílabas” (Félix apud Barcellos, 1994, p. 357). O processo de institucionalização da produção cultural também passava pelas formas e convenções literárias que, segundo Williams (1979, p. 135), é uma maneira de definir a formação de uma nova “estrutura de sentimento”⁹³ e cujos significados foram expressivos com poemas e poetas que ficariam registrados na história da literatura brasileira, como “Operário em construção”, de Vinicius de Moraes, “João Boa-Morte, Cabra marcado pra morrer”, de Ferreira Gullar; e nomes como Afonso Romano de Sant’Anna e José Carlos Capinam, à época integrantes do CPC de Belo Horizonte e do CPC da Bahia, respectivamente. Logo, os nomes se faziam conhecer também a partir de uma rede que o próprio CPC articulava com a UNE-Volante, embora no caso de Afonso Romano de Sant’Anna, além da “institucionalidade” do CPC, havia um contato prévio com Félix, pois havia mandado seus poemas para que o poeta-editor analisasse e fizesse uma crítica ao jovem que estava começando na carreira literária.

[...] [Afonso Romano de Sant’Anna] apareceu com os primeiros versos em casa para eu ver, examinar, 1960, 1961, 1962. Ele veio de Minas, magrinho, moço e tal, e naquele tempo eu era muito badalado por causa do *O pão e o vinho*, estava sempre circulando, aí ele queria que eu lesse seus poemas, desse uma opinião. Aí ele voltou para casa. Eu falei: “Venha cá, venha aqui em casa”, telefonei para ele. Ele falou: “Você já leu meus poemas?”. Falei: “Já li”. Aí quando ele chegou eu entreguei para ele o Violão de Rua, do CPC da UNE, abrindo com Afonso Romano de Sant’Anna. Ele falou: “Mas, meu Deus, isso tirado 20.000 exemplares e é o único que está espalhando por aí, eu só vim te mostrar, eu sou completamente desconhecido. Olha aqui, estou ao lado do Vinícius, do Joaquim Cardoso...”. Eu falei: “É. Você é poeta, então comece logo a ser conhecido” (Félix, 1996).

Como organizador, Félix foi modificando algumas características da publicação conforme a necessidade, “a partir do segundo volume, já com toda a repercussão do primeiro, passei a fazer prefácios onde eu dizia o que queria. E

⁹³ Estrutura de sentimento pode ser entendida como 1) significados e valores tal como são sentidos e vividos ativamente; 2) a presença de elementos comuns a várias obras de arte do mesmo período histórico; 3) a articulação de uma resposta a mudanças determinadas na organização social; e 4) hipótese cultural, derivada na prática de tentativas de compreender elementos sociais e suas ligações, numa geração ou período em diferentes artistas (WILLIAMS, 1979).

também aumentei o número de poetas desconhecidos [...] Era gente que estava mandando seus poemas dos mais diversos estados” (Félix apud Barcellos, 1994, p. 358).

Violão de Rua esteve, portanto, não somente numa relação variável internamente, mas justamente por isso, relacionou-se com outros projetos do período desta maneira, agindo no processo de institucionalização da cultura de esquerda que assistiria nos anos 1960 a consolidação da indústria cultural e da profissionalização do artista e intelectual, por um lado, e da necessidade de coesão em torno de projetos culturais, por outro, tendo em vista os anos que vieram após 1964, cuja exigência para não se tornar frágil diante do regime era a atuação coletiva (Czajka, 2009, p. 94-95).

Dessa maneira, seu sucesso – ao ponto de ser um dos marcos da poesia brasileira no século XX – deve ser lido também através do momento da produção cultural daquele período, particularmente no que concerne a “relativa hegemonia de esquerda” (Schwarz, 1978) em que mesmo após o golpe de 1964, a produção por parte da intelectualidade progressista ainda persistiu pelo menos até o AI-5 com vigor em virtude do período democrático anterior, em que foi gestada a “brasilidade revolucionária” (Ridenti, 2010)⁹⁴, uma “estrutura de sentimento” (Williams, 1979) que serviu de baliza para a compreensão da produção cultural entre os anos 1940 e 1960 e que se fundamentou na concepção do “romantismo revolucionário” (Löwy; Sayre, 1995).

Outra forma de explorar o projeto Violão de Rua, cuja proposta poética estava “fincada na identificação do humano os impulsos de transcendência ou de liberdade, de consciente solidariedade” (Félix, 1962, p. 9), é a partir da categoria “longo modernismo” (Napolitano, 2014; 2022), em que tal projeto nos marcos do humanismo representaria uma atualização dos teoremas modernista de gerações anteriores.

⁹⁴ A brasilidade revolucionária pode ser compreendida como o compartilhamento de ideias e sentimentos na crença da “revolução brasileira”, cujo processo artistas e intelectuais deveriam se engajar. Gestada desde 1945, ela teria entrado em declínio em 1964, com o golpe e praticamente aniquilada com o AI-5, em 1968, quando as respostas se articularam em torno das liberdades democráticas em vez da revolução brasileira. Tal estrutura de sentimento é uma construção de diferentes atores sociais que estavam comprometidos com a emancipação dos trabalhadores e do então definido “povo” brasileiro (Ridenti, 2010).

Napolitano (2022) entende a possibilidade em se pensar num processo de longa duração no Brasil que teria assistido o seu despertar, um tomar de consciência a partir e para além da Semana de Arte Moderna de 1922. Daí, pode-se erigir a categoria “longo modernismo” como um eixo polissêmico de uma agenda cultural e política que orientou um conjunto de ações culturais e projetos de Brasil em torno de alguns princípios verificáveis (NAPOLITANO, 2022). O autor sugere pelo menos quatro, a saber:

1) a necessidade de uma pedagogia identitária nacionalista; 2) a redefinição do lugar do artista e do intelectual como construtor da nação; 3) a busca de uma política cultural que afirmasse a consciência nacional, ora vista como elo orgânico dos diversos grupos sociais, raciais e étnicos que formavam o Brasil (direita), ora visto como bastião da afirmação nacional anti-imperialista (esquerda); 4) a formulação de soluções estéticas e epistemológicas que figurassem e orientassem a afirmação da nação-povo para si mesma e para o mundo, na qual as divisões internas – de regiões, classes e de raças sobretudo – não prejudicassem uma representação orgânica e essencialista da cultura brasileira (Napolitano, 2022, p. 2).

Estes princípios se apresentaram em constante conflito em torno de diferentes projetos ideológicos, estéticos e/ou políticos, entre os anos 1920 e 1980. “O próprio engajamento artístico que marcou os artistas de esquerda, pautado pela discussão sobre a função social da arte, suas relações entre formatação estética e objetivos políticos, bem como sobre o público-alvo, se movimentou dentro daqueles princípios modernistas” (Napolitano, 2022, p. 3).

José Paulo Netto (1974) propôs uma perspectiva analítica que ecoa a que se aborda aqui, embora partindo de uma forma mais esquemática ao diferenciar dois tipos de literatura no Brasil nos anos 1960-1970, uma entre 1962 e 1968, sob o rótulo de “literatura de contestação”, e outra entre 1968 e 1972, caracterizada como “literatura de constatação”.

Ao afirmar que “o diálogo, tácito ou aberto, com o modernismo, ainda é uma tônica da nossa cultura” (Netto, 1974, p. 113), o autor estabelece um paralelo possível com a categoria “longo modernismo”. José Paulo Netto não se furtou em tomar Moacyr Félix como exemplo de literatura de contestação, cuja estética expressaria de forma mais adequada as realidades. A literatura de contestação seria, no Brasil, equivalente ao que fora o realismo para Lukács na Europa, e Félix um dos representantes desse tipo de arte. Onde Félix apontou a “rua”, como fato poético (citado páginas acima), é possível ler em José Paulo

Netto a importância da “cotidianidade”, também lembrada por Félix em entrevistas.

O ‘mundo’ configurado na obra apresenta características tais, oriundas do seu método criativo, que o fruidor identifica nele forças, tendências, conflitos que estão na base de sua *existência cotidiana* mas que, pelo caráter imediato desta, ele só pode vivenciar conscientemente após a experiência estética. Em suma: a vivência da obra capacita o fruidor a um conhecimento crítico da cotidianeidade” (Netto, 1974, p. 107 [grifo nosso]).

A literatura de contestação tem como substrato cultural a sociedade capitalista. Isto que lhe confere individualização em relação a outras literaturas que poderiam aparentar similaridade. Por estar nessa circunstância histórica, assiste-se diante do capitalismo tardio a transformação de tudo em espetáculo, criando um caráter “pseudo-estético”; a literatura, por sua vez, recusa-se a ser espetáculo, apesar de ter se tornado mercadoria, como as outras artes (Netto, 1974).

Se a literatura de contestação seria a realista para Lukács, a de constatação para Netto estaria situada entre o naturalismo e a vanguarda, “ela reorganiza este cotidiano; no entanto, em função da sua natureza burocratizada, ele só lhe apresenta como nível de signos; daí que a reorganização se faça mediante a reutilização dos signos do mesmo espaço social, o do consumo” (Netto, 1974, p. 111). Para o autor o que mais a singulariza é a experimentação sobre a realização, “em nome de seus ulteriores tudo é permitido” (Netto, 1974, p. 112). Neste aspecto, para o autor, estaria o diálogo com o modernismo brasileiro da década de 1920 e os conflitos que esta concepção de ulterioridade legou, os quais decorrem não somente de diferenças analíticas, mas da própria configuração do modernismo enquanto fenômeno estético e social. “Seria interessante observar como o rótulo ‘modernismo’ tem contribuído para ocultar a concreta existência de modernismos” (Netto, 1974, p. 115), em diálogo com Napolitano (2014; 2022), ele argumenta sobre o problema em equacionar modernismo com o caráter de “ruptura radical” com o passado que a Semana de 1922 legou.

Em *Violão de Rua*, a complexidade imposta entre os princípios estéticos e políticos partiria da afirmação do caráter social e na crítica da poesia feita até aquele período sem perder de vista as formas e convenções poéticas. Logo, ele

seria guiado “por um critério acentuadamente político-social, e que não exclui[ria] a validade de outros critérios achados nos caminhos da poesia e da arte” (Félix, 1962, p. 10), o que faria o modernismo presente na antologia, um modernismo romântico, tomando o argumento de Ridenti (2010; 2014) para analisar os fenômenos culturais brasileiros do século XX; além de confirmar a hipótese de Antonio Candido, citada no primeiro capítulo, de que o romantismo no Brasil durou até os anos 1980. Daí lermos poemas que diante de temáticas inspiradas nos problemas de uma sociedade subdesenvolvida, formalmente se utilizam do ritmo para dar unidade ao grupo (social e poético) (Candido, 1996, p. 44), em muitos casos gerado pela rima que também caracterizaria a presença formal de aspectos pré-modernistas, que representariam uma sociedade moderna sem a ser completamente ou como afirmou Paulo Emílio Salles Gomes (1980, p. 77), “a penosa construção de nós mesmos se desenvolve na dialética rarefeita entre o não ser e o ser outro”, o que não permitiria a produção estética brasileira abandonar tampouco viver completamente a cultura ocidental moderna.

A presença do ritmo como elemento de unidade “tornando eficiente o seu esforço e reforçando o sentimento de participação de interdependência” (Candido, 1996, p. 44) é constante em *Violão de Rua* e possibilita os achados estéticos propostos por Félix, tais como se vê em “Tem gente com fome”, de Solano Trindade (1963, p. 135), em que a repetição dos versos “tem gente com fome” emula um trem. Assim como a intercalação entre “tem gente com fome / dá de comer” apresenta em vez da escalada do ritmo, sua diminuição, como um trem que chega à estação, não significando uma diminuição das exigências, e sim sua aproximação da gente com fome. O ritmo fica mais sussurrado e exigente com o imperativo “dá de comer”, que precisa do “freio de ar / todo autoritário / manda o trem calar / Psiuuuuuuuuuu”. A forma de desarticular a multidão com fome é uma quebra com a interjeição onomatopaica “psiu”. O ritmo no poema de Trindade é “uma espécie de manifestação, na arte, de realidades elementares da vida. [...] uma vez que também a vida se manifesta basicamente por meio de ritmos: a pulsação cardíaca, o movimento respiratório, a marcha, o gesto” (Candido, 1996, p. 45), acrescentaríamos, a fome.

Mas assim como é uma realidade orgânica, o ritmo também pode se expressar como uma realidade social - ou aquilo que o jovem Marx chamou de

atividade vital consciente⁹⁵ (Marx, 2010, p. 84), leitura que havia sido realizada por Félix ainda na França e havia sido reatualizada através do humanismo socialista. O ritmo como expressão estética “Teria, por exemplo, nascido do trabalho [...] Do ângulo coletivo, é sabido que a regularidade do gesto não os permite mais eficácia, mas é frequentemente condição para que o ato se realize” (Candido, 1996, p. 45). Logo, uma antologia que se pretendia ser a expressão poética do povo brasileiro, como indica o nome da coleção em que está inscrita, a presença de ritmos que apontem para a coletividade ganha espaço e significado.

O que se percebe com a seleção de poemas realizado por Félix, como um “mediador cultural” (Gomes; Hansen, 2016) não é um acaso, uma união aleatória que em comum haveria somente a temática social, ou ainda os poemas que ele tinha à mão naquela altura para fechar uma edição rapidamente, como afirmou em entrevista, mas é a própria expressão da sua formação intelectual que ganhava contornos à esquerda pelo menos desde a metade dos anos 1950.

Num cenário de crescimento e fortalecimento das esquerdas, o entendimento de Félix é que a literatura do período não respondia a seu tempo, e em Violão de Rua estariam os esforços e as tentativas que provocariam e estimulariam tal retomada, cujo diálogo teria que se dar amplamente.

Daí, a sua sensível acolhida aos poemas que buscam uma linguagem que não se distancia dos ritmos populares; daí, também, o seu consciente propósito de acolher — ao lado daqueles, e dentro do critério acima citado — as diferentes formas e os diferentes estilos que

⁹⁵ “Na medida em que trabalho estranhado 1) estranha do homem a natureza, 2) [e o homem] de si mesmo, de sua própria função ativa, de sua atividade vital; ela estranha do homem o gênero [humano]. Faz-lhe da vida genérica apenas um meio da vida individual. Primeiro, estranha a vida genérica, assim como a vida individual. Segundo, faz da última em sua abstração um fim da primeira, igualmente em sua forma abstrata e estranhada. Pois primeiramente o trabalho, a atividade vital, a vida produtiva mesma aparece ao homem apenas como um meio para a satisfação de uma carência, a necessidade de manutenção da existência física. À vida produtiva é, porém, a vida genérica. É a vida engendradora de vida. No modo (Art) da atividade vital encontra-se o caráter inteiro de uma species, seu caráter genérico, e a atividade consciente livre é o caráter genérico do homem. A vida mesma aparece só como meio de vida. O animal é imediatamente um com a sua atividade vital. Não se distingue dela. É ela. O homem faz da sua atividade vital mesma um objeto da sua vontade e da sua consciência. Ele tem atividade vital consciente. Esta não é uma determinidade (Bestimmtheit) com a qual ele coincide imediatamente. A atividade vital consciente distingue o homem imediatamente da atividade vital animal. Justamente, [e] só por isso, ele é um ser genérico. Ou ele somente é um ser consciente, isto é, a sua própria vida lhe é objeto, precisamente porque é um ser genérico. Eis por que a sua atividade é atividade livre. O trabalho estranhado inverte a relação a tal ponto que o homem, precisamente porque é um ser consciente, faz da sua atividade vital, da sua essência, apenas um meio para sua existência” (Marx, 2010, p. 84-85).

vêm servindo às diversas individualidades criadoras, no Brasil, para expressar seus sentimentos de inconformidade ou suas exigências de um mundo mais livre e, portanto, mais humano (Félix, 1962, p. 10).

A reivindicação do humanismo como princípio norteador de *Violão de Rua* também permite unir diferentes atores e estabelecer uma unidade da obra, cujo propósito não era “se constituir num panorama geral ou numa antologia da moderna poesia social brasileira” (Félix, 1962 [II], p. 10). O objetivo era se inscrever na pauta programática da coleção, e a exigência de uma ordem humanista no interior dela permitiria a “identificação do humano com os impulsos de transcendência ou de liberdade, de consciente solidariedade, ou seja, distanciada também das simplificações forçadas de qualquer dogmatismo” (Félix, 1962 [II], p. 9) de qualquer ordem.

Os termos humanidade, homem, humanismo e derivados foram citados 17 vezes na “nota introdutória” de Moacyr Félix; palavras como povo, popular, nação, brasileiro, imperialismo, terra, nossa gente surgiram 13 vezes; tempo, história, historicamente, destino: 9 vezes; proletariado, regime capitalista e similares: 7 vezes. Essa contabilidade poderia parecer quantitativa demais, mas expressaria em números a ordem de importância qualitativa de temas no emaranhado ideológico das esquerdas no período, em que se misturavam as utopias românticas do povo-nação e da revolução histórica redentora da humanidade, indissociadas da questão do socialismo, da emancipação dos povos do Terceiro Mundo, da afirmação de uma identidade nacional brasileira, romântica, mas simultaneamente movida pelo ideal iluminista de progresso (Ridenti, 2014, p. 100).

Se Félix já realizava o movimento à esquerda desde metade dos anos 1950, *Violão de Rua* com sua “literatura de contestação” (Netto, 1974) o assentou e o identificou como um intelectual comunista, cuja imagem legar-lhe-ia problemas futuros entre os militares no pós-golpe. Esta identificação se daria justamente através da teoria da alienação do jovem Marx presente em Fromm, leitura realizada um ano antes da publicação. Portanto, a ênfase na desalienação tornar-se-ia para Félix o papel a ser desempenhado pelos poetas, que “são os homens da negação, aqueles que se revoltam contra a fatalidade ‘traçada pelos deuses’ e nome de um destino a ser criado e desempenhado pelos homens: Prometeu. Daí a sua íntima afinidade com aquele impulso ou projeto de desalienação existente na história dos homens” (Félix, 1963, p. 11). Ou seja, a negação do mundo velho para a construção do novo. Mais do que isso, Félix também aproximava o papel dos poetas ao da classe trabalhadora por também

negar a si mesma em defesa do mundo novo. Nessa medida, os poetas que se engajavam no processo de desalienação seriam a expressão estética do proletariado, contribuindo para a elaboração e fortalecimento do intelectual vanguardista próximo ao PCB e guiado por uma concepção nacional-popular que galvanizava comunismo, modernismo e nacionalismo.

A partir dos anos 1950, a cultura nacional-popular [...] foi uma das marcas das correntes culturais do PCB. A questão do “nacional-popular” no Brasil foi, antes de tudo, uma ideia-força que fez o antigo nacionalismo conservador mesclar-se a valores políticos de esquerda na busca de uma expressão cultural e estética que convertesse em arma na luta pela modernização e contra o “imperialismo” (Napolitano, 2014b, p. 30-31).

A partir de suas propostas, Violão de Rua não negava a sua função social e a atualização do papel do intelectual na sociedade que o modernismo de 1922 havia inaugurado, em certa medida. Portanto, estava no leque da publicação, a pedagogia formadora, a construção de uma brasilidade distinta da dos “donos do poder”, a defesa de agentes sociais subalternizados, as críticas ao sistema capitalista que defasava a sociedade em sua totalidade através do imperialismo.

Fundamentada nessas concepções, a Revolução Cubana catalisou entre a intelectualidade brasileira o sentimento de ser possível um outro projeto de sociedade para além das fronteiras do imperialismo. O acontecimento histórico de 1959 foi capaz de capturar e catapultar algo que já vinha sendo gestado entre artistas latino-americanos, uma “estrutura de sentimento” (Williams, 1979), além de ser um eixo aglutinador e orientador de uma mesma “visão de mundo” (Goldmann, 1967a).

No Brasil, a presença dos elementos revolucionários na produção artística – que não têm a sua origem na Revolução Cubana, mas passam e são transformados por ela – “envolveria o compartilhamento de ideias e sentimentos de que estava em andamento uma revolução, em cujo devir artistas e intelectuais teriam um papel expressivo, pela necessidade de conhecer o Brasil e de aproximar-se de seu povo” (Ridenti, 2010, p. 10).

Geir Campos, no volume 1, em *Poética*, deseja ser a orientação intelectual e política do povo brasileiro: “Eu quisera ser claro de tal forma / que ao dizer / — rosa! / todos soubessem o que haviam de pensar. / Mais: quisera ser claro de tal forma / que ao dizer / — já! / Todos soubessem o que haviam de fazer” (Campos,

1962, p. 40). Entendia o poeta o dever de vanguarda que a intelectualidade política e artística deveria assumir.

Félix traduz a poesia de Campos na nota introdutória do volume 3 ao afirmar: “Violão de Rua é um gesto resultante da poesia encarada como forma de conhecimento do mundo e servindo, portanto, ao esforço para uma tomada de consciência das realidades últimas que nos definem dentro deste mesmo mundo” (Félix, 1963a, p. 9). Segundo a perspectiva de Félix, as poesias seriam o instrumento de seus leitores para possibilitá-los dominar o mundo em qual vivem. Mais do que isso, caberia também à publicação “levar a poesia para os terrenos em que ela se identifica com a ação de responder ao que substantiva o seu tempo” (Ibid.), o que retira o caráter de pura contemplação do fazer e do fruir poético, e insere a perspectiva engajada, tão em voga naquele tempo. Agindo dessa maneira, a poesia de Violão de Rua conseguiria “demonstrar a tendência a uma nova visão de mundo, apta a oferecer novos prismas para uma vivida compreensão da História, dos seres e das coisas” (Ibid., p. 11). Ou seja, aos poetas caberia a construção de um novo país, pois segundo Félix, a nova visão de mundo só seria “verdadeira na medida em que for brasileira” (Ibid.).

O campo ganhou contornos além dos geográficos e passou a ser a representação simbólica da possibilidade de levar a cabo o processo revolucionário brasileiro, ainda mais com duas experiências que tinham nele o lugar de excelência: a Revolução Chinesa e a Cubana. Neste último caso, foi demonstrada a heterodoxia política e ideológica da revolução em terreno latino-americano e a sua imperatividade. A guerrilha necessitou combinar diferentes fatores para conseguir ser bem-sucedida, utilizando-se do conhecimento dos moradores da região de Sierra Maestra.⁹⁶

A Revolução Cubana marcou profundamente a esquerda latino-americana e, em certa medida, também a esquerda mundial, não somente por demonstrar que era possível vencer o imperialismo norte-americano em seu próprio “quintal”, mas também por ter rompido os padrões clássicos de luta seguidos pela esquerda marxista-leninista da

⁹⁶ Após o desembarque do Granma em Sierra Maestra, em 1956, e com muitas perdas materiais e de efetivo, Fidel Castro precisou reestruturar o grupo e de alguém que dominasse a região e tivesse uma gama de contatos para recrutar novos guerrilheiros. Não hesitou em eleger Crescencio Pérez um dos líderes do grupo. Crescencio era uma liderança entre os *guajiros* (agricultores pobres), atuava como motorista de caminhão do homem mais rico de Cuba, o magnata do açúcar Julio Lobo. Eleito um dos oficiais da guerrilha de Sierra Maestra, Crescencio era responsável por todos os recrutas camponeses (Anderson, 1997, p. 271).

época, sempre centrados no partido revolucionário. O poder não foi alcançado por meio de um partido de vanguarda, como no modelo russo, nem basicamente como resultado de uma vitória militar camponesa, como no modelo chinês. Neste caso, o sucesso revolucionário foi resultado das vitórias político-militares da guerrilha e do movimento (insurrecional) urbano dirigido pelo Movimento Revolucionário 26 de Julho (M-26), o Partido Socialista Popular (PSP) e o Diretório Estudantil Revolucionário. Os revolucionários contaram com aliados na classe dominante e uma certa neutralidade em importantes setores da política norte-americana (Barão, 2003, p. 263).

No Brasil, a influência da Revolução Cubana na atuação política, embora tenha tido impactos mais vigorosos após 1964, já demonstrava ser marcante na atuação das Ligas Camponesas de Francisco Julião. Em 1960, numa comitiva liderada por Jânio Quadros, Julião foi a Havana e se impressionou com a ilha. “Fortemente influenciado pela experiência revolucionária em Cuba, Francisco Julião, o líder das Ligas, radicaliza a sua pregação pelo socialismo, abandonando a linha legalista que vinha adotando e colocando os camponeses na condição de protagonistas da revolução socialista” (Moraes, 1989, p. 84).

Formalizado em outubro de 1962, o programa das Ligas Camponesas tinha como base uma agregação entre o campesinato e o proletariado urbano aos quais juntar-se-iam setores da intelectualidade progressista, estudantes e outros substratos da população. É possível perceber, como o programa de Julião é marcado pela *Segunda declaração de Havana*, e como está em diálogo com a definição de povo promovida naquele tempo, particularmente na perspectiva de Nelson Werneck Sodré (1962), publicada nos Cadernos do Povo Brasileiro, cujo primeiro volume foi escrito justamente por Francisco Julião (*Que são as ligas camponesas?*). Para Lovatto, a escolha de Julião para inaugurar a série foi uma estratégia dos organizadores Ênio Silveira e Álvaro Vieira Pinto em decorrência da ordem dos debates do período sobre as reformas de base e a força que a reforma agrária tinha no período, “invadindo o panorama agrário brasileiro com muita intensidade. Esse número dava o tom da coleção” (Lovatto, 2010, p. 57).

Os desenvolvimentos na ilha, principalmente após a invasão da Baía dos Porcos, convenceram Julião de que era preciso estar preparado para uma invasão estadunidense também no Brasil, o que implicaria em guerrilha. Seria necessário organizar a luta armada de resistência (Moraes, 1989, p. 88). Preocupação ancorada também no fato de que, entre 1961 e 1963, sete golpes⁹⁷

⁹⁷ El Salvador, Argentina, Peru, Equador, Guatemala, República Dominicana e Honduras.

havia derrubado governos constitucionalmente eleitos na América Latina, e os Estados Unidos tinham investido no programa *Aliança para o Progresso* para combater a ameaça comunista no continente (Ibid., p. 65).

A Revolução Cubana foi determinante nas concepções que as Ligas Camponesas deveriam assumir, levando a discordâncias com o PCB, que priorizava a sindicalização em vez de a luta armada como processo disruptivo que aceleraria o socialismo no Brasil.

Realmente o Fidel Castro exerceu sobre mim uma influência poderosa. A Revolução Cubana me causou um profundo impacto. Sobretudo a figura de Fidel. Uma figura forte, carismática, um homem que transluzia sinceridade, honestidade nas suas palavras, na maneira de ser. [...] Voltei de Cuba impressionado com o fato de a revolução ter sido agrária, partido do campo para a cidade. Imaginei que, como já existia aqui no Brasil um movimento camponês que adquirira muita força, muita substância, poderíamos seguir a experiência cubana. Então, de certo modo, eu cometi essa distorção, quando me deixei conduzir, com certo romantismo, pelo grande processo revolucionário cubano [...]” (Julião *apud* Moraes, 1989, p. 85).

Tal qual Fidel com Julião, Julião foi figura determinante para a intelectualidade progressista brasileira. Foi nomeadamente citado em alguns poemas de Violão de Rua. Na nota introdutória do volume 2, Moacyr Félix associa o ato de escrever com o de conhecer as causas e os efeitos “das atuais circunstâncias que determinam o pensamento e a ação — a revolução do homem brasileiro” (Félix, 1962b, p. 10), e uma dessas circunstâncias eram as ligas camponesas, que nos poetas agiram de duas formas: a primeira demonstrava a pobreza do interior do Brasil a que estava destinada a população sem o suporte do Estado, sob mandos e desmandos de latifundiários associados ao capital imperialista estrangeiro; a segunda, menos resignada, indicava como os camponeses aglutinando-se coletivamente poderiam alterar a realidade anterior.

Na segunda perspectiva, está inscrito o poema publicado no primeiro volume de Violão de Rua, *João Boa-Morte (cabra marcado pra morrer)*, cujos elementos constroem a imagem do sofrimento passado pelo sertanejo ao viver sem destino, sem terra para trabalhar, com a fome presente e sendo instrumento de morte de um filho. “Lavradores, meus irmãos, / esta nossa escravidão / tem que ter um paradeiro. / Não temos terra nem pão, / vivemos num cativeiro. / Livremos nosso sertão / do jugo do fazendeiro” (Gullar, 1962, p. 26). Na ação

individual, porém, João Boa-Morte não tem força para formar um grupo para combater o fazendeiro, que o expulsa da fazenda e o impede de conseguir trabalho nas outras ao redor. Julião e as ligas camponesas são citadas. A Liga de Sapé é o lugar em que há organização política e para onde o camponês deve ir, cujo recado é dado pelo amigo Chico Vaqueiro: “[...] ele não estava sozinho / não devia se matar. / Devia se unir aos outros / para com os outros lutar.” (Ibidem, p. 33). João Boa-Morte vivia a tal momento de desespero que antes do encontro com Chico Vaqueiro tinha decidido matar a família (cinco filhos e a esposa) e matar-se logo em seguida.

Gullar termina exaltando as Ligas Camponesas, a luta e a revolução: “Já vão todos compreendendo, / como compreendeu João, / que o camponês vencerá / pela força da união. / Que é entrando para as Ligas / que ele derrota o patrão, / que o caminho da vitória / está na Revolução” (Ibid., p. 35).

No momento em que Violão de Rua passa a veicular temas que estiveram presentes na Revolução Cubana, seus poemas tornaram-se uma ferramenta de construção de realidades tal como queria Félix. Pois, mais do que ser o reflexo de um acontecimento histórico, a literatura age como produtora de um tipo de percepção histórica que se constrói através da linguagem. As convenções literárias são ferramentas de compreensão das relações estruturadas e a linguagem, por sua vez, dá forma às aspirações dessas relações. Um escritor “não apenas reproduz os significados e valores de seu grupo social, mas produz a linguagem através da qual esses valores significados se constituem. Conhecer essa linguagem é perceber como esses significados foram vivenciados, construídos e incorporados à história dos modos disponíveis de ver o mundo” (Cevasco, 2001, p. 209-210).

Portanto, colocar Violão de Rua em perspectiva e em diálogo com a Revolução Cubana é uma maneira de compreender como os poetas responderam ao seu tempo histórico e sob quais limites e pressões, em uma palavra, sob qual realidade material; e qual a substância social das formas e convenções que estruturam os poemas. Se atingido diretamente pelos acontecimentos da ilha ou via outros atores do próprio país — caso de Francisco Julião —, Violão de Rua esteve ancorado num período que se viu obrigado a constituir-se em resposta ao devir da revolução brasileira, como muitos intelectuais latino-americanos do período. Por isso, foi tida como a representante

da literatura engajada na história da literatura brasileira (Bosi, 2017). Sendo um importante polo aglutinador de intelectuais que acreditavam estar construindo um novo Brasil e seus poemas eram a contribuição para um despertar de consciência de quem os lesse.

3.3 O Comando dos Trabalhadores Intelectuais e o envolvimento político de Moacyr Félix

O envolvimento no projeto dos Cadernos do Povo Brasileiro com a sua ida para a Civilização Brasileira, colocou Moacyr Félix definitivamente no espectro político à esquerda do cenário nacional. Os poemas da liberdade de *Violão de Rua* coroaram a presença e articulação de Félix com a intelectualidade de esquerda do país. Este envolvimento, no entanto, não foi um processo típico da sua trajetória.

Ocorria naquele momento uma movimentação de uma série de intelectuais que buscavam se articular politicamente através de projetos culturais e os Cadernos do Povo Brasileiro conseguiram estabelecer um elo de ligação entre uma discussão política intelectualizada que se dava na arena pública para um princípio de organização política que tentaria colocar-se como a representante dos intelectuais enquanto um grupo relevante nas decisões políticas do país.

É nesse sentido que muitos autores editados pelos Cadernos do Povo Brasileiro, bem como os poetas presentes em *Violão de Rua*, passaram a integrar o Comando dos Trabalhadores Intelectuais e a partir desse espaço encontraram uma posição institucional, “a fim de conjugar ações de modo a coordená-las conforme a necessidade do Comando que progressivamente passava a representar formalmente cada um dos ‘trabalhadores intelectuais’ na sua individualidade” (Czajka, 2009, p. 181).

O Comando conseguiu congregiar diferentes formações culturais com visões heterogêneas sobre aquele momento político e cultural que o Brasil atravessava. Isso implicou a organização de um contingente de intelectuais⁹⁸ que se encontrava desarticulado politicamente por uma série de motivos, desde

⁹⁸ Czajka (2009, p. 171) cita os casos de Álvaro Lins, Álvaro Vieira Pinto, Barbosa Lima Sobrinho, Manuel Cavalcanti Proença e o próprio Moacyr Félix.

a Declaração de Março de 1958 do PCB até motivos mais acidentais de trajetória política, como a de Moacyr Félix. Até a fundação do CTI, o poeta não havia se envolvido de maneira significativa com a militância política e não se via representado a partir da instrumentalização partidária, seja do PCB ou de outros partidos ou organizações. O CTI conseguiu num primeiro momento fomentar algo próximo de um sindicato dos intelectuais em que diversas correntes poderiam se ver representadas e teriam um espaço de discussão. “O CTI surgiu com essa característica pluralista e procurava ressaltar a importância desse aspecto na estruturação e na consolidação da luta dos intelectuais pela cultura nacional-popular” (Czajka, 2009, p. 171).

Moacyr Félix foi o secretário-geral, que contava também com a presença de nomes como Alex Viany, Álvaro Lins, Álvaro Vieira Pinto, Barbosa Lima Sobrinho, Dias Gomes, Edson Carneiro, Ênio Silveira, Jorge Amado, Manuel Cavalcanti Proença, Nelson Werneck Sodré, Oscar Niemeyer e Osny Duarte Pereira – todos eles assinaram o manifesto de fundação do CTI, publicado em 26 de outubro de 1963, no jornal *Correio da Manhã*, mas datado de 7 de outubro do mesmo ano. Além destes nomes, o jornal publicou uma lista imensa com adesões ao manifesto, congregando intelectuais ligados ao direito, medicina, arquitetura, literatura, ciência, teatro, jornalismo, cinema, economia, rádio e televisão, editores, educação e artes plásticas⁹⁹. Como se observa, abarcava um amplo leque da compreensão de trabalhadores intelectuais.

Félix (apud Ridenti, 1996) rememora que na condição de secretário, competia-lhe a produção das atas, articulação com parlamentares e políticos em defesa dos intelectuais e representação da categoria em assembleias políticas, como se discutirá mais adiante.

Toda reunião política eu participava, na casa de Brizola, com Arraes, seja onde for, seja com os parlamentares, eu ia, participava e falava em nome dos intelectuais, sempre defendendo uma participação dos intelectuais nas transformações sociais que Jango dizia que queria fazer, mas me antepondo naquelas que eu achava que alienava e lutando por aquelas que eu achava que desalienava, mas tudo representando sempre os intelectuais (Félix apud Ridenti, 1996).

⁹⁹ FUNDAÇÃO do Comando dos Trabalhadores Intelectuais (CTI). **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1963. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_07&pesq=%22funda%C3%A7%C3%A3o%20do%20comando%22&past=a=ano%20196&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=45236. Acesso em 27 dez. 2024.

É possível observar na fala de Félix a ideia de uma pretensa autonomia intelectual baseada na organização política da categoria, conforme destacou Czajka (2009). Assim, o CTI se consolidou, ainda que circunstanciado ao Rio de Janeiro, como um espaço em que a cultura era um instrumento de formação política. “[...] o simples fato de se conferir ao intelectual a categoria ‘trabalhador’, está diretamente relacionado à formação de uma consciência de classe entre os próprios intelectuais, assim como à identificação destes com um projeto de nação” (Czajka, 2009, p. 174).

O Comando tornou-se um *locus* de interesse para figuras como Moacyr Félix, que buscavam se distanciar em alguma medida da institucionalização partidária em decorrência de conflitos políticos, às vezes até mesmo éticos, principalmente após 1956 e 1958, no caso daqueles mais próximos ao comunismo. E por ser um espaço originalmente fundado numa perspectiva ecumênica, havia lugar para a construção do ideário humanista que Félix vinha consolidando de modo mais direto e objetivo desde os prefácios de *Violão de Rua*. Naquele momento, do pré-golpe, em que o Brasil vivia uma efervescência política, havia uma possibilidade de, através do CTI, efetivar-se o que o poeta havia escrito no volume 3 do *Violão de Rua*, em especial a parte em que a revolução brasileira não deixaria de ser uma fonte para o desenvolvimento do humanismo (Félix, 1963, p. 11). Àquele humanismo difuso, presente em momentos anteriores da sua trajetória (anos 1940 e 1950) e mais identificado com uma perspectiva cristã, é adicionado um componente de ação política pela esquerda. O CTI seria para um intelectual como Félix um instrumento de conscientização política que, por sua vez, amadurecia desde o final dos anos 1950. Através dessas novas formações culturais, dos laços de amizade que construiu via *Civilização Brasileira* – num primeiro momento nos *Cadernos* e num segundo no CTI¹⁰⁰ – que isso se solidifica.

O manifesto anunciava de forma cônica a vinculação da luta política à cultural, a fundação do CTI surgia daí, da “necessidade de maior coordenação entre os vários campos em que se desenvolve a luta pela emancipação cultural

¹⁰⁰ É possível vincular o CTI à *Civilização Brasileira*, não apenas através dos seus intelectuais, mas também espacialmente, uma vez que muitas das reuniões do Comando aconteciam na editora, o “QG do CTI” (Moraes, 2011, p. 53). No mesmo sentido, Luiz Renato Vieira define como “Grupo *Civilização*”, os intelectuais que estiveram ligados à editora e haviam sido ligados ao ISEB, ao CPC da UNE, ao CTI, ao PCB e ao jornal *Correio da Manhã* (VIEIRA, 1998, p. 23-24).

do País – essencialmente ligada às lutas políticas que marcam o processo brasileiro de emancipação econômica” (Fundação, 1963, p. 7). Suas finalidades eram:

a) congregar trabalhadores intelectuais, na sua mais ampla e autêntica conceituação; b) apoiar as reivindicações específicas de cada setor da cultura brasileira, fortalecendo-as dentro de uma ação geral, efetiva e solidária; c) participar da formação de uma frente única, democrática e nacionalista, com as demais forças populares, arregimentadas na marcha por uma estruturação melhor da sociedade brasileira (Fundação, 1963, p. 7).

A presença do ideário democrático nacionalista, em consonância com a defesa das forças populares e da frente única, passa a compor o vocabulário na esfera cultural, tornando-se verbete dos intelectuais e artistas no pré-1964, algo que já era presente nas esquerdas brasileiras, particularmente no PCB. A diferença para o momento anterior ao golpe é que não estava mais somente nos discursos e produções dos artistas e intelectuais do partido tal concepção, mas capilarizou-se entre diversos produtores culturais que tinham ou passaram a ter a partir da década de 1960 alguma afinidade com uma percepção progressista (Czajka, 2009, p. 176-177).

Antes mesmo do CTI, é possível perceber essa apropriação nos Cadernos do Povo Brasileiro, assim como no Violão de Rua. Mas é interessante notar que o manifesto do CTI, adianta uma linguagem que se faria presente em textos da Civilização Brasileira até o final da década de 1970. Motivado pelas tentativas sucessivas de golpe, o manifesto afirma:

Esta convocação nasceu do exercício da delegação de poderes que uma numerosa assembleia de intelectuais, reunida a 5 do corrente mês [outubro de 1963], deu a um grupo de treze dos seus componentes, para que a representassem, durante a última crise política, junto às demais forças populares agrupadas contra as tentativas de golpe da direita e em *defesa das liberdades democráticas* (Fundação, 1963, p. 7 [grifo nosso]).

Chama a atenção a maneira *ipsis litteris* no texto de apresentação da revista Encontros com a Civilização Brasileira, de julho de 1978, assinado por Ênio Silveira em que destaca “o amplo movimento de opinião pública que, *lutando em todas as áreas pelas liberdades democráticas*, vem conquistando

aberturas que já permitem ampliar o ostensivo debate de ideias, essencial para o progresso cultural do país” (Silveira, 1978, p. 7 [grifo nosso]).

O primeiro num momento de preservação do regime democrático contra as forças políticas à direita, o segundo reivindicando-o contra a ditadura militar que já apresentava sinais de esgotamento.

A atuação política dos intelectuais e artistas do CTI ultrapassou o manifesto, embora segundo Sodré não tenha conseguido superar uma perspectiva corporativista. De acordo com ele, o Comando subestimou seu poder de intervenção e colocou-se a serviço do corporativismo artístico e cultural que, em si, não resultava em decisões coletivas ou acordadas em grupo (Czajka, 2009, p. 182).

Moacyr Félix traz outra perspectiva sobre a organização. Ainda que não houvesse algo organizado e maturado politicamente, havia, de acordo com o poeta, uma representação dos intelectuais em discussões políticas centrais no pré-golpe.

Na qualidade de secretário-geral, Félix tomou posições em nome do CTI em debates que precederam e se relacionam com o episódio que ficaria conhecido como a Revolta dos Marinheiros, entre os dias 25 e 27 de março de 1964, no Sindicato dos Metalúrgicos, e que evidenciaria a divisão em torno do apoio a João Goulart. “[...] seu desfecho fortaleceu o argumento daqueles que denunciavam a leniência do governo com a baderna, a indisciplina e a quebra de hierarquia nos quartéis” (Rodrigues, 2003, s/p.). Ou seja, foi um dos acontecimentos que precipitou o golpe de 1964.

No momento da rebelião, Félix participou de uma reunião na casa de Leonel Brizola em que se discutiu o apoio aos marinheiros, que reivindicavam a suspensão das penas disciplinares a doze diretores da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, que haviam sido punidos por terem apoiado as reformas de base de Goulart. Além disso, exigiam o reconhecimento da associação de classe e melhor alimentação nos navios e nos quartéis. Segundo Ênio Silveira, o CTI era contrário à revolta, não obstante concordasse com suas reivindicações. “A proposta do CTI era que se procurasse negociar com a Presidência da República uma solução para o problema, assegurando-se a não punição dos revoltosos” (MORAES, 2011, p. 107). Nas palavras de Ênio, “[...] o clima, àquela altura era efervescente. [...] Nós entendíamos que a

insurreição era um agravante do estado de espírito que levava ao golpe” (Silveira apud Moraes, 2011, p. 107).

Conforme se recorda Félix (apud Ridenti, 1996), na casa de Brizola havia representantes de diversos setores da intelectualidade de esquerda, em que todos exceto três (entre eles o próprio Brizola que apoiava os marinheiros) votaram contra o apoio. Entre os presentes estavam Miguel Arraes, Almino Afonso, Max da Costa Santos e Paulo Schilling, além dos já citados Brizola, Félix e Ênio, entre outros.

Após a reunião na casa do Brizola, houve outra logo em seguida na Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), com lideranças populares, presença das forças armadas, de intelectuais, além de diversos setores da esquerda. Ignorando o que havia sido votado na casa de Brizola, Max da Costa Santos, deputado brizolista, estava manifestando apoio favorável aos militares (Moraes, 2011, p. 108). O apoio seria posto em votação agora com a presença de amplos setores da esquerda. Félix se recorda do momento da seguinte maneira:

Houve uma reunião na Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria, em que eu, do CTI, me levantei e votei contra o movimento dos marinheiros, votei contra porque primeiro pedi a opinião dos militares que estavam na reunião, me levantei e falei: “Antes dos intelectuais votarem, (estávamos eu, Nelson Werneck, Ênio, todos), eu quero a opinião dos oficiais nacionalistas”. Estava lá o Kardec Lemme, o coronel Joaquim Ignácio Cardoso. Os dois disseram: “Se houver esse movimento, em 24 horas será dado um golpe. Está tudo sendo articulado, a direita dentro do exército já está toda articulada com o Marechal Castelo Branco”. Aí foram falando, primeiro exército, segundo exército, terceiro exército, quarto exército, a posição de cada exército, como é que tudo se precipitaria. Aí eu falei: “Bom, então os intelectuais votam contra” (Félix apud Ridenti, 1996).

Félix também se recorda que logo após o seu voto, chegou à assembleia Orestes Timbaúba, do Comitê Central do PCB, e pediu apoio a ele: “‘Timbaúba, vai para o microfone e diz que o Partido é contra esse troço’. O Timbaúba respondeu: ‘Vocês vão ficar muito chateados. O Comitê Central é a favor, porque acha que o Brizola tem 60.000 sargentos ao seu lado’” (Félix apud Ridenti, 1996). O jornal comunista Novos Rumos, em 27 de março de 1964, trazia manchetes como, “A nação inteira ao lado dos marinheiros e fuzileiros”, “Mais de três mil na

assembleia resolveram permanecer juntos”, “Trabalhadores mobilizados solidarizam-se com os marinheiros e fuzileiros”, “Marujos e povo unidos”.

O episódio da rebelião dos marujos, no que concerne a sua relação com o CTI, evidencia como este estava disputando um espaço político, com o objetivo de

[...] estabelecer elos de relação com as classes populares e nelas buscar ou forjar a identidade nacional – justificada por intelectuais e artistas na afirmação de uma cultura nacional-popular. E muito embora essa aproximação tenha sido questionada do ponto de vista ideológico, ela antes foi um ensaio das oposições em meio às transformações do início da década de 1960; uma resposta daquelas formações culturais que foi além de uma pedagogia autoritária junto às classes populares, mas uma pedagogia dirigida às e pelas classes médias sobre a questão do nacional-popular (Czajka, 2009, p. 179).

O dirigismo político, no caso de Félix, quase se concretizou em política institucional, pois foi após a sua organização no CTI que seu nome passou a ser cotado para assumir a direção do Instituto Nacional do Livro (INL), o que possibilitou ataques da direita em relação à comunização do governo Goulart. Em O Jornal foi publicada uma nota em que associava a indicação de Félix ao PCB. “Continua lento, mas seguro, o assalto de elementos indicados pelo Partido Comunista, também aos órgãos federais ligados à cultura [...] São o Instituto Nacional do Livro e o Serviço Nacional do Teatro, entregues, respectivamente, aos srs. Moacyr Félix e Dias Gomes, conhecidos totalitários”.¹⁰¹

A indicação acabou não acontecendo, não se sabe se por causa do golpe que ocorrera vinte dias após a primeira menção a seu nome como presumida indicação ao INL ou por outros motivos, nem se se chegou de fato a ser cogitado. Pois, num longo texto de Geir Campos, escritor próximo a Félix¹⁰², redigido para falar dos rumos do INL e publicado horas antes do golpe, em 31 de março de 1964, quatro nomes foram cotados para assumir o Instituto: Júlio Sambaqui, Santos Pereira, Cavalcanti Proença e Augusto Meyer (que era o atual diretor e acabou permanecendo mesmo após o golpe); Félix não foi nem citado na

¹⁰¹ ASSALTO. **O Jornal**. Rio de Janeiro, 6 de março de 1964, 1º Caderno, p. 6. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_06&pesq=%22Instituto%20Nacional%20do%20Livro%22&pasta=ano%20196&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=34185. Acesso em 30 de dezembro de 2024.

¹⁰² Geir Campos publicou em Violão de Rua e mantinha contato com Moacyr Félix.

reportagem.¹⁰³ Aparentemente, conforme o levantamento de notícias desta pesquisa, parecia uma estratégia da direita para desestabilizar o governo, uma vez que em mais de uma oportunidade seu nome foi associado ao comunismo, sempre acompanhado de outros intelectuais.¹⁰⁴ Esta possibilidade não retira a importância de Félix figurar a partir desse momento como uma personagem comunista, fato novo na sua trajetória. Pondo em perspectiva, vale lembrar que até a primeira metade dos anos 1950, ele foi adjetivado como um poeta existencialista preocupado com as questões humanas. Na segunda metade dos anos 1950, o quadro se altera pouco e a poesia que era focada em problemas existenciais e humanos, ganha contornos sociais, como foi algumas vezes definido o seu livro *O pão e o vinho*.¹⁰⁵ Por fim, no pré-golpe, Félix era um escritor comunista ou quando menos “comuno-carreirista”, conforme assegurou Tribuna da Imprensa.

Se, por um lado, a direita se utilizava da articulação política do poeta em torno do CTI para classificá-lo como comunista, ainda que seja possível questionar os motivos e as definições precisas sobre sua localização política, não dá para negar que o Comando possibilitou a Félix a sua concretização política enquanto intelectual e a partir de qual formação cultural ele teceria as suas reivindicações que comporiam uma das partes daquilo que ele reclamava como perspectiva humanista.

Se em *O pão e o vinho*, havia um intelectual e poeta cindido, cuja dialética era decapitada, sendo mal definido como um poeta social, a partir dessa primeira

¹⁰³ O BRASIL espera que o Instituto do Livro cumpra seu dever. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 31 de março de 1964. “UH” Revista, p. 4. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=386030&Pesq=%22Instituto%20Nacional%20do%20Livro%22&pagfis=98542>. Acesso em 30 de dezembro de 2024.

¹⁰⁴ No jornal Tribuna da Imprensa, em 9 de março de 1964, lê-se: “O presidente João Goulart vai nomear mais alguns escritores e intelectuais (todos comunistas ou comuno-carreiristas) para cargos de projeção no serviço público. O crítico de arte Mário Pedrosa deverá ser o diretor do Serviço do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional, em lugar do sr. Rodrigo Melo Franco de Andrade, prestes a aposentar-se. O poeta Moacyr Félix (organizador do ‘Violão de Rua’ poesia engajada) será diretor do Instituto Nacional do Livro.” BRIZOLA investe com Prieto pela Fazenda. *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro, 9 de março de 1964, p. 4. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154083_02&pasta=ano%20196&pesq=%22Instituto%20Nacional%20do%20Livro%22&pagfis=15557. Acesso em 30 de dezembro de 2024.

¹⁰⁵ Exemplo disso, pode-se ler em dois textos escritos por Sérgio Milliet. Em 1953, o crítico, ao analisar *Itinerário de uma tarde*, ressalta a “luta dentro de si [...], reage, porém porque percebe, no que escapa à lógica, um mistério fecundo e justificador de alguma esperança” (Milliet, 1993, p. 280). Já quando vai resenhar *O pão e o vinho*, afirma que “Félix não se recusa até a uma participação mais direta e tem por vezes versos que se classificariam na poesia social” (Milliet, 1993, p. 282).

metade dos anos 1960 com a sua aproximação da Civilização Brasileira e no CTI, é possível encontrar um sujeito que já apresenta uma síntese, não obstante a presença das contradições e ambivalências a ela inerentes e que pode ser visto com mais detalhes no livro que escreveu em resposta ao golpe de 1964, *Canto para as transformações do homem*, tema a ser discutido na sequência.

3.4 A resposta ao golpe de 1964 e as transformações de um homem

Canto para as transformações do homem foi escrito motivado pelo golpe e por uma pergunta do filho de Moacyr Félix que, ainda criança e ouvindo os adultos falando muito em (falta de) liberdade, lançou a pergunta orientadora do livro: “– Meu pai, o que é a liberdade?” (Félix, 1966, p. 223). A anedota do filho foi citada por Nunes (2017, p. 290) a partir de um depoimento de Félix de 1997, embora em outros lugares o poeta também tenha contado a história (Félix, 2002).

Em maio, Félix concluiu a obra, e em setembro de 1964, ela já havia sido publicada. Para promover o livro, Ênio Silveira estendeu uma faixa na livraria da Civilização Brasileira, em que se lia “A poesia é a arma do povo contra a tirania” (Vieira, 1998, p. 147). Num gesto similar, retirou todos os livros da vitrine e a preencheu somente com o recém-lançamento de Félix. O objeto livro era, dessa forma, uma maneira de se contrapor à ditadura para além das próprias ideias ali contidas. Ele também agia como um instrumento que possibilitava ações mais plásticas de engajamento.

O livro é curto. Foi ilustrado por Poty Lazzarotto e está dividido em três partes, “Iniciação”, “Enredo” e “Conclusão”, o mote é o que é a liberdade, discussão que se relaciona com a trajetória de Félix para além do momento de repressão, pelo menos desde seus tempos de Paris com a filosofia existencialista e a fenomenologia, o poeta já se questionava e argumentava em torno da liberdade, um dos pilares de fundamentação do seu humanismo.

IMAGEM 12 – *Canto para as transformações do homem* (Civilização Brasileira, 1964)



Fonte: Internet.

O verso sobre o que é a liberdade, colocado na voz de um filho, do próprio filho do poeta, é repetido quatro vezes na introdução do poema. A partir dali, Félix delineou de qual liberdade estava falando e com quem se associava. À pergunta do filho, o poeta tinha diferentes respostas: “É o seu rosto, meu filho, / o seu jeito de indagar / o mundo a pedir guarida / no brilho do seu olhar. / A liberdade meu filho, / é o próprio rosto da vida / que a vida quis desvendar [...] É a guilhotina madura / cortando o espanto e o terror / sem cortar a luz e o canto / de uma lágrima de amor” (Félix, 1966, p. 223).

Sua fama de poeta engajado, naquela altura, já estava consolidada, principalmente depois de *Violão de Rua* que selou esse fato, cujos indicativos já se faziam presentes em *Pão e vinho*.

O crítico Manoel Sarmiento Barata (1969, p. 23) definiu seu engajamento ao afirmar que “Moacyr Félix sabe que jamais ‘pode o mundo ser posto entre parênteses’. No mundo onde somos e estamos implicados uns com os outros, espaço e tempo se revelam penetrados de significações e valores, diante dos quais não cabe neutralidade. Cada momento demanda uma resposta da nossa liberdade”.

Crítico e poeta têm uma chave de interpretação similar sobre o engajamento. Quando Barata afirma que cada momento demanda uma resposta da nossa liberdade, implica uma interpretação sartriana de liberdade, em que não escolher é algo que não é possível fazer, uma vez que não escolher é uma escolha (Sartre, 1997, p. 536-681; 2012, p. 36-37), cada momento demanda uma escolha nossa por estarmos condenados a sermos livres, como também afirma o filósofo francês (Sartre, 2012, p. 24). Em *O existencialismo é um humanismo*, Sartre (2012, p. 20) argumenta que “A primeira decorrência do existencialismo é colocar todo homem em posse daquilo que ele é, e fazer repousar sobre ele a responsabilidade total por sua existência. E quando dizemos que o homem é responsável por si mesmo, não queremos dizer que ele é responsável estritamente por sua individualidade, mas que é responsável por todos os homens”.

Entendemos que o engajamento de Félix se relaciona com esse tipo de formulação. Por isso, insistiu ao longo da vida na impossibilidade de um não engajamento, afirmando que toda obra de arte não poderia não ser engajada. No prefácio de *Canção do exílio aqui*, livro de 1977, Félix debateu a questão: “[eu] não aceitava, como não aceito, uma estética desligada da ética” (1977, p. 10), e mais adiante: “Toda poesia, toda obra de arte é comprometida ou engajada, de um modo ou de outro. O que se quer é a consciência disso” (1977, p. 13-14).

Compreende-se essas formulações de Félix como uma maneira de se defender do estigma de poeta social e engajado como sinônimo de má poesia. Mas, nesse momento, isso é secundário, uma vez que defendendo-se ou não, há o princípio de engajamento sendo sustentado, e não negado.

Embora seu engajamento expresse, em alguma medida, o sentido sartriano, há um princípio de um rival intelectual de Sartre que não se pode abandonar. Pois, num sentido lukacsiano, a arte (estendendo à poesia, evidentemente), tem um caráter antitranscendental, pois nela está tudo o que é humano, tendendo à antropomorfização. Seu completo humanismo garante a sua função desfetichizadora, dissolvendo as alienações e indicando a autoconsciência do desenvolvimento da humanidade. Arte é produção de conhecimento puramente humano (Netto, 2023, p. 71). Esse é um dos lugares em que se pode compreender a afirmação e prática poética de Félix implicada numa ética, mas não é o único lugar.

Há um outro, no qual já se salientou em capítulos anteriores, em que a estética estaria subordinada a uma ética, mas em vez de seu caráter desfetichizante o que se tem é uma aceitação de algo que se sobrepõe por seu caráter divino. Referimo-nos a Alceu Amoroso Lima que compreende a estética subordinada à ética a partir de princípios católicos (Lafetá, 2000). Logo, não haveria estética possível que não estivesse sujeitada à ética divina. Isso construiu uma forma de Félix não se desvincular desse argumento fundante na sua percepção de poesia. A poesia tem que estar subordinada à ação, remetendo ao sentido grego cuja ênfase é no fazer. Por isso, Félix não abandona a percepção de que a sua poesia deve ser engajada, lendo daquela forma inicial que apresentamos no primeiro capítulo: *deve estar subordinada a uma ética*. Mas, um problema ocorre, na medida que se afasta do universo religioso e entra em crise em relação às suas percepções religiosas a partir do início dos anos 1950, também conforme apresentamos nas trocas de cartas com Alceu Amoroso Lima, Félix se viu confrontado naquilo que foi argumentado por Sartre (2012, p. 24): “Dostoiévski escrevera: ‘Se Deus não existisse, tudo seria permitido’. É este o ponto de partida do existencialismo. Com efeito, tudo é permitido se Deus não existe, conseqüentemente, o homem encontra-se desamparado, pois não encontra nem dentro nem fora de si mesmo uma possibilidade de agarrar-se a algo”.

O desamparo de Félix é absorvido por um engajamento sem o abandono de uma pedagogia inicial que lhe ensinou a subordinação da estética à ética. Por isso, no poema que estamos discutindo, “A liberdade, meu filho, / é coisa louca que assusta: / visão terrível (que luta!) / da vida contra o destino / traçado de

ponta a ponta / como já contada conta / pelo som dos altos sinos.” Ou ainda: “A liberdade, meu filho, / é a realidade do fogo / do meu rosto quando eu ardo / na imensa noite a buscar / a luz que pediu guarida / nas trevas do meu olhar” (Félix, 1966, p. 225). São significativas as escolhas para substantivar a liberdade. Desamparado está aquele que se vê diante da liberdade, como se fosse um pecador que arderia na imensa noite, ou seja, na escuridão da vastidão das possibilidades de *ser-qualquer coisa*, mas *ser-alguma coisa*. Em nosso entendimento, essa interpretação conecta a trajetória de Félix com a sua origem católica.

Para além disso, também há um outro sentido de liberdade que é possível retirar do seu livro e que estava na ordem daqueles dias, e que Ridenti (2014, p. 97) chamou a atenção como liberdade evocada no sentido da utopia romântica do povo-nação, regenerador e redentor da humanidade. Portanto, sua poesia tornou-se fundamentada num engajamento e momento histórico-social vivido pelo Brasil, possibilitando um espaço de atuação, abrindo portas para que *Canto para as transformações do homem* fosse recebido positivamente por seus pares. Otto Maria Carpeaux (1993, p. 296) afirmou que “Moacyr Félix aparece e reaparece no exato momento histórico; isto quanto ao sentido da sua poesia”. Para Sarmento Barata (1969, p. 26 [grifo nosso]), Félix com seu engajamento compreende que “Sair de si é ir ao encontro do mundo, sentir-se ligado aos outros, olhar e ser visto, entrar em diálogo, escolher, negar e afirmar, *saber-se no tempo*”, como se o poeta sintetizasse um período histórico.

Mas ninguém olhou para esse fundamento primeiro que permite Félix conectar essas perspectivas distintas, a católico e a de esquerda. O que se sobressai, em nossa interpretação, é justamente o fundamento da subordinação estética à ética, o que foi negado por seus companheiros, embora o próprio Félix assuma tentando positivar algo que era visto como negativo. “O problema não é saber quando a grande poesia é engajada, mas quando a poesia engajada é grande. Depende isso de dois critérios: primeiro, da ausência do pecado original dela: da retórica (e desta não encontro vestígios nos três poetas brasileiros citados¹⁰⁶)” (Carpeaux, 1993, p. 296). É a retórica negada por Carpeaux que

¹⁰⁶ Carpeaux faz referência a Félix, Ferreira Gullar e Thiago de Mello.

encontramos na poesia de Félix, o que nos leva ao questionamento se é possível uma poesia engajada que não goze desse artifício?

Ah o clima de cemitério que reina nos ministérios!
Ah, a essencial recusa da poesia,
suas explosões de sangue naufragando
o destino e a infinita infância da vida
entre os ruídos do mar e a rouquidão dos homens
agachados.
Agachados
sob o pensamento natimorto dos que divinizam
o Poder, o Estado e a Política (Félix, 1966, p. 229).

Carpeaux afirmou que Félix não é retórico porque lírico. Entendemos que não são características que se excluem e que não podem conviver no mesmo poema, e o livro em questão demonstra isso. O lirismo não se faz ausente, mas é mal combinado por uma retórica empobrecedora em termos poéticos, o seu literalismo abandona o leitor como componente que completa uma poesia, estando abandonado não há porque ser lido. Essa talvez seja a causa do seu esquecimento, muito reclamado por Nunes (2015; 2017). É na própria constituição entre o lirismo e a retórica mal identificada por Carpeaux que Félix se fez como um poeta lírico e retórico.

Isso, no entanto, não invalida sua poesia como instrumento para compreender o desenvolvimento de sua trajetória e da produção dos debates que estavam postos nos anos 1960. E nesse sentido, a crítica de Sarmiento Barata ganha um lugar privilegiado ao perceber que a liberdade posta em *Canto para transformações do homem*, “Não é a liberdade no sentido substancialista, que encerra o indivíduo em si mesmo, e sim aquela que se funda na religação dos homens numa totalidade concreta” (Barata, 1969, p. 25). Como se lê nos versos iniciais da “Conclusão”:

É inútil querer parar o Homem,
o que transforma a pedra em piso,
o piso em casa e a casa em fonte
de novas músicas da carne
criando em torno de si própria
a sua liberdade estranha.
E a espessa liberdade
de ser
a pátria sem fim do ato livre (Félix, 1966, p. 233).

Adentra-se numa lógica goldmanniana de interpretação do fenômeno artístico entre compreensão e explicação (Goldmann, 1967a; 1967b), conforme já abordamos anteriormente. Assim como, confirma o nosso argumento, a partir de Lukács, de ter na arte a garantia de um princípio antropomorfizador, uma vez que para esse autor a arte se singulariza na presença e constituição do espírito humano ao ser a representação da existência. “O princípio antropomorfizador na estética, e apenas nela, não significa uma subjetivação – nem mesmo uma subjetivação socialmente necessária, como na religião –, mas uma objetividade peculiar, que, no entanto, está inseparavelmente ligada ao gênero humano enquanto objeto e sujeito do estético” (Lukács, 2024, p. 425).

Félix reivindica a própria poesia como esse aspecto antropomorfizante ou, em outras palavras, humanista.

De repartição em repartição a poesia
fugiu, tentou fugir
do engavetado mundo das mesas
alinhadas
como leitos fúnebres
à disposição das
necrófilas orgias de generais e beatas e banqueiros e exporta-dores
(Félix, 1966, p. 229).

Da mesma maneira é o que o coloca na posição de poeta e não ter abandonado a poesia, pois embora seu humanismo fundamente-se no catolicismo primeiro da juventude e no existencialismo e marxismo de uma fase mais adulta, é na configuração poética que ele se realiza enquanto projeto intelectual, cuja consequência tem expressões em outros tipos de projeto que ultrapassam a poesia, mas que buscam nela o que há de humano.

Sendo a poesia a forma de levar isso a cabo, a liberdade era o que dava o fundamento. Pois liberdade “é transformação da natureza, História, busca dos valores do homem pelos próprios homens, *fazer* manual e intelectual que cria a habitação humana, gesto sem medo, ato de amor” (Barata, 1969, p. 25). Para Félix, liberdade é a própria história e ele articula isso na conclusão do livro-poema ao fazer uma sequência de estrofes iniciadas pelo verso “É inútil querer parar o homem”, a lógica posta é: assim como o homem, a história também segue. Também pode-se ler essa significação entre liberdade e história nos versos:

Ah, que mistério maior é este
 que liga a liberdade e o homem
 e une o homem aos outros homens
 como o curso de um rio ao mar! (Félix, 1966, p. 233).

Havendo sido motivado por uma situação histórico-social de golpe militar, também cabia ao poeta dar respostas ao seu tempo presente. E ele não se furtou de escrever para superar a “banda podre do tempo”:

É inútil querer parar o Homem
 e o seu sonho a dar longas voltas
 ou a inventar estradas do cárcere,
 o seu sonho mais essencial
 a demolir, a enferrujar
 metais de qualquer ditadura (Félix, 1966, p. 233).

Nos versos acima é mais literal a menção ao golpe, mas o livro todo tendo no seu núcleo a liberdade, iniciado por seu filho com a pergunta sobre o que ela era, foi uma resposta imediata que se relacionou tanto com os fatos quanto com a sua trajetória na construção do humanismo ao ter na liberdade, conforme argumentou-se acima, o motivo do seu engajamento.

Félix não abandonaria a liberdade como um dos fundamentos do humanismo. Em momentos posteriores, a partir do seu envolvimento editorial em projetos diferentes, enfatizaria outros interesses, como forma de reafirmar essa construção em torno da liberdade, como o encontro e o diálogo, presente, por exemplo, na Revista Paz e Terra, tema do próximo capítulo.

4 Em defesa do humanismo: o projeto Paz e Terra

Em julho de 1966 começou a circular uma revista cujo propósito era ser o “campo onde os humanismos, as igrejas e os diálogos dos homens de boa-vontade superam as diferenças de estrutura e instituição, raça e credo, cultura e partido” (PAZ E TERRA, 1966, p. 4). Moacyr Félix estava envolvido em mais um projeto cultural em defesa do humanismo, agora, mais do que os anteriores, vinculado a um ecumenismo *stricto sensu*. Motivada pelo diálogo religioso, a Revista Paz e Terra (RPT) circularia até 1969 com dez volumes publicados e seria dirigida por Waldo César em nove e teria Moacyr Félix como secretário. No último, com a saída de Waldo, Félix assumiu a direção e Fausto Cunha (crítico e escritor) ocupou o lugar de secretário.

É sustentado (Cunha, 2020) que a revista foi encerrada por questões financeiras, argumento que esta pesquisa tende a discordar, e sim enfatiza-se os problemas políticos, uma vez que quando a revista encerrou as atividades, a situação financeira de Paz e Terra não era tão crítica, conforme documentação que será analisada adiante.

Embora, diferentemente da Revista da Civilização Brasileira, tenha sobrevivido ao AI-5, o regime não deixou de perseguir a RPT. Vários volumes foram recolhidos pela censura, gerando prejuízos, sim, mas também limitando o seu escopo de atuação. Então, em 1969, circulou o último volume, cuja capa abordava os 43 anos de fascismo em Portugal.

Tanto a revista quanto a editora Paz e Terra tiveram impacto significativo entre a intelectualidade vinculada ao universo católico e protestante, mas também de modo mais amplo ao discutir temas centrais da realidade brasileira. Documentos da Igreja eram publicados e havia um debate profícuo entre diferentes setores da intelectualidade.

Neste capítulo, pretende-se discutir a atuação de Moacyr Félix na Paz e Terra e como a sua trajetória encontra nesse projeto um ponto de síntese entre dois mundos que compunham de maneira significativa a sua atuação intelectual até o momento – o católico e o de esquerda. E como ele vai delinear seu humanismo a partir de uma concepção que apareceria frequentemente na revista: o ecumenismo, cujo impacto é tanto no sentido religioso quanto no sentido mais abrangente, ao entender um projeto e uma trajetória humanista

como uma maneira de, como ele colocou em seu primeiro texto publicado em RPT, “compreender, sem preconceitos e sem ideias feitas, o mundo [que] nos cerca e o homem que dentro dele luta para alcançar em toda a plenitude a Liberdade ou o Amor” (Félix, 1966, p. 10).

4.1 Paz e Terra no contexto editorial brasileiro

O surgimento da Paz e Terra tem duas versões. A reivindicada por Moacyr Félix e a atribuída a Waldo César. Félix tomou para si a ideia de criar uma revista em que houvesse espaço para debates que não estariam muito marcados por uma perspectiva abertamente socialista e materialista, como era a Revista da Civilização Brasileira, em sua concepção. “Tinha uma série de católicos de esquerda, pessoal da Ação Popular, frente de libertação do Gutierrez, nós queríamos publicar aquele movimento de libertação dos católicos, Padre Henrique de Lima Vaz etc., gente de primeiríssima qualidade por aí e os protestantes” (Félix apud Ridenti, 1996).

Na lembrança de Félix, houve a percepção por parte dele de um nicho editorial que poderia ser explorado num projeto próprio. Ao ser questionado o porquê de não fazer na própria Civilização Brasileira, ele argumentou: “Tivemos que fazer [a RPT] porque eles [os religiosos] queriam ter uma série de ideias próprias. [...] nós queríamos mostrar que colaborávamos dentro de qualquer linha de humanismo. Lutou pela liberdade, lutou pela humanização da vida, lutou contra a alienação, tem consciência que este mundo está desumanizado, quer um mundo qualitativamente transformado num mundo melhor? Estamos de acordo, vamos expor suas teorias” (Félix apud Ridenti, 1996).

Diante do alinhamento ideológico a partir da ideia de humanização do mundo e na luta pela transformação, “Aí abrimos, eu falei: ‘Ênio, vamos abrir uma revista’, até eu que dei o título. *Paz em Terra*, era o nome, a encíclica [de João XXIII]: ‘Vamos chamar de *Paz em Terra*’. Convidamos o Waldo que era protestante” (Félix apud Ridenti, 1996). Ou seja, Félix foi a Waldo e o convidou para fazer parte do projeto que ele mesmo já tinha nomeado a partir da encíclica de João XXIII, *Pacem in terris*, publicada em 11 de abril de 1963.¹⁰⁷

¹⁰⁷ O debate com a encíclica será abordado mais adiante.

Waldo César pertencia ao movimento protestante, era sociólogo presbiteriano, membro da Confederação Evangélica do Brasil (CEB) e havia se engajado na transformação da Igreja Evangélica no Brasil para além do universo confessional. Sua atuação ia no sentido de uma “responsabilidade sociopolítica dos cristãos” (Cunha, 2007), cuja dinâmica assistiu seu ponto culminante entre os anos 1950 e 1960, num momento em que a sociedade brasileira estava politizando-se a partir da perspectiva de uma reivindicação do povo, estratégia que atingiu diferentes setores sociais, inclusive os próprios intelectuais. Assim como nos espaços laicos, dentro das igrejas houve uma reação conservadora, enfatizada pelo golpe de 1964 às propostas reformistas dos intelectuais religiosos. Ainda conforme Cunha (2020, p. 524):

Dentre as lideranças evangélicas atingidas pela censura, houve quem conseguisse sobreviver à repressão (interna e externa às igrejas) e buscasse espaços para garantir a sobrevivência das novas significações que emergiram, a fim de, ainda que na marginalidade, trabalhar para instituí-las. Um desses espaços foi o Centro Evangélico de Informação (CEI), criado em 1964, transformado em Centro Ecumênico de Informação, em 1965.

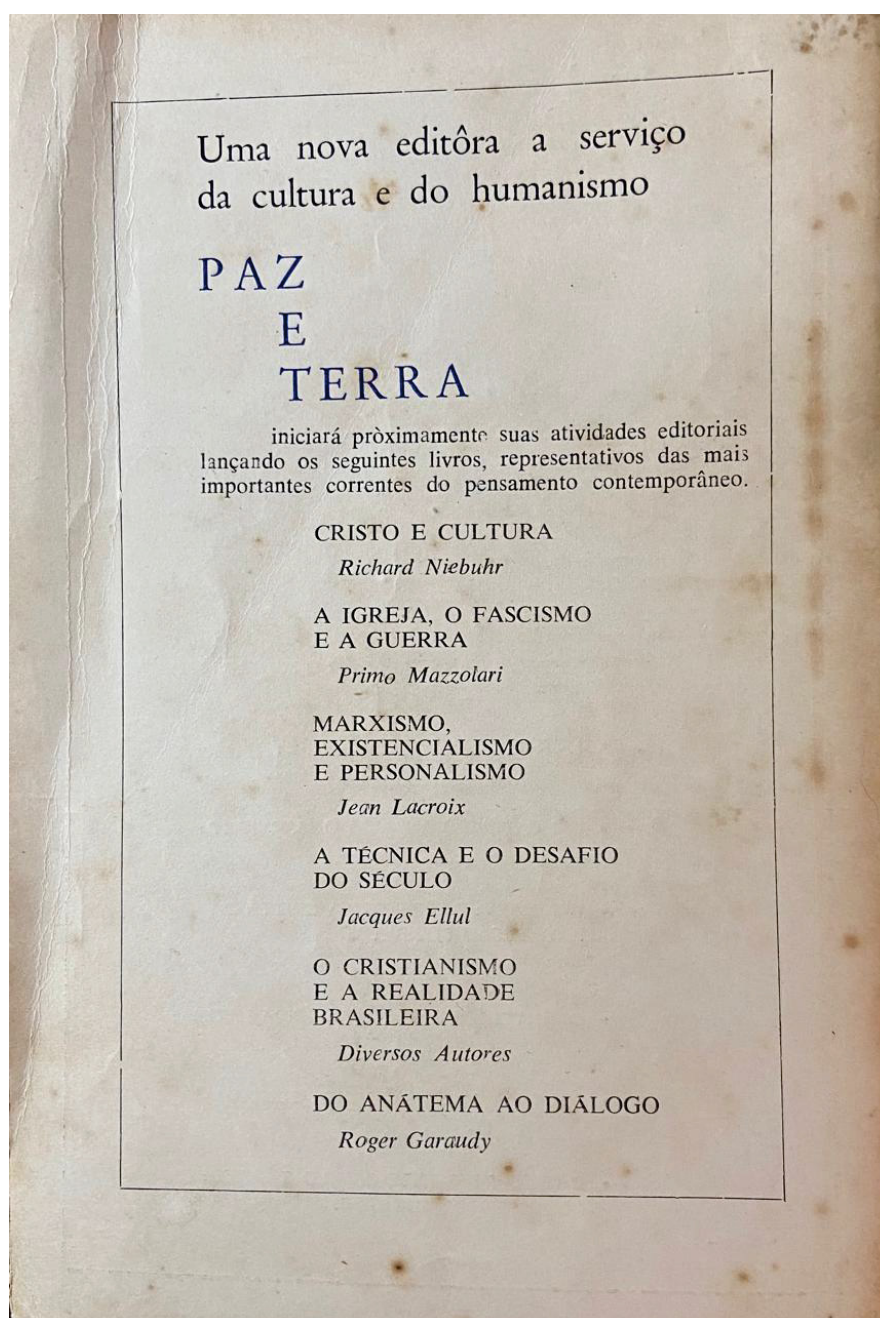
O CEI reunia uma série de agentes, pastores e leigos, teólogos e estudantes, jovens e adultos, que estavam em consonância com os ideais da responsabilidade social dos cristãos, articulando projetos para além das igrejas e com uma perspectiva ecumênica. Waldo César, portanto, estava imerso nesse meio que se vinculava também com a esquerda católica. “O Márcio Moreira Alves foi um que entrou no nosso circuito, outro foi Lauro Oliveira Lima, a Rose Marie Muraro... essa rede foi crescendo e era formada por vários núcleos. Era o tempo da JEC, JUC, e de vez em quando a gente se encontrava em algum lugar. Eu fui a muitas reuniões de dois ou três dias em Petrópolis. Surgiam muitas coisas que refletiam nas publicações católicas. Essa rede nunca morreu e existiu durante todo o processo. Era uma rede de resistência mesmo e que toma um corpo mais concreto com a revista Paz e Terra” (César apud Cunha, 1997, p. 174).

E a proposta da revista teria surgido, nessa versão da história, nesse meio. No processo de consolidação das atividades realizadas no CEI. Waldo César, em parceria com Luiz Eduardo Wanderley, decidiu encontrar uma editora que possibilitasse a realização de um espaço para debater propostas

ecumênicas que desse vazão aos debates realizados no CEI, já como um centro ecumênico (Cunha, 2020, p. 525).

[O Ênio Silveira] ficou encantado com a ideia e nos mandou procurar o Moacyr Félix, que trabalhava com ele, e que vibrou com a ideia. Fizemos um projeto e dissemos a ele que deveríamos ter nomes de peso da Igreja Católica e do mundo secular, para que ninguém metesse a mão na revista. Com nomes como Alceu Amoroso Lima e D. Helder Câmara, esquerda lúcida e combatente, [a censura] não barraria a revista tão facilmente. Era uma estratégia (César apud Cunha, 1997, p. 174).

A acolhida da proposta por parte de Ênio Silveira, tenha ela partido de Waldo ou de Félix, indicava uma estratégia editorial num período em que as medidas judiciais e policiais contra a Civilização Brasileira ganhavam corpo, daí a necessidade também de criar um selo próprio para a edição de livros que abarcassem a proposta da revista (Rosa, 2011, p. 125). Já no primeiro número, apareceu na antecapa a publicidade de “Uma nova editora a serviço da cultura e do humanismo”, com a indicação de seis livros no catálogo, com vistas a absorver o público leitor ligado ao pensamento progressista.

IMAGEM 13 – Antecapa *Revista Paz e Terra*, v. 1

Fonte: Arquivo pessoal.

O mercado editorial não vivia o melhor momento em decorrência de políticas econômicas que encareceram o custo da produção. Entre novembro de 1965 e junho de 1966, houve um aumento de 50% nos custos gráficos. Os benefícios do setor livreiro só seriam sentidos de modo mais evidente a partir da década de 1970, não obstante estratégias do governo militar para fomentar o mercado, como a isenção de impostos para todas as etapas de produção e venda do livro, inclusive a fabricação do papel de impressão. Em 1966, foi criado

o Grupo de Estudos da Indústria de Papel e Artes Gráficas (GEIPAG) que renovou a maquinaria gráfica do país, incentivando a importação de maquinário num montante de US\$ 40 milhões (Hallewell, 1985, p. 463-464). Vivia-se um momento que diferentes estratégias editoriais eram necessárias para criar um balanço positivo nas editoras. E Paz e Terra parece ter sido um projeto que apostava numa possibilidade de explorar um mercado que considerava estimulante para a saúde econômica da Civilização Brasileira. Uma aposta no projeto cultural, assim como no econômico.

A criação da editora Paz e Terra (EPT) foi uma forma de apoiar a Civilização Brasileira que estava sob investigação militar em decorrência não só de sua atuação no pós-golpe, mas também devido à atuação no pré-golpe com os Cadernos do Povo Brasileiro, em especial. Assim, haveria uma possibilidade de publicar livros que teriam um público consumidor ampliado e, hipoteticamente, não seriam tão visados pelas empreitadas dos militares.

Apesar de ter sido alvo de recolhimentos de livros, a EPT não chegou a enfrentar nada próximo ao que passou a Civilização Brasileira. Esta foi alvo de uma campanha intensa por parte do governo militar entre os anos de 1964 e 1970, quando

[...] um conjunto de restrições financeiras e comerciais também foi utilizado pelo governo para a desmobilização em torno da ECB e de Ênio Silveira, juntamente com as medidas policiais e jurídicas. Basicamente, houve pressões sobre bancos para que não financiassem as edições (segundo o editor, o maior problema envolvendo a cassação dos seus direitos políticos foi a impossibilidade de continuar fazendo financiamentos por meio do Banco do Brasil, agente financeiro oficial para o setor livreiro desde a década de 1950), apreensões em quantidades suficientes para causar prejuízos significativos (acrescidas das perdas com o incêndio na sede da empresa) e, aspecto determinante na opinião de Ênio, a intimidação de livreiros para que não vendessem os livros da ECB [...] (Rosa, 2011, p. 190).

Em 1966, ano de aparecimento da RPT, a Civilização enfrentava uma grave crise financeira, obrigando Ênio Silveira a se desfazer de uma de suas publicações mais lucrativas, o Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa, vendido a seu sogro, Octalles Marcondes, além de adiar o pagamento de diversas dívidas por dois anos (Rosa, 2011, p. 191).

O próprio Moacyr Félix viu seus contratos com a editora se modificarem, diante da crise financeira. Em 11 de agosto de 1966, ele recebeu do diretor

administrativo e financeiro da editora, Lourival Mazzini Netto, e do diretor editorial Mário da Silva Brito um comunicado que indicava um contexto geral de dificuldades, que dizia:

Não são desconhecidas de quem quer que seja, a esta altura, as gravíssimas consequências que a vida econômica e financeira do Brasil sofreu com a desastrosa e impatriótica política posta em prática pelo atual governo. [...] Como não poderia deixar de ocorrer, diante de tão graves causas, a crise vigente acabou atingindo em cheio a indústria e o comércio do livro em nosso país, produzindo sombrio e desalentador estado de coisas que nos obriga a medidas inevitáveis de controles de despesas e, talvez, até mesmo de diminuição no volume de lançamentos. No que diz respeito às de entendimento estabelecidas entre a Civilização Brasileira e o caro amigo, relativo à assessoria editorial que nos prestará na coleção Perspectivas do Homem, somos a contragosto obrigados a modificar parcialmente a cláusula 5ª, eliminando da mesma o dispositivo que garante um adiantamento de Cr\$ 200.000 sobre a remuneração a auferir.¹⁰⁸

De acordo com o advogado que representava Ênio Silveira, houve duas grandes ondas de apreensões de livros após o golpe. A primeira entre 1964 e 1966 e a segunda em 1969 (Fragoso, p. 26 apud Rosa, 2011, p. 191). Ainda de acordo com Fragoso, o recolhimento dos livros não era sequer registrado pelas autoridades, o que dificultava a recuperação dos materiais via judiciário, considerando que nos primeiros anos de ditadura, ainda havia um STF atuante. Segundo o levantamento realizado por Rosa (2011) no Catálogo do DOPS-GB, constam cinco títulos de 1965, de quatro autores brasileiros e um estrangeiro. De 1966, constam seis títulos, além de um número da Revista Política Externa Independente não especificado¹⁰⁹, mas esse número é consideravelmente maior devido à falta de registros. Além disso, havia uma relação de livros considerados subversivos, disponível no Fundo do DEOPS, composta por 33 livros indicados, sendo que 17 eram da Civilização Brasileira¹¹⁰ que tinha mais livros indicados

¹⁰⁸ Ver documento complexo em anexos.

¹⁰⁹ De 1965: GARAUDY, Roger. Perspectivas do homem: existencialismo - pensamento católico - marxismo, 1965; IANNI, Octavio. Estado e capitalismo: estrutura social e industrialização no Brasil, 1965; KONDER, Leandro. Marxismo e alienação 1965; LOUZEIRO, José. Assim marcha a família, 1965; MAIA NETO, João. Brasil, guerra quente na América Latina, 1965. De 1966: PEDROSA, Mário. A opção brasileira, 1966; PORTER, Joyce. O espião involuntário, 1966 (Coleção Romance Policial, v. 8. Série Espionagem.); RODRIGUES, José Honório. Vida e história, 1966; TCHUIKOV, Vasili Ivanovitch. A batalha de Stalingrado, 1966 (Coleção Documentos da História Contemporânea, v.19.); TINHORÃO, José Ramos. A província e o naturalismo, 1966 (Coleção Temas, problemas e debates, v. 2.); TOGLIATTI, Palmiro. O caminhão italiano para o socialismo, 1966 (Coleção Temas, problemas e debates, v. 6.).

¹¹⁰ Livros da ECB listados: MENDES, José Guilherme. Moscou, Varsóvia, Berlim, 1956; LAPIDE, P. E. O canhão e a foice, 1959; COSTA, Bolívar. Quem pode fazer a revolução no Brasil?, 1962 (Cadernos do Povo Brasileiro, v. 7.); OLIVEIRA, Franklin de. Revolução e contra-revolução no Brasil, 1962 (Cadernos

que a própria editora do PCB, Editorial Vitória, que aparecia em segundo lugar com nove (Rosa, 2011, p. 193).

Já com a EPT, apesar de também sofrer com a apreensão de livros, o número foi relativamente menor e ela e seus autores não chegaram a sofrer qualquer ação criminal por parte do Estado brasileiro, diferentemente da Civilização Brasileira. “Predominaram entre as apreensões os autores estrangeiros (as traduções eram marca do programa editorial da empresa) e pouco conhecidos no Brasil, embora muitos dos títulos contivessem as ‘palavras-chave’ (como marxismo ou nomes de teóricos marxistas) que despertavam o interesse dos agentes dos órgãos de informação e segurança” (Rosa, 2011, p. 198).

Dessa maneira, a EPT tinha uma margem de trabalho mais segura, em relação à ECB, o que permitia uma adaptabilidade por parte de Ênio Silveira de duas formas. A primeira era um acordo entre as duas editoras de uma venda dos livros da EPT para a ECB com desconto de 60%, conforme indicado em documentação da EPT, o que permitia uma margem de lucro maior na venda no preço de capa na livraria. A segunda maneira era que tanto Ênio quanto sua esposa e seu filho eram detentores da maior parte das cotas da EPT, das 625 cotas do capital social, eles tinham conjuntamente duzentas cotas, divididas entre 75 para Ênio, 150 para Cléo Marcondes e 25 para Rui Silveira, esposa e filho, respectivamente. O restante das cotas era dividido da seguinte forma: Moacyr Félix – 50 cotas; Waldo César – 25 cotas; Wilson Fadul – 150 cotas; Maria Virginia Ribeiro Ferreira – 50 cotas; Fausto Ricca – 50 cotas; Fausto Cunha – 25 cotas; e Antonio Houaiss – 25 cotas.¹¹¹

do Povo Brasileiro, v. extra.). [No documento, o autor citado é Vamireh Chacon]; HOLANDA, Nestor de. Como seria o Brasil socialista?, 1963 (Cadernos do Povo Brasileiro, v. 8.); OLIVEIRA, Franklin de. Que é a revolução brasileira?, 1963 (Cadernos do Povo Brasileiro, v. 9.); BAILBY, Edouard Andre Henry Joseph. Que é o imperialismo?, 1963. (Cadernos do Povo Brasileiro, v. 17.); SANTA ROSA, Virginio. O que foi o tenentismo?, 1963 (Cadernos do Povo Brasileiro, v. 22.); BARRETO, Leda. Julho, Nordeste, Revolução, 1963; LAGO, Mário. Brasil, 1º de abril: estórias para a história, 1964; ARRAES, Miguel. Palavra de Arraes, 1965; BORGES, Mauro. O golpe em Goiás: história de uma grande traição, 1965; GERASSI, John. A Invasão da América Latina, 1965; IANNI, Octavio et al. Política e revolução social no Brasil, 1965 (Coleção Retratos do Brasil, v. 33.); KONDER, Leandro. Marxismo e alienação, 1965; MONIZ, Edmundo. O Golpe de Abril, 1965; MOREL, Edmar. O Golpe começou em Washington, 1965; SODRÉ, Nelson Werneck. História militar do Brasil, 1965.

¹¹¹ Vale destacar, que a PeT foi criada legalmente separada da Civilização Brasileira, esta era encarregada apenas da distribuição.

A rápida acolhida que a ideia de César teve na ECB indica a clara percepção, por parte de Ênio Silveira, da oportunidade que se abriu e do que isso representava num momento em que aumentavam as medidas judiciais e policiais contra a Civilização e seu grupo. Já em 1968, quando a EPT tornou-se uma sociedade anônima (a esposa de Ênio, Cléo Marcondes Silveira, passou a ser acionista majoritária), a empresa publicou dezesseis títulos e, em 1969, foram vinte e cinco, o que indica que a editora conseguiu expandir suas atividades mesmo depois do AI-5 (Rosa, 2011, p. 121).

Assim, o surgimento da Paz e Terra com a temática ecumênica em vista, com discussões de intelectuais ligados ao clero, possibilitava uma maior sustentação da editora no mercado editorial. O Conselho Editorial da revista aparenta ter sido montado pensando nessa sustentação, pois dos 24 nomes que o compunham 19 não publicaram nenhum texto ou apenas um nos dez volumes. Logo, vários nomes ligados ao clero emprestaram seus nomes para dar a credibilidade necessária para que a revista não estivesse muito frágil diante de intervenções militares. É justamente o oposto do que ocorre com a Revista da Civilização Brasileira, que precisou suprimir seu conselho editorial em decorrência dos IPMs da Imprensa Comunista e da Editora Civilização Brasileira.

Essa omissão, no entanto, e o que até agora os documentos têm demonstrado, não resultou de uma reformulação do Conselho ou do formato da revista que, supostamente, representaria uma nova fase da RCB, mas das condições sob as quais os processos censórios estavam sendo imputados a muitos dos colaboradores da revista individualmente. Ou seja, a omissão do corpo de conselheiros foi a forma não somente de “retirar de cena” aqueles indiciados em IPMs como estruturar a revista a partir de “uma linha independente”. Muito embora o Conselho não funcionasse na prática – não se reunia e nem decidia pela forma e conteúdo da revista – ele existia como uma identidade da própria RCB, inserida num contexto de renovação das esquerdas em torno do engajamento cultural na década de 1960, assim como envolvida no processo de consolidação da indústria cultural no Brasil (Czajka, 2005, p. 80-81).

Em alguma medida, pode-se afirmar algo parecido sobre a RPT no que tange a identidade da revista. Seu conselho, embora pouco ou nada efetivo na condução da revista, serviu como uma maneira de apresentar uma instituição tradicionalmente conservadora próxima a intelectuais e propostas consideradas de esquerda ou na radicalidade do argumento, comunistas, num momento de renovação das esquerdas e da própria Igreja e de seus intelectuais (essa renovação será discutida mais adiante).

Em alguma medida, o fato de conseguir publicar uma série de clérigos e temáticas vinculadas à Igreja, permitiu um crescimento da editora que se confirma na documentação de Moacyr Félix entregue a Ênio Silveira quando o primeiro deixa a diretoria da empresa por problemas pessoais. “Meu caro Ênio, conforme você nos solicitou, entregamos-lhe, em anexo, os elementos necessários para que tenha uma visão panorâmica da atual situação econômico-financeira e editorial da Paz e Terra. [...] você verá que lhe devolvemos o comando de Paz e Terra com a satisfação de poder dizer-lhe, a você que tanto confiou em nós, que ela se encontra em situação econômico-financeira melhor do que a existente quando tomamos posse nos cargos para os quais fomos eleitos: o seu ativo é bastante para cobrir, com sobras, o seu passivo”.¹¹²

Esta documentação de Félix, contradiz a argumentação de que a RPT foi encerrada por problemas financeiros, conforme assinalou Cunha (2020). Defende-se que seu fechamento se deu por problemas de perseguição política, que nem mais os agentes ligados ao clero conseguiram dar apoio quando começou a fase mais radical da ditadura, no pós-AI-5. No volume 9, Waldo César anuncia a sua saída com a seguinte nota: “Com este número termino minhas atividades como diretor desta revista. Deixo registrado meu reconhecimento a todos aqueles que confiaram e cooperaram com esta proveitosa experiência cultural e ecumênica – tanto os leitores quantos os membros do Conselho de Redação – e faço votos de que o debate aberto e honesto entre os homens de boa vontade continue a experiência destes anos” (Paz e Terra, v. 9, p. 1). Moacyr Félix indica na sequência, na mesma página, uma nota também explicativa:

Circunstâncias de sua vida particular tornam impossível a nosso querido amigo Waldo César continuar dando a esta revista a valiosa colaboração que nos prestou ao longo de quase três anos. Lastimando sua ausência, queremos apresentar-lhe de público os protestos sinceros do nosso reconhecimento, certos de que ele, no decurso de sua jornada intelectual, será sempre o mesmo batalhador corajoso pela compreensão entre os homens. De nossa parte, garantimos a continuidade dos propósitos que orientaram o surgimento dessa publicação, convencidos que estamos da necessidade cada vez mais premente do encontro e diálogo de todas as tendências do humanismo contemporâneo (Paz e Terra, v. 9, p. 1).

¹¹² Ver documentação completa nos anexos.

As circunstâncias da vida referem-se às investidas dos militares contra o diretor. No ano de seu desligamento da revista, houve uma tentativa de prisão, a segunda em dois anos. Pois, em 1967, ele tivera a sua casa invadida pelo DOPS e fora levado preso, permanecendo incomunicável por uma semana. “Embora não tenha ficado exposto na nota de desligamento publicada, o conjunto das medidas policiais e jurídicas levadas a cabo contra Waldo César parece ter sido determinante para o encerramento do seu trabalho na RPT” (Rosa, 2011, p. 132). Logo, a força institucional vinculada ao clero perdia sustentação na medida em que a repressão aumentava e o projeto da revista foi tornando-se cada vez mais inviável.

4.2 O surgimento de Paz e Terra e sua relação com a rearticulação da Igreja

Paz e Terra surgiu num contexto em que a Igreja católica se reposicionava. No Brasil, pelo menos desde 1960, o movimento católico já falava em “socialismo democrático” e “revolução brasileira” e alianças com setores do PCB já eram realizadas, ainda que sob críticas dos setores mais reacionários do clero (Arantes; Lima, 1984, p. 28).

Em documento de comemoração dos 10 anos da Juventude Universitária Católica, houve uma alteração no ideário da organização. “A história continuava a ser vista como designio de Deus, mas a atitude deixava de ser passiva. Ao invés de acatar a ordem supostamente natural da sociedade existente tratava-se de agir em nome de Deus para transformar *as estruturas*, criar uma ordem socialmente justa, baseada nos princípios cristãos [...] Começava a ser contestada a autoridade eclesiástica, abria-se o campo de tensão com a hierarquia da Igreja” (Ridenti, 2002, p. 217).

A própria base social da Igreja católica forçava uma reorientação por parte da instituição, assim como no Brasil havia essa guinada à esquerda, em outros espaços também se construíam formas de dar respostas aos problemas sociais impostos, como o já citado caso de Louis-Joseph Lebret, padre dominicano vinculado ao catolicismo social francês que vinha rearticulando algumas posições da Igreja desde os anos 1940 e que teve impacto em notórios católicos brasileiros, como Alceu Amoroso Lima, Cândido Mendes e D. Hélder Câmara. Este último, inclusive, também já falava em “Revolução dentro da paz” (Câmara,

1968), duas categorias que estavam no período associadas ao pensamento de esquerda. A primeira de forma mais evidente e a segunda a partir do Conselho Mundial da Paz promovido pela União Soviética (Ridenti, 2022).

A movimentação sobre a reorientação da Igreja no período foi objeto de reflexão de Alceu Amoroso Lima no volume 1 de Paz e Terra num texto que enfatizava uma das tônicas da revista: o diálogo, que constituiria um dos fundamentos de humanismo que Félix adotaria. Essa foi a única contribuição de um dos principais nomes do catolicismo brasileiro nos dez volumes, mas não despropositadamente foi o primeiro texto da edição, após a seção fixa denominada “Paz e Terra” em que cada volume algum intelectual refletiria sobre esses dois conceitos.

O ponto é que no primeiro volume Alceu, nome forte do catolicismo, lançava um posicionamento de diálogo da Igreja com o mundo moderno a partir das alterações promovidas pela instituição. “Paulo VI declarou expressamente, na reabertura do Vaticano II, que o Concílio promoveria ‘o diálogo com o mundo moderno’ [...] A ‘sã democracia’, na base do ‘verdadeiro humanismo’ é o regime social a que devemos aspirar e pelo qual temos de trabalhar incessantemente. Essa democracia, por sua vez, tem por instrumento principal – o Diálogo. A Igreja, por seu lado, se coloca expressamente pela palavra solene do papa e do Concílio em situação dialogante com o mundo moderno” (LIMA, 1966, p. 11-12).

Para ele, este foi um processo duradouro. Como um intelectual da instituição, Alceu reivindicou uma visão de longa duração histórica de uma instituição milenar e fez uma revisão do afastamento que a própria Igreja promoveu ante o mundo moderno e como se deu esse processo de reorientação que culminaria nas encíclicas de João XXIII.

O fato, porém, é que depois das condenações da *Quanta Cura* e do *Syllabus* e da terminação abrupta do Concílio Vaticano I em 1870 — que firmou a eminência e singularidade da autoridade do Papa, na Igreja, inclusive sua *infallibilidade* em matéria de Fé — o mundo moderno se considerou totalmente condenado pela Igreja e, portanto, em estado de hostilidade, latente ou patente, contra ela. E considerou a Igreja como uma organização autocrática em formal contradição com o espírito democrático já então dominante no século XIX. A Encíclica *Pascendi*, de Pio X, em 1907, contra o *modernismo*, agravou ainda mais o dissídio. A Igreja se apresentava para muitos, senão para a maioria, tanto fora como dentro dela, como sendo incompatível com os tempos novos. [...] A Igreja era uma instituição do passado, conservando imutável o espírito absolutista; fechada a toda renovação, incompatível com a Ciência, com o Progresso, com a Liberdade, com

a Democracia; só falando para negar e para ordenar, sob forma de monólogo e de determinações indiscutíveis e imperativas (Lima, 1966, 12-13).

Apesar desse momento, teria havido uma reorientação pelo menos desde Leão XII, que teria iniciado no século XIX um novo rumo baseado no apelo à justiça, passando por Bento XV com a ideia de Paz e de comunidade universal de nações, para culminar em Pio XII, João XXIII e Paulo VI, todos insistiriam na ideia de “Justiça Social, na Paz, na Ação missionária e apostólica, e portanto na presença da Igreja no mundo como *fermento* e não como *policiamento* - em suma, numa tomada de posição dialogante e democrática e não monologante ou ditatorial, como sendo o meio mais puro e mais intrinsecamente cristão de realizar a sua missão perene de pregadora e realizadora do Reino de Deus” (Lima, 1966, p. 15).

Não obstante as ausências de problematizações dos papas citados e de uma concepção teleológica da Igreja, como se ela estivesse numa evolução constante desde Leão XII, forma de raciocínio contraditória com a própria colocação de Alceu sobre Pio X em relação ao modernismo, algumas respostas, de fato, foram dadas. João XXIII convocou em 1961, o Concílio Vaticano II, iniciado em 1962, e encerrado em 1965 pelo papa Paulo VI, em que foi consolidada na Igreja a concepção de “povo de Deus”, enquanto categoria específica para designar a população mais pobre, os de baixo ou de forma mais genérica o conjunto dos subordinados (Napolitano, 2017, p. 265).

Em 1961, João XXIII publicou a encíclica *Mater et magistra*, que trazia no seu tema “Sobre a recente evolução da questão social à luz da doutrina cristã”. Nela, o papa determina uma série de critérios que são ou não considerados justos e humanos a partir da perspectiva dos cristãos: “[...] a Santa Igreja, apesar de ter como principal missão a de santificar as almas e de as fazer participar dos bens da ordem sobrenatural, não deixa de preocupar-se ao mesmo tempo com as exigências da vida cotidiana dos homens, não só no que diz respeito ao sustento e às condições de vida, mas também no que se refere à prosperidade e à civilização em seus múltiplos aspectos, dentro do condicionalismo das várias épocas” (João XXIII, 1961, s/p).

As exigências da vida cotidiana contemplam desde a doutrinação sobre o trabalho – “que deve ser considerado, em teoria e na prática, não mercadoria,

mas um modo de expressão direta da pessoa humana. Para a grande maioria dos homens, o trabalho é a única fonte dos meios de subsistência. Por isso, a sua remuneração não pode deixar-se à mercê do jogo automático das leis do mercado; pelo contrário, deve ser estabelecida segundo as normas da justiça e da equidade, que, em caso contrário, ficariam profundamente lesadas, ainda mesmo que o contrato de trabalho fosse livremente ajustado por ambas as partes” (João XXIII, 1961, s/p) – até aspectos ligados às formas de imperialismo cultural e econômico das nações desenvolvidas sobre as subdesenvolvidas: “As nações economicamente desenvolvidas, ao ajudá-las [as subdesenvolvidas], devem reconhecer e respeitar essa individualidade, e vencer a tentação de projetar a própria imagem, através daquela obra, sobre as comunidades em vias de desenvolvimento” (João XXIII, 1961, s/p). Passando por temas relacionados ao êxodo rural e as condições de vida das sociedades agrícolas.

A doutrinação sobre as questões sociais também impunha limites que já haviam sido trabalhados por Pio XI. João XXIII apenas prossegue com as mesmas orientações fazendo referência ao papa predecessor: “Entre comunismo e cristianismo, o pontífice declara novamente que a oposição é radical, e acrescenta não se poder admitir de maneira alguma que os católicos adiram ao socialismo moderado: quer porque ele foi construído sobre uma concepção da vida fechada no temporal, com o bem-estar como objetivo supremo da sociedade; quer porque fomenta uma organização social da vida comum tendo a produção como fim único, não sem grave prejuízo da liberdade humana; quer ainda porque lhe falta todo o princípio de verdadeira autoridade social” (João XXIII, 1961, s/p.). Fato que não se concretizava na esquerda católica brasileira, afinal a construção do humanismo em organizações como a JUC não era somente cristã, mas aderida a concepções marxistas (Ridenti, 2002, p. 222-223). Talvez esse fora um dos motivos que tenha a levado a se desligar da Igreja em 1967. E o documento de fundação da Ação Popular, organização de cristãos, de 1962, abolia referências ao cristianismo, embora permanecesse um ideário em afirmações abstratas, como o “compromisso com o homem”. “No caso da AP, sem menosprezar sua atuação em outros movimentos, a principal inserção esteve no meio estudantil ou recém-egresso da universidade. [...] Impunha-se a superação dos estreitos limites institucionais da Igreja católica” (Ridenti, 2002, p. 256). E era com esse público que a RPT vinha dialogar.

A proposta da revista era aproximar o mundo ecumênico do secular, a partir de um público interessado nesses dois pontos de contato que tinha essa base social em organizações que se afirmavam nos anos 1960, como a Ação Popular, mas não se restringia a elas. Por isso o leque não só da revista, como o da editora foi ampliando-se a ponto de conseguir alcançar a proposta ecumênica *stricto e latu sensu*.

A Editora Paz e Terra se especializou, em pouco tempo, em traduções de livros de teólogos “progressistas” e filósofos europeus e norte-americanos, e em abordagens diversificadas de intelectuais brasileiros (mais divulgados, porém, pela RPT). Através dos títulos publicados entre 1966 e 1969, que tiveram anúncios publicitários veiculados na RCB, RPEI e RPT, é possível perceber algumas das tendências e das disputas existentes nos cenários cristãos, no Brasil e no mundo, marcados, desde a década de 1950, pela disposição à cooperação entre as diversas denominações protestantes (e, a partir do Concílio Vaticano II, em 1962, entre elas e a católica) e pelo esforço de intelectuais para aproximar suas igrejas das grandes questões do mundo secular, e do marxismo (para o qual surgiam novas leituras). Os próprios slogans da empresa refletiam essas tendências: “Uma editora a serviço do encontro e do diálogo”. Por vezes, “encontro” e “diálogo” eram substituídos por “ecumenismo” e “humanismo” ou, ainda, por “diálogo humanista” (Rosa, 2011, p. 121).

Entende-se que a presença de Moacyr Félix no projeto da editora e da revista, propiciou esse encontro e diálogo uma vez que ele era o ponto de contato entre a EPT e a Civilização Brasileira, logo circulava em diferentes formações culturais que possibilitavam exatamente o que propunha a Paz e Terra: o ecumenismo. Muitas vezes manejando as duas revistas ao mesmo tempo, podia selecionar melhor o que caberia numa ou noutra no momento de armar os volumes. Por isso, vê-se na RPT, à exceção do primeiro volume, a presença de textos desconectados do mundo religioso.

Para a RPT tornou-se um imperativo categórico trabalhar a ideia de humanismo, o que levou Félix a aprofundar o desenvolvimento do conceito tanto na sua forma escrita (em poesia ou em ensaio) quanto editorialmente.

4.2.1 *Pacem in terris* em Paz e Terra

Nos primeiros cinco volumes de Paz e Terra houve uma seção fixa homônima à revista, cujo objetivo conforme traz a do primeiro volume era “inaugurar a abertura de algumas páginas, em cada número, para que esse ou

aquele dos nossos colaboradores escreva sobre os ângulos em que vê o engate histórico das duas palavras que dão título a esta revista” (Paz e Terra, 1966, p. 5).

O primeiro foi escrito por Félix, e o poeta deu o tom dos objetivos de RPT, qual era a proposta da revista e o que ali era compreendido como paz e terra na conjunção entre os dois substantivos ecumênicos, isto em diálogo com a encíclica de João XXIII.

O diálogo quando não era explicitamente convocado a partir da verbalização, ele o era através dos fundamentos mobilizados. Isso se evidencia de partida no texto de Félix: “Paz e Terra, duas palavras, duas realidades em torno das quais gira em aberto, amplamente em aberto, o horizonte propício à boa vontade dos homens; aquela que procura a dignificação do amor para os seus atos de engajamento” (Félix, 1966b, p. 5). Na encíclica *Pacem in terris*, na última parte, no parágrafo 162, o papa João XXIII (1963, s/p) escreve: “A todos os homens de boa vontade incumbe a imensa tarefa de restaurar as relações de convivência humana na base da verdade, justiça, amor e liberdade: as relações das pessoas entre si, as relações das pessoas com as suas respectivas comunidades políticas, e as dessas comunidades entre si, bem como o relacionamento de pessoas, famílias, organismos intermédios e comunidades políticas com a comunidade mundial. Tarefa nobilíssima, qual a de realizar verdadeira paz, segundo a ordem estabelecida por Deus”.

A ordem é estabelecida por Deus, mas a tarefa é dos homens de boa vontade, os mesmos homens que Félix se refere que devem se engajar nos seus atos. Daí continua o poeta:

Boa vontade, portanto, que não se identifica com a maciez dos sofás em que a *conscience malheureuse* dos conservadores, ou seja, dos que sabem que apenas eles lucram deixando as coisas como estão, para derrubar sobre as dores do tempo as suas secas ou ácidas definições de moral ou de justiça, de equilíbrio ou de bom senso [...] Para nós, boa vontade é a consciência de que a transcendente aceitação de nossa responsabilidade se transforma, ou pode se transformar no incandescente reconhecimento de nossa culpabilidade, na medida em que silenciemos, ou não, diante dos fatos concretos, situados, que agridem de frente os princípios humanísticos definidores do que dizemos ser, ou dever ser, o sentido mesmo da vida humana sobre a Terra. Boa vontade é a vontade que não se cansa de exigir, aqui e agora, o reino da paz. Paz aqui e agora, situada [...] uma concreta conquista, uma condição *sine qua non* para a autenticidade

dos processos de libertação do homem ou de edificação do bem-estar humano (Félix, 1966b, p. 5-6).

É possível identificar nesse diálogo com a Igreja e a encíclica outras fontes que forneceram fundamentos para que ele pudesse mobilizar sua definição de humanismo para além do universo religioso que em RPT fazia parte e difundia certos ideais, como quando diz que “Paz aqui e agora, situada”, eis um ponto que traz novamente do existencialismo francês ao reivindicar a “situação”. “O homem sartriano desenvolve uma incessante atividade no mundo e, no entanto, permanece [...] com seu doloroso e abstrato isolamento. É exatamente com o objetivo de eliminar esse isolamento que Sartre elabora a noção de ‘situação’ na obra *L’Être et le Néant* [O Ser e o Nada], procurando através dela transformar a abstração anônima do ser-para-si nessa realidade mais concreta que é o “homem-em-situação” (Gois, 2024, p. 13). Dessa maneira, quando Félix reivindica a liberdade na RPT, pode-se interpretar uma liberdade também no sentido sartriano ao considerar que para o filósofo francês, “o Para-si é livre, mas em *condição*, e é essa relação entre a condição e a liberdade que queremos precisar com o nome de situação” (Sartre, 1997, p. 637). Isso significa que há um condicionamento histórico-social em relação ao sujeito, o que permite a Félix construir seu humanismo utilizando-se de tais ferramentas condicionantes e pô-lo em diálogo, como insistentemente anunciou, com outros setores como os religiosos.

Por isso denomina “reino da paz”, aquilo que o papa diz “reino de Deus”, sob os mesmos princípios de verdade, justiça, amor e liberdade, que são as balizas para alcançar o tal mundo da paz: “Este intento é tão nobre e elevado, que homem algum, embora louvavelmente animado de toda boa vontade, o poderá levar a efeito só com as próprias forças. Para que a sociedade humana seja espelho o mais fiel possível do Reino de Deus, é grandemente necessário o auxílio do alto” (João XXIII, 1963, s/p).

Assim, o humanismo de Félix nesse contexto não está desvinculado de sua trajetória, ele foi construído e solidificado a partir do arsenal de referências que construiu ao longo da vida e que se compõe com diferentes núcleos intelectuais, encontrando no projeto da RPT mais um espaço para a difusão desse ideário, ainda que *em situação* com o universo religioso.

Acrescenta-se a essa discussão, algo já foi apresentado anteriormente, a influência de Marx ao reivindicar o reino da paz. Félix também faz referência ao reino da liberdade e reino da necessidade de Marx, que já havia sido citado no prefácio de *Violão de Rua*. Vale lembrar que Marx, no capítulo 48 d'O Capital, afirma:

[...] o reino da liberdade só começa onde cessa o trabalho determinado pela necessidade e pela adequação a finalidades externas; pela própria natureza das coisas, portanto, é algo que transcende a esfera da produção material propriamente dita. [...] a liberdade não pode ser mais do que fato de que o homem socializado, os produtores associados, regulem racionalmente esse seu metabolismo com a natureza, submetendo-o a seu controle coletivo [...] considerada um fim em si mesmo, o verdadeiro reino da liberdade, que, no entanto, só pode florescer tendo como base aquele reino da necessidade (Marx, 2017, p. 882-883).

Além disso, mesmo o que Félix definia por amor pode ser visto em diálogo com a perspectiva marxista, tendo em vista como o autor alemão o classifica como uma característica humana em que o ter não pode se sobrepor ao ser, fórmula repetida por Félix em diferentes momentos de sua vida. É nos *Manuscritos de 1844*, livro muito lido por Félix e por suas influências para a construção do seu humanismo, como Erich Fromm, conforme trabalhado no capítulo anterior, que Marx afirma:

Como o dinheiro não se permuta por uma qualidade determinada, por uma coisa determinada, por forças essenciais humanas [...] [e] pressupondo o homem enquanto homem e seu comportamento com o mundo enquanto um comportamento humano, *tu só podes trocar amor por amor*, confiança por confiança. [...] Se tu amas sem despertar amor recíproco, isto é, se teu amar, enquanto amar, não produz o amor recíproco, se mediante tua externalização de vida como homem amante não te tornas homem amado, então teu amor é impotente, é uma infelicidade (Marx, 2010, p. 161 [grifo nosso]).

O que está posto para Félix, portanto, é a necessária construção de uma realidade que esteja pautada no humanismo que, por sua vez, esteja pautado pelo diálogo de diferentes correntes do pensamento. O que está fora disso, ele classifica como dogmático. “Impossível, como consequência imediata destas reflexões, não admitir a necessidade de um diálogo, de um amplo diálogo entre homens que são de diferentes orientações, mas que se identificam, e se reúnem, pelo simples fato de serem homens que tentam resolver dentro de uma mesma

História os mesmos problemas que afligem ou movimentam a todos” (Félix, 1966b, p. 7).

Essa é a forma mais elaborada que ele encontra ao fusionar diferentes correntes do conhecimento que adquiriu ao longo da vida e que encontra num projeto religioso/ecumênico a maneira de difundir, e aqui se aplica não só a revista, mas também a editora. “Encontro e diálogo - eis o alvo que pode ser atingido, que deve ser atingido, dentro das linhas de um humanismo que cresce a partir de raízes filosóficas ou religiosas diversas, mas que encontra na melhor altura do tempo, como um seu fruto a transformar-se em alimento e vida, aquele denominador comum que a todos vem co-movendo (sic.) através dos séculos, aquele ponto a que todos chegam por caminhos diferentes, e em torno do qual todos se unem: a confiança no homem” (Félix, 1966b, p. 7-8).

Conclui sua definição de o que é paz e terra, a acreditar na pessoa como fundamento máximo de seu humanismo, sendo ela capaz de alcançar a justiça e a liberdade, em suma a paz na terra: “Este homem, o mesmo que descobriu a luz ou inventou os balões e a festa e o canto, e são as páginas mais altas de sua história que exemplarmente assim o realça, é capaz também de se assumir aprisionado ou fuzilado ou crucificado para testemunhar do seu amor para os oprimidos ou da necessidade humana de conquistar mais justiça e mais liberdade, paz e terra como o bem de todos” (Félix, 1966b, p. 9).

João XXIII não se afasta da proposta do poeta – melhor o contrário, o poeta não se afasta de João XXIII – e diz ao final da sua encíclica: “Como representante – ainda que indigno – daquele que o anúncio profético chamou o ‘Príncipe da Paz’ (cf. Is 9,6), julgamos nosso dever consagrar os nossos pensamentos, preocupações e energias à consolidação deste bem comum. Mas a paz permanece palavra vazia de sentido, se não se funda na ordem que, com confiante esperança, esboçamos nesta nossa carta encíclica: ordem fundada na verdade, construída segundo a justiça, alimentada e consumada na caridade, realizada sob os auspícios da liberdade” (João XXIII, 1963, s/p).

Não cabe a esta pesquisa afirmar Félix como um intelectual católico, não é o objetivo e de fato isso não se verifica. Mas esse ponto não nega o fato de que em diferentes momentos de sua trajetória, Félix esteve de alguma maneira próximo do catolicismo, sendo um universo preponderante na sua formação

intelectual, como maneira de construção do que ficou chamado como humanismo, assim como nas relações que construiu ao longo da vida.

Como secretário da RPT, esteve em contato com diferentes nomes ligados ao catolicismo no Brasil, e a partir desse momento, também com o movimento evangélico, embora de forma menos expressiva. Sua participação nesse projeto, ainda que não seja central, não é fortuita, há uma intencionalidade em compor esse núcleo. Isso tanto se verifica que quando Ênio Silveira vende a Paz e Terra para Fernando Gasparian, Félix não se desvincula da editora.

Embora o poeta seja personagem secundária nos projetos culturais vinculados à Civilização Brasileira, trouxe para RPT nomes como Alceu Amoroso Lima, figura proeminente do catolicismo brasileiro, e já citado nesse trabalho exaustivamente; Fausto Ricca, personalidade que conhecia desde os tempos da publicação do seu livro *Lenda e Areia*, em 1950, e era do circuito católico. Ricca, aliás, seria um dos acionistas de Paz e Terra. Além da sua irmã, Maria Helena Kühner, militante da Ação Popular; além de trazer nomes que estavam associados à Civilização Brasileira, como Leandro Konder e Otto Maria Carpeaux. Portanto, havia uma articulação por parte de Félix como mediador entre diferentes núcleos intelectuais, a partir da perspectiva que proposta por Gomes e Hansen (2016), do “intelectual mediador”. Esta talvez tenha sido a sua principal contribuição como intelectual, a mediação que realizara entre diferentes agentes, e que puderam constituir formações culturais que eram viabilizadas através dos projetos editoriais financiados por Ênio Silveira.

Sem dúvida, Ênio Silveira é o nome de destaque nesse processo, não à toa é sempre citado e muito estudado. Félix, no entanto, exerceu um papel de trabalho editorial que colocava em marcha os projetos da Civilização e da EPT, os cargos que ocupou demonstram isso, na maioria das vezes esteve vinculado àquelas funções de executar o trabalho (armar a revista, selecionar os textos, realizar traduções, organizar coletâneas etc.). E aqui, não é questão de destacar a sua importância, mas de perceber uma ironia de escolher não fazer parte do PCB por não querer ser tarefeiro, e acabar não escapando de ser tarefeiro na Civilização Brasileira.

Fora o texto “Paz e Terra”, Félix publicou mais três textos na revista. Um poema e duas resenhas de livro. Publicado no volume 4, destinado a discutir sobre a América Latina, o poema acompanha a temática da revista. Intitulado “A

carregar o corpo desta América”, o poeta faz uma crítica à apatia da América, cuja dubiedade não se evidencia se se trata de uma referência aos Estados Unidos ou à América Latina. Mas de qualquer forma uma crítica à sociedade que vê “a liberdade como goma de mascar e coca-cola” (Félix, 1967, p. 227), ou seja, símbolos do consumismo capitalista exportado pela América de lá e importados pela América daqui.

E o poeta segue fazendo apontamentos dos silêncios promovidos diante de acontecimentos os quais eram, segundo sua visão, necessário pronunciamento, tomada de posição, engajamento: “Um dia, já de há muito chegado dentro de nós, perguntarão o que fazíamos / quando estrangulavam os Lumumbas e / a ferro e brasa marcados os continentes descalços / olhavam para nós de dentro da TV / (enquanto no alimento sobre a mesa, em nossa roupa, na cortina / a marca do homem torturado aparecia)” (Félix, 1967, p. 228).

Dessa maneira, evidencia-se que Félix na construção do seu humanismo traz a marca do seu engajamento poético, contribuindo para o projeto ecumênico com características muito próximas daquelas que haviam sido apresentadas em projetos como o Violão de Rua, inclusive fazendo referência ao mesmo Lumumba, assim como havia feito no volume 1 da publicação de poesia, no poema “Sons para Lumumba” (p. 50).

O conceito de humanismo que se verifica em Violão de Rua e em *Canto para as transformações do homem* a partir da liberdade; em Paz e Terra é sustentado a partir do diálogo, eis mais uma marca da sua trajetória como intelectual mediador (Gomes; Hansen, 2016), de se colocar *em situação com*, com alguém ou com alguma causa.

5 Exílios e encontros

Moacyr Félix passou mais de dez anos sem publicar um livro de poesia. Entre as décadas de 1960 e 1970, lançou *Canto para as transformações do homem* (1964) e *Um poeta na cidade e no tempo* (1966). Depois disso, retornou em 1977 com o livro-poema *Canção do exílio aqui*. Isso não implicou, no entanto, um abandono da produção intelectual.

Naqueles anos Félix esteve envolvido com diversos projetos. Para além das publicações em revistas, como as da Civilização Brasileira e da Paz e Terra, também assumiu a edição de coleções em ambas as editoras. Entre 1963 e 1971, foi diretor das coleções *Poesia Hoje* e *Poesia Sempre*, dedicadas a publicar poesia na Civilização Brasileira. Entre 1966 e 1972, dirigiu a coleção *Perspectivas do Homem*, que publicava obras de sociologia, política, economia, estética e filosofia, e até a metade de 1970, dirigiu na Paz e Terra, *Rumos da cultura moderna*, que editava livros de crítica cultural, sociológica e literária. Com centenas de livros editados, Félix foi responsável por preencher diversos paratextos, entre eles orelhas, prefácios e contracapas. Como diretor das coleções, cabia-lhe a escrita de pareceres justificando a publicação ou não das obras.

Nos anos 1970, o humanismo, associado a um projeto nacionalista de país, perdeu espaço para outros debates que passaram a ganhar a esfera pública e a centralidade diante da discussão intelectual. Além disso, após anos de estruturação da indústria cultural (Ortiz, 1999), os anos 1970 se apresentaram no terreno da cultura com uma concorrência diferente da dos anos 1960, quando projetos editoriais surgiam com mais possibilidade de disputar a arena pública por meio da fragmentação do mercado cultural, típica da industrialização da cultura. Exemplo disso são as “editoras de oposição” (Maués, 2013) e o crescimento das editoras universitárias (Guedes; Pereira, 2000).

Foi nesse cenário, que Ênio Silveira e Félix organizaram a reedição da *Revista da Civilização Brasileira* com o nome *Encontros com a Civilização Brasileira* que, apesar de ter circulado mais tempo que a sua primeira versão e com mais volumes, fez menos sucesso editorial, tendo findado no mesmo ano da venda da Civilização Brasileira, em 1982, quando as possibilidades políticas de debate público se encaminhavam cada vez mais para um ambiente

democrático e universitário. E é justamente na construção do debate em torno da democracia que identificamos o sintoma do fracasso de um projeto de uma esquerda nacionalista que foi historicamente vinculada ao PCB. Essa derrocada apontou para o fim não só da editora, mas também de um tipo de prática intelectual a qual Félix se circunscreve, daí a proposta desta pesquisa se encerrar em *Encontros*. Entende-se que esse último projeto editorial da Civilização Brasileira, marcou o fim e o abandono de temáticas caras a esses intelectuais pelo menos desde os anos 1950.

Canção do exílio aqui representou, ao mesmo tempo, um esforço para manter as mesmas formas de uma produção poética que lhe deu suporte nos anos 1960, mas que no final dos anos 1970 já não eram suficientes para fazer um sucesso de vendas como foi *Violão de Rua* e mesmo *Canto para as transformações do homem*. Além disso, *Canção do exílio aqui* estava numa relação homóloga (Goldmann, 1967a) com a *Encontros*: ambos reivindicavam, em forma e conteúdo, cada um a partir do seu produto editorial, um diálogo a partir de um marco referencial passado.

Dessa maneira, cabe encerrar esta pesquisa por meio da discussão em torno dos limites encontrados tanto em *Canção do exílio aqui* quanto em *Encontros com a Civilização Brasileira* e, conseqüentemente, da atuação de Moacyr Félix. Após o fim da editora sob direção de Ênio Silveira, Félix deixou de ser um intelectual com uma prática disseminada nacionalmente e passou a ficar circunscrito ao Rio de Janeiro – ou, em suas palavras, tornou-se um poeta na cidade e no tempo.

5.1 A construção do “exílio”

De acordo com Williams (1979, p. 132-134), a “consciência prática” é um tipo de sentimento e pensamento social e material numa fase ainda embriônica, próxima de articular-se e definir-se. A consequência metodológica do seu argumento é que as modificações qualitativas específicas não são consideradas como epifenômenos das instituições, formações e crenças, ou simplesmente evidências secundárias, de novas relações econômicas entre e dentro das classes. Elas devem ser tomadas como uma experiência social sob dois aspectos: primeiro, como modificações de presença no momento em que são

vividas; segundo, ainda que sejam emergentes ou pré-emergentes, não precisam esperar definição, classificação ou racionalização antes de exercerem pressões palpáveis e fixarem limites efetivos à experiência e à ação. É nesse ponto que se entendem as modificações na estrutura de sentimento. E uma das formas de captar essa alteração é por meio da literatura.

Este parágrafo teórico breve serve para afirmar que Félix possuía uma consciência prática das pressões exercidas por um novo projeto intelectual, bem como dos limites do seu próprio projeto. *Canção do exílio aqui* é expressão dessa consciência prática. O subtítulo do livro evidencia o “pensamento tal como sentido e o sentimento tal como pensado” (Williams, 1979, p. 134). É possível a partir da elaboração literária compreender que era necessário realizar uma *Canção do exílio aqui: ou alguns elementos para o inventário de uma geração nesta cidade do Rio de Janeiro*. O poeta decretou a morte de sua geração e passou a fazer o balanço do que restou. Não foi o exílio enquanto prática social que Félix captou, uma vez que isso já era uma realidade posta, ocorrendo sistematicamente, pelo menos desde o início dos anos 1970 (Napolitano, 2014b, p. 41).

Esse livro foi a sua contribuição diante do que ele interpretou como morte de uma geração. E que subentendemos como o fim do projeto nacional-popular, que teria como última expressão, em nosso entendimento, a revista *Encontros*. A partir desse momento, a hegemonia nas lutas culturais de esquerda mudou de foco.

[...] o nacional-popular, pedra de toque da ação cultural do Partido desde os anos 1950, o realismo como linguagem fundamental da arte e o intelectual como formulador e mediador do idioma cultural comum da aliança de classes passaram por uma profunda crítica da nova esquerda intelectual petista. Esses elementos passaram a ser vistos como armadilhas ideológicas que conduziram ao desastre de 1964, ao reforço do conservadorismo estético e político e à fácil assimilação da arte engajada dos comunistas pela indústria cultural brasileira. O que o golpe militar tentou, mas não conseguiu, ou seja, esvaziar a influência do PCB na cultura e na política brasileira, a errática transição democrática acabou logrando (Napolitano, 2014b, p. 54).

Félix captou esse sentido de mudança, mas teve dificuldade de expressá-lo em sua poesia. Pois, enquanto forma poética, divergia das modificações de presença da consciência prática, reivindicando uma maneira de expressão cuja

escolha ou limitação do próprio poeta remetia a um tipo de poesia praticada anteriormente.

Canção do exílio aqui é um livro-poema dividido em três partes, como *Canto para transformações do homem* (1964). Escrito e publicado em 1977, o livro foi organizado em “Abertura”, “Desenvolvimento” e “Conclusão”, aproximando-se da edição de 1964, a principal diferença está no fato de que em vez de haver uma abertura e desenvolvimento, há uma “Iniciação” e um “Enredo”.

Na *Canção do exílio*, as repetições ocorrem em todas as estrofes, cujo início é “Exilado...” em alguma coisa. Em “Abertura”: “Exilado na pedra / Exilado no ar / Exilado no bar...” (p. 25). Em “Desenvolvimento”: “Exilado no copo que quebrou / na criança que morreu / no som que se calou” (p. 39). E, em “Conclusão”, na última página do poema: “Exilado no exílio de todos os exílios...” (p. 113).

No primeiro capítulo, identificamos as repetições poéticas de Félix como uma marca da recorrência característica de escritores católicos que expressavam seu fundamento social com tal núcleo intelectual. Elas estiveram presentes durante toda a sua trajetória poética, o que poderíamos classificar como um estilo próprio do poeta, configurado a partir do contato com intelectuais católicos no início da sua jornada como poeta, mas é preciso pontuar que a presença constante em vários poemas causa estranheza e cansaço ao leitor. Na obra de 1977, o exílio metafórico é repetido tantas vezes que ele desaparece e perde função no poema, como o exílio real, que não teve função na trajetória social de Félix uma vez que ele não foi submetido a essa experiência.

O exílio sai de cena, assim como Félix e sua geração (que ele se dedica a inventariar) também se afastam do cenário político-cultural e tornam-se intelectuais menos importantes no cenário nacional. A repetição poética não garante a força e a crueza do exílio. Ao contrário, torna-o banal ao ponto de permitir-se o abandono, no sentido de negligenciá-lo:

Exilado no silêncio do amigo
Exilado na resposta do inimigo
Exilado no 3x4 da profissão
Exilado no direito, por ser negado
ou no dever, por que é imposto
Exilado nos olhos da mulher que ama

Exilado na desilusão maior
dentro do próprio coração
que não mais crê
nem como responder
Exilado no tédio
Exilado no gozo
Exilado na valsa de Strauss (Félix, 1977, p. 25).

Diante da repetição, o leitor acaba por suspender o motivo dos versos em torno de um exílio metafórico que dialogava com os ideais de uma cultura nacional que ganhara contornos específicos em sua geração ao congregar em torno do nacional-popular a ideia de comunismo, modernismo e brasilidade (Napolitano, 2014).

Em nossa perspectiva, a proposta do livro não se concretiza justamente pela escolha dos aspectos formais que estão relacionados com o seu núcleo intelectual de origem – o católico –, o qual Félix não abandonou ou rompeu durante a vida, como a metade dos anos 1950 parecia indicar, ao voltar de Paris, nas trocas de cartas com Alceu Amoroso Lima. O oposto disso ocorre, ele reafirma esses laços ao publicar na *Encontros* (v. 6) um dossiê especial aos 85 anos de Alceu Amoroso Lima e chama-o para escrever a apresentação de *Canção do exílio aqui*, além de citá-lo no livro: “Exilado na presença matinal de Alceu / de Amoroso Lima, bom como o leite / para o nosso estômago envenenado / pela violência e pelas ditaduras” (p. 80).

Esse é outro fator que torna Félix um poeta secundário na literatura nacional, ainda que tenha tido todos os capitais simbólicos necessários para se tornar cânone: a sua expressão poética não se atualizou ao ponto em que fosse possível falar de fases poéticas que se superam, ele sai de um existencialismo católico para um existencialismo engajado e ali permaneceu, desde 1959 com a publicação de *O pão e o vinho*, e sem fazer uma revolução formal que lhe permitisse permanecer no mesmo lugar sem prejuízos ao seu desenvolvimento poético. Félix foi eco de outros poetas. Em *O pão e o vinho*, conforme trabalhamos no capítulo 2, foi eco de uma síntese mal identificada entre a poesia de Hölderlin e a filosofia francesa do pós-guerra, encontrando na forma poética a forma social daquele período. Depois disso, entrou na seara do poeta engajado com uma mistura de elementos formais que não encontravam uma expressão social que o identificasse como um elaborador estético com o nível necessário

de coerência exigido para expressar uma visão de mundo, em termos goldmannianos (1967a; 1967b). *Canção do exílio aqui* sintetiza tal incoerência.

Como já citado, repetição da palavra “Exilado” é um dos fatores que nos permite afirmar isso. Também é possível observar o uso rotineiro de “como”, pois precisa explicar o que quer dizer, perdendo em força poética. Quando não é utilizado como advérbio de modo, é utilizado como conjunção subordinativa adverbial de comparação (de cotejo ou equivalência).

Exilado como o queijo dado aos ratos
a mamadeira do natimorto
o tamanco achado no mar
ou a queda de quem escala
[...]
Exilado como o desejo dos velhos ou
como a bola no campo
[...]
Exilado como o vestido na vitrine (Félix, 1977, p. 26).

Nesse sentido, sua poesia se torna retórica – conforme debatemos anteriormente em relação à leitura de Carpeaux (1993) – em que o exílio carece de demonstração explicativa. Félix não permite ao leitor completar a experiência do seu próprio exílio como alguém que também compartilha o ambiente da ditadura, limitando a experiência estética, o “ato estético estaria destinado a exprimir esse movimento circular essencial entre subjetividade e objetividade: o universo próprio da obra de arte exprime o mundo real em suas determinações objetivas essenciais, mas unicamente em relação às aspirações fundamentais do homem” (Tertulian, 2008, p. 63). Se a obra de arte, enquanto microcosmo, expressa o mundo real, ela o faz a partir dos impulsos profundos do sujeito humano. É a tensão entre subjetividade e objetividade, quando encontram uma solução harmoniosa, que será incorporada à obra de arte; nesse processo, a subjetividade contingente é transformada em subjetividade universal (Lukács, 1978). O exilado é exilado porque é da maneira explicada pelo poeta, o que deveria expressar particularidade como forma de experienciar o universal, é especificado no individualismo de um exílio metafórico ou inexistente que pode ser desprezado.

Em alguma medida, isso pode parecer contraditório com a ideia proposta inicialmente em que *Canção do exílio aqui* é expressão de uma consciência prática das pressões exercidas por um novo projeto intelectual e dos limites

impostos do seu próprio projeto. Contudo, não há contradição, uma vez que são dois fenômenos distintos: um é a incapacidade de Félix, enquanto poeta, de conseguir expressar uma visão de mundo coerente para uma série de atores que no período vivido, ou seja, no final da década de 1970, encontrasse em sua poesia uma elaboração que organizasse tal consciência prática e lhe desse uma forma social. Outra coisa é a análise sociológica *a posteriori* em que é possível identificar na sua poesia, ainda que com limitações, a presença da mesma consciência prática. Williams afirma que a estrutura de sentimento é uma formação que “por estar na margem mesma da disponibilidade semântica, tem muitas das características de uma pré-formação, até que as [...] novas figuras semânticas são descobertas na prática material – por vezes de formas relativamente isoladas, que *só mais tarde* são vistas como parte de uma geração (com frequência, de uma minoria) significativa, e que por sua vez em muitos casos tem ligação substancial com seus antecessores” (Williams, 1979, p. 136 [grifo nosso]).

Por esse motivo, seu livro não deixa de fornecer significado para a compreensão da relação entre sua trajetória intelectual e os fenômenos sociais concernentes a esse período histórico, como forma de entendimento de ambos.

Para Nunes, o exílio em Félix está desconectado das “questões históricas” e associado às “questões de época” (Williams, 2011). Para o autor, Moacyr Félix é um poeta na cidade e no tempo como Baudelaire: enraizado na modernidade.

Marcas distintivas do moderno, a vida urbana e a “consciência” de estar-no-tempo têm, entre si, íntimas relações. Como vimos, as emergências dos relógios e das cidades não são somente coincidentes espaço-temporalmente, no alvorecer da modernidade, como têm relação de causalidade entre si. Na cidade e no tempo, contudo, o poeta não é seu habitante resignado, mas exilado (Nunes, 2017, p. 142).

Ainda que a modernidade promova um certo exílio entre os habitantes da cidade, entendemos não ser possível desconectar o exílio de Félix do momento histórico que o Brasil passava. O debate sobre a Anistia política estava na ordem daqueles dias, sendo uma das pautas políticas que mobilizava os exilados brasileiros, em especial em Paris (Rollemberg, 1999), mas cujos ecos se faziam presentes entre os intelectuais que atuavam no Brasil, principalmente após 1975, quando o debate começava a ganhar um corpo mais contundente. “Esse debate

acumulado no exílio teria consequências para as reinserções dos exilados por ocasião da sua volta ao Brasil (1979-1980) e de sua inserção na cena política no período da transição democrática” (Napolitano, 2014b, p. 48). E Félix expressa o momento:

Exilado nos exílios dos poetas
dos estudantes
dos cientistas
dos artistas
dos jornalistas
dos políticos

Exilado na anistia que não chega

Exilado na censura, ou pior ainda
na autocensura em que se poda
a vida na mão que escreve (Félix, 1977, p. 31).

Para Nunes (2017, p. 142), o que ele define como “imagem-noção de exílio” é algo permanente na trajetória de Félix, presente desde os poemas da juventude. Embora o pesquisador não exemplifique – e nos pareça algo mobilizado pelo poeta circunstancialmente em decorrência dos anos 1970 –, sua definição dessa “imagem-noção” é assertiva: “o poeta jaz num lugar que não reconhece como propriamente seu, que não lhe representa e vice-versa, apátrida, insistentemente fronteiriço” (Nunes, 2017, p. 142). O que Nunes interpreta como apátrida e fronteiriço, concluímos, divergindo do pesquisador, uma vez que ele não detalha seu argumento, estar relacionado à construção de suas formações culturais ou redes de sociabilidade que estiveram fragmentadas ao longo do tempo em decorrência da sua associação com diferentes núcleos intelectuais que levaram o poeta a uma articulação em torno do ecumenismo e do humanismo como forma de solucionar esse problema. Félix não fez parte do partido, embora tenha sido identificado com ele. Também não assumiu o socialismo real como projeto ético-político, mas foi igualmente associado a essa ideologia. Essa ambivalência cria uma fratura no sujeito, gerando uma dificuldade em se localizar intelectualmente. O que impossibilitava uma visão totalizante dos processos históricos nos quais Félix esteve imerso.

Como prática social, precisou responder em nome do comunismo, não só como poeta social, mas também como funcionário público que foi durante a ditadura militar.

Félix foi procurador do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) desde os anos 1950¹¹³, quando retornou de Paris, até a aposentadoria, ou seja, passou todo o período militar como servidor público. Seus problemas com o regime começaram nos anos 1970, pois até 1968, sua vida no Estado não havia sido impactada. Mesmo com *Violão de Rua*, *Revista da Civilização Brasileira*, *Paz e Terra*, *Canto para as transformações do homem* etc., conseguiu no ano do AI-5 uma promoção.

Um documento de 26 de junho de 1975, do Ministério da Agricultura em resposta ao Serviço Nacional de Informação (SNI), afirma que Félix “é funcionário efetivo estatutário do INCRA, tendo sido promovido, por Portaria nº402, de 30 de julho de 1968, a Procurador de 1ª Categoria, função que exerce até a presente data, conforme informação prestada a essa Agência”¹¹⁴. O Ministério respondia a esclarecimentos pedidos pelo SNI uma vez que havia sido desaconselhado pelo órgão de inteligência o exercício de função gratificada de Félix, em 1971, em decorrência de registros que o associavam a projetos intelectuais de esquerda; comunistas, especificamente. No mesmo ano, ele deixou a diretoria jurídica da Paz e Terra por “motivos pessoais”.

Noutro documento, de 13 de junho de 1975, quando começou a troca de informações entre o SNI e o Ministério da Agricultura, o órgão de inteligência revela que “O nominado possui, nesta agência e outras consultadas, vários registros indicando-o como intelectual, de ideologia comunista, sendo inclusive autor do livro comunista ou pró-comunista *Dimensões I*, publicado pela José Olympio”. Na verdade, *Dimensões I* foi escrito por Eduardo Portella, escritor próximo a Félix, e com prefácio de Gilberto Freyre. Apesar desse equívoco e de outros presentes no documento citado, vários fatos se confirmam como, por exemplo, a atuação de Félix no Comando dos Trabalhadores Intelectuais (CTI), na Paz e Terra e publicações que organizou e participou.

Nesse vai e vem de documentos sobre Félix entre os dois órgãos, o Ministério da Agricultura faz algumas considerações ao SNI, dizendo que não havia ficado evidente a reprovação de Félix, e sim que se tratava de uma sugestão desaconselhando a promoção. Além disso, por ser estatutário, o

¹¹³ Quando entrou no órgão era Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC)

¹¹⁴ Ver anexo.

procurador só poderia ser cassado mediante processo administrativo ou AI-5 e que o assunto fora submetido ao ministro da Agricultura.

O AI-5, que seria uma forma de cassá-lo, aparece em seu poema: “Exilado nesta gilete que é o AI-5 / nos tendões da alma quando tenta o salto / sobre os buracos do ser” (p. 30). Félix sabia que na qualidade de estatutário poderia ser expulso do serviço público pelo Ato Institucional. Ao mesmo tempo, sabia que o regime estava promovendo investigações, pois em 1975 seu advogado encaminhou carta a um coronel do SNI dando explicações de sua atuação no serviço público.

Os militares mapearam uma possível relação entre Félix e Fernando Gasparian, que havia comprado a editora Paz e Terra. Essa conexão incomodou o regime até o momento em que a distensão estava em andamento. Em 14 de abril de 1978, Wilson Pereira Brasil, chefe da Assessoria de Segurança e Informações, solicitou a transferência de Félix para uma repartição fora do Rio de Janeiro, devido às suas ligações com o editor do jornal Opinião¹¹⁵. Omair Denys Cattete, chefe da Coordenadoria Regional do INCRA do Rio de Janeiro, opôs-se com uma longa e elogiosa carta em que ressalta as qualidades morais, éticas e profissionais de Félix.¹¹⁶

O Procurador Moacyr Félix de Oliveira é um servidor respeitado e conhecido em todos os escalões desta Coordenadoria, não somente pela forma como se conduz no desempenho da assistência e dos serviços que lhe são solicitados, como também pela correção e altura moral dos seus atos. Como Coordenador, tenho recorrido à sua maneira inteligente e culta de equacionar os problemas, sendo notória também a sua inflexibilidade em zelar, até o menor detalhe, pela observância do que manda a lei ou exige o interesse público.

Conheço e estimo o citado Procurador há mais de vinte anos, e isso através de um contato cotidiano em que sempre pude comprovar suas qualidades de coração e de inteligência, morais e intelectuais. É excelente pai de família, sempre voltado pelo bem-estar e a educação dos seus.

É o mais antigo dos procuradores desta Autarquia, tendo sido nomeado há quase 25 anos, quando da criação do INIC, e tendo sido, por longos anos, o chefe amigo e orientador da maioria dos advogados que ora servem nesta CR(07), e entre os quais me incluo.

Quase todos lhe devem um estímulo ou uma ajuda em suas vidas. Pensar em transferi-lo, a esta altura da sua existência, seria um ato, data vênia, para muitos ininteligível, tanto do ponto de vista humano como dos mais estabilizados costumes administrativos. Pois poder-se-ia configurar, em muitos, a hipótese de que pessoas bem intencionadas e dignas do nosso maior e mais necessário respeito, poderiam ter sido

¹¹⁵ Ver anexo.

¹¹⁶ Ver carta completa em anexos.

levadas a essa atitude por aqueles aos quais o Dr. Moacyr F. de Oliveira contrariou em seus interesses não legitimados, ou, pior ainda, por intrigas imoralmente tendentes à mera obtenção de vagas no Estado do Rio de Janeiro.

Não conheço qualquer atividade política do Dr. Moacyr nesses últimos 15 anos. Estou a par de suas ideias como escritor e como poeta, das quais discordo em boa parte, e que ele publicamente defende, e isso nunca dentro da Autarquia ou em relação a seu serviço, tanto que a maioria dos servidores ignora o renome de que goza em todos os meios culturais do país.

Retomando o argumento de Nunes, o apátrida e o fronteiriço estão na ambivalência das relações que Félix sustentou, desde aquelas entre católicos e comunistas até aquelas entre ditadura brasileira e Civilização Brasileira. Ora como pessoa muito honrada no seu funcionalismo público, sendo defendido por aqueles cujas ideias eram divergentes, ora na crítica à ditadura em seus poemas, ora na crítica à esquerda em seus textos, ora como perseguido político por suas atuações comunistas ou pró-comunistas. Dessa forma, o lugar que emerge é o do exílio.

Exilado na extensão total dos meus exílios
tão numerosos como as coisas
e os fatos
perdidos para sempre
em minha memória e em meu passado
em meu presente e em meu futuro (Félix, 1977, p. 112).

Ou ainda, conforme citamos no começo:

Exilado no exílio de todos os exílios
que em mim não findam mais
e são eternos

porque neles morrerei e para sempre
no meu tempo morto eles serão
— imutáveis —
os exílios que sempre foram
dentro de mim, quando eu vivia (Félix, 1977, p. 113)

A cultura de esquerda que foi muito vigorante nos anos democráticos pós-Estado Novo até o AI-5, possibilitando entre a sociedade brasileira uma “relativa hegemonia de esquerda” (Schwarz, 1978), não foi isenta de conflitos. A trajetória de Félix, em nossa perspectiva, é uma síntese desses confrontos intelectuais entre aqueles agentes que não eram militantes do PCB, mas estavam de alguma maneira na mesma trincheira, o que levou a essa fragmentação presente em

Félix e que permitiu a outros atores também com críticas à política e à cultura comunista a agir nos tensionamentos dessa relação, ora se aproximando, ora se afastando, fato que é notório no poeta-intelectual aqui estudado.

Canção do exílio aqui é marcado por uma multiplicidade de sentidos que se expressa e se sintetiza no sentimento de limitação desse projeto cultural de esquerda. O livro exige um outro olhar, não vinculado a um projeto cultural coletivo, mas à frustração voltada para si mesmo após longos anos de tentativa de estabelecer um programa que não se concretizou. Isso pode ser lido no destaque que Nunes dá à capa do livro e o lugar do exílio. Onde é o “aqui” de *Canção do exílio aqui*? “Aqui, aponta o dedo: o exílio não é a representação de um estar “fora”, mas esse indefinido instaurado na subjetividade do poeta, como caminho ainda-não-percorrido, como condição permanente da ausência de lugar” (Nunes, 2017, p. 143).

IMAGEM 14 – *Canção do exílio aqui* (1977, Civilização Brasileira)



Fonte: arquivo pessoal.

Para Nunes (2017, p. 142), a “linha do horizonte é como uma utopia: lá está orientando o caminho”. A ausência do lugar, como representação da utopia, conforme quer Nunes, recai numa ideia positiva do livro que em nosso entendimento é parcial. Félix não é um sem-lugar, como sugere o pesquisador, mas um sem-expressão na rearticulação político-cultural daquele momento. Pois o mundo havia se fragmentado, as esquerdas se fragmentaram e os termos do debate haviam sido questionados. O fim da ditadura expôs o dissenso entre os progressistas e a disputa necessária para a transição (Napolitano, 2014). Qual projeto encabeçaria a consciência das massas no período democrático e quem hegemonizaria o pensamento de esquerda? Essas questões estavam em aberto. E Félix e sua geração estavam exilados, como se para eles, o exílio estivesse apenas começado e não chegado ao seu fim com a Lei da Anistia, em 1979. Portanto, o exílio presente no canto de Félix capta algo que se efetivava no seu campo intelectual e que a *Encontros com a Civilização Brasileira* evidenciaria na disputa em torno da transição democrática.

5.2 O ocaso editorial

Menos conhecida de que sua antecessora, a *Encontros com a Civilização Brasileira* circulou entre 1978 e 1982. Foi uma tentativa de reeditar a *Revista da Civilização Brasileira* (RCB), que havia sido encerrada pelo AI-5. Embora num clima diferente do que havia ocorrido entre 1968 e a metade dos anos 1970, isto é, os “anos de chumbo” em que periódicos foram fechados, pessoas desaparecidas e assassinadas, a *Encontros* também iniciou sua circulação motivada pelo enfrentamento ao regime militar, uma vez que a arbitrariedade e a violência ainda se faziam presentes apesar do processo de abertura, conforme constatado em seu primeiro editorial. “Embora ainda pesem sobre a vida nacional sombrias cargas de arbitrariedade e violência, torna-se cada vez mais forte o amplo movimento de opinião pública que, lutando em todas as áreas pelas liberdades democráticas, vem conquistando aberturas que já permitem ampliar o ostensivo debate de ideias, essencial ao progresso cultural do país” (Silveira, 1978, p. 7).

Os princípios que haviam sido apresentados na RCB, foram reafirmados na *Encontros*, não obstante a perspectiva *a posteriori* de Ênio Silveira de uma

definição ideológica menos definida e endossada em pesquisa sobre a Civilização Brasileira (Vieira, 1998). Destacou-se a liberdade de discordância de “valores eternos” e “verdades indiscutíveis” (Silveira, 1978, p. 8), assim como o desejo de *Encontros* ser um espaço galvanizador de ideias em defesa do humanismo – além de Ênio, que assinava como diretor-responsável, Moacyr Félix compunha o que ficou definido como “Conselho de Direção”, na qualidade de editor-chefe. Na revista, o papel de Félix era o diálogo com a intelectualidade do período com o objetivo de pedir e receber textos para montar os volumes. Em seu arquivo, há uma série de cartas endereçadas a diversos intelectuais anunciando a reabertura da revista: “depois de dez anos de autoimposta ausência – pois não queríamos submetê-la a qualquer tipo de censura – temos em preparo o relançamento da Revista Civilização Brasileira”¹¹⁷.

Em Félix e em Ênio havia o anseio de recuperar o sucesso editorial dos anos 1960 entre o público e os intelectuais da publicação, aspecto que não foi negado, tanto que fora anunciada com o nome antigo. Reafirmou-se tal desejo e suas características gráficas também confirmavam. Apesar de ter sido considerada mais profissional que a RCB, de acordo com Ênio, a *Encontros* foi editada em formato livro, com uma média de 250 páginas em brochura, com temas não perenes como contributos aos fatos da atualidade, semelhante à precedente.

Tanto Ênio Silveira quanto pesquisas que se dedicaram à *Encontros* (Vieira, 1998; Couto, 2013) apontaram a baixa recepção em relação ao que havia sido a RCB, o que não deixa de ser inquietante, pois os editores eram os mesmos, as características bastante parecidas, composta por uma gama de intelectuais atuante no período em diferentes frentes¹¹⁸, definida por Leandro Konder como um “ecletismo controlado” (Konder *apud* Vieira, 1998). Ela localizava-se num momento histórico-social em que havia uma alteração no entendimento do paradigma sobre a intelectualidade, aspecto que deve ser trazido para o centro da discussão; a vanguarda intelectual nacional-popular (Napolitano, 2017) não seria mais a responsável por fazer o Brasil “cumprir, no quadro geral da marcha dos povos, o seu destino histórico de nação

¹¹⁷ Ver anexo.

¹¹⁸ A revista publicou nomes desde as diferentes vertentes internas do PCB até críticos do pecebismo. Segundo levantamento, foram publicados 684 textos em 29 volumes (Galucio, 2009).

independente e democrática” (Silveira, 1978: 8), como afirmou Ênio no primeiro editorial que anunciava um novo país planejado nos tantos *Encontros da Civilização Brasileira*. A *Encontros* também faria parte do exílio cantado por Félix.

A metade dos anos 1970 foi marcada por contradições que impactariam de diferentes maneiras os anos posteriores na atuação das esquerdas brasileiras. O governo de Ernesto Geisel (1974-1979) deu início ao processo de distensão, cujo propósito era a realização da abertura “lenta, gradual e segura”, conforme propunha sua política. Processo que foi mais lento do que as oposições democráticas supunham e menos segura do que esperavam. Pois ao mesmo tempo em que tal política foi anunciada, pessoas eram exiladas, torturadas e mortas. O Comitê Central (CC) do Partido Comunista Brasileiro (PCB) realizava suas ações no estrangeiro, pois os militares ainda praticavam a última ofensiva do terror entre os anos 1974 e 1975.

Em contraposição aos exílios, que só terminariam com a Lei da Anistia, em 1979, a oposição democrática representada pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) era bem-sucedida nas eleições. O partido havia sido criado com a instalação do AI-2, em 1965, para instalar um bipartidarismo de fachada, que agiu conforme o regime militar esperava durante quase uma década, mas a partir de 1974, pós-crise do petróleo, com o sistema instalado pelos militares apontando seus limites e com a possibilidade de realização de eleições mais livres, o MDB passou a ser um polo de oposição que congregaria diferentes atores da resistência democrática, desde liberais até comunistas (Lahuerta, 2001).

Com isso, o MDB protagonizou resultados positivos em sucessivas eleições entre a segunda metade da década de 1970 e os anos 1980, com o indicativo de que a ditadura chegava ao seu limite. Adicionando-se ao relativo sucesso da política institucional, movimentos sociais ganhavam as ruas demonstrando insatisfações com o modelo político e econômico, sintetizado entre os metalúrgicos do ABC, cujo ícone foi uma sucessão de greves no final dos anos 1970 e a formação do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980. Aquilo que ficou expresso no primeiro editorial da *Encontros* como “liberdades democráticas” e que vinham sendo reivindicadas tanto quanto possível foi ganhando coro cada vez mais potente.

No final dos anos 1970, a ditadura militar se encontrava numa fase de ressaca, com arrocho salarial e inflação alta. O “milagre econômico” do início da década havia se esgotado e a insatisfação social depois de dez anos de AI-5 estava latente. Diferentes setores se articulavam exigindo mudanças e discutindo estratégias para uma reinserção no debate político do país, através da Anistia, da Assembleia Nacional Constituinte, do direito à greve. A *Encontros* surge como publicação para ocupar um espaço no debate sobre a “questão democrática”, pois tinha consciência de que havia cada vez mais um movimento de opinião pública que reivindicava a alteração do sistema político. Cabia à Civilização Brasileira, que historicamente agiu a partir de seus projetos culturais para interferir na esfera pública (Czajka, 2005; 2009), tornar-se parte da discussão sobre qual e como a democracia seria posta após, naquele momento, quase quinze anos de ditadura.

Ela era, no entanto, mais um ator entre tantos disputando o projeto. O MDB ao ser bem-sucedido nas eleições de 1974, 1976, 1978 e 1982 despontava como um protagonista institucional, cuja força estava em conseguir agregar vertentes plurais em torno de um mesmo objetivo. No interior do partido, os comunistas desempenharam decisivo papel para que a legenda fosse mantida como centro político da oposição, quando houve tentativa de desmantelamento e criação de uma frente democrática em decorrência da interferência militar nas eleições (Segatto; Santos, 2007). O PCB foi uma organização central para a articulação do MDB através do frentismo democrático, mobilizando candidaturas (Ibid.).

Enquanto “estrutura de sentimento” (Williams, 1979; 2011), a “questão democrática” assumia centralidade na oposição à ditadura militar entre setores intelectuais oposicionistas diversos. No período de esgotamento do regime militar, ela passou a indicar os sentidos das respostas na organização social em torno de demandas de diferentes atores abrindo um campo de disputa.

Williams parte da incoerência como estruturadora, que vai do assentimento formal com o dissentimento privado até a interação entre crenças e experiências. A estrutura de sentimento não se configura como uma realidade estrutural que uma classe compartilha. “As estruturas de sentimento podem ser definidas como experiências sociais em solução, distintas de outras formações semânticas sociais que foram precipitadas e existem de forma mais evidente e

imediate” (Williams, 1979, p. 133). Quando Williams usa o “em solução”, aponta para a não sistematicidade dessa estrutura, embora haja uma característica compartilhada pelo grupo de intelectuais e/ou artistas que se configura em algo estruturante e não pode ser encontrado num *sistema* econômico, político ou cultural.

A *Encontros*, a partir do seu “ecletismo controlado”, contemplaria os intelectuais e as maneiras de experienciar a “emergência” (Williams, 2011) dessa nova estrutura, legando à “residualidade” (Ibid.) a que anteriormente orientou os processos de organização e articulação das respostas sociais, identificada como “brasilidade revolucionária” (Ridenti, 2010). Ou seja, submetendo a questão democrática à questão nacional. Segundo Williams, quando uma estrutura de sentimento é absorvida nos processos materiais da cultura dominante, uma nova surge nas dinâmicas sociais respondendo e orientando as formas de organização dos intelectuais e artistas. A “questão democrática” é essa nova estrutura de sentimento, substituindo a que estava enraizada no nacionalismo e na concepção revolucionária, e a revista *Encontros* passa a ser uma forma de apreensão dessa resposta.

O que não implica em dizer que o debate sobre a democracia fosse inexistente anterior ao período em que diversos atores da sociedade passaram a reivindicá-lo. Em especial entre os comunistas, cuja pauta da frente democrática vinha sendo gestada pelo menos desde a Declaração de Março de 1958. Os comunistas a mobilizavam como fenômeno subordinado à questão nacional, “o PCB definiu a revolução brasileira como sendo “democrática, nacional, antifeudal e anti-imperialista”, abrindo a possibilidade de novas alianças com outras classes sociais e grupos políticos. Essa abertura fez que se iniciasse uma fase de grande prestígio e poder de atração do Partido, voltando a aglutinar muitos intelectuais até o golpe militar de 1964” (Napolitano, 2014c, p. 44).

No fim dos anos 1960, o partido também fez o contraponto à luta armada que despontou no pós-AI-5, defendendo como estratégia política a atuação através da institucionalidade sindical, levando a uma ampla associação com quem tivesse mínimos pontos de discordância com o regime, isso incluía não somente os sindicatos mais combativos, mas também os pelegos (Antunes; Santana, 2007). A concepção de “frente única permanente” levou o PCB a se

afastar do projeto de revolução *stricto sensu* e apostar no caminho da democratização do regime político, baseado num reformismo pluriclassista (Segatto; Santos, 2007). Mas é somente a partir da segunda metade dos anos 1970 que as diversas pautas passaram a estar subordinadas à “democracia”.

O que levou o CC, em novembro de 1978, emitir uma resolução com a definição de democracia com a qual estava engajado, diferenciando-se de outras concepções, indicando que as oposições ao regime e mesmo às esquerdas chegavam a um esgotamento do consenso entre tática e estratégia.

Participando ativamente da luta unitária pelas liberdades democráticas, os comunistas reconhecem que não são idênticas as concepções de democracia que circulam, explícita ou implicitamente, entre as diversas correntes de oposição [...] sem ocultar nossa aspiração final ao socialismo, que compreende a mais ampla e profunda democracia, hoje nos empenhamos para que tais diferenças de concepções não impeçam nem dificultem a unidade política de todas as forças que lutam ou podem lutar na implantação de um regime democrático. Na atual situação, a prioridade deve ser concedida à luta pela conquista das liberdades democráticas (Resolução CC apud Napolitano, 2014, p. 50).

Em dezembro de 1978, Ênio Silveira escreveu um editorial na *Encontros* cuja frase final sintetiza a posição de seus editores, consequentemente do projeto editorial em si, demonstrando a sua reticência com os rumos divisionistas, visão compartilhada pelo PCB: “Sobre uma casa dividida, ninguém governará” (Silveira, 1978b, p. 10). Quando este texto foi publicado, já havia ocorrido as greves de 1978 dos metalúrgicos do ABC, fato ignorado pela *Encontros* em seus editoriais. Posição também assumida pelo PCB que a tomou como espontaneísta.

Com o título “Quem tapa o sol com a peneira?”, o editor endereçou seu texto a três atores da sociedade: ao partido do governo Aliança Renovadora Nacional (ARENA), à oposição e ao recém-eleito presidente, o último da ditadura militar, João Batista Figueiredo. O primeiro tinha como núcleo argumentativo o crescimento do MDB nas eleições de 1978, com uma margem de 5 milhões de votos favoráveis ante o partido situacionista, que se declarava vencedor por ter mais cadeiras no Congresso. Os outros dois, no entanto, revelam as posições da *Encontros* e como as políticas do PCB ressoavam e entravam em concordância e diálogo com o que foi apresentado na revista.

Ao referir-se à oposição, o editor diz que “não foram poucos os ressentidos e vingativos que retiraram do fundo dos seus baús as reservas de recriminações e ataques, cada um deles se julgando ‘mais autêntico’, ‘mais consequente’, ‘mais vítima’ ou ‘mais herói’ na luta contra as violências e os abusos da ditadura” (Silveira, 1978b, p. 8). Ou seja, diferentes setores da oposição tentavam capitalizar o sucesso da eleição de 1978, com o propósito de protagonizar o fim da ditadura, pois diversos agentes, dentro e fora do MDB, supunham a sua morte em 1978, ainda que a ARENA comandasse o parlamento em número de congressistas. Logo, também entre a oposição havia aqueles que tapavam o sol com a peneira, o que não era o caso de Ulysses Guimarães e Leonel Brizola, dois nomes reivindicados por Ênio para argumentar a coesão contra a ditadura em torno do MDB, ou seja, expressam de uma ampla aliança com liberais e trabalhistas.

O primeiro sugeriu cautela dos quartéis oposicionistas ao iniciar a reorganização partidária, uma vez que na eleição seguinte teriam que se candidatar pelo MDB, dada a vigência do bipartidarismo (o texto da lei da reforma partidária seria enviado ao Congresso somente em outubro de 1979): “Quem vai querer sair do MDB? E por quê? Quem quiser se eleger dentro de dois anos, na disputa para vereadores e prefeitos, precisará ser do MDB. Não haverá tempo para se criar um novo partido” (Guimarães apud Silveira, 1978b, p. 8).

O segundo considerava a reativação do PTB um equívoco, Ênio elogia a sigla como aquela que poderia ser a maior da América Latina. Cita que Brizola considerava mais prudente um amplo debate entre as forças progressistas antes da reestruturação partidária, ou seja, que o MDB continuasse como a instituição política a fazer frente ao regime militar. “Usando de linguagem cada vez mais equilibrada e sensata, [...] [Brizola] já começa a sensibilizar vastas camadas da classe média que outrora o consideravam um ferrabrás ou, na melhora das hipóteses, um demagogo populista” (Silveira, 1978b, p. 8). O consenso em torno da questão democrática avançava entre as camadas médias da população, o que se evidencia não só através dessa fala do editor sobre Brizola, mas também pelo avanço eleitoral da sigla.

Ênio Silveira, enquanto proeminente intelectual ao longo de pelo menos três décadas, participando dos debates públicos, também pretendia impedir que figuras estranhas ao processo da frente democrática capitalizassem o

direcionamento da redemocratização, classificando-os como “aventureiros de todos os tipos, que só pensam em revanche, os imaturos e todos aqueles que têm uma visão idealista do processo histórico” (Ibid.). E defendeu a sua posição, assim como a do PCB, de realizar a disputa pela democracia a partir da política (Segatto e Santos, 2007), julgando necessário explicitar as diferenças entre “conciliação” e “diálogo”.

Quando usamos a palavra *diálogo* não estamos pensando, evidentemente, na propalada *conciliação* que [Figueiredo] se diz proposto a promover, pois é óbvio que os graves problemas que teremos de enfrentar sem mais delongas e os legítimos anseios que, com redobrado vigor, cada vez mais alto proclamaremos, não comportarão equacionamento e resposta em meros debates acadêmicos entre o Governo e o MDB. A questão não é conciliar partidos de espúria origem, mas promover o mais amplo debate com todas as camadas da população brasileira, de que resulte a eleição de uma Assembleia Constituinte e a promoção de novo estatuto de adequada, harmônica e dinâmica convivência social, estabelecida sobre bases democráticas e nacionalistas (Silveira, 1978b, p. 10).

Ainda que a questão democrática fosse o núcleo dos debates daquela hora, o editor não abandonou proposições advindas dos anos 1950, particularmente a concepção do frentismo e as bases nacionalistas, duas orientações determinantes para o deslocamento da *Encontros* do centro gravitacional da redemocratização, interpretada pelo próprio Ênio e por pesquisas sobre a revista (Vieira, 1998; Couto, 2013) como um fracasso. O fracasso está não somente na publicação em si, mas no projeto defendido por ele, baseado nos moldes dos anos 1950 e 1960.

A forma que *Encontros* se coloca no debate diante do novo presidente também remete ao período anterior, quando a ditadura apenas começava e tornou-se uma necessidade o diálogo com o poder. Adotando uma postura “ambivalente” (Czajka, 2020), sua posição permanece a de empenhar-se no trânsito entre as forças armadas e as esquerdas, como nos anos 1960. Apesar de tecer críticas aos militares e a forma de ação política deles, reconhece a modernização no período, afirmando que “tivemos sem dúvida várias exteriorizações de progresso: há mais potencial energético, mais fábricas, mais estradas, mais navios, mais telefones, mais eletrodomésticos” (Silveira, 1978b, p. 9). E classifica o exército, depois de quatorze anos de ditadura, como “uma excelente escola de civismo e de conhecimento da realidade brasileira” (Ibid.).

Na “forma” ou no “conteúdo”, *Encontros* expressava “residualidades” (Williams, 2011) de uma organização social que não estava a um só tempo totalmente superada e ainda não tinha sido totalmente incorporada a mais recente.

Dialógico com os militares e um crítico mordaz com as esquerdas que se entusiasmaram com a vitória eleitoral de 1978, Ênio Silveira, assim como Moacyr Félix, não dedica espaço aos movimentos grevistas. A luta pela redemocratização deveria ser feita – em vez de na rua ao lado dos movimentos dos trabalhadores – na política, a partir de eleições, convocação da Constituinte e uma oposição fortalecida e unida, indo de Ulysses Guimarães, passando por Brizola, até os comunistas. A defesa dessa ação política é uma expressão do que vinha sendo adotado pelo PCB, sendo a *Encontros* de maneira velada uma forma de *agit-prop* da política partidária, embora Ênio negasse essa mistura em seus empreendimentos editoriais e Félix negasse a sua participação partidária em virtude do sectarismo pecebista. “A coleção *Encontros* é a única de seus lançamentos em que o editor explicita sua filiação ao PCB, expressando as orientações políticas do partido para o período” (Galucio, 2009, p. 208). Em conformidade com a crítica às esquerdas presente no editorial, está a *Declaração do PCB sobre o Movimento Sindical*, publicada um mês antes.

O PCB considera que, para superar a exploração e a opressão capitalista, não basta que os trabalhadores se organizem sindicalmente. Os trabalhadores, como classe, necessitam lutar politicamente para a conquista das transformações políticas, econômicas e sociais que os liberte da exploração capitalista. (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 1980, p. 311).

A disputa era policlassista e deveria ser feita na “grande política” (Santana & Antunes, 2007). A forma institucionalizada preconizada pelo PCB o afastava como vanguarda partidária da classe trabalhadora, perdendo espaço na base operária para o “novo sindicalismo”, cujas lideranças viriam a fundar o PT. Nomes proeminentes, como Lula, entravam em desacordo sobre a política ampla e institucional, assim como coalizações com outros movimentos, como o pela anistia, o estudantil etc. (Ibid.).

As posições de Moacyr Félix, quando escrevia editoriais, entravam em relativa concordância com as de Ênio Silveira e se expressavam como uma

retaliação ao divisionismo caracterizado através do sectarismo e dogmatismo. Para o editor e poeta, a *Encontros* era uma publicação para construir-se o debate, desde que apontado para o caminho *dialeticamente unificador*, pois caso contrário, “o trabalho intelectual descampa para o plano das vaidades pessoais, das incoerências e precipitações e, pior que tudo, daquela chatíssima doença que é o ‘esquerdismo infantil’. Esse radicalismo pode ser bom tão somente para os ressentidos, ou para os que visam obter vantagens” (Félix, 1979, p. 8).

Enquanto estratégia política, como já destacado, “a concordância e a união para o traçado de novos rumos em comum” (Ibid.) dar-se-ia através do MDB, partido ao qual Félix se identificava assumidamente. Pois, em sua perspectiva, conforme uma palestra em Porto Alegre, em 1982, “ele é o que traz, para as nossas atuais circunstâncias políticas a riqueza política de um amplo, sensato e coerente movimento nacional” (Félix, 2002, p. 216). E a revista, como todas em que participou, pagaria o tributo ao humanismo:

Encontros com a Civilização Brasileira, por isso mesmo, abriga e oferece uma tribuna às várias correntes do humanismo contemporâneo, mesmo que sejam antagônicas entre si. O seu objetivo, neste caso, é afirmar que, no campo da inteligência e da criatividade das ações humanas, não se pode ser dogmático. Politicamente, ser dogmático é ser conservador; filosoficamente, é travar a existência humana, esta pluralidade de espelhos em que tempos diversos se interpenetram e se modificam, e em cujas superfícies nenhuma realidade, a não ser a da morte, se reflete imóvel (Félix, 1979, p. 13).

A questão democrática esteve em disputa não só entre a adesão ou não ao frentismo emedebista, mas também abriu querelas entre os pecebistas que enfrentavam problemas internos no final dos anos 1970 com a saída de Luís Carlos Prestes. Entre 1979 e 1980, o CC e Prestes entraram em discordâncias referente ao VI Congresso, condenando-o pelo “desrespeito pelos princípios de organização leninista” (Lima, 1995, p. 279), além disso, membros da base do partido expuseram uma série de erros históricos do secretário-geral, sendo o “mito Prestes desmascarado” (Ibid.). Nesse clima de disputa, a *Encontros*, em março de 1980 (volume 21), no calor da hora, decide divulgar na segunda capa o livro de Pedro Del Picchia em que entrevista seis membros do Comitê Central (já sem Prestes) – “O PCB no quadro atual da política brasileira” (editado pela Civilização Brasileira, também em 1980). No mesmo volume publicou um ensaio

de Hércules Correa (membro do CC) sobre sindicalismo. Luiz Carlos Prestes, por sua vez, esteve ausente. Era tido por Félix como uma figura filosoficamente incapaz de estar na revista: “O Prestes não tinha base filosófica para escrever na revista [...] nunca foi um intelectual nem um filósofo. E na revista sempre prevaleceu o cuidado com o conteúdo das elaborações” (Félix, 2002, p. 116).

Três grupos podem ser definidos no período: o *prestista*, de filiação soviética; o *centrista*, liderado por Giocondo Dias, habilidoso com a máquina partidária; e os *renovadores*, inspirados pelo eurocomunismo, cujo objetivo era desvincular a concepção de democracia de dominação burguesa, tradição que vinha sendo sustentada por Berlinguer (PCI), uma das influências de Carlos Nelson Coutinho (1979), autor do texto mais icônico da *Encontros*: “A democracia como valor universal”.¹¹⁹

A contribuição de Coutinho estava no fornecimento de fundamentos teóricos para encarar a democracia como uma forma substantiva e historicamente possível entre os comunistas, abandonando por assim dizer a sua instrumentalização etapista. Colocava o comunismo brasileiro a pensá-la num momento de redemocratização. Reivindicava aos comunistas a possibilidade de dar a melhor resposta para a saída democrática, superando historicamente o socialismo real e a ditadura militar, e teoricamente desvelando o falseamento da democracia burguesa. A democracia como valor universal significava a democratização do poder político. “Na conjuntura de 1979, quando ainda eram incertos os caminhos dessa transição e a esquerda brasileira vivia sérios dilemas de identidade [...], sublinhar a ineliminável dimensão democrática do socialismo aparecia, certamente, como uma tarefa prioritária. Naquele momento, era preciso acentuar com ênfase que, sem democracia, não existe

¹¹⁹ Napolitano argumenta que a influência do PCI e do PCE para a rejeição da resistência armada não foi preponderante, uma vez que desde 1970 já havia formulações partidárias que apontavam nesse sentido. “Em Paris o núcleo comunista assumia a luta civil, o voto “útil” na oposição à ditadura brasileira (no caso, o Movimento Democrático Brasileiro) e a ação de massa como o melhor meio para combater a ditadura. Nesse sentido, reproduzia os termos do polêmico Manifesto do Comitê Estadual do PCB na Guanabara (1970), não por acaso, redigido pelo mesmo grupo de tinha Armênio Guedes como referência. Nesse Manifesto, defendia-se o voto no MDB, em apoio aos candidatos Nelson Carneiro e Danton Jobim, e condenava-se a luta armada. Portanto, o clima do Eurocomunismo e a rejeição de alguns partidos comunistas importantes como o PCE e o PCI à via insurrecional armada e à “ditadura do proletariado” não foram a causa da guinada democrática desse grupo. Quando muito, lhe deu mais argumentos teóricos e mais força política no debate interno, alçando alguns intelectuais exilados a um novo lugar dentro do debate partidário” (Napolitano, 2014c, p. 49).

socialismo [...]” (Coutinho apud Couto, 2013, p. 126). Coutinho e outros eurocomunistas invertem a proposição da questão democrática. A democracia deixa de ser a consequência do socialismo para ser sua causa (Lucca-Silveira, 2017).

Em 1982, Coutinho deixa o PCB após derrota interna no partido para a corrente de Giocondo Dias. A partir de então, passa a atuar autonomamente como marxista no meio universitário, caminho também seguido por outros nomes históricos do eurocomunismo brasileiro, como Leandro Konder. A limitação do modelo proposto e do projeto disputado fica evidente, pois é no mesmo ano que a *Encontros* é encerrada, no seu volume 29 e a editora *Civilização Brasileira* é vendida. O intelectual enquanto vanguarda política e cultural da sociedade brasileira estava sendo superado pela organicidade da classe trabalhadora e por movimentos basistas.

[...] estavam postos os dilemas que se aprofundariam ainda mais nos anos finais do regime militar: a virtual impossibilidade histórica de projetos culturais globais; a percepção de um sistema cultural industrializado e onipresente; os dissensos incontornáveis que marcavam a cultura crítica diante da crise longa do “populismo” (se quisermos, do nacional-popular); o imperativo da resistência que não deveria sucumbir a modelos ultrapassados de ação cultural e estética engajada, tampouco às regras do mercado. Como questão central, colocava-se em discussão o lugar do intelectual que não era, *a priori*, um agente condutor do processo político-cultural, pelo mero fato de ser um intelectual (Napolitano, 2017, p. 243-44).

A *Encontros* foi um dos últimos empreendimentos editoriais que se baseava e projetava o intelectual como “consciência pública”, conforme os moldes da cultura política nacional-popular. Com o fim do AI-5, em 1978, a tensão que dividia os atores sociais entre a ditadura e os resistentes afrouxa, permitindo que as tensões entre a própria esquerda se evidenciassem e a sua identidade intelectual fosse questionada (Ibid., p. 256), conforme afirmamos acima. O que de fato passa a acontecer a partir de uma série de trabalhos (Chauí, 1983; Holanda, 1980).

Novos debates foram pautados entre a “nova esquerda”. A cultura nacional-popular – fundamentada nos princípios da revolução brasileira, nacionalismo, anti-imperialismo, “homem novo”, revoluções terceiro-mundistas, além de princípios modernistas advindos desde a década de 1920 – é substituída

por cultura popular e proletária que, por sua vez, não estariam subordinadas ao dirigismo das classes médias intelectualizadas.

Como Félix insistiu na concepção da pluralidade da arena de debates que era a *Encontros* e como ela rejeitava e se afastava do dogmatismo e sectarismo, viu-se na encruzilhada de publicar textos aos quais faziam frontal oposição ao projeto disputado. Pois à *nova esquerda* cabia revelar a luta de classes existente e abafada pelas concepções nacionalistas das esquerdas dos anos 1960. Ou seja, realizar a oposição àqueles que promoviam os *encontros de uma “civilização brasileira”*.

A posição da *Encontros* diante do processo de redemocratização e da atuação da intelectualidade ia na contramão do que estava assumindo-se como “cultura dominante” (Williams, 2011) entre as esquerdas. A revista é a residualidade de um tempo que perdeu o capital político-cultural de outrora. O PCB foi substituído pelo PT como o partido representante da esquerda, “a partir de uma convergência entre o ‘novo sindicalismo’, quadros remanescentes das organizações dissidentes dos anos 1960/1970 e cristãos socialistas. O PT venceu, sem muita dificuldade, a disputa pela liderança política do conjunto do proletariado” (Musse, 2015, p. 419). O que fez do PT uma força capaz de aglutinar tanta gente em torno de si, foi sua construção através da “ruptura”.

Seja devido a sua origem no sindicalismo e nos movimentos sociais, seja pelo esforço em constituir-se em partido de massas – com o concomitante repúdio do modelo da “vanguarda leninista” –, ou ainda por conta de sua recusa do programa político de frentes policlassistas, associado ao empenho em transferir a ênfase da nação para a classe; os intelectuais do PT alardearam que constituíam uma configuração original na esquerda brasileira, sem termo de comparação com as experiências da tradição comunista (Musse, 2015, p. 419).

Desde o engajamento político em torno do PCB e MDB até o posicionamento sobre o intelectual, houve um equívoco de Félix e Ênio na assimilação da estrutura de sentimento que se estabelecia em amplas camadas da esquerda a partir da questão democrática e da forma de materializar os empreendimentos editoriais no seio de uma cultura emergente. Em 1982, a revista foi encerrada no seu volume 29 e a editora Civilização Brasileira vendida para o grupo Difel. Começava o exílio aqui.

Considerações finais

Ao longo desta pesquisa, procurou-se evidenciar como Moacyr Félix viveu e elaborou, em sua trajetória intelectual, o tensionamento entre humanismo, catolicismo e marxismo, conciliando e, ao mesmo tempo, confrontando suas tradições intelectuais. A pesquisa mostrou que esse tensionamento não se limitou a uma questão teórica, mas se expressou concretamente em sua produção poética, sua atuação editorial e suas escolhas políticas.

O trabalho contribui, dessa forma, com o avanço dos estudos da sociologia da cultura e dos intelectuais e suas relações com outras áreas do conhecimento, em especial a história da cultura e dos intelectuais e os estudos literários.

Félix tipifica desafios e dilemas enfrentados por intelectuais em um país atravessado por intensos embates ideológicos. Podemos afirmar que o humanismo funcionou como um espaço de negociação entre os diferentes atores do campo cultural brasileiro. Essa perspectiva teve impacto direto em sua prática editorial, em sua atuação na *Civilização Brasileira* e na *Paz e Terra*, onde articulava um debate plural entre marxistas, cristãos progressistas e intelectuais engajados.

A sua formação e suas relações católicas, fundamentalmente com Alceu Amoroso Lima, levaram-no a desenvolver uma perspectiva estética subordinada a uma visão ética da cultura. Ao entrar em contato com o marxismo e o existencialismo na década de 1950, encontrou uma forma de reinterpretar esses valores dentro de um quadro histórico-materialista. Essa transição não foi isenta de conflitos. Seu marxismo nunca abandonou completamente a preocupação com a dimensão moral e espiritual da experiência humana, o que o diferenciava de setores mais ortodoxos do PCB.

Essa tensão estabelecida na sua construção intelectual, evidentemente, se manifestou em sua poesia. A análise de suas obras mostra que sua poética esteve atravessada pelo lirismo e pela retórica, na tentativa de criar uma linguagem poética capaz de expressar a luta política sem perder a complexidade da experiência humana. A consequência, muitas vezes, se deu numa dialética decapitada, em que lirismo e retórica não sintetizavam da maneira mais eficaz o sentimento tal como pensado e o pensamento tal como sentido, conforme a

proposição de Williams (1979, p. 134). Isso tornou a sua poesia localizada no tempo e no espaço. O título dessa tese não é, portanto, somente uma citação em tom de homenagem, mas se adequa ao intelectual que foi.

No primeiro capítulo o trabalho destacou a infância e juventude de Félix, ressaltando como sua educação em colégios católicos e sua aproximação com intelectuais cristãos influenciaram a construção de sua visão de mundo. Essa influência permaneceu ao longo de sua vida, mesmo quando sua adesão ao marxismo passou a moldar sua prática intelectual e sua produção poética. Já o segundo capítulo analisou sua experiência em Paris, onde teve contato direto com o existencialismo e o pensamento de esquerda, vivência que abriu as portas para sua aproximação com os debates marxistas e sua perspectiva sobre a relação entre literatura e política, fato que se concretizou no seu retorno ao Brasil a partir da segunda metade dos anos 1950.

Nos capítulos três e quatro, foi enfatizada sua atuação como editor e mediador cultural, nos projetos da Civilização Brasileira e da Paz e Terra. Esses espaços permitiram-lhe contribuir para a formulação de um pensamento humanista e progressista, que dialogava com diferentes tradições ideológicas e buscava colaborar para a construção de um ideal de nação e resistir à ditadura militar. No entanto, como evidenciado no quinto capítulo, esse projeto começou a se desgastar na década de 1970, com a fragmentação do campo intelectual de esquerda e a ascensão de novas perspectivas políticas e culturais que colocaram em xeque os modelos tradicionais de engajamento literário e editorial.

A adesão de Félix ao projeto nacional-popular não foi fortuita, ela se explica porque ele sustentava a ideia de que a luta política deveria estar ancorada em valores éticos universais, como a dignidade humana, a liberdade e a solidariedade. Também articulava um pensamento que buscava conciliar marxismo e cultura popular, rejeitando leituras mecanicistas da história e abrindo espaço para a subjetividade e a criação artística. Além de justificar o papel do intelectual como mediador entre as elites e o povo, atribuindo à arte e à literatura uma função mobilizadora e de transformação social.

Dessa maneira, quando se deu o esgotamento desse projeto ocorreu, refletiu-se diretamente em sua atuação. Se, nos anos 1950 e 1960, a figura do intelectual comprometido com a ideia de povo e com a construção da revolução brasileira ocupava um papel central no debate público, os anos 1970 e 1980

trouxeram uma reconfiguração desse papel. A fragmentação das esquerdas e a ascensão de novas formas de engajamento fizeram com que Félix, assim como outros intelectuais de sua geração, se visse progressivamente marginalizado no cenário cultural brasileiro. A publicação de *Canção do Exílio Aqui* simbolizou essa tensão entre o passado e o presente, refletindo sua insistência em um humanismo comprometido, mesmo quando as condições históricas tornavam esse projeto cada vez mais inviável.

Portanto, sua atuação intelectual e literária reflete a tensão entre engajamento e autonomia. Sua produção poética, suas propostas editoriais e seu pensamento político revelam um humanismo que não se limitou à reflexão teórica, mas que se materializou em ações concretas e em um esforço contínuo para construir espaços ecumênicos de diálogo e resistência. Em alguma medida, a análise de sua produção permite compreender as mudanças estruturais do campo intelectual no Brasil e os desafios enfrentados pelos produtores culturais que buscaram conciliar essa tensão entre compromisso ideológico e liberdade criativa.

Félix não conseguiu ao longo de sua trajetória solucionar essas tensões da melhor maneira, o que o colocou num patamar secundário no cânone poético, ainda que tenha tido os acessos necessários de consagração artística para figurar entre os clássicos da literatura brasileira. Em nossa perspectiva, as suas escolhas formais são algumas das responsáveis por esse relativo fracasso literário. Entende-se também que essas escolhas são produtos da sua formação social que apresentou os conflitos aqui enumerados. Para retomar o exposto na introdução, entre o *outsider* e o *establishment*, Félix foi um *outsider* e que se manteve para a tradição cultural, de fato, do lado de fora. Isso pode ser resumido, no que afirmamos acima, na prevalência da ética ante a estética na constituição dos produtos culturais, mas uma ética mal delineada sob o nome de humanismo que lhe deu sustentação artística durante um certo tempo. Assim que a estrutura de sentimento que o sustentava foi alterada e ele permaneceu reforçando os valores de sua tradição, agora apenas residual, já não tinha respostas às exigências sociais e formulações estéticas necessárias para o período.

A atuação de Moacyr Félix não se encerra em *Encontros com a Civilização Brasileira* e com o livro *Canção do exílio aqui*, conforme apresentado no capítulo cinco. No mesmo ano de 1977, o poeta lançou *Neste lençol* e no ano seguinte

organizou uma antologia (*Invenção de crença e descrença*). Além de outros projetos que participou ao longo da vida. Para os propósitos dessa pesquisa, entendemos que o recorte se justificou. Embora também se evidencie algumas limitações próprias da atividade intelectual.

Para além de uma parte da vida de Félix que não foi abordada, esta pesquisa reconhece algumas lacunas, como a participação na vida cultural brasileira nos anos 1950, em especial sua atuação na Rádio MEC e no jornal literário *Para todos* – que merece uma investigação mais profunda sobre a sua relação com o PCB no pós-1956 e 1958. Assim como, explorar o papel das antologias como instância de consagração artística ou como forma de permanência na cena cultural e o que isso impacta na produção dos poemas reescritos como tentativa de deixar uma “versão definitiva”. Todas as antologias de Félix passaram ao largo dessa análise, inclusive a que nomeia esta tese. O período dos anos 1970 poderia ter sido mais explorado em especial no que se refere à sua participação como editor, quais paratextos escreveu, de quais livros? E quais livros escolheu publicar? Quais escolheu não publicar? São perguntas que não necessariamente teriam respostas, mas que também merecem uma investigação para analisar o cenário editorial entre Civilização Brasileira e Paz e Terra, sendo inclusive a atuação de Félix uma chave interpretativa de análise do processo editorial brasileiro dos anos 1970. Por fim, compreende-se a necessidade de detalhar com mais precisão o seu lado profissional como procurador do INCRA, fato que trabalhamos em menor medida no último capítulo e pode apontar a contradições interessantes do intelectual vinculado ao funcionalismo público e já amplamente estudado.

Essas são algumas das possibilidades de continuidade de pesquisa que vislumbramos. Para algumas há fontes primárias de fácil acesso, para outras será necessário um garimpo em arquivos e acervos. Entendemos que todas elas podem contribuir não só para a compreensão de lacunas da trajetória de Félix, mas também para o entendimento do fazer intelectual, das tensões entre estratégias e mediações no campo e suas maneiras de responder a limites e pressões de seu tempo histórico.

REFERÊNCIAS

ALTAMIRANO, Carlos; SARLO, Beatriz. **Literatura/Sociedad**. Buenos Aires: Libreria Hachette, 2001.

ALTHUSSER, Louis. A querela do humanismo. In: **Crítica Marxista**, nº 9, 1999, p. 9-51.

ANDERSON, Jon Lee. **Che Guevara**: uma biografia. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Sentimento do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Brejo das almas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

ANDRADE, Mário de. **Táxi e crônicas do Diário Nacional**. São Paulo: Duas Cidades; Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia de São Paulo, 1976.

ANGUS, Ian H. **A dissolução do marxismo**. Disponível em: <https://outraspalavras.net/crise-civilizatoria/a-dissolucao-do-humanismo-marxista/>. Acesso em 09 set. 2024.

ANTUNES, Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio. O PCB, os trabalhadores e o sindicalismo. In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão (orgs.). **História do Marxismo no Brasil**. Campinas: Editora Unicamp, 2007, pp. 13-62.

ARANTES, Aldo; LIMA, Haroldo. **História da Ação Popular**. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

ATHAYDE, Tristão. O primado da estética. In: TELES, Gilberto Mendonça. **Tristão de Athayde**: Teoria, crítica e história literária. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos editora, 1980a, p. 1-121.

BARÃO, Carlos Alberto. A influência da Revolução Cubana sobre a esquerda brasileira nos anos 1960. In: MORAES, João Quartim de; REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). **História do marxismo no Brasil**: O impacto das revoluções (vol. 1). Campinas: Editora Unicamp, 2003, p. 259-316.

BARATA, Manoel Sarmiento. **Canto melhor**: uma perspectiva da poesia brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

BARCELLOS, Jalusa. **CPC da UNE**: uma história de paixão e consciência. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

BARIANI, E. Uma intelligentsia nacional: grupo de Itatiaia, IBESP e os Cadernos de Nosso Tempo. **Caderno CRH**, [S. l.], v. 18, n. 44, 2006. DOI: 10.9771/ccrh.v18i44.18525. Disponível em:

<https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18525>. Acesso em: 29 maio. 2024.

BIASOLI, Vitor. **Grupo Quixote**: história e produção poética. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.

BLOCH, Ernst. **O Princípio Esperança**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Ed. UERJ; Contraponto, 2005.

BOSI, Alfredo. **Ideologia e contraideologia**: temas e variações. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira**. São Paulo: Cultrix, 2017.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.

CÂMARA, D. Hélder. **Revolução dentro da paz**. Rio de Janeiro: Sabiá, 1968.

CAMPOS, Geir. Poética. In: FÉLIX, Moacyr (org.). **Violão de rua**: poemas para a liberdade, vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962, p. 40.

CANDIDO, Antonio. **O estudo analítico do poema**. São Paulo: Humanitas Publicações/FFLCH/USP, 1996.

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2000.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2019.

CANDIDO, Antonio. **Palestra “Romantismo e modernismo”**. Faculdade de Ciências e Letras de Assis (UNESP-FCL), 1986. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Z0M9A7Bzabc&t>. Acesso em: 21 de novembro de 2023.

CAPELO, Verônica de Araújo. **O leviatã e os jesuítas**: uma análise das regras disciplinares do Colégio Santo Inácio no quadro institucional do Estado Novo (1937-1945). Rio de Janeiro, 1982, 466p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Filosofia da Educação, Fundação Getúlio Vargas.

CAPORRINO, Amanda Walter. Entre choques de interesses: a atuação da Amforp no Brasil pela Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras (1940-1960). **XII Congresso de História Econômica**: A Dinâmica da Informação na História Econômica: Fluxos Materiais e Imateriais – 22 a 25/11/2021 – São Paulo/SP, 2021.

CARDOSO, Rafael. **Modernidade em preto e branco**: arte e imagem, raça e identidade no Brasil, 1890-1945. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CARPEAUX, Otto Maria. Da bibliografia sobre o autor. In: FÉLIX, Moacyr. **Antologia poética**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

CARVALHO, José Murilo de. Vargas e os militares. In: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999, pp. 341-345.

CASTANHEIRA, Maria Teresa. Fenomenologia e compromisso: o debate entre Merleau-Ponty e Sartre, **Phainomenon**, n. 4, pp. 37-50, 2002. Disponível em: <http://phainomenon-journal.pt/index.php/phainomenon/article/view/250>. Acesso em 22 de maio de 2024.

CEVASCO, Maria Elisa. **Para ler Raymond Williams**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CHAUÍ, Marilena. **Seminários**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CHAUÍ, Marilena. Filosofia e engajamento: em torno das cartas da ruptura entre Merleau-Ponty e Sartre. **Dissenso**: revista de estudantes de filosofia, São Paulo, nº 1, pp. 133-153, jan. 1997. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/dissenso/article/view/105038>. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2447-9713.dissenso.1997.105038>. Acesso em 21 de maio de 2024.

COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia como valor universal. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**, vol. 9, mar/1979.

COUTO, Cristiano P. P. **Intelectuais e exílios**: confronto de resistências em revistas culturais Encontros com a Civilização Brasileira, Cuadernos de Marcha e Controversia (1978-1984). Porto Alegre, 2013, 235p. Tese (doutorado em História) – Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

CUNHA, M. N. A revista Paz e Terra: um lugar da memória da comunicação religiosa, ecumênica e política no Brasil. **HORIZONTE - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, v. 18, n. 56, p. 513, 31 ago. 2020.

CUNHA, Magali N. **Crise, esquecimento e memória**: Centro Ecumênico de Informação e a construção da identidade do Protestantismo Brasileiro. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento). Universidade do Rio de Janeiro, 1997.

CUNHA, Magali N. **Explosão gospel**: um olhar das ciências humanas sobre o cenário evangélico brasileiro. Rio de Janeiro: MAUAD, 2007.

CZAJKA, Rodrigo. **Páginas de resistência**: intelectuais e cultura na Revista Civilização Brasileira. Campinas, 2005, 126p. Dissertação (Mestrado em Sociologia da Cultura) – Departamento de Sociologia, Universidade Estadual de Campinas.

CZAJKA, Rodrigo. **Praticando delitos, formando opinião**: Intelectuais, comunismo e repressão no Brasil (1958-1968). Campinas, 2009, 388p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade Estadual de Campinas.

CZAJKA, Rodrigo. “Sou brasileiro, democrata e editor”: Ênio Silveira e a repressão à editora Civilização Brasileira. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 32, n. 2, 2020, pp. 149-174. DOI: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2020.168574>. Acesso em 17 de fevereiro de 2024.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O tempo da experiência democrática**: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964 (O Brasil republicano, v. 3). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 127-154.

ELIAS, Norbert. **Mozart**: sociologia de um gênio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

EWALD, François. Sartre, Merleau-Ponty: Cartas de uma ruptura, **Nombres**, 6, p. 9-36, 1995. Disponível em: <https://revis-tas.unc.edu.ar/index.php/NOMBRES/article/view/2068>. Acesso em 23 de maio de 2024.

FARIA JUNIOR, Walmir José Braga de. **A veloz travessia entre a tradição e a inovação**: a trajetória e a poética do jovem Ferreira Gullar em uma sociedade em mudança. Curitiba, 2022, 330p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade Federal do Paraná.

FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O tempo da experiência democrática**: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964 (O Brasil republicano, v. 3). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 301-342.

FROMM, Erich. **Humanismo socialista**. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1966.

FURTADO, Maria Teresa Dias. Introdução. In: HÖLDERLIN, Friedrich. **Elegias**. Lisboa: Assírio & Alvim, 2000, pp. 9-14.

GALUCIO, Andréa Lemos Xavier. **Civilização Brasileira e Brasiliense**: trajetórias editoriais, empresários e militância política. Niterói, 2009, 316p. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense.

GARCIA, Leandro. A correspondência de Carlos Drummond de Andrade e Alceu Amoroso Lima. **Revista Brasileira**, Rio de Janeiro, Fase VIII, n. 79, p. 115-132, Abril-Junho, 2014.

GARCIA, Miliandre. *A questão da cultura popular: as políticas culturais do Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE)*. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, nº 47, p.127-62, 2004.

GARCIA, Miliandre. **Do teatro militante à música engajada: A experiência do CPC da UNE (1958-1964)**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

GLEDSON, John. **Poesia e poética de Carlos Drummond de Andrade**. São Paulo: Duas Cidades, 1981.

GOIS, Cléa. Sartre: da consciência do ser e o nada ao existencialismo humano. **Reflexão**, [S. l.], v. 32, n. 91, 2024. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/reflexao/article/view/10921>. Acesso em: 2 fev. 2025.

GOLDMANN, Lucien. **Dialética e cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967a.

GOLDMANN, Lucien. **Sociologia do romance**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967b.

GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patricia Santos. Apresentação. In: GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patricia Santos. **Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 7-37.

GOMES, Paulo Emílio Salles. **Cinema, trajetória no subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1980.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere: temas de cultura, Ação Católica, americanismo e fordismo (vol. 4)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GUEDES, Maria do Carmo; PEREIRA, Maria Eliza Mazzilli. Editoras universitárias: uma contribuição à indústria ou à artesanania cultural? **Perspectiva**. Vol. 14, n. 1. São Paulo jan/mar. 2000, pp. 1-9.

GULLAR, Ferreira. João Boa-Morte (cabra marcado pra morrer). In: FÉLIX, Moacyr (org.). **Violão de rua: poemas para a liberdade**, vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962b, pp. 22-35.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil**. São Paulo: Edusp, 1985.

HÖLDERLIN, Friedrich. **Elegias**. Lisboa: Assírio & Alvim, 2000.

HÖLDERLIN, Friedrich. O mais antigo programa-sistema do idealismo alemão. Tradução: André Felipe Gonçalves Correia. **Ítaca**, Rio de Janeiro, nº 34, pp. 225-

230, 2019. DOI: <https://doi.org/10.59488/itaca.v0i34.26360>. Das älteste Systemprogramm des deutschen Idealismus.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Impressões de viagem**: CPC, vanguarda e desbunde. São Paulo: Brasiliense, 1980.

HOLLANDA, Cristina Buarque de. Os Cadernos do Nosso Tempo e o interesse nacional. **Dados**, v. 55, p. 607-640, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0011-52582012000300002>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/HZ8j5Fwj35ZFB5TwfBcYHy/>. Acesso em 31 de maio de 2024.

JACOBY, Russell. **Os últimos intelectuais**. São Paulo: Edusp, 1990.

JOÃO XXIII. **Mater et magistra**. 1961. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_15051961_mater.html. Acesso em: 15 fev. 2025.

JOÃO XXIII. **Pacem in terris**. 1963. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_11041963_pacem.html. Acesso em: 15 fev. 2025.

KIERKEGAARD, Søren Aabye. **O conceito de angústia**: uma simples reflexão psicológico-demonstrativa direcionada ao problema dogmático do pecado hereditário. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2013.

KOSHIYAMA, Jorge. O lirismo em si mesmo: leitura de “Poética” de Manuel Bandeira. In: BOSI, Alfredo (org.). **Leitura de poesia**. São Paulo: Ática, 1996, pp.79-100.

LAFETÁ, João Luiz. **1930**: A crítica e o modernismo. São Paulo: Editora 34, 2000.

LAHUERTA, Milton. A democracia difícil: violência e irresponsabilidade cívica. *Estudos de Sociologia*, v. 6, no 10, 2001.

LIMA, Hamilton Garcia. **O ocaso do comunismo democrático**: o PCB na última legalidade (1964-84). Campinas, 1995, 499p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Departamento de Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas.

LIMA, Carlos. Poesia e Utopia em Moacyr Félix. **Revista Letras & Letras**, v. 21, n. 2, 2005.

LIMA, Alceu Amoroso. Diálogo da Igreja com o mundo moderno. In: **Paz e Terra**, v. 1, p. 11-27, jul. 1966.

LOVATTO, Angelica. **Os Cadernos do povo brasileiro e o debate nacionalista nos anos 1960**: um projeto de revolução brasileira. Orientador: Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida. 2010. 385p. Tese – Doutorado em Ciências Sociais, PUC-

SP, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/4175/1/Angelica%20Lovatto.pdf>. Acesso em 09 de março de 2023.

LÖWY, Michael. **Para uma sociologia dos intelectuais revolucionários: a evolução política de Lukács (1909-1929)**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

LÖWY, Michael. **Redenção e utopia: o judaísmo libertário na Europa Central: um estudo de afinidade eletiva**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LÖWY, Michael. Sobre o conceito de “afinidade eletiva” em Max Weber. **Plural**, São Paulo, Brasil, v. 17, n. 2, p. 129–142, 2011. DOI: 10.11606/issn.2176-8099.pcso.2010.74543. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/74543>. Acesso em: 30 maio. 2024.

LÖWY, Michael; SAYRE, Robert. **Revolta e melancolia: o romantismo na contramão da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1995.

LUCCA-SILVEIRA, Marcos Paulo de. Intelectuais comunistas e a questão da democracia no Brasil. **Lua Nova**, São Paulo, n. 101, pp. 53-87, 2017.

LUKÁCS, Georg. **Introdução a uma estética marxista: sobre a categoria da particularidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

LUKÁCS, Georg. **A teoria do romance**. São Paulo: Editora 34, 2000.

LUKÁCS, Georg. **Estética: A peculiaridade do estético: Questões preliminares e de princípio (volume 1)**. São Paulo: Boitempo, 2023.

MARITAIN, Jacques. **Arte e Poesia**. Rio de Janeiro: Agir, 1947.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro III: o processo global de produção capitalista**. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MERLEAU-PONTY, Maurice. Merleau rejeita a política de Sartre. Carta a Sartre, **FOLHA DE S. PAULO**, 14 de agosto de 1994, Caderno Mais, p. 7-9. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/8/14/mais!/13.html>. Acesso em 21 de maio de 2024.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MICELI, Sérgio. **Lira mensageira: Drummond e o grupo modernista mineiro**. São Paulo: Todavia, 2022.

MORAES, Dênis de. **A Esquerda e o Golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Espaço e tempo, 1989.

MORAES, Dênis de. **A Esquerda e o Golpe de 1964**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MORAES, Dênis de. **O imaginário vigiado**: a imprensa comunista e o realismo socialista no Brasil (1947-53). Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

MOURA, D. Odilão. **Ideias católicas no Brasil**: direções do pensamento católico do Brasil no século XX. São Paulo: Convívio, 1978.

MUSSE, Ricardo. As aventuras do marxismo no Brasil. In: **Caderno CRH**, Salvador, v. 28, n. 74, maio/ago. 2015, pp. 409-425.

NAPOLITANO, Marcos. **Seguindo a canção**: engajamento político e indústria cultural na MPB (1959-1969). Versão digital revista pelo autor. São Paulo, 2010.

NAPOLITANO, Marcos. A breve primavera antes do longo inverno: uma cartografia histórica da cultura brasileira antes do golpe de Estado de 1964. **História Unisinos**, vol. 18, n.3, Setembro/Dezembro 2014, p. 418-428.

NAPOLITANO, Marcos. Arte e política no Brasil: história e historiografia. In: EGG, André; FREITAS, Artur; KAMINSKI, Rosane. (Org.). **Arte e política no Brasil**: modernidades. 1ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2014b, v. 1, p. 15-46.

NAPOLITANO, Marcos. No exílio, contra o isolamento: intelectuais comunistas, frentismo e questão democrática nos anos 1970. In: **Estudos Avançados**, 28 (80), 2014c, pp. 41-58.

NAPOLITANO, Marcos. **Coração civil**: a vida cultural brasileira sob o regime militar (1964- 1985). São Paulo: Intermeios, 2017.

NAPOLITANO, Marcos. O longo modernismo: reflexões sobre a agenda político-cultural do século XX brasileiro. **Revista Vórtex**, [S. l.], v. 10, n. 3, p. 1–23, 2022. DOI: 10.33871/23179937.2022.10.3.6948. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/vortex/article/view/6948>. Acesso em: 17 set. 2024.

NETTO, José Paulo. “Depois do modernismo”. In: **Realismo e anti-realismo na literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

NETTO, José Paulo. **Lukács**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2023.

NEVES, Dédallo. **A revista Encontros com a Civilização Brasileira e o ocaso de uma intelectualidade (1978-1982)**. Curitiba, 2021, 162p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade Federal do Paraná.

NUNES, Diogo Cesar. Notas sobre a ausência: Moacyr Félix na historiografia literária recente. **Em tese**, v. 21, n. 1, p. 176-185, 2015. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/emtese/article/view/7814>. Acesso em: 15 fev. 2025.

NUNES, Diogo Cesar. **Poesia e (des)esperança**: utopia, tempo e subjetividade através da obra de Moacyr Félix, Rio de Janeiro, 2017, 374p. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

OLIVEIRA, Vera Lúcia de. **Poesia, mito e história no Modernismo brasileiro**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

ORY, Pascal; SIRINELLI, Jean-François. **Les intellectuels en France**: De l'affaire Dreyfus à nos jours. Paris: Armand Colin, 2002.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. **PCB**: Vinte anos de política (1958-1979). São Paulo: LECH, 1980.

PETRA, Adriana. Cultura comunista y Guerra Fría: los intelectuales y el Movimiento por la Paz en la Argentina. **Cuadernos de Historia**, Santiago, n. 38, p. 99-130, jun. 2013. Disponível em: http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S071912432013000100004&lng=es&nrm=iso. Acesso em 21 de maio 2024.

PETRA, A. Cosmopolitismo y nación: Los intelectuales comunistas argentinos en tiempos de la Guerra Fría (1947-1956). **Contemporánea**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 51–74, 2021. Disponível em: <https://ojs.fhce.edu.uy/index.php/cont/article/view/1058>. Acesso em: 21 mai. 2024.

PLÁCIDO, Delson. **Na margem esquerda**. Rio de Janeiro: Diagrama Comunicações, 1997.

RODRIGUES, Flávio Luís. **Vozes do mar**: a trajetória da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (1962-1964). 2003. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. Acesso em: 30 dez. 2024.

ROSA, Michele Rossoni. **“Esquerdisticamente afinados”**: os intelectuais, os livros e as revistas das editoras Civilização Brasileira e Paz e Terra (1964-1969). 2011. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

RIDENTI, Marcelo. Ação Popular: cristianismo e marxismo. In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). **História do Marxismo no Brasil**: partidos e organizações dos anos 20 aos 60 (Vol. 5). Campinas: Editora Unicamp, 2002, pp. 213-282.

RIDENTI, Marcelo. Intelectuais e artistas brasileiros nos anos 1960/70: “entre a pena e o fuzil”. **ArtCultura**, [S. l.], v. 9, n. 14, 2008. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/1457>. Acesso em: 23 out. 2024.

RIDENTI, Marcelo. **Brasilidade Revolucionária**: um século de cultura e política. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

RIDENTI, Marcelo. Jorge Amado e seus camaradas no círculo comunista internacional. **Sociologia & Antropologia**, v.01.02, p. 165-194, 2011.

RIDENTI, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro**: artistas da revolução, do CPC à era da TV. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

RIDENTI, Marcelo. **O segredo das senhoras americanas**: intelectuais, internacionalização e financiamento na Guerra Fria cultural. São Paulo: Editora Unesp, 2022.

ROLLEMBERG, Denise. **Exílio**: entre radares e raízes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. Marxismo, cultura e intelectuais no Brasil. In: MORAES, João Quartim de. **História do marxismo no Brasil (vol. 3)**. Campinas: Editora Unicamp, 2007, pp. 373-469.

SAES, Alexandre Macchione; SASSE, Carla Muller. AAMFORP e o setor elétrico brasileiro (1926-1964). **Anuário CEEED**. Buenos Aires, v. 4, n. 4, p. 111-148, 2012.

SAES, Décio. Classe média e política no Brasil (1930-1964). In: **História Geral da Civilização Brasileira**. O Brasil republicano: sociedade e política (1930-1964). Tomo III, volume 10. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, pp. 533-602.

SALEM, Helena. **Nelson Pereira dos Santos**: o sonho possível do cinema brasileiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

SALEM, Tânia. Do Centro D. Vital à Universidade Católica. In: SCHWARTZMAN, Simon (org.). **Universidades e Instituições Científicas no Rio de Janeiro**. Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), 1982, pp.97-134.

SANT'ANNA, Affonso Romano de. Poema para Pedro Teixeira assassinado. In: **Violão de Rua**: poemas para a liberdade (vol. 2). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962, p. 14-17.

SARTRE, Jean-Paul. **Situações IV**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1972.

SARTRE, Jean-Paul. Só é filósofo quem já morreu. Carta a Merleau-Ponty, **FOLHA DE S. PAULO**, 14 de agosto de 1994, Caderno Mais, p. 6.

Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/8/14/mais!/11.html>. Acesso em 21 de maio de 2024.

SARTRE, Jean-Paul. **Que é a literatura?** São Paulo: Ática, 2004.

SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o nada.** Petrópolis: Vozes, 1997.

SARTRE, Jean-Paul. **O existencialismo é um humanismo.** Petrópolis: Vozes, 2012.

SCHWARTZMAN, Simon (sel. e introd.). **O pensamento nacionalista e os “Cadernos de Nosso Tempo”.** Brasília: UNB/Câmara dos Deputados, 1979.

SCHWARTZMAN, Simon et alii. **Tempos de Capanema.** Rio de Janeiro: FGV / Paz e Terra, 2000.

SCHWARZ, Roberto. **O pai de família e outros estudos.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

SEGATTO, José Antônio. PCB: a questão nacional e a democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964** (O Brasil republicano, v. 3). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 217-240.

SEGATTO, José Antonio; SANTOS, Raimundo. A valorização da política na trajetória pecebista: dos anos 1950 a 1991. In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão (orgs.). **História do Marxismo no Brasil.** Campinas: Editora Unicamp, 2007, pp. 13-62.

SILVA, Fernanda Xavier da. O IBESP em seu momento: uma análise genética e cronológica dos Cadernos do Nosso Tempo. **Caderno CRH**, v. 29, p. 333-348, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792016000200009>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/XKtX8zksC94nv5K9jTBFbjD/?lang=pt>. Acesso em 29 de maio de 2024.

SILVEIRA, Ênio. Por quê e para quê. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**, vol. 1, jun/1978.

SILVEIRA, Ênio. Quem tapa o sol com a peneira. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**, vol. 6, dez. 1978b.

SILVEIRA, Ênio. “Prefácio”. In: BARCELLOS, Jalusa. **CPC da UNE: uma história de paixão e consciência.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994, p. 7-14.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, pp. 231-269.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Quem é o povo no Brasil?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

SOUZA, José Inácio Melo. **Paulo Emílio no paraíso**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. Universidade brasileira: crescimento para que e para quem? In: **Encontros com a civilização Brasileira**, vol. 13, jul/1979, pp. 175-193.

TERTULIAN, Nicolás. **Georg Lukács**: etapas de seu pensamento estético. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

TRINDADE, Solano. Tem gente com fome. In: **Violão de Rua**: poemas para a liberdade (vol. 3). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963, p. 135-136.

VIEIRA, Luiz R. **Consagrados e malditos**: os intelectuais e a editora Civilização Brasileira. Brasília: Thesaurus, 1998.

WERLE, Marco Aurélio. “Hölderlin e Hegel: a afirmação trágica e filosófica do idealismo”. **O que nos faz pensar**, março de 2015, v. 24, n. 36, p. 315-327.

WERLE, Marco Aurélio. O lugar insólito de Hölderlin entre filosofia e poesia. **Revista Trágica**: estudos de filosofia da imanência, Rio de Janeiro, v. 13, nº 2, pp. 95-109, 2020.

WILLIAMS, Raymond. **The long revolution**. London: Penguin Books, 1965.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

WILLIAMS, Raymond. **La larga revolución**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 2003.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e materialismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2011a.

WILLIAMS, Raymond. **Política do modernismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2011b.

WILLIAMS, Raymond. **Recursos da esperança**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

WISNIK, José Miguel. **Maquinação do mundo**: Drummond e a mineração. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ZOUREK, Michal. Los viajes de los intelectuales latinoamericanos a Europa Oriental 1947–1956: organización, circuitos de contacto y reflexiones; Znanstvena založba Filozofske fakultete Univerze v Ljubljani; **Ars & Humanitas**, 11, 2, dez/2017, p. 331-347. DOI: 10.4312/ars.11.2.331-347

REFERÊNCIAS DE MOACYR FÉLIX

FÉLIX, Moacyr. **Cubo de trevas**. Rio de Janeiro: Agir, 1948.

FÉLIX, Moacyr. **Lenda e areia**. Rio de Janeiro: Revista Branca, 1950.

FÉLIX, Moacyr. **Itinerário de uma tarde**. Karlshamn: Ragnar Lagerblad Editor, 1953.

FÉLIX, Moacyr. Aspectos da questão colonial. **Cadernos do Nosso Tempo**: Revista de cultura e informação política, nº 2, janeiro-junho de 1954, pp. 45-67.

FÉLIX, Moacyr. **O pão e o vinho**. Rio de Janeiro: Antunes, 1959.

FÉLIX, Moacyr. Nota introdutória. In: FÉLIX, Moacyr (org.). **Violão de rua**: poemas para a liberdade, vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962, pp. 9-11.

FÉLIX, Moacyr. Nota introdutória. In: FÉLIX, Moacyr (org.). **Violão de rua**: poemas para a liberdade, vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963, pp. 9-13.

FÉLIX, Moacyr. **Canto para as transformações de um homem**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

FÉLIX, Moacyr. **Um poeta na cidade e no tempo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

FÉLIX, Moacyr. Paz e Terra. In: **Paz e Terra**, v. 1, p. 5-10, jul. 1966b.

FÉLIX, Moacyr. A carregar o corpo desta América. In: **Paz e Terra**, v. 4, p. 227-228, ago. 1967.

FÉLIX, Moacyr. **Canção do Exílio aqui**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977a.

FÉLIX, Moacyr. **Neste lençol**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977b.

FÉLIX, Moacyr. **Invenção de crença e descrença**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

FÉLIX, Moacyr. Liberdade: difícil e exigente. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**, v. 13, jul. 1979.

FÉLIX, Moacyr. **Em nome da vida**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

FÉLIX, Moacyr. **Introdução a escombros**. Rio de Janeiro: Bretand Brasil/Fundação Biblioteca Nacional, 1977.

FÉLIX, Moacyr. **Antologia poética**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

FÉLIX, Moacyr. **Entrevista concedida a Marcelo Ridenti**. Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 1996.

FÉLIX, Moacyr. **Singular plural**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

FÉLIX, Moacyr. **O pensar e o sentir na obra de Moacyr Félix**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

FONTES DE PERIÓDICOS¹²⁰

AÇÃO Católica debaterá poesia. **Tribuna da Imprensa**. Rio de Janeiro, 4 de setembro de 1957, p. 3. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154083_01&pesq=%22A%C3%A7%C3%A3o%20cat%C3%B3lica%22&pasta=ano%20195&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=37062. Acesso em 13 de julho de 2024.

ANDRADE, Carlos Drummond de. Geografia dos títulos. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 21 de novembro de 1948. 2ª Seção, p. 1. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_05&pasta=ano%20194&pesq=%22Moacyr%20F%C3%A9lix%22&pagfis=44445. Acesso em 28 de maio de 2024.

ASSALTO. **O Jornal**. Rio de Janeiro, 6 de março de 1964, 1º Caderno, p. 6. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_06&pesq=%22Instituto%20Nacional%20do%20Livro%22&pasta=ano%20196&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=34185. Acesso em 30 de dezembro de 2024.

BEST-SELLER. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 1º de novembro de 1962, 2º Caderno, p. 2. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_07&pesq=%22Moacyr%20F%C3%A9lix%22&pasta=ano%20196&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=34070. Acesso em 17 de setembro de 2024.

BRAGA, Rubem. Notas miúdas. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 1948. Primeira Seção, Terceira página. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093718_02&pasta=ano%20194&pesq=%22Revista%20Arco%22&pagfis=42654. Acesso em 28 de maio de 2024.

BRIZOLA investe com Prieto pela Fazenda. **Tribuna da Imprensa**. Rio de Janeiro, 9 de março de 1964, p. 4. Disponível em: <https://memo->

¹²⁰ Todas as fontes retiradas de jornais e revistas foram consultadas no site da Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 13 de julho de 2024.

ria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154083_02&pasta=ano%20196&pesq=%22Instituto%20Nacional%20do%20Livro%22&pagfis=15557. Acesso em 30 de dezembro de 2024.

CONDÉ, José. Escritores e livros. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 3 de janeiro de 1960, 2º Caderno, p. 2. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_07&pesq=Civiliza%C3%A7%C3%A3o%20Brasileira%20Moacyr%20F%C3%A9lix&pasta=ano%20196&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=59. Acesso em 17 de setembro de 2024.

FÉLIX, Moacyr. A estrela, o deserto e o trigo. In: **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1953. 2ª Seção, Suplemento Dominical, Letras e artes, p. 2. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093092_04&Pesq=%22Moacyr%20F.%20de%20Oliveira%22&pagfis=20167. Acesso em 28 de maio de 2024.

FUNDAÇÃO do Comando dos Trabalhadores Intelectuais (CTI). **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1963. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_07&pesq=%22funda%C3%A7%C3%A3o%20do%20comando%22&pasta=ano%20196&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=45236. Acesso em 27 dez. 2024.

LEWIN, Willy. O poeta na cidade e no tempo. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1960, 2º Caderno, p. 2. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_15&Pesq=%22Moacyr%20F%C3%A9lix%22&pagfis=152. Acesso em 17 de julho de 2024.

MOACYR Félix de Souza. **Pasquim**, Rio de Janeiro, de 23 a 29 de dezembro de 1977, ano IX, nº 443, pp. 10-13. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=124745&Pesq=%22Moacyr%20F%C3%A9lix%22&pagfis=15874>. Acesso em 11 de maio de 2023.

NO MUNDO das letras. **Letras e Artes**, Rio de Janeiro, 2 de fevereiro de 1947, 2ª Seção, suplemento de A manhã, nº 30, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=114774&pesq=%22%C3%81urea%20Barbosa%22&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.br&pagfis=386>. Acesso em 05 de maio de 2023.

NOTAS. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1948, Crônica e notas de literatura, p. 2. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093092_03&pasta=ano%20194&pesq=%22Moacyr%20F%C3%A9lix%22&pagfis=34972. Acesso em 28 de maio de 2024.

O BRASIL espera que o Instituto do Livro cumpra seu dever. **Última Hora**, Rio de Janeiro, 31 de março de 1964. “UH” Revista, p. 4. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=386030&Pesq=%22Instituto%20Nacional%20do%20Livro%22&pagfis=98542>. Acesso em 30 de dezembro de 2024.

OS INTELLECTUAIS repudiam o golpe. **Última Hora**, Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1955, p. 4. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=386030&pasta=ano%20195&pesq=%22Marco%22&pagfis=26304>. Acesso em 12 de julho de 2024.

PAZ E TERRA, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, n. 1-10, 1966-1969.

REPORTAGEM pitoresca. **Leitura**: arte e literatura, política e economia, Rio de Janeiro, agosto de 1963, nº 74, p. 36-37. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=115509&Pesq=%22Moacir%20F%20c3%a9lix%22&pagfis=1412>. Acesso em: 20 de maio de 2024.

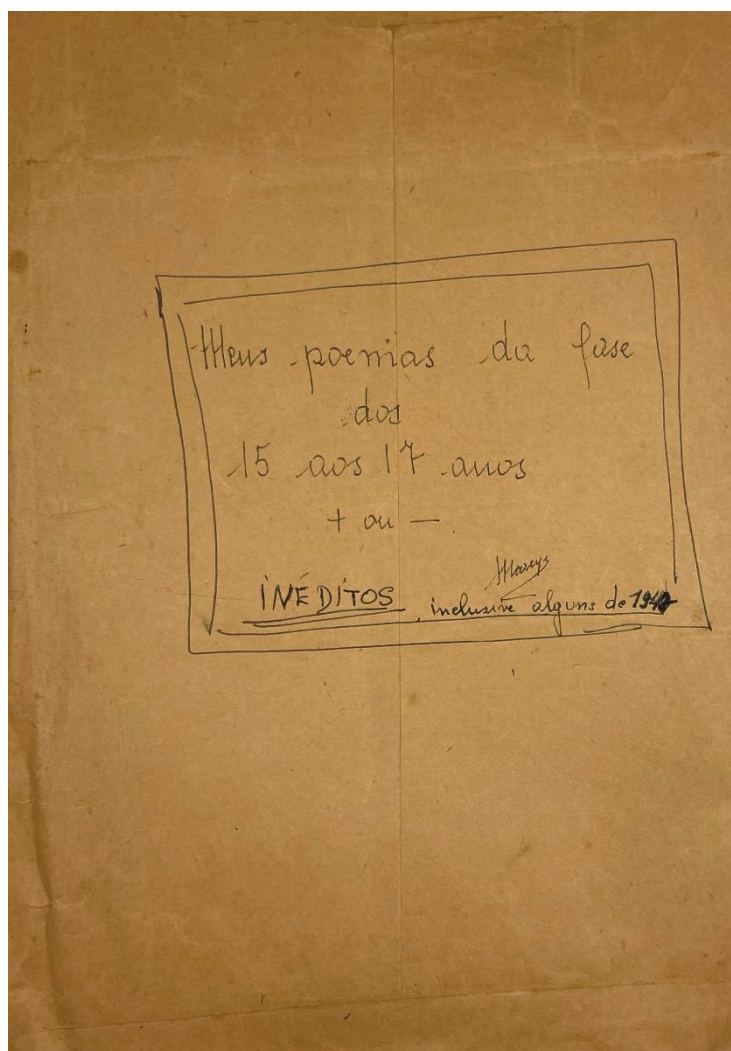
UMA nova revista literária. **Letras e Artes**, Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1946, 2ª Seção, suplemento de A manhã, nº 13, p. 2. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=114774&pasta=ano%20194&pesq=%22Candido%20Mendes%20de%20Almeida%22&pagfis=130>.

VIDA literária. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 17 de outubro de 1948, 2ª Seção. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_05&pasta=ano%20194&pesq=%22Moacyr%20F%20c3%A9lix%22&pagfis=43909. Acesso em 28 de maio de 2024.

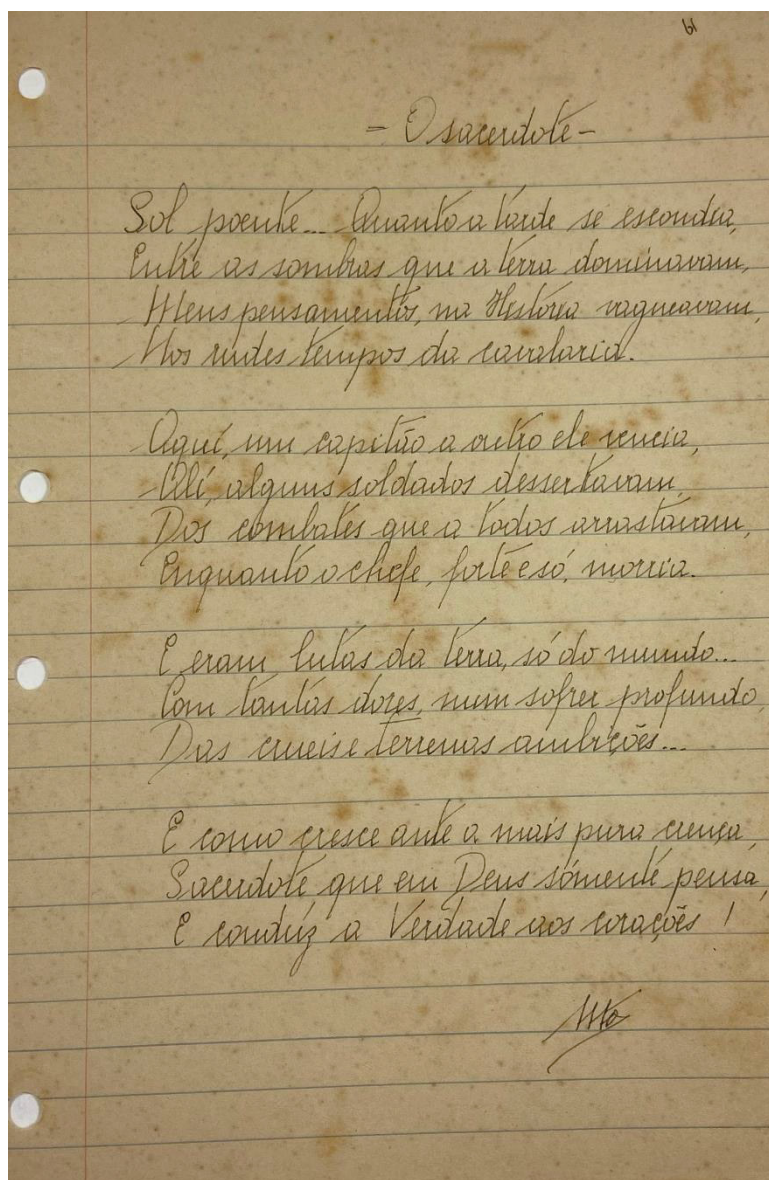
ANEXOS

**ANEXO CAPÍTULO 1 - Do Santo Inácio à Faculdade Católica do Rio de
Janeiro: os anos de formação de Moacyr Félix**

- Envelope com originais da adolescência



- Poema "O Sacerdote"



- Transcrição:

O Sacerdote

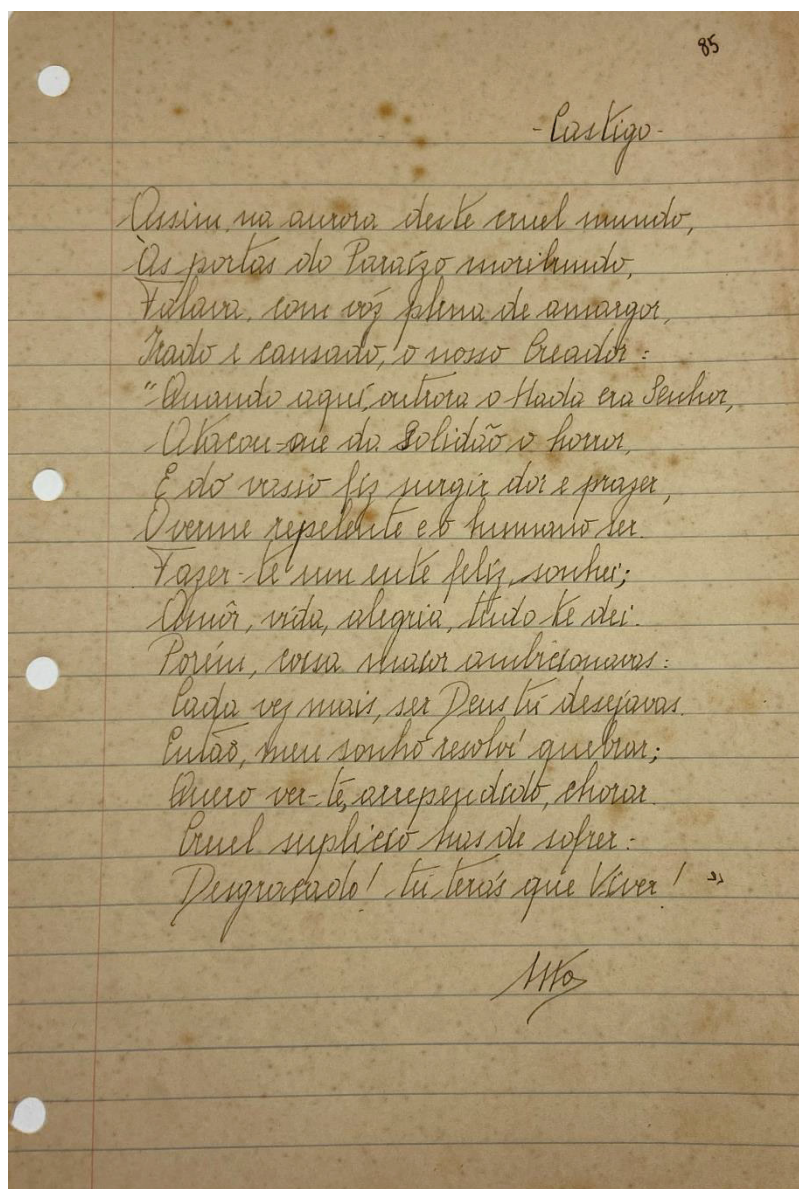
Sol poente... Quanto a tarde se escondia,
 Entre as sombras que a terra dominavam (sic),
 Meus pensamentos na História vagueavam,
 Nos rudes tempos da cavalaria.

Aqui um capitão a outro ele vencia,
Ali, alguns soldados desertavam,
Dos combates que a todos arrastavam,
Enquanto o chefe, forte e só, morria.

E eram lutas da terra, só do mundo...
Com tantas dores, num sofrer profundo,
Das cruéis e terrenas ambições...

E como cresce ante a mais pura crença,
Sacerdote que em Deus somente pensa,
E conduz a Verdade aos corações!

- Poema "Castigo"



Transcrição:

Castigo

Assim, na aurora deste cruel mundo,
 Às portas do Paraíso moribundo,
 Falava com a voz plena de amargor,
 Irado e cansado, o nosso Criador:
 'Quando aqui outrora o Nada era Senhor,

Atacou-me da solidão o horror,
E do vazio fiz surgir dor e prazer,
O verme repelente e o humano ser.
Fazer-te um ente feliz sonhei;
Amor, vida, alegria, tudo te dei.
Porém, coisa [ilegível] ambicionavas:
Cada vez mais, ser Deus tu desejas.
Então, meu sonho resolvi quebrar;
Quero ver-te arrependido, chorar
Cruel suplico luas de sofrer:
Desgraçado! Tu terás que Viver!'

- Resenha Diário Carioca

● Moacir Felix de Oliveira, autor de "Cubo de Trevas", uma das boas, estreias de quarenta e oito, revela, através de seus poemas, quase todos marcados por uma mesma inquietação, um estado da alma melancólico e profundamente sensível às dores e atribulações do mundo. Seus versos repletos de tristeza, dúvidas, angústias. Em grande número deles, belos e expressivos reproduz-se o tom amargo de seu espírito inconformado. Do jovem poeta transcrevemos "Farrapos":

Minha alma é tarde eluzenta
Com nuvens negras no céu.
De uma neblina agourenta
Escondida no frio véu.
Há farrapos de Tristeza
Em cada um de seus lados
Gemendo desesperados.
Numa trágica beleza
De trapos pendurados
Nas quinas dos telhados.
Gotas de chuva chorando.
Numa dança doida ao vento.
Ebrios de tanto tormento,
Aos poucos se esfarrapando...
Depois, a tremer de frio.
Caminhando devagar
Com o seu manto sombrio
Sem uma estrela a brilhar.
A noite vem senillar
Na doce escuridão
Aqueles nobres farrapos.
Aqueles humildes trapos
Que ao sol despertarão
Sujos de lama, rasgados.
Cada vez mais desgraçados...

ANEXO CAPÍTULO 2 – Entre a cruz e a foice

- Currículo

Importante Original: (fui para a 12ª aniversário, está na)

ALGUNS DADOS BIBLIOGRÁFICOS DO AUTOR

MOACYR FÉLIX (de Oliveira) nasceu no Rio de Janeiro em 11 de março de 1926. Fez o antigo curso primário e parte do antigo ginásio em Juiz de Fora, Minas Gerais. De 1939 a 1941, já no Rio de Janeiro outra vez, concluiu o ginásio no Colégio Santo Inácio, onde também fez um curso complementar de direito, em 1942 e 1943. Em 1948, bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade Católica do Rio. Ainda como estudante de direito, e depois como advogado, trabalhou no Departamento Jurídico da Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras (Caeeb), de 1946 a 1949.

Em 1950, foi convidado oficialmente pelo governo francês para prosseguir seus estudos na França, na qualidade de étudiant patronné, seguindo até 1953 vários cursos de filosofia na Faculdade de Letras da Universidade de Paris (Sorbonne). Foi aluno, então, de grandes nomes como Etienne Souriau, Jean Poirier, Jean Wahl, Merleau-Ponty e Gaston Bachelard. Em 1953, estudou filosofia com o prof. M. Guérout, e psicologia e história das artes plásticas com os profs. René Huyghe e Pierre Francastel, no Collège de France. Ainda em Paris, trabalhou, durante dois anos, como redator e locutor semanal de um programa da Radiodifusão e Televisão Francesa para a América Latina.

De volta ao Brasil, em 1954 e 1955, foi membro do Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (Ibesp). Em 1954, fez parte da equipe de redação da revista literária Marco, e de 1954 a 1956 integrou a comissão de redação da revista Cadernos do Nosso Tempo, do Ibesp (sendo o seu ensaio mais conhecido o publicado sob o título Aspectos da Questão Colonial no nº 2 dessa revista).

Nos anos de 1955 e 1956, foi redator e locutor de um programa semanal sobre poesia e literatura, que ia ao ar pela Rádio Ministério da Educação e Cultura, no Rio de Janeiro.

De 1956 a 1958, foi o responsável pela seção de poesia e escreveu artigos de crítica e balanços literários no Para Todos, jornal de cultura do antigo Partido Comunista Brasileiro (PCB), dirigido por Jorge Amado e Oscar Niemeyer, e Redator-Chefe Moacir Werneck de Castro.

De 1955 a 1960, colaborou, com poemas, entrevistas e artigos, em vários jornais, como o Correio da Manhã, o Diário de Notícias, Diário Carioca e o Jornal do Brasil. De 1955 a 1962, foi também do conselho de redatores e redator-chefe do

Jornal de Letras. Em 1962, escrevia aos domingos, no Diário de Notícias, a seção 'Radiografia de um livro', dedicada a autores de filosofia, sociologia, política e economia.

× Em 1962 e 1963, foi o organizador e prefaciador dos três volumes da série Violão de Rua, seleção de vários poemas de vários autores em livro de bolso, feita para o Centro Popular de Cultura (CPC), da União Nacional dos Estudantes (UNE). Não obstante o enorme sucesso de público e crítica alcançado pela série, esta foi interrompida abruptamente pelo movimento militar de 1964, que a exibiu e a definiu na TV como "exemplo de literatura subversiva", malgrado todos os esclarecimentos dados por M.F. sobre o caráter estético-filosófico que adotaria como critério cada vez mais contrário à aceitação de dogmatismos, estalinismos, maniqueísmos, formalismos ociosos, prosaísmos demagógicos (Enio e M.F. haviam programado a série para 15 números cada vez mais estruturados por uma seleção cada vez mais exigente de qualidades como criação cultural, pois o que se queria era abrir outros caminhos, além dos já válidamente existentes, para o desenvolvimento de outros aspectos da vida na poesia brasileira).

Ainda em 1963, Moacyr Félix foi um dos fundadores do Comando de Trabalhadores Intelectuais (CTI), que teve a adesão no Rio de Janeiro de mais de quatrocentos intelectuais de todas as áreas das artes, da literatura, da ciência e das profissões liberais. Em 1964, foi eleito membro do Conselho Deliberativo deste comando.

Foi também diretor, de 1963 a 1971, da Coleção Poesia Hoje, da editora Civilização Brasileira, que, juntamente com as coleções Poesia Sempre e Poesia Viva, publicaria mais de uma centena de poetas, em sua maioria jovens estreantes de várias partes do país, e alguns já então se consagrando ou consagrados, como Carlos Nejar, Paulo Mendes Campos, Affonso Romano de Sant'Anna, Mário Faustino, Joaquim Cardozo, Dantas Motta, Nauro Machado, Geir Campos, José Godoy Garcia, Fernando Mendes Viana, Ivan Junqueira (como tradutor dos Quartetos de T.S. Eliot), entre muitos outros. ×

Nesse meio-tempo, em 1965, foi membro do conselho diretor, e depois, de fins de 1966 até 1972, foi diretor da coleção Perspectivas do Homem, que compreendia mais de uma centena de livros de filosofia, política, sociologia, estética e economia, publicada pela Civilização Brasileira, então de propriedade do grande editor Enio Silveira, que a dirigia em nome de contribuições culturais como eixos de

conscientizações no existir do Homem.

Em 1965, Moacyr Félix foi do conselho de redação e depois secretário da famosa Revista da Civilização Brasileira, editada por Ênio Silveira. Em 1966, tornou-se diretor desta revista, que foi um verdadeiro marco na história cultural do país, ajudando a formar toda uma geração de brasileiros. No mesmo ano, foi também um dos idealizadores, junto com Ênio Silveira, da Editora Paz e Terra. Durante anos, até 1972, ocupou ali o cargo de diretor. Ali, ainda, foi secretário, desde a fundação, e diretor, em 1969, da revista Paz e Terra, fundada em julho de 1966 e criada, como a Revista da Civilização Brasileira, com o objetivo de dar centro de autores e idéias favoráveis aos valores do humanismo e à incrementação filosófica de movimentos como os da Teologia da Libertação. Escreveu poesias e artigos para esta revista.

De julho de 1978 a março de 1982, foi o editor-chefe da revista Encontros com a Civilização Brasileira, que correu o país de ponta a ponta, com a intenção de levar artigos e textos filosóficos e políticos e sociológicos à inteligência e ao sentimento de milhares de jovens e intelectuais sobretudo.

Em 1981, idealizou e dirigiu uma coleção de grandes pôsteres-poemas, com textos ilustrados de alguns dos principais poetas brasileiros, editados por Philobiblion, Massao Ohno e Roswita Kempf.

Em agosto-setembro de 1983, e abril-junho e julho-setembro de 1985, foi diretor, ao lado do poeta Carlos Lima, do jornal-tablóide Alguma poesia, exclusivamente dedicado à publicação de poetas.

Em abril de 1986, Moacyr Félix foi protagonista de um feito inédito em nosso país. Em ligação direta do Rio de Janeiro, leu para os tripulantes da espaçonave Myr, na órbita da Terra, o seu poema que comemorava os 25 anos da subida do primeiro astronauta, Yuri Gagarin, ao espaço. Simultaneamente, seu texto era transmitido em russo para toda a União Soviética.

Foi coordenador e diretor de editoração da Fundação Rio-Arte, do Instituto Municipal Rio-Arte, de 1987 a 1988, publicando a Revista do Brasil dedicada a Villalobos, o nº 1 do Ano I da nova fase da revista Caderno Rio-Arte e o jornal cultural Letras e Artes, além de vários livros. Em 1990 e 1991, foi membro do conselho editorial da revista Novos Rumos, do Instituto Astrojildo Pereira, do PCB.

Moacyr Félix sempre foi um intelectual ativo na vida cultural e política do país. Assinou, colaborando na sua redação, muitos dos manifestos de intelectuais apresentados desde 1961, no Rio de Janeiro, reivindicando o respeito aos direitos

humanos, à cidadania, à justiça, à liberdade (inclusive a de expressão) e à soberania do país. Por suas lutas foi, juntamente com outros intelectuais consagrados e respeitados, indiciado e teve prisão preventiva pedida em 1966, nos IPMs dirigidos pelos coronéis Ferdinando de Carvalho e Andrade Serpa.

Moacyr participou de vários congressos e eventos culturais de relevo no país, como debatedor e conferencista. Em 1954, integrou a comissão carioca que representou o Brasil no Congresso Internacional de Escritores, realizado em São Paulo. Em 1962, participou do I Festival de Cultura Popular da UNE, sob o patrocínio do CPC, com o lançamento da série/Cadernos do Povo Brasileiro, da qual fizeram parte os três volumes, que prefaciou e coordenou, de Violão de Rua. No mesmo ano, foi membro da delegação carioca no II Festival do Escritor, promovido pelo Conselho Nacional de Cultura, no Rio de Janeiro. Ainda em 1962, foi convidado para a II Semana da Cultura, promovida pela Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Em 1981 foi um dos oradores e debatedores do I Encontro da Poesia Brasileira (Semana Joaquim Cardozo), promovido pela Fundação/do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe), em Recife. Em 1982, participou do II Congresso Nacional de Letras e Ciências Humanas, na Sociedade Unificada Augusto Mota (SUAM), no Rio de Janeiro. Foi orador no I Congresso de Literatura da Universidade Gama Filho, realizado de 28 de novembro a 2 de dezembro de 1983. Em 1984, esteve, como conferencista, no IX Congresso Nacional de Estudos de Linguística e Literatura, na Suam, no Rio de Janeiro. Realizou, também, palestra sobre 'Criação Cultural/e História', na Faculdade de Letras da Universidade Federal do Ceará.

Em 1985, participou do Congresso Brasileiro de Escritores, em São Paulo, como orador, e do II Congresso de Literatura da Universidade Gama Filho, no Rio de Janeiro, com palestra sobre o tema 'Literatura e Democracia'. Em 1987, foi poeta-orador na cerimônia de instalação do Departamento de Formação e Cultura da Confederação Geral do Trabalho (CGT), na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Realizou, também, conferência na Sociedade/de Psicologia Analítica de Grupo (Spag), no Rio de Janeiro. Participou, ainda, de mesa-redonda no XXI Encontro Nacional de Escritores, promovido pela Fundação Cultural de Brasília. Em 1988, integrou o Seminário da Perplexidade Nacional, no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, organizado pela Secretaria Municipal de Cultura. Em 1989, realizando palestra e debate, esteve no XXI Congresso Brasileiro de Língua e Literatura, na UERJ. Foi o presidente de honra do X Congresso

Nacional de Letras e Ciências Humanas da Suam, de 19 a 25 de julho de 1992.

Moacyr Félix notabilizou-se também como membro de várias comissões julgadoras de respeitados concursos nacionais de literatura. Entre estes, destacamos os seguintes: Concurso de Literatura Cidade de Belo Horizonte (Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, MG, 1982); I Concurso Nacional de Poesia Vinicius de Moraes (União dos Servidores Públicos Cíveis do Brasil, 1984); Prêmio de Poesia de Literatura (Fundação Rio-Arte e Editora Philobiblion, 1986); Concurso Jovem Poesia (revista Presença, Rio de Janeiro, RJ, 1986); Concurso Nacional de Poesia (Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, ES, 1985); I Concurso Balcão de Poesia (Rio de Janeiro, RJ, 1988); I Prêmio Carlos Drummond de Andrade para Poesia (Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, RJ, 1988); Prêmio Nacional de Poesia (Petrobrás, 1988); III Prêmio Carlos Drummond de Andrade de Poesia (Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, RJ, 1990); Concurso Literário Stanislaw Ponte Preta, categoria poesia (Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, RJ setembro de 1992).

Moacyr pertence, ou já pertenceu, a várias conceituadas instituições nacionais. Integra a Ordem dos Advogados do Brasil, seção Rio de Janeiro, desde 1949. Foi membro do conselho diretor do Instituto Cultural Brasil-Cuba, entre janeiro de 1963 e dezembro de 1964. É sócio-fundador da Associação Brasileira de Crítica Literária, criada em 30 de abril de 1986. É, ainda, do Sindicato dos Escritores do Rio de Janeiro, tendo sido indicado em 1987, por unanimidade, para a presidência desta entidade, a qual não pôde então assumir por motivos de saúde: enfarte, pontes de safena, etc.

De setembro de 1987 a março de 1990, fez parte do Conselho Estadual de Cultura do Rio de Janeiro, onde criou e fundamentou o prêmio Carlos Drummond de Andrade de Poesia, oficializado por decreto estadual em 1987, e que vem sendo concedido anualmente desde 1988.

É membro da União Brasileira de Escritores (UBE, seção do Rio de Janeiro) bem como é membro titular do Pen Clube do Brasil. Em 1991, assinou o manifesto de fundação e passou a fazer parte do Movimento em Defesa da Economia Nacional (Modecon).

Moacyr Félix recebeu importantes prêmios, em reconhecimento à sua obra literária bem como às suas ações como personalidade cultural influente na vida política do país: prêmio Alphonsus de Guimaraens, do Instituto Nacional do Livro (INL), em 1960, com O pão e o vinho (melhor livro de poesia de 1959); prêmio da

Associação Paulista de Críticos de Arte (APCA), em 1982, com Em nome da vida (melhor livro de poesia no país em 1981); prêmio Poesia e Liberdade, do Centro Alceu Amoroso Lima em 1985, pelo conjunto de obra e de ações, no campo da cultura, a serviço da liberdade. (Este prêmio lhe foi entregue em sessão pública, pelo próprio presidente da República. Prato de prata, no VII Congresso Nacional de Letras e Ciências Humanas, da Suam, em 1986; placa de prata, do Instituto Astrogildo Pereira, do PCB, em 1987; medalha de bronze, do Governo do Estado do Rio de Janeiro, recebida no Museu da Imagem e do Som (MIS), por serviços prestados à cultura no estado; medalha Pedro Ernesto, concedida por unanimidade pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro, em 20 de setembro de 1991, por serviços prestados à cultura nesta cidade; em 18 de novembro de 1992 foram dados os prêmios e as menções honrosas do "Concurso Nacional de Poesia Moacyr Félix", instituído pelo Sindicato dos Escritores. Foi-lhe outorgado também, em 1994, o Prêmio Nacional de Poesia, instituído pela Fundação Biblioteca Nacional. Em 31/8/92, assinou os manifestos de intelectuais dirigidos aos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal apoiando o pedido de impeachment do Fernando Collor; proferiu palestra em 11/5/93, na UFRJ, como o orador em sessão pública do "Encontro com os Escritores de Poesia"; orador de encerramento, sob o tema "América, a utopia naufragada?" em Congresso promovido no auditório solene da Universidade Gama Filho, em 23/10/92, quando foi então homenageado com uma "Placa de Ouro"; em 24/7/96 foi também o escolhido, por unanimidade, para ser o homenageado em "Moção de congratulações e aplausos da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, que assim comemorou o Dia do Escritor. Vários poemas seus foram traduzidos em diversas antologias da poesia brasileira no exterior, ou em jornais e revistas. Além disso, compõem sua obra os seguintes livros de poesia: Cubo de trevas, 1948; Lenda e areia, 1950; Itinerário de uma tarde, 1953; O pão e o vinho, 1959; Canto para as transformações do homem, 1964; Um poeta na cidade e no tempo, 1966; Canção do exílio aqui, 1977; Neste lençol, 1977 e 1992; Invenção de crença e descrença, 1978; Em nome da vida, 1981; Antologia poética, em 1993. Desde a sua criação, em 1991, é membro do Conselho Editorial da Revista Poesia Sempre, editada pela Fundação Biblioteca Nacional. Em 13 de maio de 1996, a FUNARTE, Fundação Nacional da Arte, inaugurou no Rio de Janeiro em sua homenagem, o Espaço Cultural Poeta Moacyr Félix. No mês de maio o Presidente da Funarte, por sugestão do próprio poeta resolveu fazer, e sob o título "Quinta de poesia" um permanente espaço de análises e promoções da poesia brasileira contemporânea no Espaço Cultural Moacyr Félix.

Para

X X X

- Carta de Moacyr Félix a Alceu Amoroso Lima. Paris, 1950

Dr. Alceu,
o velho abraço e o respeito do distante.
Estou aqui, há quasi um mês, e já tenho
rolado por uma porção de lugares e
fatos, deixando que, num movimento mi-
lhas vezes de lenta erosão, tudo vá se acomo-
dando em cantos escuros e feneais para a
minha razão e o meu espanto. ~~Uma~~ Uma
viagem, de fato, e quando realizada em
circunstancias como as que me cercaram -
é sempre algo que nos faz a quasi con-
dição de sermos gente, ou coisa seme-
lhante, em mãos que prolongamos e
gostamos palamos. Tenho estudado um pou-
co, e, finalmente, ando passeando sobre
os 3 vol. de Estética do Maritain - que,
por sinal, me parecem ótimos - e os cader-
nos de Metafísica, do Jean Wahl. Rec-
bi de tu um artigo do Sartre, sobre o
problema do bem e do mal, que veio a a-
judar a formação de um material - que
não conheço bem e tenho deusio - nascido
com as leituras do Nietzsche e Cignus
s/ o mesmo assunto. O lance, ca, tembe
a lomia - talvez deem para um poema lon-
go. Mas sei.
Na verdade, Dr. Alceu, sendo na maior das
confusões em frente a vida, e o que é pior,
esta assumiu uns ares de esfinge ~~que~~
exige uma resposta, ou gesto. - O consciencio-
sismo não milita dos reais valores, pesun-
do como faroto e mando incompreensível.

É muito hábito de ler, deslizando a página... e
 não se vê a certeza!... não a certeza de que é mu-
 -lhos para, -quasi consolo a modo pro-
 -curado, por fácil e por ~~imais~~ como a.
 Guando como as pessoas que em geral
 tem suas palavras, o timbaleto de
 sinos, e "verdadeiros" ~~sementes~~ a cada
 passo - em gestos pequeninos que com toques
~~uma~~ minuto e uma vida, portanto - o prof-
 -rito, sobre o qual volveramos um olhar
 de busca. A Igreja, sempre, tem uma
 das maiores subtilidades que conheço, para
 esse quarto sem paredes que tudo vai for-
 -mando: a noção do pecado. É sério, isto:
 do homem, e o pecado original, assim
 como - é que beza a profundidade porant-
 a questão do diabo de guarda. Pecado é
 algo de guarda e sermões. - Hlas, sem-
 -pre me peço, quando penso nisto.
 As vezes, fico horas, neste meu quarto
 de ~~estudar~~, caminhando, caminhando
 por raízes (ou muros?) onde a palavra
 não chegou, e nem pode chegar. No
 fim, sempre o que sobra é uma tris-
 -teza, vinda e um sarilho muito - e
 infantil! - por tudo. Conheci o Puppy,
 foi muito gentil e parece ser o único
 pessoa. No entanto, como é que ele
 ainda corre a trás de flôres de papel.
 Dr. Allen?! já devia, há muito, as ter
 deixado, pois fala - e é sincero, o que é
 pior! (para mim) - que traz no interior
 a Rosa Única. Mas sei... Cansado, ansio
 o tempo rapaz, e meigo a quem quero bem,

como é que, às vezes, eu sinto no sub-solo
de suas construções de "ruas" beleza, o fundo
de noite, e de modo? Como é? Pelo quê? Então...

Em suma, esta espécie de carta, vii assim
mesmo, escrita em uma golfada, e servindo,
pelo menos para mostrar que não me es-
queci do Sr. a quem prezo muito; embora
não tenha a pureza que eu desejo, pois
sempre é manchada por um certo inter-
esse. É uma pena isto... senti em mim que
também lhe escrevo para lhe falar - e per-
guntar - se continua de pé aquela pos-
sibilidade de remeter algumas crônicas
para a Tribuna do Imprensa. Volto a esse
assunto, pois, como mais ou menos o Sr. abri-
vintiqui as portas - de sorrisos e de boa
vontade, vão se fechando em torno de
mim, cada vez com menos zelo. Escho
que as coisas vão ficar muito boas. Aquele-
rei, no entanto, o que puder, em toda tal pre-
judique sempre o estudar como eu ambicio-
so: obviar, sem visar certificado e vivido.

Mesmo sem receber a sua resposta - que agradeço
muito por trazer-me uma opinião sua sobre
meus poemas - pretendo lhe enviar algumas
coisas parecidas com crônicas. Se não der
certo, vá por si.

Aproveito para lhe enviar um poema,
(já fiz 5), de uma feição não muito
primária, mas que me é, de certo modo, caro.
Mas pode, também, lhe enviar os outros,
de fundo mais metafísico - se se pode dizer
assim. São maiores, e de temas outros.

"já que não tem mais nada, (vêde) - talvez a respo-
samos seja um poema" etc. etc. 7.

(Mão escura com máquina.)

- Funcionário antigo -

Senhora, eu quizera não mais
versos tantos em vós nascidos.

O que do amor soubera um dia,
tal como a terra soube a chuva
no envolver a rocha agreste,
que, por agreste, sem colheita
resiste, no alto, à mão humana;
o que do amor assim soubera
e, desamado, o perolaria,
pois perdeu tudo em nada feito,
e a poesia - tão amiga dantes -
sangra despo'lica e ol'feita
de um dardo imenso que lhe esconde
o mundo, e as madrugadas todas;
o que no desamor se achava
e a desrazão de amôres outros,
tenta, Senhora, parecerstar
a palavra, onde encaçecera o
vibe o apelo da poesia,
inlaira, e terra e constante
da saulada do além fronteira,
tenta, e retenta, pois apenas
o fazer versos lhe restou.

Seria possível publica-lo no Suplemento
do "Diário de Notícias?"
Espero, mais uma vez,
por tudo.

Mm grande abraço
do Manoel

Transcrição:

Dr. Alceu,

O velho abraço e o respeito do distante.

Estou aqui há quase um mês e já tenho rolado por uma porção de lugares e fatos, deixando que, num movimento muitas vezes de lenta erosão tudo vá se acomodando em cantos escuros demais para a minha razão e o meu espanto. Uma viagem, de fato, e quando realizada em circunstâncias como as que me cercaram – é sempre algo que nos faz a quase consciência de sermos gesso, ou coisa semelhante, em mãos que adivinhamos e jamais sabemos. Tenho estudado um pouco, e, naturalmente, ando passeando sobre os 3 vol. de Estética do Malraux – que, por sinal, me parecem ótimos – e os cadernos de metafísica do Jean Wahl. Acabei de ler um artigo do Sartre sobre o problema do bem e do mal, que veio a ajudar a formação de um material – que não conheço bem e tenho dentro [ilegível?] – nascido com as leituras de Nietzsche e Camus sobre o mesmo assunto. O louco e a bomba atômica – talvez deem para um poema longo. Não sei:

Na verdade, Dr. Alceu, ando na maior das confusões em frente a vida e o que é pior, esta assumiu uns ares de esfinge ou exigir uma resposta ou gesto. A consciência [?] ainda não nítida dos reais valores, pesando como fardo e mando incompreendido. E [ilegível] há retorno desta encruzilhada... e não há certeza! Nem a certeza de que é melhor parar – quase consola o medo procurado, por fácil e por mais cômoda. Gozado como as pessoas que em geral tem nas palavras o bimbalar de sinos e “verdades” desmentem a cada passo – em gestos pequeninos que constroem (?) um minuto e uma vida, portanto – o proferido sobre o qual volvêramos um olhar de busca. A Igreja sempre tem uma das maiores saídas que conheço para esse quarto sem janelas que tudo vai formando: a noção do pecado. E sério, isto: do homem e o pecado original. Assim como – e que beleza e profundidade possui – a questão do anjo da guarda. Pecado e anjo da guarda: servíssimos. Mas, sempre me perco quando penso nisto.

Às vezes, fico horas neste meu quartíco de 4º andar caminhando, caminhando por ladeiras (ou morros?) aonde a palavra não chegou, e nem pode chegar. No fim, sempre o que sobre é uma tristeza densa e um carinho mudo – e inútil – por tudo. Conheci o Puppi¹²¹, foi muito gentil e parece ser ótima pessoa. No entanto, como é que ele ainda corre atrás de flores de papel, Dr. Alceu?! Já devia, há muito as ter deixado, pois fala – e é sincero, o que pior (para mim) é o que traz no interior a Rosa Única. Não sei... Candido outro ótimo rapaz e amigo a quem quero bem como é que, às vezes, eu sinto no subsolo de suas construções de “real” beleza o fundo de noite, e de medo?! Como é? Pelado? Então...

Em suma, esta espécie de carta vai assim mesmo, escrita em uma golfada, e servindo, pelo menos para mostrar que não me esqueci do senhor, a quem prezo muito; embora não tenha a pureza que eu desejo, pois sempre é manchada por um certo interesse! É uma pena isto... sentir em mim que também lhe escrevo para lhe falar – e perguntar – se continua de pé aquela possibilidade de remeter algumas crônicas para a Tribuna da Imprensa. Volto a esse assunto, pois, como mais ou menos o senhor adivinhou as partes – de sorrisos e dito boa vontade, vão se fechando em torno de mim cada vez com menos solo. E acho que as coisas vão ficar muito boas. Aguentarei, no entanto, o que puder, embora tal prejudique sempre o estudar como eu ambiciono: devagar, sem visar certificado e vivido.

Mesmo sem receber a sua resposta – que [ilegível] muito ver trazendo uma opinião sua sobre meus poemas – pretendo lhe enviar algumas coisas parecidas com crônicas. Se não der certo, vão por ir.

Aproveito para lhe enviar um poema (já fiz 5), de uma feição não muito minha, mas que me é, de certo modo caro. Mais tarde, tenciono lhe enviar os outros, de fundo mais “metafísico” se se pode dizer assim. São maiores, e de temas outros.

“Já que não em mais nada, talvez o esperávamos fazer um poema” etc. etc.

(Não estou com máquina)

¹²¹ Ver Itinerário de uma tarde, p. 60. Poema dedicado a ele.

— Cancioneiro antigo —

Senhora eu quisera não mais
versos tantos em vós nascidos.

O que do amor soubera um dia,
tal como a terra soube a chuva
no enverdecer a rocha agreste,
que, por agreste, sem colheita
resiste, no alto, à mão humana;
o que do amor assim soubera
e, desamado, o perderia,
pois perdeu tudo em nada [ilegível],
e a poesia – tão amiga dantes –
sangra despótica e difícil
de um dardo imenso que lhe esconde
o mundo, e as madrugadas todas;
o que no desamor se achara
e a desrazão de amores outros,
tenta Senhora, perscrutar
a palavra onde encarcerado
vive o apelo da poesia
inteira, etérea e constante
da saudade do além fronteira,
tenta, e retenta, pois apenas
o fazer versos lhe restou.

Seria possível publicá-lo no Suplemento do Diário de Notícias?
Grato, mais uma vez, por tudo.

Meu grande abraço do Moacyr.

- Carta de Moacyr Félix a Alfredo e Ecléa Bosi

Rio de Janeiro, 26 de março de 1979.

Bosi e Ecléa,

Salve!

Recebi e agradeço, mais uma vez, os seus trabalhos e as suas presenças tão queridas e tão valoradas pelos sentimentos intelectuais e afetivos que me ligam ao que vocês representam e são em nosso meio cultural e político.

Óbvio que os textos serão publicados. Simone Weil, aliás, marcou-me bastante nos periódicos, há quase trinta anos atrás, em que eu largara todas as amarras aqui e me questionava em Paris, sabendo o que eu não queria e angustiado pela falta de chão às escolhas existenciais que pensava dever querer e cumprir.

Solicito, apenas, compreensão para o fato de que estruturei os nºs com antecedências de livro, ou seja, o nº 9, por exemplo, já está saindo do prelo e o nº 10, por sua vez, já está sendo rodado enquanto o nº 11 já se encontra armado sobre minha mesa e num cálculo de sumário e fechamento de páginas - tenho que chegar e não passar a 288 - que, embora terminados, ainda me acompanham com levantamentos de variações e de dúvidas, quando estou no assento de um ônibus ou nos momentos que antecedem ao sono.

Com o meu melhor abraço


Moacyr Félix
Editor-Chefe

- Carta de Moacyr Félix a Alceu Amoroso Lima. Rio de Janeiro, 1953

Papado Dr. Alceu, *sabu!* Rio, 53. 1

Está-se ainda se fedizmente, uformo ao Rio: as coisas que eu sei, ou procuro, não se enquadram - pelo contrário! - no utilitarismo sem raízes, ou no tecnolagismo de uma mecânica do imediato, que regem, esvaziam, e trincam os caminhos do humano.

Fico, mais uma vez, - embora, não mais de maneira idêntica ao inconformismo adolescente de outros tempos, em que eu me recusava, não por saber o que deveria fazer ou fazer, mas pelo sentimento agudo extraniando em mim que "aquilo" eu não queria, nem deveria querer... - em frente à esta timoria dolorida de uma exigência habilitando o mundo, o mundo onde os sonhos nascem, o mundo onde "Algo" exige a transformação da Terra em Casa, em moradia do Homem.

Na Suíça, raro museu, lá, e muito, os Evangelhos. São impressionantes, e ninguém, eu não, a travessa impune uma leitura semera sob seu contexto. As raps, até nos dá a impressão de engarmos uma série de espelhos.

A porta é aberta... Sim! e o nosso "corpo" (isto, eu todo a que nos utilizamos) é chamado para fabricar "exigências exaltadas" de um caminho largo... Outro fato (essa fute, feando de facie) que redemonstrou em mim, é que há uma Truição Remenda ao Filho do Homem; a maioria dos que, aqui, soltam as frases da Bíblia, já perderam todo o conteúdo que ~~eu~~ anima. É o "Deus" que fragem na boca, esse sim, esse é o Deus que Nietzsche com razão, afirmou estar morto... morto! (que diga, para mim,

PARADO).

2

Fic aqui no Rio, um text. de para alguns colegas católicos, (que reagiram a tudo que eu tentava, era busca de um diálogo) alguns textos do Novo Evangelho e das epístolas de S. Paulo, sem lhes dizer o que lia. Por fim, a conversa gelou (e eles estavam tão risantes, quando falavam de suas "prosperidades"...) e eu despentei que não acudiram, nem nas "utopias", nem nas afirmações e juízos daqueles textos "comunistas".

Ena, que fiquei, eu sim, gelado até à última, quando desci até às últimas consequências desta falta dos que se amoram hoje, em "unhoru" da Bíblia e da "Verdade"!!

Láda, e mais, ando comuriado que precisamos repensar, e muito o terno Testemunho (Máster, e não me engano, em grego é Testemunho). O poeta seria aquele que deixasse de ser apenas um sintoma (como o é a maioria dos que escrevem) para passar a ser um Testemunho. E, sob esta óptica, há-
-Reaumont tinha razão quando ignorava poesia e sacerdócio, coisa que, aliás, Hölderlin já havia feito de forma muito mais aprofundada.

O le quei saber de uma coisa? os judeus - os notadamente crucifiradores do Filho do Homem, - os caifazes do divino, desgraçadamente são os que usam (?) latinas e coréias. A Truição (unat, seria caro, engano, equívoco etc) sóacon-
-teu dentro do Templo, da Igreja. É tu gacento que a mim me conta (sempre estudei em colégio de padre: minha infan-
-cia...) um preço amargo, quando me discendo os dogmas deste pensamento, de mãos dadas com o grito autêntico de Marx e com a heresia muito mais funda do O Crucificado. Meu exafandro é paço, prof. titen, e às vezes, terno modo que a muat me transforme nas heras das fundadas aca-
-nhas...

Omit a considerando como o corpo mistico mas com relação à sua representação oficial.

ligam, tanto a corteza que circulo, enquanto condição social, dentro de uma estrutura pãde, desmoronante. É o todo um mapa afetivo, unitário - abimeto! - que estremece e se descola das margens de minha carne, num vai-mãe, num doloroso. As relações de homem para homem e de homem para as coisas, perolaram o sentido. Instintivamente exceto (e não posso negar!) o não racional, o miserioso, na formulação do humano. Racionalmente, não me posso frustrar às perguntas pelo TAZER, pela responsabilidade, enquanto sou mundo e cidade. Não sei bem ainda qual o caminho.

No entanto, existe a minha, só nos homens, e invento e o meu respeito pelas encas infinitas que residem nas três situações de "oração". O difícil, penso eu, é suportá-las.

- Gostaria, e muito, ~~de conversar~~ de falar com o Sr. Prudência, ou melhor, acho que preciso. Caso o Sr. tenha algum tempo para mim, o Sr. poderia me telefonar, marcando um encontro aqui, ou em Petropolis, para onde eu entraria, pois. Esperando que o Sr. não se esqueça de mim, aí fico, com o meu apeto de mãe.

Mary

- O Sr. leu um poema que publiquei no Diário Linceia (suplemento) de domingo ultimo, 30? É do Rio...
- Tenho, além, uma coletânea em preparo.
- Embora se agite em mim um certo sentimento de um agir ridículo, ou fraco, ou falso talvez (desculpe a franqueza) o Sr. quando reza, me dá uma pontinha no final de alguma oração, sim?

Transcrição da carta acima:

Prezado Dr. Alceu,

Salve!

Não sei ainda se felizmente retornei ao Rio. As coisas que sei ou procuro não se enquadram – pelo contrário! – no utilitarismo sem raízes ou no tecnologismo de uma mecânica do imediato que seguem esvaziam e trituram os caminhos do humano.

Fico, mais uma vez – embora não mais de maneira idêntica ao inconformismo adolescente de outros tempos em que eu me recusava, não por saber o que deveria querer ou fazer, mas pelo sentimento agudo extravasando em mim que “aquilo” eu não queria, nem deveria querer – em frente a esta teimosia dolorida de uma exigência habitando o mundo, o mundo onde os sonhos nascem, o mundo onde “Algo” exige a transformação da Terra em Casa, em morada do Homem.

Na Suécia, caro mestre, li e muito os Evangelhos. São impressionantes, e ninguém, eu creio, atravessa impune uma leitura sincera de seu contexto. Às vezes, até nos dá a impressão de cruzarmos uma cerca de espinhos.

A porta é estreita... Sim! E o nosso “corpo” (isto, um todo a que nos reduzimos) é danado para fabricar “exigências [ilegível]” de um caminho largo... Outro fato [ilegível] que redomoinhou em mim, é que há uma Traição tremenda ao Filho do Homem; a maioria dos que aqui silabam as frases da Bíblia, já perderam todo o conteúdo que a anima. E o “Deus” que trazem na boca, esse sim, esse é o Deus que Nietzsche, com razão, afirmou estar morto... morto! (quer dizer, para mim).

Fiz, aqui no Rio, um teste: li para alguns colegas católicos (que reagiam a tudo que tentava, na busca de um diálogo) alguns trechos do Novo Evangelho e das epístolas de S. Paulo, sem lhes dizer o que lia. Pois bem, a conversa gelou (e eles estavam tão risonhos quando falavam de suas “prosperidades” ...) e me responderam que não acreditavam nem nas “utopias” nem nas afirmações e juízos daqueles textos “comunistas” ... Puxa, que fiquei, eu sim, gelado até a

alma, quando desci até as últimas consequências desta fala dos que se arvoram hoje em “senhores” da Bíblia e da “Verdade”!!

Cada vez mais ando convencido que precisamos repensar e muito o termo Testemunho (Mártir, se não me engano, em grego é Testemunho). O poeta seria aquele que deixasse de ser apenas um sintoma (como o é a maioria do que escrevemos) para passar a ser um Testemunho. E, sob esta ocupação, [ilegível] tinha razão quando igualava poesia e sacerdócio, coisa que, aliás, Höelderlin já havia feito de forma muito mais profunda.

O Sr. quer saber de uma coisa? Os judas – os verdadeiramente crucificadores do Filho do Homem – os caifazes do divino desgraçadamente são os que usam (?) batinas e sotainas. A traição (senão seria erro engano, cegueira etc.) só aconteceu dentro do Templo da Igreja¹²². Eu lhe garanto que a mim me custa (sempre estudei em colégio de padre: minha infância...) um preço amargo, quando vou descendo os degraus deste pensamento de mãos dadas com o grito autêntico de Marx e com a tristeza muito mais funda do O Crucificado. Meu escafandro é fraco prof. Alceu e, às vezes, tenho medo que a pressão me transforme nas trevas das funduras oceânicas.

Agora tenho a certeza que circulo, enquanto condição social, dentro de uma estrutura podre, desmoronante. E todo um mapa afetivo, sensível – abismento! – que estremeceu e se descola das margens de minha carne num vai não vem doloroso. As relações de homem para homem e de homem para as coisas perderam o sentido. Intuitivamente acerto (e não posso negar!) o não racional, o misterioso na formulação do humano. Racionalmente, não me posso furtar às perguntas pelo FAZER, pela responsabilidade enquanto sou mundo e cidade. Não sei bem ainda qual o caminho.

No entanto, existe a minha fé nos homens e imenso é o meu respeito pelas coisas infinitas que residem nas três sílabas de “coração”. O déficit, penso eu, é suportá-las.

Gostaria, e muito de falar com o Sr. Precisaria, ou melhor, acho que preciso. Caso o Sr. tenha algum tempo para mim, o Sr. poderia me telefonar, marcando um encontro aqui ou em Petrópolis para onde eu subiria.

¹²² Não a considerando como corpo místico, mas como a sua “representação oficial”. (Nota do autor: Esta nota está conforme o original na carta. Ver a parte final da segunda lauda.)

Esperando que o Sr. não se esqueça de mim, aí fico com o meu aperto de mão.

Moacyr.

— O Sr. leu um poema que publiquei no Diário Carioca (suplemento) de domingo último, 30? É do Rio...

— Tenho, aliás, uma coletânea em preparo.

— Embora se agite em mim um certo sentimento de um agir ridículo, ou fraco, ou falso talvez (descubro a fraqueza) o Sr., quando rezar, me dê uma pontinha no final de alguma oração, sim?

- Poema publicado em 30 de agosto de 1953, no jornal Diário Carioca



A estrêla, o deserto e o trigo

Quisera alegres todos,
todos os meus poemas!

Flavas, da côr do trigo,
quís as vozes serenas

dos pastores que uma tarde
do mundo mais antigo
vão levando, elevando
rumo de certa estrêla.

Que existe a estrêla, sei
e, às vezes, ao seu lado
meu canto alto persiste.

Mas nesta noite triste,
nesta tão triste noite,
desculpa, se tenho olhos
açotados de noites.

E êsses gelados mares,
mares que me acenaram
turvos gestos de breu,
perdoa, se transbordarem

um dia — e me mato eu.

Dou tudo, nada peço;
apenas essa vida
com endereço certo
queria poder viver.
A todos fale, dóce
amiga que imereço:
foi o deserto fundo
e a sua desertação
que apagaram o que era
mundo em mim coração.

Hipócritas, condeno
vossa fala tão gorda
de palavras cristãs!

Do Cristo, nada tendes
no ouro que vos compõe
pavorentos, medrosos
até dos próprios ventos
no rio dos amanhãs.

Vosso olhar não verá
jamaís a face do outro
(pôdres estão a carne
e o gesto que retornam
os mesmos a êles mesmos).
Por isso nada tendes
a não ser êsse nada.
(Que pena, as alvoradas
de um corpo n'outro corpo
não vos podem salvar:
vossos coitos destapam
só monstregos e poças,
poças em vez do mar!)
Só sabeis uma coisa:
matar! matar incluso
essa ausência que implora
em vós, humanos restos
de um desumano desuso.

Nesta tão triste noite
(que existe estrelas, sei)
perdoa, se fecho os olhos
(sei que existe uma estrêla!)
numa noite mais triste.

E aos pastores que uma tarde
vão levando, elevando
rumo de certa estrêla,
perdão, se o instante imigo
cobrir com esta negra era
os cantos que eu quisera.

flavas, da côr do trigo.

Meacyr F. de Oliveira

- Programa de rádio "Um repórter no mundo das letras"

RÁDIO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

PROGRAMA: "UM REPÓRTER NO MUNDO DAS LETRAS"

DATA: 2/12/55 - 6ª feira

HORA: 20,30 horas

REDATOR: MOACYR FELIX

VISTO 2 12,55

Rosa Davis - Chefe da S.P.L.

.....

TÉCNICA = PREFIXO

LOCUTOR = UM REPÓRTER NO MUNDO DAS LETRAS.

Um programa destinado a transmitir seleções do pensamento escrito e dos fatos que constituem o movimento literário no Brasil e no mundo!

Produção de MOACYR FELIX.

TÉCNICA = MT

LOCUTOR = Hoje falaremos apenas de um artigo publicado no domingo último pelo Sr. Tristão de Athayde. E assim o fazemos, dada a importância e a seriedade de sua temática. Somos um país onde predomina a religião católica; a concepção cristã da pessoa humana e a da sua posição no interior da História, é a que expressivamente vem sendo colocada na base de nossos pronunciamentos públicos, de nossos gestos como cidadão e como Estado organizado, é a que se procura como prisma ou como ponto de referência para um entendimento ou compreensão do nosso agitado mundo contemporâneo.

Nada melhor, portanto, do que ouvirmos o comentário de um dos nossos mais destacados líderes católicos, comentário êsse que se ergue sobre os parágrafos de uma recente alocução do Papa Pio Doze a respeito das relações da Igreja com a concretização histórica da vida social dos homens e dos povos.

MOACYR = Dado a exiguidade de nosso tempo, reproduziremos apenas alguns fragmentos do mencionado artigo, e, embora eles se prestem, eles quase exigem um comentário ou outro de nossa parte, nós não os faremos, deixando assim essa tarefa para a atenção dos nossos ouvintes.

Diz o Sr. Tristão de Athayde:

E se nós nos encontramos hoje em face de um mundo dividido em todos os sentidos, inclusive contra si mesmo (revolucionários e reacionários, socialistas e capitalistas, U.R.S.S. e U.S.A., esquerdistas e direitistas, progressistas e interristas, etc.) é precisamente por falta de uma visão orgânica da história, em que o elemento sobrenatural e o elemento natural assumam a sua participação relativa e proporcional e não excluam sumariamente o outro.

Foi essa colocação de cada coisa no seu lugar que mais uma vez a Igreja acaba de fazer nas palavras luminosas que Pio Doze dirigiu, no dia 7 de setembro último, aos membros do Décimo Congresso Internacional de Ciências Históricas, reunido em Roma (in Doc. Cath., 2 de outubro de 1955, pp. 1.218 a 1.227).

É mais recente recente:

Neste discurso aos historiadores, acentua o Papa que a Igreja é "um fato histórico", reagindo pois contra toda concepção unilateralmente sobrenaturalista da história.

"Desde a antiguidade cristã, desde a época patrística, mas de modo particular por ocasião do conflito espiritual com o protestantismo e o jansenismo, (a Igreja) tomou nitidamente posição em favor da natureza (sic). Dessa última afirma a Igreja que o pecado não a corrompeu; que ficou interiormente intacta, mesmo no homem decaído; que o homem anterior ao cristianismo e aquele que não é cristão (sic) podiam e podem praticar ações boas e honestas, mesmo abstraindo do fato que toda a humanidade, inclusive a anterior ao cristianismo, está sob o influxo da graça de Cristo.

LOCUTOR = A Igreja reconhece, de boa mente, as realidades boas e grandes, mesmo quando existiram antes dela ou fóra do seu domínio"(loc.cit. Verdades muito úteis de ser lembradas aos que confundem a Igreja com um partido ou levam à sua defesa o mesmo espírito fanático ou a mesma posição monolítica, das falsas místicas com que hoje se adoram os mitos da hora presente, políticos ou econômicos, estéticos ou mundanos.

Pio Doze mostra então a Igreja como ela é, na realidade. Não um "sistema ideológico" rígido e impassível, ou uma instituição ultraterrena, que exista independente do tempo e às circunstâncias do mundo, mas como um "fato histórico", que representa a inserção da eternidade no tempo, sem prejuízo da sua essência sobrenatural imutável, nem da mutabilidade dos seus acidentes.

Outro ponto, prossegue o Sr. Tristão de Athayde, em que Pio Doze, nesse notável documento, reafirma verdades esquecidas, por Vêzes, é quando relembra como a Igreja não se confunde com nenhum momento da história, nem com qualquer forma de civilização. Quanta gente ao contrário, considera a Igreja como sinônimo de Idade Média ou confundem Igreja Católica e "civilização cristã", que colocam ao "Ocidente" do mundo e por vêzes nas mãos apenas de "latinos" ou mesmo de "ibéricos" ou ligada à "Monarquia" ou aos "caudilhos" e "Homens fortes"!

É interessante, repetimos, salientar a afirmação tão essencial ao alto sentido religioso da História, de que a Igreja não se confunde com nenhum momento desta mesma história, nem com qualquer forma de civilização. Esse é o ensinamento da mais elevada autoridade católica, o Papa Pio Doze, nos relembra o Sr. Tristão de Athayde, cujo artigo, ora em frente ao Repórter do Mundo das Letras, assim ^{se conclui} termina: "E Pio Doze reafirma o verdadeiro sentido da história da Igreja e do mundo:

- "O que chamamos Ocidente ou mundo ocidental sofreu profundas modificações desde a Idade Média:

LOCUTOR = a cisão religiosa no século dezesseis, o racionalismo e o liberalismo levando o Estado do século dezanove à sua política de força e à sua civilização secularizada. Tornava-se, pois, inevitável que as relações entre a Igreja Católica e o Ocidente sofressem uma deslocação. Mas a própria cultura da Idade Média, não podemos caracterizá-la como a cultura católica (sic). Também ela, embora estreitamente ligada à Igreja, buscou seus elementos em fontes diferentes. A própria unidade religiosa, própria da Idade Média, não é específica da Igreja. Já era uma nota típica da antiguidade cristã no Império Romano do Oriente e do Ocidente, de Constantino o Grande a Carlos Magno. A Igreja Católica não se identifica com nenhuma cultura (sic). Sua essência lh'o interdiz. Está pronta, entretanto, a manter relações com todas as culturas (sic). Ela deixa subsistir nelas o que não se opõe à natureza. Mas em cada uma introduz, além disso, a verdade e a graça de Jesus Cristo". (loc. cit.). Nada de mais oportuno, neste limiar do Advento, nesta hora de tanto unilateralismo, de tanto fanatismo, de tanta confusão mental, e social, do que meditar sobre essas admiráveis palavras de sabedoria e de bom senso, que do alto da mais ilustre cátedra do universo, devemos todos ouvir, historiadores ou homens de Estado, católicos ou não católicos, para que a voz arrogante dos monologistas não abafe, nesta antemãã do ano 2 mil, a voz serena e paciente do diálogo, iluminada gradativamente pela luz suprema da verdade.⁷⁷

Alkamir →

~~completando o horário~~
~~Terminando este~~ nosso programa, ~~pediremos ao nosso caro Alkamir~~
~~para ler mais um~~ poema da autoria do poeta Abcar Renault, atual ministro da Educação:

~~Alkamir~~ =

Mal o dia se esgueira e fere entre as árvores do crepúsculo,
 insinuam-se os seus finais entre as dúvidas do nascer da noite.
 Para o rio a sua viagem. Cessam as águas a sua voz.
 Cantos de pássaros interrompem-se e tombam nos ouvidos da solidão.

UM REPÓRTER - 5

ALTANIR = Póstumos bois adormecem no relvado as suas sombras,
 e um cesto final do ocaso conduz a ovelha derradeira.
 Entre os repanhos recolhidos recolheu-se a tarde,
 e, enquanto as distâncias se estiram brancamente,
 lúcido vinho vai a terra embebedando:
 o chão é claro sonho e firmamento.
 Verte o céu a sua azul antiguidade,
 sobre as formas, as ausências e os restos dos corações dos
 homens,
 e a lua vai abrindo em leve solo nas alturas
 imaginativas ruas de silêncio, de outrora,
 de alva tristeza e amoroso pensamento.

TÉCNICA = MT

LOCUTOR = A Rádio Ministério da Educação e Cultura acaba de apresentar:

"UM REPÓRTER NO MUNDO DAS LETRAS".

Produção de Moacyr Felix.

Transmitindo seleções do pensamento escrito e dos fatos que
 constituem o movimento literário do Brasil e no mundo.

"UM REPÓRTER NO MUNDO DAS LETRAS" - produção de Moacyr Felix,
 voltará ao ar, na próxima 6ª feira, às 20 horas e 30 minutos.

TÉCNICA = SOBRE CARACTERÍSTICA ATÉ O FINAL

- Notícia no Tribuna da Imprensa¹²³



¹²³ AÇÃO Católica debaterá poesia. **Tribuna da Imprensa**. Rio de Janeiro, 4 de setembro de 1957, p. 3. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154083_01&pesq=%22A%C3%A7%C3%A3o%20cat%C3%B3lica%22&pasta=ano%20195&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=37062. Acesso em 13 de julho de 2024.

ANEXO CAPÍTULO 3 – Você é comunista, não é?

- Publicação do manifesto de fundação do Comando dos Trabalhadores Intelectuais¹²⁴

Fundação do Comando dos Trabalhadores Intelectuais (CTI)

Compreendendo a necessidade de maior coordenação entre os vários campos em que se desenvolve a luta pela emancipação cultural do País — essencialmente ligada às lutas políticas que marcam o processo brasileiro de emancipação econômica — trabalhadores intelectuais pertencentes aos vários setores da cultura brasileira, resolveram fundar um movimento denominado Comando dos Trabalhadores Intelectuais (CTI).

O CTI tem por finalidades:

- a) congregar trabalhadores intelectuais, na sua mais ampla e autêntica conceitualização;
- b) apoiar as reivindicações específicas de cada setor da cultura brasileira, fortalecendo-as dentro de uma ação geral, efetiva e solidária;
- c) participar da formação de uma frente única, democrática e nacionalista, com as demais forças populares, arregimentadas na marcha por uma estruturação melhor da sociedade brasileira.

Com este propósito de união são convocados todos os trabalhadores intelectuais que, estando de acordo com as finalidades do CTI, desejem nele atuar acima de personalismos ou de secundários motivos de dissensão.

Esta convocação nasceu do exercício da delegação de poderes que uma numerosa assembléia de intelectuais, reunida a 5 do corrente mês, deu a um grupo de treze dos seus componentes, para que a representassem durante a última crise política, junto às demais forças populares agrupadas contra as tentativas de golpe da direita e em defesa das liberdades democráticas. Como seu texto de base, foi elaborado o seguinte documento:

"Considerando que a situação política do País impõe a necessidade cada vez maior da coordenação e da unidade entre as várias correntes progressistas;

Considerando que os intelectuais não podem deixar de constituir um ativo setor de luta dessas correntes progressistas;

Considerando a inexistência de um órgão mediante o qual possam os intelectuais emitir os seus pronunciamentos e afirmar a sua presença conjuntamente com os demais órgãos representativos das forças populares;

Considerando que os acontecimentos recentes demonstraram a urgência da criação desse órgão capaz de representar de forma ampla o

pensamento dos que exercem atividades intelectuais no País,

os abaixo-assinados, por este documento, declaram fundado o CTI e solicitam a adesão dos intelectuais, convocando-os para a Primeira Assembléia Geral, a ser realizada no decorrer do mês de novembro, com o objetivo de eleger os seus organismos de direção.

Rio de Janeiro, 7 de outubro de 1963.

(aa.) Alex Viany — Alvaro Lins — Alvaro Vieira Pinto Barbosa Lima Sobrinho — Dias Gomes — Edson Carneiro — Enio Silveira — Jorge Amado — M. Cavalcanti Proença — Mocyrr Feliz — Nelson Werneck Sodré — Oscar Niemeyer — Osny Duarte Pereira."

A este documento de fundação — ainda aberto para recebimento de adesões, em listas que podem ser encontradas, até o dia 31 de outubro, nas livrarias São José, Ler e Civilização Brasileira — já apuseram as suas assinaturas, passando assim a ser membros fundadores do CTI, os seguintes intelectuais:

DIREITO: Max da Costa Santos (Dep. Federal) — Paulo Alberto M. de Barros (Dep. Estadual) — Sinval Palmeira (Dep. Estadual) — Modesto Justino de Oliveira — Hélio Saboya — Pedro Ferreira Guimarães — Cláudio Pestana Magalhães.

ARQUITETURA: Flávio Marinho Rêgo — Júlio Graber — Bernardo Goldwasser — Edson Cláudio — Artur Lycio Pontual — David Weisman — Carlos Ebert — Hircio Miranda — José de Albuquerque Milanez — Bernardo Tuny Wettrich — Paulo Cazé. MEDICINA: Mauro Lins e Silva (da direção da Associação Médica) — José Paulo Drummond — Alvaro Dória — Valério Konder — Mauro de Lossio Leblitz. LITERATURA: Aníbal Machado — Alvaro Moreira — Adalgisa Nery — Geir Campos — Astrogildo Pereira — Paulo Mendes Campos — Enilda — José Condé — Joaquim Cardozo — Nestor de Holanda — Dalcídio Jurandir — Mário da Silva Brito — Micleo Tati — Ferreira Gullar — Reynaldo Jardim — Renard Perez — Felix Athayde — Oswaldino Marques — Homero Homem — James Amado — Otávio Brandão — Edras do Nascimento — Luiz Faiva de Castro — Cláudio Mello e Souza — A. Pizarro Pereira Jacobina — João Felício dos Santos — Beatriz Bandeira — Ary de Andrade — Edna Savaget — Carlos Heitor Cony — Mocyrr C. Lopes — Campos de Carvalho — Sylvan Paez — Jurema Finamour — Guido Wilmar Sassi — Júlio José de Oliveira — Roberto Pontual. CIÊNCIA: José Leite Lopes — Jacques Danon. MÚSICA: Carlos Lira — José Luiz Calazans (Jararaca). TEATRO: Francisco de Assis — Oduvaldo Vianna — Eurico Silva — Oduvaldo Vianna Filho — Gianfrancesco Guarnieri — José Re-

nato — Flávio Rangel — Modesto de Souza — Tereza Rachel — Miriam Pêra — Yara Sales — Luiz Linhares — Mário Brasil — Rodolfo Arena — Rafael de Carvalho — Ferreira Mala — Flávio Miglicio — Joel Barcelos — Rodolfo Mayer — Antônio Sampaio — J. Sebastião Amaro (Scandall) — Jackson de Souza — Ary Toledo — Agildo Ribeiro — Costa Filho — Celso Cardoso Coelho — Maria Gledis — Maria Ribeiro — Wanda Lacerda — Vera Geriel. ARTES PLÁSTICAS: Di Cavalcanti — Iberê Camargo — José Roberto Teixeira Leite (Diretor do Museu Nacional) — Djanira — Darel Valença — Poty Lazzarotto — Carlos Scliar — Kumbuka — Edith Behring — Ligia Papi — Silvia Leon Chaleiro — Claudius. EDUCAÇÃO: Heron de Alencar — Carlos Cavalcanti — José Carlos Lisboa — Emir Ahmed (da Confederação Nacional dos Professores) — Pedro Gouveia Filho — Sarah Castro Barbosa de Andrade — José de Almeida Barreto (da Confederação Nacional dos Professores) — Ony Braga de Carvalho — Robespierre Martins Teixeira — Iron Abend — Cursino Raposo — Miriam Glazman — Edwaldo — Caféiro — Maria Lia Faria de Paiva — Dulcina Bandeira — Lauryston Gomes Pereira Guerra — Antônio Luiz Araújo — Pedro de Alcântara Figueira — Marly Casas — Alberto Lalorre de Faria — Rosemunde do Castro Pinto. EDITORES: Jorge Zahar — Carlos Ribeiro — Irineu Garcia — José Dias da Silva. CINEMA: Joaquim Pedro de Andrade — Miguel Borges — Paulo César Saraceni — Nelson Pereira dos Santos — João Ramiro Melo — Sérgio Sanz — Fernando Amaral — Leon Hirszman — Clauber Rocha — Marcos Farias — Saul Lechtamaches — Carlos Diegues — Roberto Pires — Paulo Gil Soares — Eliseu Viacinti — Walter Lima Júnior — Arnaldo Jabour — Mário Carneiro — Waldemar Lima — Ruy Santos — Luis Carlos Saldanha — David Neves — Fernando Duarte — Italo Jacques — Allynor Azevedo Célio Gonçalves — Braga Neto. RÁDIO E TELEVISÃO: Chico Anísio — Mocyrr Masson — Teixeira Filho (Secretário da Federação Nacional dos Radialistas) — Giuseppe Chiaroni — Oranice Franco — Amaral Gurgel — Janeite Clair — Hemílio Froes (Diretor da Federação Nacional dos Radialistas e do Sindicato de Radialistas da Guanabara) — Nara Leão — Jorge Goulart — Nora Ney — Enio Santos — Isis de Oliveira — Newton da Matta — Gracindo Júnior de Neuza Tavares — Mário Monjardim — Maria Alice Barreto — Célia de Castro — Ilka Maria — Gerdal dos Santos — Rodney Gomes — Jonas Garret — Domicio Costa — Walter Alves — Geraldo Luz. JORNALISMO: Paulo Francis — Plínio de Abreu Ramos — Tati de Moraes — Luiz Luna — Heráclito Sales — José Guilherme Mendes — Cláudio Bueno Rocha — Luiz Quirino — Renato Guimarães — Darwin Brandão — Otávio Matta — Barbosa Melo — Muniz Bandeira — Osmar Flores — Flávio Pamplona — Wilson Machado. ECONOMIA: Cid Silveira — Donar Campos — Oswaldo Gusmão — Cibília da Rocha Viana — Paulo Shilling — Wanderley Guilherme — Aristóteles Moura — Alberto Passos Guimarães — Theobaldo Júnior — Helga Hoffman — Jorge Carlos Leite Ribeiro.

84301

¹²⁴ FUNDAÇÃO do Comando dos Trabalhadores Intelectuais (CTI). **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1963. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_07&pesq=%22funda%C3%A7%C3%A3o%20do%20comando%22&past=a=ano%20196&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=45236. Acesso em 27 dez. 2024.

ANEXO CAPÍTULO 4 – Em defesa do humanismo: o projeto Paz e Terra

- Comunicado da Editora Civilização Brasileira sobre alteração no contrato de Moacyr Félix.



RUA 7 DE SETEMBRO, 97 - TELEFONE 42-4144 - END. TEL. "CIVILIZAÇÃO" - RIO DE JANEIRO - BRASIL

Rio de Janeiro, 11 de agosto de 1966

Ilmo. Sr.
Moacyr Felix
Em maos

Prezado Amigo Moacyr Felix:

Não são desconhecidas de quem quer que seja, a esta altura, as gravíssimas conseqüências que a vida econômica e financeira do Brasil sofreu com a desastrosa e impatriótica política posta em prática pelo atual Governo.

A estagnação de nosso desenvolvimento está sendo acompanhada por um quadro de retrocesso financeiro, de carestia crescente, de incerteza inquietante quanto ao futuro imediato.

Como não poderia deixar de ocorrer, diante de tão graves causas, a crise vigente acabou atingindo em cheio a indústria e o comércio do livro em nosso país, produzindo sombrio e desalentador estado de coisas que nos obriga a medidas inevitáveis de controle de despesas e, talvez, até mesmo de diminuição no volume de lançamentos.

No que diz respeito às bases de entendimento estabelecidas entre a Civilização Brasileira e o caro amigo, relativo à assessoria editorial que nos prestara na coleção PERSPECTIVAS DO HOMEM, somos a contragosto obrigados a modificar parcialmente a cláusula 5a., eliminando da mesma o dispositivo que garante um adiantamento de Cr\$200.000 (duzentos mil cruzeiros) sobre a remuneração a auferir.

Assim, continuaremos a pagar-lhe pela colaboração que nos prestar, nos termos do acôrdo, os 2% (dois por cento) sobre o preço de venda ao público do exemplar vendido de qualquer livro que seja editado ou reeditado na série sob sua responsabilidade, mas

Editôra
CIVILIZAÇÃO **BRASILEIRA**
S.a.

RUA 7 DE SETEMBRO, 97 — TELEFONE 42-4144 — END. TEL. "CIVILIZAÇÃO" — RIO DE JANEIRO — BRASIL

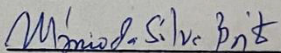
- 2 -

o pagamento do valor correspondente se fará duas vezes ao ano, mediante levantamento de estoques.

Entenderemos como sendo de concordância o eventual silêncio, mas gostaríamos de receber sua contestação escrita aos termos desta carta.

Com o maior apreço pessoal, subscrevem-se


Lourival Mazzini Netto
Diretor Administrativo
e Financeiro


Mário da Silva Brito
Diretor Editorial

LMN/MSB/me

- Documentação sobre a saúde financeira de Paz e Terra, em 1971

Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 1971


Paz
e
Terra

A: Enio Silveira
de: Moscoyr Felix, Fausto Cunha e Fausto Ricca.
(confidencial)

Meu caro Enio,

conforme você nos solicitou, entregamos-lhe, em anexo, os elementos necessários para que tenha uma visão panorâmica da atual situação econômico-financeira e editorial de Paz e Terra.

1. Preliminarmente, cumpre notar que a posição de débitos encontrada por nós em dezembro de 1969 - representada por títulos vencidos e a vencer, assim como pagamentos diversos e a colaboradores - era a seguinte, conforme verificado em reunião naquele mesmo mês e na qual você participou:

Duplicatas da Gráfica Lux, vencidas em abril e maio de 1969.....	Cr\$28.983,82
Débitos vencidos em outubro/69.....	Cr\$ 6.332,13
" " " novº/69.....	Cr\$27.490,91
" com vencimento em dezº/69.....	Cr\$25.452,97
" a vencer em janº/70.....	Cr\$23.667,91
" " " fevº/70.....	Cr\$12.513,89
" " " marº/70.....	Cr\$ 4.492,07
TOTAL.....	Cr\$128.933,70

2. Nesta relação não foram incluídas as dívidas que também encontramos, na conta corrente desta Editôra para com a Editôra Civilização Brasileira S/A, e que, pelos dados que possuímos, assim se discriminam:

a) em títulos.....	Cr\$52.266,50
b) papel fornecido.....	Cr\$29.741,00
Total.....	Cr\$82.007,50

O que - acrescentado à relação de débitos citada no parágrafo anterior - elevaria aquela total à cifra de Cr\$210.941,20.

Desde já, esclarecemos que, durante a nossa gestão, a dívida com aquela Editôra não sofreu qualquer acréscimo em títulos, aumentando, no entanto, quanto ao papel fornecido por ela, em apenas Cr\$11.732,00, correspondentes a seis livros que estavam em andamento desde a gestão anterior à nossa.

av. rio branco, 156 - 12º and. - s. 1222 - tel. 242-7395 - rio de janeiro - gb - brasil

- 2 -



Paz
e
Terra

Como um dado a mais, para esclarecer as relações "sui-generis" e fraternais existentes entre estas duas empresas, vale recordar que, desde a sua fundação em dezembro de 1966 até junho de 1969, os livros de Paz e Terra eram adquiridos e distribuídos pelo grupo Civilização com desconto de 60% (a partir de julho de 1969, esse desconto passou a ser de 55%).

3. Quanto à situação desta Editôra em relação à Gráfica Lux, devido à sua especial configuração, juntamos a esta para seu uso em destaque, uma xerox dos demonstrativos dos pagamentos que efetuamos àquela gráfica, desde dezembro de 1969 até junho de 1970, num total de Cr\$73.284,41.

Conforme você deve estar lembrado, após a reunião que tivemos com o Sr. Felix Cohen Zaide, fizemos mais um pagamento de Cr\$14.960,00, através de três duplicatas sacadas por nós contra a Civilização Brasileira Nordeste Ltda. Porém, o Sr. Jacob Horowitz as devolveu, alegando ter encontrado dificuldades em descontá-las (estamos juntando xerox dos documentos relativos a essa transação).

4. Em anexo, você também ora recebe uma relação de livros que deixamos, em estoque, avaliados a preço de custo e de capa, representando, respectivamente, os montantes de Cr\$..... 243.529,48 e Cr\$965.090,50. São ao todo 78.142 volumes.

5. Mais ainda: passamos a você, de forma detalhada, mês a mês, todos os pagamentos que tivemos a oportunidade de efetuar em nossa gestão (num total de Cr\$481.107,61), assim como os faturamentos realizados durante a mesma.

6. Outrossim, esclarecemos que, no momento, entre os recursos disponíveis, que ora transmitimos, devem ser incluídos os depósitos em banco, as duplicatas em carteira, os créditos a receber e as quantias a serem recebidas do Instituto Nacional do Livro, decorrentes da publicação de dois livros em co-editoria (ambos já em fase de provas de páginas numeradas), num total de Cr\$ 42.993,93 estando incluído Cr\$. 10.148,90 para desconto.

7. Quanto aos compromissos vencidos e a vencer, que esta diretoria transmite, são os seguintes, mês a mês:

dezembro/70.....	Cr\$4.098,00
janeiro/71.....	Cr\$8.472,00
fevereiro/71.....	Cr\$19.299,79
março/71.....	Cr\$5.049,74
abril/71.....	Cr\$6.042,00
maio/71.....	<u>Cr\$11.202,48</u>

total: Cr\$54.164,01

- 3 -



Paz
e
Terra

8. Por êsses elementos você verá que lhe devolvemos o comando de Paz e Terra com a satisfação de poder dâzer-lhe, a você que tanto confiou em nós, que ela se encontra em situação econômico-financeira melhor do que a existente quando to mamos posse nos cargos para os quais fomos eleitos: o seu ati vo é bastante para cobrir, com sobras, o seu passivo.

9. Quanto à qualidade dos títulos editados, em andamen- to e programados, cremos nós que manteve o alto nível cultural que veio caracterizando Paz e Terra desde a sua fundação por você (anexo segue também a relação dêsses títulos).

10. Com esta situação — e malgrado a crise que há tanto tempo vem minando o mercado editorial e às vicissitudes pró- prias das atitudes que tanto honram suas duas empresas — a- creditamos que a Editora Civilização Brasileira — agora nova- mente com total controle de Paz e Terra — possa, graças à sua eficiente dedicação e à de sua equipe, conduzir esta editôra, que ora assim deixamos de dirigir, a um futuro de realizações e de sucessos iguais àqueles que fizeram do seu nome, Enio, u- ma bandeira de dignidade e de elevada afirmação no panorama cultural de nosso país.

Com a velha amizade de

Moacyr
Moacyr Felix

Fausto Cunha
Fausto Cunha

Fausto Ricca
Fausto Ricca

ANEXO CAPÍTULO 5 – Exílios e encontros

- Documentação Serviço Nacional de Informação/ Ministério da
Agricultura desaconselhando promoção de Félix

CONFIDENCIAL	
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES AGÊNCIA CENTRAL	
JUÍZO SINTÉTICO Nº <u>094 / 17 / AC / SNI</u>	
000002 	
DATA	: 13 JUN 75
NOME	: MOACYR FELIX DE OLIVEIRA
REFERÊNCIA	: MEMO 519/SI-GAB/75, DE 14 MAR
DIFUSÃO	: CHEFE DO SNI
ANEXO	: CÓPIA XEROX DO MEMO 519/SI-GAB/75, DE 14 MAR, E SEUS ANEXOS.

1. MOACYR FELIX DE OLIVEIRA, filho de SATURNINO OLIVEIRA FILHO e GEORGINA FELIX DE SOUZA OLIVEIRA, nasceu a 11 MAR 21 no então Estado da GUANABARA, reside à Rua das Palmeiras, 69 - Apto 301 - Botafogo/RIO DE JANEIRO, é Advogado formado pela PUC/RJ e exerce atualmente o cargo de Procurador de primeira categoria na Coordenadoria Regional Leste Meridional do INCRA no Rio de Janeiro.

2. O nominado possui, nesta Agência e OI consultados, vários registros indicando-o como intelectual, de ideologia comunista, sendo inclusive autor do livro comunista ou pró-comunista "DIMENSÕES I", publicado pela Editora JOSÉ OLÍMPIO. Dentre os registros existentes destacam-se os seguintes:

- Em NOV 57, figurou numa relação nominal de comunistas ricos dos no PCB, em UBERABA/MG.
- Em OUT 62, assinou convocatória para a realização no BRASIL, do Congresso Continental de Solidariedade a CUBA.
- Integrou o Conselho Diretor da diretoria do INSTITUTO CULTURAL BRASIL-CUBA, no período de JAN 63 a DEZ 64.
- Em DEZ 63, assinou manifesto pró-fundação do Comando dos Trabalhadores Intelectuais - CTI. É membro fundador do CTI.
- Em 1963, como membro da Associação Brasileira dos Amigos do Povo Paraguai, assinou telegrama ao Governo de Assunção, solicitando a libertação de comunistas presos naquele país.
- Em 1964, como Diretor do Instituto Nacional do Livro, foi implicado na infiltração comunista no MEC.

CONFIDENCIAL

PR-SNI-AC-JUÍZO SINTÉTICO Nº 094/77/AC/SNI

000003

-2-

- Em 1970, fez uma apreciação sumária, sobre a publicação "DIALOGO POSTO A PROVA", de responsabilidade da Editora PAZ e TERRA, na qual afirmou ser a obra de cinco católicos e cinco comunistas, que buscam um entendimento e uma colaboração franca entre "as forças decisivas de uma época - o comunismo e o catolicismo".

3. Esta Agência dispõe ainda do seguinte registro recentemente processado:

Em JUN 66, o nominado constitui, juntamente com outros três elementos, uma sociedade denominada "EDITORA PAZ E TERRA" na qual ocupou cargo de gerência. Em ata da Assembléia Geral Extraordinária, de 16 FEV 71, o nominado renunciou em caráter irrevogável ao cargo que ocupava na firma, como Diretor Jurídico e Editorial, alegando "imperiosos motivos particulares, os quais não mais lhe permitiam, sem grande prejuízo dos interesses pessoais inerentes às suas outras atividades, continuar com o devotamento a que sempre se obrigou na direção da empresa".

Em Assembléia Geral Extraordinária de 20 JUL 73, a Editora PAZ e TERRA aumentou seu capital de Cr\$ 62.500,00 para Cr\$ 400.000,00, ocasião em que FERNANDO GASPARIAN aparece subcrevendo 14.450 ações e sua esposa, DALVA GASPARIAN, 5.000 ações, totalizando a importância aplicada pelo casal em Cr\$ 194.500,00. Nesta oportunidade, o nominado não apareceu mais como subscritor de ações. O nominado possui as vinte cotas iniciais e mais trinta subscritas posteriormente.

4. Em 19 FEV⁷¹ esta Agência informou, à DSI/MA, existirem registros que desaconselham a indicação de MOACYR FELIX DE OLIVEIRA, cogitado para exercer função gratificada no INCRA.

5. Os registros existentes, selecionados e sintetizados acima, motivaram a informação à DSI/MA desaconselhando o aproveitamento e/ou a manutenção do nominado em órgãos públicos.

* * *

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA CENTRAL

INFORMAÇÃO Nº 072/17/AC/75



DATA - 25 JUN 75
ASSUNTO - MOACYR FELIX DE OLIVEIRA
ORIGEM - PRG 10964/75
DIFUSÃO - DSI/MA (PARA CONHECIMENTO DO SR MINISTRO). 000004
ANEXO - CÓPIA XEROX DO JUÍZO SINTÉTICO Nº 94/17/AC/SNI/75, DE 13 JUN.

Esta Agência informa, para conhecimento do Sr Ministro da Agri cultura e possíveis providências na área desse Ministério, o seguin te:

1. A Agência Central efetuou um levantamento da situação financeira de FERNANDO GASPARIAN. Na oportunidade, apurou a participação do Dr MOACYR FELIX DE OLIVEIRA, Procurador de primeira categoria na Coor denadoria Regional Leste Meridional do INCRA no RIO DE JANEIRO, na EDITORA PAZ E TERRA, atualmente, sob o controle acionário do Grupo GASPARIAN.
2. A matéria foi levada ao conhecimento do Exmo Sr Presidente da República, que determinou o aprofundamento do registro referente a MOACYR FELIX DE OLIVEIRA para as providências cabíveis no caso.
3. Decorrente da determinação acima, esta Agência formulou o JUÍZO SINTÉTICO Nº 94/17/AC/SNI/75, de 13 Jun (ANEXO), relacionando os re gistros existentes sobre MOACYR FELIX DE OLIVEIRA e destacando que, em 19 Fev 71, o SNI havia informado à DSI/MA existirem registros que desaconselhavam a indicação do nominado, cogitado para exercer função gratificada no INCRA.

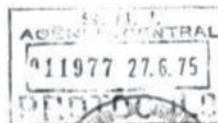
* * *

CONFIDENCIAL

25-77
1. Anexo do M. A. 1975
2. Ao arq.
ano 1.7.75



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA



DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

INFORMAÇÃO N.º 19/SI / DSI / MA / 75



000005

Data 1- Brasília, 26 de junho de 1.975
Assunto 1- MOACYR FELIX DE OLIVEIRA
Referência 1- INFAC 885 10964/75
2- Nº 072/17/AC/75, de 25 Jun 75
Difusão 1- AC/SNI
Anexo 1- Ver item 6

84589

Sobre MOACYR FELIX DE OLIVEIRA, esta Divisão informa o seguinte:

1 - Em face da Informação Nº 0277, de 19 Fev 71, dessa Agência, foi feito o Memorando Nº 233, de 1 Mar 71, à ASI/INCRA (Anexo 1), informando ser desaconselhável a indicação do nomeado.
J1F803

2 - MOACYR FELIX DE OLIVEIRA é funcionário efetivo estatutário do INCRA, tendo sido promovido, por Portaria Nº 402, de 30 Jul 68, (Anexo 2), a Procurador de 1ª Categoria, função que exerce até a presente data, conforme informação prestada a essa Agência (Anexo 3).

3 - Cumpre esclarecer que o Nº 5 do Juízo Sintético do epígrafado, não é exato em todo o seu conteúdo; houve apenas o desaconselhamento para o aproveitamento e não como está na parte final.

4 - Por ser o nominado um funcionário efetivo estatutário, seu afastamento do INCRA, só poderá ocorrer mediante um Processo Administrativo ou enquadramento no Ato Institucional nº 5.

5 - O assunto está sendo submetido à apreciação do Exmº Sr. Ministro da Agricultura.

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

000006



CONTINUAÇÃO DA INFORMAÇÃO N.º 99/SI/DSI/MA/75

6 - ANEXOS:

- 1) - Cópia xerox do Memorando Nº 233, de 1 Mar 71.
- 2) - Cópia xerox da Publicação da Portaria Nº 402, de 30 Jul 68. **U1F803**
- 3) - Cópia xerox da Informação Nº 99/SI/DSI/MA/75, de 1 Abr 75.

c.c.c.c.c.c.c.c.c

c.c.c.c

CONFIDENCIAL

000007



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

CONFIDENCIAL

Divisão de Segurança e Informações

Memorando nº 233

Referência: CF.ASI/INCRA/Nº 99/70 de 30.11.70, do Assessor
SI/INCRA.

Brasília-DF, em 1 / 03/71

Sr. Assessor SI/INCRA

É desaconselhável a indicação do
Advogado ROACVR FELIX DE OLIVEIRA, face a regis-
trações existentes.

Atenciosamente

CEL. JOÃO MARQUES AMOROSO
DIRETOR DA DSICel. Ruy Pálady Camello Aloures
Classe SS/DS/IMA

/NA.

O remetente é responsável pela
manutenção da sigla deste documen-
to (Art. 62 Dec. nº 60417/67 re-
gulamentado para salvaguarda do sigilo)

- Pedido de movimentação de Moacyr Félix do INCRA/RJ

CONFIDENCIAL



INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA — INCRA
ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

OF Nº 39 /78/ASI/INCRA/P.

Brasília-DF.
Em, 11/04/78.

DO: Assessor de Segurança e Informações

AO: Presidente do INCRA

ASSUNTO: MOACYR FÉLIX DE OLIVEIRA

REF: DOC. 17, de 29DEZ77 - CONFIDENCIAL

Senhor Presidente:

Através do documento referido o Escalão Superior consulta sobre a viabilidade da movimentação do servidor M.F.O., para outra repartição fora do Rio de Janeiro, face às ligações do mesmo com FERNANDO GASPARIAN, na dita área, não bem vistas pelos Órgãos de Segurança.

Com os protestos de consideração

e apreço, subscrevo-me,

CONFIDENCIAL

O destinatário é responsável pela manutenção do sigilo deste documento (Art. 12 do R. S. A. S. Dec. n.º 79.090/77).

Assessor de Segurança e Informações.
WILSON PEREIRA BRASIL
Chefe Ass. Seg. Infões.
INCRA

- Carta do Coordenador Regional do INCRA/RJ, Omais Denys Cattete

CONFIDENCIAL

Rio, 9 de maio de 1978

Sr. Procurador Geral

Em resposta, também sigilosa, às indagações da sua C. I. , /78, vimos dizer -lhe brevemente o seguinte:

a) Endossamos a informação que lhe foi prestada pelo Dr. Ranolfo Alves, como Chefe da CR(07)J. Realmente, o Procurador Moacyr Félix de Oliveira é um servidor respeitado e conhecido em todos os escalões desta Coordenadoria, não somente pela forma como se conduz no desempenho da assistência e dos serviços que lhe são solicitados, como também pela correção e altura moral dos seus atos. Como Coordenador, tenho recorrido à sua maneira inteligente e culta de equacionar os problemas, sendo notória também a sua inflexibilidade em zelar, até o menor detalhe, pela observância do que manda a lei ou exige o interesse público.

b) Conheço e estimo o citado Procurador há mais de vinte anos, e isso através de um contato cotidiano em que sempre pude comprovar suas qualidades de coração e de inteligência, morais e intelectuais. É excelente pai de família, sempre voltado pelo bem-estar e a educação dos seus.

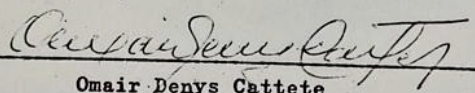
c) É o mais antigo dos procuradores desta Autarquia, tendo sido nomeado há quase 25 anos atrás, quando da criação do INIC, e tendo sido, por longos anos, o chefe amigo e orientador da maioria dos advogados que ora servem nesta CR(07), e entre os quais me incluo. Quase todos lhe devem um estímulo ou uma ajuda em suas vidas. Pensar em transferi-lo, a esta altura da sua existência, seria um ato, data vênica, para muitos ininteligível, tanto do ponto de vista humano como dos mais estabilizados costumes administrativos. Pois poder-se-ia configurar, em muitos, a hipótese de que pessoas bem intencionadas e dignas do nosso maior e mais necessário respeito, poderiam ter sido levadas a essa atitude por aqueles aos quais o Dr. Moacyr F. de Oliveira contrariou em seus interesses não legítimos, ou, pior ainda, por intrigas imoralmente tendentes à mera obtenção de vagas no Estado do Rio de Janeiro.

d) Não conheço qualquer atividade política do Dr. Moacyr nesses últimos 15 anos. Estou a par de suas idéias como escritor e como poeta, das quais discordo em boa parte, e que ele publicamente defende, e isso nunca dentro da Autarquia ou em relação a seu serviço, tanto que a maioria dos servidores ignora o renome de que goza em todos os meios culturais do país.

Se por ventura o Dr. Moacyr Félix de Oliveira tem praticado atos que desconheço e que ferem os dispositivos da Lei de Segurança, o que se tem a fazer, data vênua, é enquadrá-lo nesses dispositivos e processá-lo dentro da forma processual que a citada lei comanda, e na órbita dos órgãos da Justiça Militar, juridicamente competente para tanto. Ou aplicar-lhe fundamentadamente o Ato Institucional Nº 5. Tendo em visto o fato de que o citado procurador não tem condições familiares para ser transferido, e que a transferência, portanto, acabaria acarretando um processamento de demissão (seu filho caçula fará vestibular este ano, ajuda moral e materialmente a família do seu outro filho casado, sua mulher foi operada de cancer, é estrangeira e sem familiares em Brasil), isso seria puni-lo, e sobretudo à sua família, de uma forma mais dolorosa e mais severa que as aplicáveis.

e) Finalmente, o Dr. Moacyr Felix de Oliveira fez-me confidente do seguinte episódio da sua vida: trabalhara, até janeiro de 1972, em uma editora que fora então adquirida pelo industrial Fernando Gasparian. Não havendo entendimento entre ambos, o Dr. Moacyr de Oliveira, que somente então conhecera o Sr. Gasparian, retirou-se naquela época desse trabalho, não mais mantendo relações com o citado industrial, a não ser aquelas de meros cumprimentos em raros encontros por acaso ou em algumas das chamadas noites de autógrafos. Valendo frisar que jamais tive conhecimento da participação do Dr. Moacyr Félix de Oliveira em qualquer publicação daquele industrial, jornais ou livros, nem de que nelas fora alguma vez citado.

Atenciosamente,


Omair Denys Cattete

- Carta-convite de relançamento da Revista Civilização Brasileira
(Encontros com a Civilização Brasileira)

Rio, 8 de março de 1978

Meu caro Antônio Cândido:

depois de dez anos de auto-imposta ausência - pois não queríamos submetê-la a qualquer tipo de censura - temos em preparo o relançamento da REVISTA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA.

Embora ainda pesem sobre a vida nacional sombrias cargas de arbitrariedade e violência, torna-se cada vez mais forte um grande movimento de opinião pública que, lutando em todas as áreas pelas liberdades democráticas, vem conquistando aberturas que já permitem ampliar extensivo debate de idéias, essencial ao progresso cultural e político do País.

Entendemos que é imperioso dever de todos os intelectuais consequentes intensificar sua participação nesse esforço e, sobretudo, colaborar para que ele valha também como base para a edificação de valores individuais e coletivos que, filosoficamente, se ofereçam como pontos de apoio de estruturas sociais mais justas e humanas.

Com esse espírito e dedicada a tal propósito, ressurgirá a REVISTA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, aberta a todas aquelas tendências que a evolução do pensamento social e científico vem configurando como a atual e plurificada face do humanismo contemporâneo. Pretendemos que o leitor, ao abrir um exemplar da REVISTA, encontre em seu expediente uma relação de nomes que, em qualquer caráter de exclusividade, evidencie a prática dessa orientação.

Seu nome e sua obra que, merecidamente, já se impuseram ao respeito de todos os que lidam com os problemas da cultura nacional, vem de encontro a esse nosso desejo. Queremos, portanto, convidá-lo a integrar o Conselho de Redação da REVISTA, desde já engajando-se neste esforço comum para oferecer ao povo brasileiro uma soma de trabalhos culturais que a todos verdadeiramente nos reúna - leitores e colaboradores - numa significativa procura de História e Destino.

- 2 -

A par de sua colaboração pessoal, permanentemente querida, esperamos que, como membro do Conselho de Redação, encaminhe à direção da REVISTA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA todas as sugestões capazes de aperfeiçoá-la, bem como artigos, ensaios e comentários - de autores nacionais ou estrangeiros - que, a seu ver, mereçam a mais ampla divulgação.

Aguardando sua resposta no mais curto prazo, para reforço de nossas fileiras, enviam-lhe cordiais abraços os

Enio Silveira,
Diretor-responsável


Moacyr Félix,
Editor-chefe.

ES/me

